



# Universidade, externalidades e desenvolvimento regional: As dimensões socioeconômicas da expansão do ensino superior em Vitória da Conquista

Roberto Paulo Machado Lopes

**ADVERTIMENT.** La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

**ADVERTENCIA.** La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

**WARNING.** On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.

**UNIVERSIDAD DE BARCELONA**  
**FACULTAT DE GEOGRAFIA I HISTÒRIA**  
**PROGRAMA DE DOCTORADO EM GEOGRAFIA, PLANIFICACIÓN**  
**TERRITORIAL Y GESTIÓN AMBIENTAL**

UNIVERSIDADE, EXTERNALIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AS  
DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM  
VITÓRIA DA CONQUISTA.

**Roberto Paulo Machado Lopes**

**Orientador: Prof. Dr. José Luiz Luzón**

Barcelona,  
2012

**ROBERTO PAULO MACHADO LOPES**

UNIVERSIDADE, EXTERNALIDADES E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL: AS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA EXPANSÃO DO ENSINO  
SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA.

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor em Geografia, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona.

Diretor de Tese: Professor Dr. José Luiz Luzón Benedicto

Barcelona,  
2012



**ROBERTO PAULO MACHADO LOPES**

**UNIVERSIDADE, EXTERNALIDADES E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL: AS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA EXPANSÃO DO ENSINO  
SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA.**

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor em Geografia, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Faculdade de Geografia e História da Universidade de Barcelona.

Aprovada em,

**Banca Examinadora**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me orientar os caminhos, dar-me sabedoria para enfrentar os desafios e tornar as lutas insignificantes diante dos resultados alcançados. Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e à Universidade de Barcelona pela oportunidade e pelo suporte institucional necessário à realização deste trabalho, que demandou recursos, disponibilidade e atenções de grande envergadura; aos Professores Abel Rebouças e Paulo Roberto Santos, pela oportunidade e empenho no sucesso deste curso. Espero ter correspondido à confiança em mim depositada.

Sou grato a Yamara Patrícia, minha amada esposa e companheira incondicional, por apoiar as infundáveis horas de estudo, por compreender a necessidade de renúncia a momentos de lazer e convívio familiar e pela leitura crítica e zelosa de tudo o que estava sendo produzido. À Amanda, minha filha querida e minha maior vitória. Aos meus pais, minhas referências de integridade e superação. Aos meus irmãos e sobrinhas pelo apoio integral e pela confiança em relação aos resultados deste trabalho.

Em especial, agradecer ao Professor Luis Luzón Benedicto, não só pela iniciativa e pelo protagonismo na construção desta parceria que resultou na oportunidade deste curso de doutorado, mas pela sua contribuição fundamental como orientador desde a fase do projeto e até a elaboração desta tese. A constante interação, os questionamentos, a indicação de fontes bibliográficas e os questionamentos foram decisivos para o aperfeiçoamento e melhoria constante deste estudo. Ao Professor Luis Luzón Benedicto, eu devo os comentários e observações e, sobretudo, o exemplo de seu comportamento ético e profissional. O Professor Luzón construiu um espaço de convivência que representou um ponto de inflexão na qualidade deste trabalho, agradeço especialmente pelo seu apoio constante, pelos seus incentivos e pela confiança dispensada.

Aos professores do curso Javier Martin Vide, Dolores Sánchez e Xavier Úbeda eu devo a lição relacionada às incertezas positivas de qualquer processo de aprendizado. Sinto-me particularmente honrado com os ensinamentos. *Last but not least*, agradecer à professora Isabel Pujadas pela forma solidária, comprometida e responsável com que coordenou o curso, também pela presteza com que acolheu os questionamentos e orientou sobre os encaminhamentos em cada fase do curso.

Agradeço aos colegas de curso e professores da Universidade de Barcelona que colaboraram em muito em todas as minhas atividades. Correndo o risco de omissões injustificáveis, eu gostaria de citar os colegas Francisco Carvalho, Francis, Altamar Rocha e Tayrone Felix; os professores Francesc Palomeque, Amprao Cortes, Carles Carrera e Joan Tort. A todos vocês, o meu reconhecimento e o meu mais profundo respeito.

Finalizando, aos professores que participaram da minha formação escolar e acadêmica, de Sisino Ribeiro - no ABC - à José Luiz Luzón - na Tese de Doutorado.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. [...] O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento.

Milton Santos, *Metamorfose do Espaço Habitado*, 1988.

## RESUMO

Este trabalho parte do entendimento de que a formação de economias de aglomeração está na base do desenvolvimento econômico de centros urbanos e regiões, especialmente das cidades médias, e defende a tese de que uma universidade pública de médio porte gera externalidades capazes de formar economias de aglomeração, tornando a expansão do ensino superior um núcleo de desenvolvimento setorial regional. O aporte teórico-metodológico utilizado como base para a construção deste modelo de análise será composto pelo conjunto de teorias clássicas da localização e pelo conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, sendo *cluster* o conceito chave do estudo, pelo seu estreito e indissolúvel vínculo ao objeto acima referido e por constituir-se o estado da arte das economias de aglomeração. O objetivo principal deste trabalho consiste em verificar se a expansão do ensino superior em uma cidade de médio porte contribui de forma marginal ou determinante para o desenvolvimento regional. Para verificar se tal condição se materializa, o presente trabalho analisa a aglomeração de ensino superior na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia - formada a partir das externalidades geradas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - como motor do desenvolvimento local, confirmando ou refutando a hipótese de que esta aglomeração caracteriza-se como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional. Em paralelo buscou examinar se a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista contribui para a redução ou aumento das desigualdades no seu Território de Identidade. Secundariamente, mas com uma relação direta com o conceito de aglomerações produtivas, procurou identificar as alterações na localização das atividades econômicas no espaço, a criação de novas centralidades e vetores de crescimento urbano e sua influência no tecido social. Para caracterizar uma aglomeração produtiva utilizou as medidas de especialização – QL (Quociente Locacional) e PRE (Participação Relativa no Emprego) - analisando o seu comportamento dessas variáveis entre 2000 e 2009. Os dados do QL e da PRE foram utilizados para determinar se as externalidades geradas pela expansão do ensino superior em Vitória da Conquista constituem-se como um núcleo de desenvolvimento setorial regional. Para essa caracterização tomou-se por base os valores referenciais calculados pelo Observatório de Atividades Econômicas (2007) da Distribuição Setorial das Atividades Aglomeradas por Território de Identidade da Bahia em 2007. Os resultados mostraram, baseados nas medidas de especialização (QL e PRE), que a expansão dos serviços de ensino superior em Vitória da Conquista constitui-se apenas em um embrião de sistema local de produção. Além disso, mostraram que, no período analisado, na maioria dos municípios do Território de Identidade (61%) a desigualdade aumentou. Portanto, aceita-se a hipótese de que a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista contribui para o aumento das desigualdades regionais, aumentando a influência da cidade em sua região de articulação, mas rejeita-se a hipótese de que esta expansão constitui-se como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.

**PALAVRAS CHAVE:** Externalidades. Economias de Aglomeração. Desenvolvimento Regional. Medidas de especialização. Ensino Superior.



## ABSTRACT

This work starts with the understanding that the formation of agglomeration economies underpins the economic development of cities and regions, especially of medium-sized cities, and defends the thesis that a midsized public university generates externalities capable of forming agglomeration economies, making the expansion of higher education a core of regional sectoral development. The theoretical and methodological framework used as the basis for building this type of analysis will consist on the set of classical theories of location and the set of theories of regional development with emphasis on agglomeration factors, using *cluster* as the key concept of the study, by its narrow and indissoluble bond to the object above and for being formed as the state of the art of agglomeration economies. The main goal of this study consists on verifying if the expansion of higher education in a midsize city contributes in a marginal or determinant way for regional development. To verify if such condition materializes, this paper analyzes the agglomeration of higher education in the city of Vitória da Conquista, Bahia - formed from the externalities generated by the State University of Southwest Bahia (UESB) - as an engine of local development confirming or refuting the hypothesis that this cluster is characterized as a core of industrial-regional development. At the same time it sought to examine whether the expansion of higher education in Vitória da Conquista contributes to the reduction or increase in inequality in its Territorial Identity. Secondly, but with a direct relationship with the concept of productive agglomerations, it sought to identify changes in the location of economic activities in space, the creation of new centers and vectors of urban growth and its influence on society. To characterize a productive concentration it used measures of specialization - QL (location quotient) and PRE (Relative Participation in Employment) - analyzing the behavior of these variables between 2000 and 2009. Data from the QL and PRE were used to determine whether the externalities generated by the expansion of higher education in Vitória da Conquista constitute itself as a regional center for the development sector. For this characterization there were taken by basis the referential values calculated by the Centre of Economic Activities (2007) Sectoral Distribution of the Agglomerated Activities per Territory of Identity in Bahia in 2007. The results, based on measures of specialization (QL and PRE), showed that the expansion of higher education services in Vitória da Conquista is only an embryo of local system production. Moreover, they showed that over that period, in most counties of the Territory of identity (61%) inequality has increased. Therefore, we accept the hypothesis that the expansion of higher education in Vitória da Conquista contributes to the increase of regional disparities, increasing the influence of the city in its region of articulation, but rejects the hypothesis that this expansion figures as a core of industrial-regional development.

**KEYWORDS:** Externalities. Economies of agglomeration. Regional Development. Measures of specialization. Higher Education.

## RESUMEN

Este trabajo comienza con el entendimiento de que la formación de economías de aglomeración sustenta el desarrollo económico de las ciudades y regiones, especialmente de pequeñas y medianas ciudades, y defiende la tesis de que una universidad pública de tamaño medio genera externalidades capaces de formar economías de aglomeración, haciendo la expansión de la educación superior un núcleo de desarrollo sectorial regional. El marco teórico y metodológico utilizado como base para la construcción de este tipo de análisis consistirá en el conjunto de las teorías clásicas de la ubicación y en el conjunto de las teorías del desarrollo regional con énfasis en los factores de aglomeración, y teniendo en cuenta que el *cluster* es el concepto clave del estudio, por su estrecha y lazo indisoluble al objeto anterior y proporcionar el estado del arte de las economías de aglomeración. El objetivo principal de este estudio es verificar si la expansión de la educación superior en una ciudad de tamaño medio contribuye marginalmente o determinante para el desarrollo regional. Para verificar si tal condición se materializa, este trabajo analiza la aglomeración de la educación superior en la ciudad de Vitória da Conquista, Bahia - formada a partir de las externalidades generadas por la Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - como motor de desarrollo local, para confirmar o refutar la hipótesis de que esta aglomeración se caracteriza por ser un núcleo de desarrollo regional. Al mismo tiempo, trató de examinar si la expansión de la educación superior en Vitória da Conquista contribuye a la reducción o aumento de la desigualdad en su identidad territorial. En segundo lugar, pero con una relación directa con el concepto de aglomeraciones productivas, trató de identificar los cambios en la localización de actividades económicas en el espacio, la creación de nuevos centros y los vectores de crecimiento urbano y su influencia en la sociedad local. Para caracterizar una concentración productiva se utilizaron medidas de especialización - QL (Cociente de Localización) y PRE (Participación Relativa en el Empleo) - Analizando el comportamiento de estas variables entre los años 2000 y 2009. Los datos de la CV y de la PRE se utilizan para determinar si las externalidades generadas por la expansión de la educación superior en Vitória da Conquista constituirse como un centro regional para el desarrollo del sector. Para esta caracterización se ha tomado sobre la base de los valores de referencia calculados por el Centro de Actividades Económicas (2007) Distribución de las Actividades Sectoriales Aglomeradas por el Territorio de la Identidad en Bahía, en 2007. Los resultados mostraron, en base a medidas de especialización (QL y PRE), que la expansión de los servicios de educación superior en Vitória da Conquista es sólo en un sistema local de producción de embriones. Por otra parte, demostraron que durante ese período, en la mayoría de los condados del Territorio de la identidad (61%) se incrementó la desigualdad. Por lo tanto, aceptamos la hipótesis de que la expansión de la educación superior en Vitória da Conquista contribuye al aumento de las disparidades regionales, el aumento de la influencia de la ciudad en su región de la articulación, pero rechaza la hipótesis de que esta expansión es como un centro de tipo industrial de desarrollo regional.

**PALABRAS CLAVE:** Externalidades. Economías de Aglomeración. Desarrollo Regional. Medidas de Especialización. Educación Superior.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

Quadro 1 – Forças que afetam a concentração espacial da atividade econômica .....	39
Quadro 2 – Taxa de escolarização bruta no ensino superior em 2008 – países selecionados .....	129
Quadro 3 - Probabilidade de ocorrência de pobreza entre níveis de escolaridade, 2001 – 2006 .....	140
Quadro 4 - Evolução do quadro docente de mestres e doutores .....	249
Quadro 5 - Candidatos inscritos no vestibular por Estado de origem .....	259
Quadro 6 – Evolução do QL de ensino superior (funções docentes) em Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .....	309
Quadro 7 – Evolução do QL de ensino superior em Vitória da Conquista, 2000 – 2009	316
Quadro 8 - Vitória da Conquista: QL e PRE, emprego total no ES e funções docentes	322
Quadro 9 – Território de Identidade Vitória da Conquista: participação relativa de cada município no IPM do território, 2000 – 2009 .....	326

### MAPAS

Mapa 1 – Divisão político administrativa do Brasil .....	194
Mapa 2 – Delimitação territorial do bioma caatinga .....	196
Mapa 3 – Semiárido baiano .....	200
Mapa 4 – Regiões econômicas da Bahia .....	201
Mapa 5 – Bahia: Territórios de Identidade .....	202
Mapa 6 – Abrangência das Universidades Estaduais da Bahia por Município .....	207
Mapa 7 – Vitória da Conquista: contexto global .....	221
Mapa 8 – Regiões de influência da cidade de Vitória da Conquista .....	228
Mapa 9 – Distribuição dos programas de pós-graduação pelas Mesorregiões Geográficas do Brasil no ano de 2009 .....	237
Mapa 10 - Mapa da área urbana de Vitória da Conquista .....	275
Mapa 11 - Área de expansão urbana e atividades econômicas após implantação da Uesb .....	277

## FIGURAS

Figura 1 – Panorama geral das externalidades .....	87
Figura 2 – Conscentação, especialização e aglomeração .....	90
Figura 3 – Recursos da vantagem competitiva Locacional .....	101
Figura 4 – O sistema completo do Diamante da Competitividade .....	102
Figura 5 – Circulo virtuoso do Desenvolvimento Local .....	111
Figura 6 – Inputs e Outputs da universidade pública .....	167
Figura 7 – Pirâmide etária da Região Sudoeste da Bahia – Censo 2010 .....	254
Figura 8 – Impactos diretos e inditretos da universidade na economia municipal .....	282
Figura 9 – Fluxo de Despesas da universidade na economia municipal .....	283
Figura 10 – Fluxo das despesas dos servidores da Universidade na economia municipal .....	287
Figura 11 – Fluxo das despesas de alunos oriundos de outros município na economia municipal .....	289

## GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estudo e trabalho: jovens e crianças brasileiras .....	135
Gráfico 2 – Distribuição percentual dos doutores titulados no Brasil por regiões, 1996 e 2008 .....	142
Gráfico 3 – Distribuição percentual dos programas de doutorado no Brasil, 1996 e 2008 .....	143
Gráfico 4 – Dispêncios nacionais em P&D per capita, países selecionados .....	150
Gráfico 5 – Porcentagem do gasto total em P&D realizado pelas empresas e pelo governo – Países selecionados .....	158
Gráfico 6 – Crescimento da produção científica brasileira, 2000 - 2009 .....	159
campus de Vitória da Conquista .....	
Gráfico 7 – Porcentagem da distribuição dos pesquisadores, em equivalência de tempo integral, por setor institucional, 2008 – em % de pesquisadores .....	160
Gráfico 8 – Pedidos de patentes de invenção depositados no escritório de marcas e patentes dos Estados Unidos da América, países selecionados, 2008 .....	162
Gráfico 9 – Bahia: jovens com idade entre 18 e 24 anos .....	210
Gráfico 10 – Bahia: jovens com idade entre 18 e 24 anos que estudam .....	211

Gráfico 11 – Bahia: jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no ensino fundamental .....	211
Gráfico 12 – Bahia: jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no ensino médio .....	212
Gráfico 13 – Bahia: jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior .....	214
Gráfico 14 – Bahia: Total de matrículas no Ensino Superior .....	215
Gráfico 15 – Bahia: Matrículas nas IES federais .....	215
Gráfico 16 – Bahia: Matrículas nas IES Estaduais .....	216
Gráfico 17 – Bahia: Matrículas nas IES particulares .....	216
Gráfico 18 – Bahia: Evolução das matrículas no Ensino Superior, IES públicas e IES privadas .....	217
Gráfico 19 - Evolução do quadro docente de mestres e doutores .....	250
Gráfico 20 – Curva do QL de ensino superior (funções docentes) em Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .....	310
Gráfico 21 – Participação Relativa no Emprego (funções docentes) – PRE, Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .....	312
Gráfico 22 – Evolução do emprego no ensino superior (funções docentes), Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .....	313
Gráfico 23 – Evolução do emprego no ensino superior (funções docentes), Bahia, 2000 – 2010 .....	314
Gráfico 24 – Curva do QL do ensino superior, Vitória da Conquista, 2000 - 2009 .....	317
Gráfico 25 – Curva da PRE do ensino superior em Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .	318
Gráfico 26 - Evolução do emprego no ensino superior, Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .....	319
Gráfico 27 - Evolução do emprego no ensino superior, Bahia, 2000 – 2009 .....	319
Gráfico 28 - Vitória da Conquista: curvas do QL e PRE .....	323

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da matrícula na educação superior por faixa etária .....	137
Tabela 2 – Renda e Educação no Mercado de Trabalho, Brasil, 2003 e 2009 .....	139
Tabela 3 – Brasil: ensino superior por grandes Regiões e Estados selecionados – 1999 .....	144
Tabela 4 – Brasil: ensino superior por grandes Regiões e Estados selecionados – 2010 .....	145
Tabela 5 – Nordeste/Bahia: Dados da população e do ensino superior – 2010 .....	145
Tabela 6 – Nordeste/Bahia: Dados da população e do ensino superior – 1999 .....	145
Tabela 7 – Bahia/Vitória da Conquista: Dados da população e do ensino superior - 1999 .....	146
Tabela 8 – Bahia/Vitória da Conquista: Dados da população e do ensino superior – 2010 .....	146
Tabela 9 – Investimentos em P,D&I com percentual do PIB, países selecionados – 2004 .....	149
Tabela 10 – Bahia: mudanças no ensino superior, 2000 – 2010 .....	209
Tabela 11- Percentual de jovens com idade entre 18 e 24 anos na educação superior ..	213
Tabela 12 – Bahia: Moradores em domicílios particulares por classe de rendimento mensal .....	219
Tabela 13 – Vitória da Conquista: População residente, Taxa de urbanização e Densidade demográfica .....	223
Tabela 14 – Evolução da oferta de cursos de graduação oferecidos pela Uesb .....	248
Tabela 15 - Alunos matriculados nos cursos de graduação da Uesb, 2002-2009 .....	249
Tabela 16 - Titulação docente – 2009 .....	250
Tabela 17 - Grupos de pesquisa certificados pela Uesb .....	251
Tabela 18 - Propostas de ações de projetos de extensão .....	252
Tabela 19 – Relação - matrícula e vagas//população total e população de 18 a 24 anos – Uesb, <i>campus</i> de Vitória da Conquista e Região Sudoeste, em 2009 .....	255
Tabela 20 – Matrícula no ensino superior em Vitória da Conquista/população total e população em idade universitária, 2009 .....	256
Tabela 21 - Número de vagas oferecidos no vestibular da Uesb, 2002 – 2009 .....	257
Tabela 22 - Números de inscritos no vestibular por <i>campi</i> , 2009 .....	258

Tabela 23 - Número de inscritos no vestibular por sexo, 2009 .....	260
Tabela 24 - Relação convocados/inscritos por origem escolar no vestibular Uesb - 2009, <i>campus</i> Vitória da Conquista .....	262
Tabela 25 - Relação convocados/inscritos por grupo étnico-racial Uesb - 2009, <i>campus</i> de Vitória da Conquista .....	263
Tabela 26 - Relação convocados/inscritos por local de moradia no vestibular Uesb - 2009, <i>campus</i> Vitória da Conquista .....	264
Tabela 27 - Orçamento da Uesb (2009), valores pagos pelo <i>campus</i> de Vitória da Conquista .....	288
Tabela 28 - Proxy da distribuição do gasto médio mensal dos alunos oriundo de outros municípios, 2009 .....	290
Tabela 29 - Vitória da Conquista - Relações entre ICMS arrecadado e os recursos da Uesb, 2009 .....	296
Tabela 30 – Vitória da Conquista: mudanças no ensino superior, 2000 – 2010 .....	304
Tabela 31 – Dados gerais do ensino superior: Vitória da Conquista, Bahia e Brasil .....	304
Tabela 32 – PRE do ensino superior (funções docentes) em Vitória da Conquista, 2000 – 2010 .....	312
Tabela 33 – PRE do ensino superior em Vitória da Conquista, 2000 – 2009 .....	317
Tabela 34 – Relação entre o IPM de cada município com o IPM do Município de Vitória da Conquista .....	325

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	- Arranjos Produtivos Locais
BRIC	- Brasil, Rússia, Índia e China
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDES	- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEA	- Data Envelopment Analysis
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras contra a Seca
EUA	- Estados Unidos da América
FAINOR	- Faculdade Independente do Nordeste
FAPESB	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAPESP	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FTC	- Faculdade de Tecnologia e Ciências
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFBA	- Instituto Federa de Educação da Bahia
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	- Índice de Participação dos Municípios
IPVA	- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ISI	- Internacional Science Index
JTS	- Faculdade Juvêncio Terra
MCTI	- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	- Ministério da Educação
NGE	- Nova Geografia Econômica
OECD	- Organization for Economic Cooperation and Development
OMC	- Organização Mundial do Comércio
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
P,D&I	- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIB	- Produto Interno Bruto
PMVC	- Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista



PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRE	- Participação Relativa no Emprego
QL	- Quociente Locacional
REUNI	- Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEFAZ	- Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEI	- Superintendência de Estudos e Informações
SM	- Salário Mínimo
U-E	- Universidade-Empresa
UEFS	- Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	- Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UNEB	- Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	13
1.2 JUSTIFICATIVA .....	15
1.3 METODOLOGIA .....	16
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO .....	20
<b>2 MODELOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO, ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS. ....</b>	<b>23</b>
2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA REGIONAL: ANTECEDENTES E TRANSFORMAÇÕES RECENTES .....	23
2.2 CONCEITOS BÁSICOS DA QUESTÃO ESPACIAL RELATIVOS AOS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS .....	27
<b>2.2.1 Considerações econômicas do espaço: espaço econômico e espaço geográfico</b>	<b>27</b>
<b>2.2.2 Fundamentos teóricos e metodológicos da regionalização: espaço e região ....</b>	<b>22</b>
<b>2.2.3 Crescimento urbano e novas centralidades .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.4 A localização das atividades econômicas no espaço: o conjunto de teorias clássicas da localização .....</b>	<b>40</b>
<b>2.2.5 A política regional .....</b>	<b>46</b>
<b>2.2.6 As desigualdades regionais .....</b>	<b>51</b>
2.3 MODELOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	54
<b>2.3.1 Teoria da base econômica: o multiplicador e a renda interregional .....</b>	<b>55</b>
<b>2.3.2 Teoria interregional da renda .....</b>	<b>62</b>
<b>2.3.3 Modelos exógenos de crescimento regional: polos de crescimento, causação circular cumulativa e concatenação para frente e para trás. ....</b>	<b>67</b>
<b>2.3.4 O desenvolvimento local ou endógeno: novos paradigmas de industrialização, a teoria do crescimento endógeno e o novo papel do estado .....</b>	<b>72</b>
<b>3 O CONCEITO DE EXTERNALIDADES E A TEORIA DOS AGLOMERADOS: A FORMAÇÃO DE <i>CLUSTER</i> .....</b>	<b>78</b>
3.1 O CONCEITO DE EXTERNALIDADES .....	80
3.2 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E AS BASES DA TEORIA DOS	

AGLOMERADOS .....	88
<b>3.2.2 Diferenças conceituais entre aglomeração, concentração e especialização .....</b>	<b>88</b>
<b>3.2.3 A teoria dos Aglomerados: origem e evolução .....</b>	<b>90</b>
3.2.3.1 A contribuição de Alfred Marshall .....	92
3.2.3.2 Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração ...	95
3.3 <i>CLUSTER</i> : CONCEITO E METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO .....	105
<b>3.3.1 Análise quantitativa e qualitativa de <i>clusters</i> .....</b>	<b>113</b>
<b>3.3.2 Metodologia para identificação de <i>clusters</i> .....</b>	<b>114</b>
<b>4 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O ESTADO DA</b>	
<b>ARTE .....</b>	<b>121</b>
4.1 A UNIVERSIDADE: ORIGEM HISTÓRICA E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL	124
<b>4.1.1 A Universidade no Brasil .....</b>	<b>125</b>
4.2 DESIGUALDADE NA OFERTA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NO	
BRASIL .....	131
<b>4.2.1 Retornos da educação e o mercado de trabalho .....</b>	<b>137</b>
<b>4.2.2 Desigualdade espacial na oferta de serviços de ensino superior .....</b>	<b>141</b>
4.3 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	147
<b>4.3.1 Inovação tecnológica e a interação universidade-empresa .....</b>	<b>149</b>
4.3.1.1 Promoção da Inovação na Empresa .....	157
<b>4.3.2 Universidade, incubadoras de empresas e <i>spin-offs</i> .....</b>	<b>163</b>
<b>4.3.3 <i>Inputs</i> e <i>outputs</i> da Universidade .....</b>	<b>165</b>
4.4 A INFLUÊNCIA DA UNIVERSIDADE NA DINÂMICA URBANA .....	167
<b>4.4.1 A universidade e a localização das atividades econômicas no espaço .....</b>	<b>171</b>
4.5 INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE .....	172
4.6 A UNIVERSIDADE, A FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO .....	176
<b>4.6.1 Capital humano e qualidade das instituições .....</b>	<b>184</b>
4.7 IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO: A MOVIMENTAÇÃO DE	
RECURSOS FINANCEIROS .....	186
<b>4.7.1 Impactos diretos .....</b>	<b>188</b>
<b>4.7.2 Impactos indiretos .....</b>	<b>190</b>

## **5 VITÓRIA DA CONQUISTA: CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES**

<b>RECENTES .....</b>	<b>192</b>
5.1 BRASIL E NORDESTE: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIOECONÔMICOS	192
<b>5.1.1 Semiárido nordestino: aspectos geográficos e socioeconômicos .....</b>	<b>194</b>
5.2 BAHIA: ASPECTOS ECONÔMICOS E TERRITORIAIS .....	197
<b>5.2.1 Planejamento territorial na Bahia .....</b>	<b>199</b>
<b>5.2.3 Semiárido baiano: características geoeconômicas .....</b>	<b>203</b>
5.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES .....	206
5.4 VITÓRIA DA CONQUISTA: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, TERRITORIAIS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES .....	220
<b>5.4.1 Características gerais .....</b>	<b>220</b>
<b>5.4.2 Aspectos urbanos, territoriais e região de influência .....</b>	<b>225</b>
<b>5.4.3 Aspectos econômicos .....</b>	<b>229</b>
5.4.3.1 Serviços básicos e de infraestrutura .....	230
5.4.3.2 Agrapocuária .....	231
5.4.3.3 A indústria .....	233
5.4.3.4 Serviços .....	236
<b>5.4.4 Vitória da Conquista: desigualdade, pobreza e qualidade das instituições .....</b>	<b>238</b>
<b>5.4.5 Aspectos políticos .....</b>	<b>241</b>
<b>6 AS EXTERNALIDADES GERADAS PELA UESB NA ECONOMIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: AS DIMENSÕES ECONÔMICAS E ESPACIAIS .</b>	<b>246</b>
6.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB .....	246
<b>6.1.1 O ensino .....</b>	<b>248</b>
<b>6.1.2 A pesquisa .....</b>	<b>250</b>
<b>6.1.3 A Extensão .....</b>	<b>251</b>
6.2 A INFLUÊNCIA DA UESB NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA .....	252
<b>6.2.1 A demanda por serviços de ensino superior em Vitória da Conquista .....</b>	<b>253</b>
<b>6.2.2 A interação universidade-empresa .....</b>	<b>265</b>
<b>6.2.3 A cooperação internacional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia</b>	<b>266</b>
<b>6.2.4 A formação de capital humano e a qualidade das instituições no município de Vitória da Conquista .....</b>	<b>270</b>
<b>6.2.5 A Uesb e a localização das atividades econômicas no espaço urbano de</b>	

<b>Vitória da Conquista .....</b>	<b>273</b>
<b>6.2.6 Os impactos dos recursos financeiros movimentados pela Uesb na economia de Vitória da Conquista .....</b>	<b>279</b>
6.2.6.1 Impactos diretos na economia do município .....	284
6.2.6.2 Impacto potencial .....	291
6.2.6.3 A Uesb e os benefícios para o município na redistribuição dos impostos estaduais .....	295
<b>7 AGLOMERAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA: RESULTADOS E DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE .....</b>	<b>220</b>
7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	297
7.2 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.	302
<b>7.2.1Medidas de especialização para Vitória da Conquista: delimitação da análise</b>	<b>306</b>
7.2.1.1 Cálculo do QL e da PRE: funções docentes .....	309
7.2.1.2 Cálculo do QL e da PRE: emprego total no ensino superior .....	316
7.2.1.3 QL e PRE: considerações adicionais .....	321
7.3 EENSINO SUPERIOR E DESIGUALDADES REGIONAIS: VITÓRIA DA CONQUISTA E SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA .....	323
<b>8 CONCLUSÕES .....</b>	<b>327</b>
<b>9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>333</b>

# **UNIVERSIDADE, EXTERNALIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA.**

Roberto Paulo M. Lopes

Diretor de Tese: José Luiz B. Luzón

## **1 INTRODUÇÃO**

É crescente a importância teórica e o interesse pela questão da aglomeração geográfica das atividades econômicas. Busca-se, com isso, explicar os elementos orientadores da economia espacial e entender qual a natureza e os benefícios para o desenvolvimento local das chamadas economias de aglomeração. Este interesse é orientado, por um lado, pela busca de evidências científicas da existência de retornos crescentes urbanos em cidades onde há uma maior concentração de atividades econômicas e, por outro lado, na busca de explicações para as desigualdades no desenvolvimento econômico entre as regiões. Além disto, e de forma subsidiária, estudos buscam apresentar alternativas para o desenvolvimento de modo a superar as desigualdades regionais. Geograficamente o desenvolvimento econômico é desequilibrado, e isto evidencia as falhas de mercado bem como os equívocos da adoção de certas políticas para redução das desigualdades regionais. Aliado ao fraco desempenho operacional destas políticas, e até como consequência dele, há a necessidade de uma reconstrução teórica que possibilite uma melhor compreensão deste fenômeno e de sua persistência ao longo do tempo. Neste sentido, identificar as falhas de mercado e as causas do insucesso das intervenções governamentais torna-se um importante instrumento para formulação de políticas públicas para um planejamento regional adequado.

O desenvolvimento regional desigual é um fenômeno característico das economias capitalistas. No Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro, a desigualdade ganha contornos que agravam a possibilidade de soluções. Políticas de desenvolvimento econômico (entendido

como um conceito mais amplo do que o crescimento) nas regiões menos desenvolvidas envolvem ações que se materializam no curto, médio e longo prazo.

A universidade pública, pelas suas características e dinâmica de funcionamento, consegue influenciar o desenvolvimento econômico nas dimensões temporais (curto, médio e longo prazo) acima propostas. No curto prazo através dos recursos financeiros movimentados na economia local por alunos oriundos de outros municípios, funcionários e pela instituição. No médio prazo através da atração de investimentos (como de instituições de ensino superior privadas e cursos de idiomas entre outros) e na realocação das atividades econômicas no espaço. No longo prazo melhorando a qualidade das instituições resultantes da formação de capital humano e do desenvolvimento de pesquisas. Diante dessa contextualização a universidade se constitui como uma variável qualificada para redução das desigualdades regionais.

A contribuição da universidade pública para o desenvolvimento (e conseqüente redução das desigualdades regionais) é determinante nos municípios de pequeno porte e marginal nos municípios de grande porte. Enquanto nos municípios de pequeno porte a universidade pública é indutora do desenvolvimento, nos de grande porte ela é induzida pelo desenvolvimento. Nos municípios de médio porte não é possível concluir, de forma tão clara, se a contribuição da universidade pública é determinante, ou não, para o desenvolvimento econômico local.

Partindo da problemática acima, o **problema objeto deste trabalho consiste em verificar se a expansão do ensino superior em uma cidade de médio porte contribui de forma marginal ou determinante para o desenvolvimento regional. Para verificar se tal condição se materializa, o presente trabalho analisa a aglomeração de ensino superior na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia - formada a partir das externalidades geradas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - como motor do desenvolvimento local, confirmando ou refutando a hipótese de que esta aglomeração caracteriza-se como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.**

As economias de aglomeração, decorrentes das diversas externalidades positivas geradas pela proximidade geográfica dos agentes econômicos, constituem-se a variável determinante do desenvolvimento de uma região. A formação de economias de aglomeração em uma região

pode relacionar-se a variáveis naturais, geográficas, culturais, institucionais entre outros e surgem a partir das economias externas geradas pela presença destas variáveis. O setor de atividade e a intensidade com que os fatores (capital, trabalho e/ou tecnologia) são utilizados e potencializados vão determinar a dinâmica do crescimento e desenvolvimento regional. As externalidades positivas associadas à redução dos custos fixos, aumento da produtividade do trabalho, expansão do mercado consumidor e criação de novas oportunidades de negócios geram efeitos multiplicadores dinâmicos capazes de promover o desenvolvimento econômico e social de uma determinada região.

As economias externas decorrem dos benefícios obtidos por um agente econômico devido a implantação de um serviço público (rodovia, universidade) ou de uma atividade produtiva privada (indústria, shopping center) gerando a este agente vantagens antes inexistentes. As economias de aglomeração são subdivididas em economias de especialização (ou localização) e economias de urbanização. As economias de especialização originam das economias de escala externas à firma, mas internas à aglomeração industrial em que a firma se localiza; já as economias de urbanização são economias externas à firma e ao aglomerado industrial *stricto sensu*, mas internas ao centro urbano em que se localizam. As economias de localização se materializam em uma implícita partilha dos custos fixos, na redução dos custos de interação espacial e na multiplicidade das possibilidades de troca. As economias de urbanização originam-se da diversificação produtiva propiciada pela escala urbana das cidades, o que possibilita ganhos econômicos, sociais e institucionais pelos efeitos dinâmicos e diversificados da aglomeração. Os ganhos de produtividade das economias de urbanização decorrem, principalmente, da produção de bens públicos – aqueles que dificilmente seriam assegurados de forma privada dado o peso das externalidades, dos custos fixos ou a importância das indivisibilidades, como portos, estradas, justiça e universidade pública.

As universidades constituem-se um importante vetor de desenvolvimento sócioeconômico para os centros urbanos. Esta importância se materializa de várias formas: 1. como força locacional, fortalecendo a localização geográfica das atividades econômicas no espaço; 2. como indutor de formação de polos regionais especializados, constituindo-se em área de influência em sua região de articulação; 3. através da formação de capital humano e desenvolvimento de pesquisas, criando um ambiente propício às inovações e surgimento de novos negócios; 4. como motivador de mudanças incrementais na matriz institucional, influenciando as regras de comportamento e, conseqüentemente, o padrão de consumo; e 5.



através do consumo relacionado ao funcionamento das universidades públicas (gastos da instituição com manutenção e investimentos, gastos de professores e funcionários e gastos de alunos oriundos de outras localidades) e suas externalidades.

A hierarquização das formas acima qualifica a formação de capital humano e o desenvolvimento de pesquisas com a razão primeira de ser de uma universidade. Mas as externalidades geradas por este processo produzem efeitos sobre o crescimento e desenvolvimento regional. As mudanças na matriz institucional aparecem como uma externalidade de longo prazo deste processo. A universidade como força locacional das atividades econômicas no espaço urbano, criando economias de aglomeração, e a constituição deste espaço como polo regional se manifestam no médio prazo. Os gastos relacionados ao funcionamento das universidades geram externalidades que contribuem, de forma determinante, para o crescimento das cidades no curto prazo.

Além dos efeitos diretos e indiretos produzidos sobre a economia regional, a interação entre universidade e empresa é um componente fundamental para o processo de inovação de uma região. Além disto, contribui para formação de estoque de capital humano e ajuda a mudar a qualidade das instituições. Desta forma, tem-se através da universidade pública as bases para o desenvolvimento regional endógeno nos moldes *bottom up*.

Nas regiões e municípios menos desenvolvidos esta importância é ainda maior em função do volume de recursos financeiros movimentados por estas instituições. Estes recursos produzem efeitos positivos sobre a estrutura produtiva local, gerando, através dos seus gastos, efeitos de encadeamento.

“Diversos impactos potenciais da universidade sobre a economia local a tornam especialmente importante para regiões menos desenvolvidas ou cidades menores, uma vez que criam economias de localização em lugares que, muitas vezes, não têm outras fontes de economias externas, através de efeitos multiplicadores dos gastos, provisão de conhecimento, transferência de tecnologia, *spin-offs*, assistência técnica e atração de negócios para a região” (DINIZ e GONÇALVES, 2000, p. 93).

Uma das grandes vantagens desta opção de desenvolvimento está na sua permanência ao longo do tempo. Ao contrário de empreendimentos industriais que são “voláteis” ou “nômades” e se movem de acordo com os incentivos fiscais, sem nenhum compromisso com a base territorial, as universidades públicas são seculares, se identificam e se confundem com a própria região. Os segmentos econômico e social que se relacionam à dinâmica de funcionamento da universidade têm uma demanda garantida por um período de tempo relativamente longo, visto que a universidade pública não possui a mobilidade de outros setores.

Uma universidade pública, como demonstrado por Lopes (2003) e reforçado por Carvalho e Chaves (2007), pode contribuir para a formação de um *cluster* de ensino superior pelos dois enfoques da análise quantitativa, quais sejam: o da similaridade e da interdependência. Pelo enfoque da similaridade (*cluster* do tipo horizontal), porque atrai instituições privadas de ensino superior, passando a compartilhar os mesmos recursos. Pelo enfoque da interdependência (*cluster* do tipo vertical), por meio da atração de uma série de serviços complementares como cursinhos, escolas de idiomas, infraestrutura de lazer e outros serviços urbanos. Com isto, contribui para a formação de novas centralidades urbanas, um dos instrumentos apontados por Diniz (2006) para um crescimento regional com coesão econômica, social e territorial.

**O presente trabalho parte do entendimento de que a formação de economias de aglomeração está na base do desenvolvimento econômico de centros urbanos e regiões e defende a tese de que uma universidade pública de médio porte gera externalidades capazes de formar economias de aglomeração, tornando a expansão do ensino superior um núcleo de desenvolvimento setorial regional.** O aporte teórico-metodológico utilizado como base para a construção deste modelo de análise será composto pelo conjunto de teorias clássicas da localização e pelo conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, sendo *cluster* o conceito chave do estudo, pelo seu estreito e indissolúvel vínculo ao objeto acima referido e por constituir-se estado da arte das economias de aglomeração.

## 1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

A universidade pública deve responder à demanda real por ensino superior na região onde está localizada, justificando o gasto público empregado para o seu funcionamento e cumprindo o seu papel político. Se não cumprir o seu papel enquanto política pública estratégica para o desenvolvimento econômico e social de uma região, a universidade pública não se sustenta no longo prazo. A sustentabilidade da universidade pública se daria através dos avanços realizados em diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, incorporando a ciência e a inovação à sua estrutura produtiva, penetrando transversalmente seus diversos segmentos e alterando seus padrões de organização. Esse processo torna o tecido econômico mais inovador, resultando em maior competitividade das empresas, na difusão tecnológica e surgimento de pequenos negócios inovadores.

Além dos impactos decorrentes da incorporação da inovação à estrutura produtiva, a universidade pública pode contribuir para o tecido econômico e social atraindo investimentos e tornando-se uma força centrípeta do crescimento econômico local. Partindo desta premissa, este trabalho pretende analisar a relação entre economias de aglomeração, formadas pelas externalidades do ensino superior, e o desenvolvimento local. Seu objetivo geral é **verificar se a expansão do ensino superior na cidade de Vitória da Conquista - formada a partir das externalidades geradas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – constitui-se como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional**. Para verificar isto utiliza-se medidas de especialização para caracterizar uma aglomeração produtiva.

Do ponto de vista regional, a expansão do ensino superior tende a aumentar a influência da cidade onde está inserida em sua região de articulação ao mesmo tempo que reforça as potencialidades econômicas dos municípios vizinhos. Partindo dessa premissa, outro objetivo secundário consiste em **analisar se a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista contribui para a redução ou aumento das desigualdades no seu Território de Identidade**.

Como a expansão do ensino superior influencia o desenvolvimento de cidades médias a partir da dinamização do seu tecido social e urbano, um objetivo secundário deste trabalho é

**identificar as alterações na localização das atividades econômicas no espaço, a criação de novas centralidades e vetores de crescimento urbano e sua influência no tecido social.**

Dessa forma, é possível identificar concentrações com externalidades positivas (forças centrífugas) e outras com externalidades negativas (forças centrípetas).

A expansão do ensino superior na cidade de Vitória da Conquista surge a partir das externalidades geradas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Nesse sentido, constitui objetivo secundário desse trabalho **dimensionar os impactos econômicos da UESB sobre a economia de Vitória da Conquista.**

De forma subsidiária, **contribuir para o desenvolvimento de estudos teórico-práticos que possibilitem uma melhor compreensão das questões regionais e espaciais.**

Como ponto de partida para se alcançar tais objetivos, parte-se de duas hipóteses fundamentais para se entender e tratar a questão:

- a) As externalidades decorrentes das economias de aglomeração geram ganhos de produtividade, estes ganhos estão na base do desenvolvimento econômico regional/local. Em cidades médias, as externalidades geradas pela dinâmica de funcionamento de uma universidade pública de médio porte criam economias de aglomeração a partir da expansão do ensino superior. Partindo destas evidências teóricas, esta tese busca validar a hipótese central de que as externalidades geradas pela a dinâmica de funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) forma economias de aglomeração na cidade de Vitória da Conquista tornando a expansão de serviços de ensino superior um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.
- b) O ensino superior, em regiões menos desenvolvidas e pelos custos envolvidos, necessita de uma escala para operar, por isso tende a concentrar espacialmente, aumentando as desigualdades regionais e reforçando a influencia das cidades médias em sua região de articulação. Neste sentido, a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista aumenta as desigualdades em seu Território de Identidade.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Dentre outros aspectos, o estudo se justifica por discutir a importância da expansão do ensino superior para a economia local a partir de um foco de análise pouco utilizado, qual seja, a formação de economias de aglomeração decorrentes das externalidades não tradicionais geradas pela dinâmica de funcionamento do ensino superior. Esse ponto revela a originalidade e relevância da pesquisa que agrega novos elementos ao debate sobre a universidade pública na atualidade, como a importância de seus gastos para a economia regional. O trabalho proposto inova na percepção, deslocando o foco de pontos tradicionais (ensino, pesquisa e extensão) para centrar a análise nos seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico local no curto, médio e longo prazo.

O interesse pela temática proposta neste trabalho tem múltiplas motivações. Primeiro, por se tratar de um estudo no âmbito da economia regional abordando aspectos da economia baiana. A Bahia apresenta um elevado nível de pobreza, especialmente no semiárido (região de origem do autor), e fortes desníveis no desenvolvimento de seus territórios de identidade (espaço econômico de planejamento do Estado). O elevado nível de pobreza da população brasileira, especialmente aquele decorrente da desigualdade, sempre inquietou os pesquisadores e aqueles que investigam as questões econômicas e sociais no Brasil.

Segundo, por apresentar as vantagens das economias de aglomeração nucleadas por uma universidade pública com grande potencial para promover o desenvolvimento regional de forma persistente e sustentada. Terceiro, por apresentar um papel adicional no campo da economia, em defesa da universidade pública em um momento em que ela vem sofrendo constantes ataques. O ensino superior público sempre foi criticado pelos políticos, acusado de se constituir como unidades de gasto.

Quarto, por dar continuidade ao meu trabalho de mestrado que investiga as relações entre universidade pública e desenvolvimento local a partir dos impactos dos gastos relacionados ao funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia sobre a economia de Vitória da Conquista. Este trabalho resultou na publicação do livro “Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia”. Espera-se que a extensão deste estudo possa gerar evidências empíricas no intuito de enriquecer o debate a cerca das variáveis determinantes do desenvolvimento regional.

Por último, uma motivação adicional reside na ideia de reforçar a importância que desempenha a economia dos serviços na determinação do produto, geração de empregos e na capacidade de diversificação e modernização para atendimento das novas necessidades sociais. Os serviços são crescentemente exportáveis, estando na principal agenda de discussões da Organização Mundial do Comércio (OMC). A fronteira entre a economia dos serviços e a economia material é cada vez mais fluida e móvel, e os serviços, particularmente os empresariais, são hoje o mais importante suporte para as atividades econômicas e, portanto, o mais eficiente fator de atração para novas empresas.

Os serviços de educação superior devem ser vistos como vetores de desenvolvimento urbano e regional, porque atraem investimentos internos e externos, ocupam parte crescente da força de trabalho, geram renda e tributos e ainda respondem por boa parcela das exportações de serviços das cidades. A ausência de vagas no ensino superior se traduz num duplo prejuízo para a economia das cidades brasileiras que não contam com faculdades. De um lado, dificulta a exportação de serviços de educação superior. De outro, aumenta a importação local desses serviços com a migração de jovens locais para outros centros universitários. Diante disto, a organização de *cluster* de educação superior, com o estabelecimento de alianças estratégicas e parcerias entre universidades, escolas e outras instituições, é uma condição necessária para um desenvolvimento sustentável.

### 1.3 METODOLOGIA

Para comprovar ou refutar a hipótese de que as externalidades geradas pela expansão do ensino superior formam economias de aglomeração que respondem por expressiva parcela do crescimento econômico da cidade de Vitória da Conquista, constituindo-se como o núcleo de desenvolvimento setorial-regional, foi utilizado o método dedutivo.

Embora nas ciências sociais o uso desse método é bem mais restrito, é verdade que sua utilização tem sido crescente, sobretudo na economia, que tem formulado leis gerais. Este é um trabalho de investigação em ciências sociais, com enfoque em economia regional, utilizando-se do método científico dedutivo, de caráter exploratório e trabalhado a partir de um estudo de caso. O método dedutivo parte, do geral para o particular, de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões dentro de uma construção lógica.

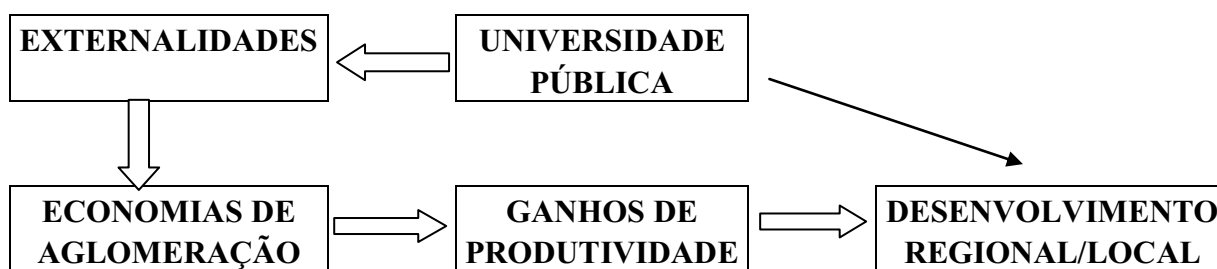
As externalidades geram economias de aglomeração. As economias de aglomeração, seja de localização ou urbanização, geram ganhos de produtividade. Os ganhos de produtividade estão na origem do processo de desenvolvimento econômico regional/local. Como a dinâmica de funcionamento do ensino superior gera externalidades econômicas e sociais diversas, de curto, médio e longo prazo, deduz-se que, dada a dimensão da economia local, o ensino superior pode constituir-se como um núcleo do desenvolvimento econômico local. Como ocorre com todas as cidades médias – contexto no qual Vitória da Conquista se insere – o ensino superior desempenha uma importância estratégica para a cidade, aumentando sua influência na sua região de articulação

O método dedutivo consiste em construir estruturas lógicas baseadas no silogismo. Parte do princípio de que a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro a partir da relação lógica que se estabelece entre proposições (premissas) a priori evidentes e irrecusáveis.

No desenvolvimento desse trabalho, estabeleceu-se a premissa de que as economias de aglomeração, decorrentes das externalidades, geram ganhos de produtividade. Outra premissa estabelecida é a de que os ganhos de produtividade estão na base do desenvolvimento econômico regional/local. Uma terceira premissa estabelece que as externalidades geradas pela dinâmica de funcionamento de uma universidade pública de médio porte criam economias de aglomeração a partir da expansão do ensino superior.

Partindo dessas premissas, chega-se a conclusão de que a dinâmica de funcionamento de uma universidade pública de médio porte cria economias de aglomeração, de urbanização e localização, que promovem o desenvolvimento econômico regional/local. Em uma cidade média as economias de aglomeração constituem-se como o núcleo do desenvolvimento econômico regional/local. Dado que essas condições se reproduzem na relação entre a

expansão do ensino superior em Vitória da Conquista, esta tese busca validar a hipótese central de que as externalidades geradas pela dinâmica de funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) forma economias de aglomeração nessa cidade, que constituem-se como um núcleo do desenvolvimento econômico local.



Para caracterizar um *cluster*, utilizamos como condição de primeira ordem (condição necessária) a análise quantitativa, e como condição de segunda ordem (condição de suficiência) a análise qualitativa. Para a análise quantitativa utilizamos como ferramenta as medidas de especialização: QL e PRE. A condição necessária para caracterização de um *cluster* é a verificação da expansão do ensino superior como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.

Para a análise qualitativa utilizamos as condições de *clustering*. O *clustering* (agrupamento) pressupõe o desenvolvimento de alianças estratégicas, relações de cooperação econômica e social lentamente acumuladas, sólidos laços entre as instituições de ensino superior (IES) e entre estas e as empresas locais, presença de instituições de excelência em P&D; tudo isto dentro de um ambiente de competição, cooperação e conflito. Segundo Almeida (2002), o *clustering* supõe ações continuadas por uma década ou mais. A condição de suficiência (análise qualitativa) só será realizada se for verificada a condição necessária (de primeira ordem).

O trabalho tem como delimitação espacial o Território de Identidade baiano denominado Vitória da Conquista, e como delimitação temporal a primeira década deste século – 2000 a 2009. O estudo será desenvolvido em cinco fases distintas: a primeira fase corresponde ao levantamento bibliográfico sobre a teoria de base referenciada ao tema e o estado da arte relacionado com o assunto. A segunda fase compreende a caracterização do município de Vitória da Conquista, suas características e transformações recentes, e sua articulação em seu



Território de Identidade. A terceira fase compreende levantamento e análise documental de dados sobre o emprego no ensino superior em Vitória da Conquista e no Estado da Bahia, entre 2000 e 2009, e sobre o papel da Uesb na economia regional, seu impacto sobre o produto municipal e sua contribuição para a formação de economias de aglomeração.

A quarta fase corresponde à exploração dos dados levantados. Através do cálculo das medidas de especialização – quociente locacional (QL) e participação relativa no emprego (PRE) – busca-se caracterizar o ensino superior em Vitória da Conquista como um tipo de aglomeração econômica. Os dados do QL e da PRE serão utilizados para determinar se as externalidades geradas pela expansão do ensino superior em Vitória da Conquista constituem-se como um núcleo de desenvolvimento setorial regional. Para essa caracterização tomou-se por base os procedimentos metodológicos utilizados por Teixeira, Guerra e Araújo (2011). Os autores realizaram cálculos de QL e PRE como forma de determinar faixas intermediárias para as qualificações das aglomerações produtivas. Os valores referências tiveram por base o QL médio (5,3) e PRE média (13%) calculados pelo Observatório de Atividades Econômicas (2007) da Distribuição Setorial das Atividades Aglomeradas por Território de Identidade da Bahia em 2007. Com base nessas referências, as aglomerações foram divididas em quatro categorias:

- (1) Núcleos de desenvolvimento setorial-regional ( $5.3 \leq QL < 1000$ ;  $0.13 \leq PRE < 1$ ) ou seja, QL e PRE maiores que os valores médios calculados para os Territórios de Identidade da Bahia.
- (2) Vetores avançados ( $1.4 \leq QL < 5.3$ ;  $0.13 \leq PRE < 1$ )
- (3) Vetor de desenvolvimento local ( $5.3 \leq QL < 1000$ ;  $0 \leq PRE < 0.13$ )
- (4) Embrião de sistema local de produção ( $1.4 \leq QL < 5.3$ ;  $0 \leq PRE < 0.13$ )

Por último, a concentração espacial dos serviços de ensino superior tende a aumentar a influência da cidade de Vitória da Conquista em seu Território de Identidade, ao mesmo tempo em que reforça as potencialidades econômicas dos demais municípios do Território, à medida que melhora a qualificação profissional da região. Esta situação altera as relações econômicas regionais, aumentando ou reduzindo a desigualdade entre cada município do

Território de Identidade e o município sede (Vitória da Conquista). Para identificar como essa dinâmica contribui para a redução ou aumento das desigualdades, o estudo cria um índice de desigualdade calculando as alterações relativas na atividade econômica de cada município com o município sede, para os anos de 2000 e 2009. A desigualdade aumenta para  $\forall < 1$ , e reduz para  $\forall > 1$ .

$$\forall = \frac{\rho_i/\beta}{\alpha/\beta}$$

$\beta$  – indicador da atividade econômica no Estado da Bahia.

$\alpha$  - indicador da atividade econômica no Município de Vitória da Conquista.

$\rho$  – indicador da atividade econômica no município  $i$

Simplificando:  $\forall = \rho_i / \alpha$

Como indicador da atividade econômica foi utilizado no estudo o IPM – Índice de Participação dos Municípios – que mede a participação de cada município baiano na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Os municípios do Território de Identidade são: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacarací, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

Além do levantamento bibliográfico e da coleta de informações através de entrevistas, o trabalho se desenvolverá tendo as seguintes fontes de dados: Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas (IPEA); Superintendência de Estudos e Informações (SEI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Educação e Cultura (MEC/INEP); Entrevistas (questionário); Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista; Instituições públicas – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA); Faculdades Privadas – Faculdade De Tecnologia e Ciências (FTC); Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR); Faculdade Juvêncio Terra (JTS).

As variáveis são: quociente locacional (QL); participação relativa do emprego (PRE); gasto público estadual, como percentual do PIB, com educação superior; Gini educacional; investimentos em P&D como percentual do PIB; retorno da educação; gastos de alunos oriundos de outros municípios; movimentação de recursos da universidade como percentual do PIB municipal; índice de desigualdade regional; e retorno social e econômico para o município dos recursos arrecadados com os impostos estaduais.

#### 1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Para cumprir os objetivos propostos para este trabalho, a tese estrutura-se em seis capítulos além desta introdução e das conclusões. A introdução compreende uma contextualização do objeto de estudo, os objetivos, as hipóteses, as justificativas e a metodologia utilizada na pesquisa.

O segundo capítulo aborda as bases conceituais e teóricas da economia regional, explorando a origem e evolução dos estudos relacionados à questão regional; os conceitos básicos da questão espacial relativos aos seus fundamentos econômicos e geográficos; os fundamentos teóricos e metodológicos da regionalização; as externalidades e economias de aglomeração; a localização das atividades econômicas no espaço; a formação de sistemas urbanos; a política regional e as desigualdades regionais. Além do marco conceitual, o segundo capítulo apresenta as bases teóricas do presente trabalho através dos principais modelos de crescimento e desenvolvimento regional: o modelo de insumo-produto aplicado à análise regional, o multiplicador inter-regional, o modelo de causação circular, o modelo de polos de crescimento, os modelos de crescimento endógeno e a teoria da dependência.

O terceiro capítulo trata da “Teoria dos Aglomerados”, sua origem e contribuições recentes, com ênfase no conceito de *cluster* de Michael Porter. Apresenta as bases conceituais das externalidades, a nova geografia econômica e a metodologia para delimitação, identificação e caracterização de aglomerados econômicos. O quarto capítulo compreende o estado da arte do ensino superior no Brasil e suas múltiplas relações com o desenvolvimento econômico e

social. Aborda as contradições e a desigualdade na oferta dos serviços de ensino superior no país, a correlação entre ensino superior e desenvolvimento regional nas dimensões: espacial, social e econômica.

O quinto capítulo se encontra dividido em duas temáticas principais. Primeiro, delinea e caracteriza o macroespaço geográfico do objeto do estudo, apresentando seus aspectos territoriais, demográficos, econômicos, educacionais e institucionais. Em seguida, apresenta o Município de Vitória da Conquista: seu desenvolvimento recente, as transformações no seu tecido urbano e social e sua influência em sua região de articulação.

O sexto capítulo apresenta o estado da arte do ensino superior em Vitória da Conquista, as externalidades geradas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no município e seus reflexos na economia, na sociedade, na ocupação do espaço urbano e na influência sobre sua região de articulação. O sétimo capítulo apresenta os resultados deste trabalho. Primeiramente, realiza-se uma análise descritiva dos dados e os cálculos do QL e da PRE. Em seguida, os resultados dos testes de hipóteses são descritos e discutidos. Encerrando o capítulo, apresentam-se os dados para testar a hipótese quanto aos efeitos da expansão do ensino superior sobre a desigualdade regional.

No último capítulo, conclui-se a tese retomando os objetivos deste trabalho e os confrontando com os resultados da pesquisa, acompanhados de uma discussão sobre suas implicações práticas e teóricas. Por último, apresenta-se uma avaliação qualitativa das principais evidências e da contribuição do trabalho para o conhecimento científico e debates futuros sobre o tema, além da contribuição para formulação de políticas públicas relacionadas com a problemática regional.

## **2 MODELOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ORIGEM, EVOLUÇÃO, ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS.**

### **2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA REGIONAL: ANTECEDENTES E TRANSFORMAÇÕES RECENTES**

A origem da ciência regional se encontra dispersa em diversos ramos do conhecimento. Seus fundamentos foram dados pelas teorias clássicas espaciais, liderados pela Geografia e pelos estudos de localização. Após a segunda guerra mundial, a dimensão espacial torna-se objeto de destaque e desperta o interesse de outras ciências. A Economia, concernente à questão espacial se dedica até então, e de forma periférica, a estudar a localização das atividades econômicas no espaço, os custos de transporte, as vantagens absolutas e relativas do comércio internacional e a especialização de nações e regiões.

Antes da segunda guerra mundial, a Teoria Econômica tradicional ignorava os aspectos espaciais e centrava atenção nas questões relativas ao crescimento e ao equilíbrio da economia nacional. Os modelos econômicos clássicos demonstravam o desenvolvimento da atividade econômica relacionado com um mundo estático, não espacial. Os economistas clássicos e neoclássicos negam a dimensão espacial, assumindo que o espaço é isotrópico, ou seja, que suas propriedades são idênticas em todas as direções. A teoria clássica dava ênfase à realidade social e reconhecia, de forma explícita, o tempo como a dimensão crítica da análise econômica. As implicações teóricas do espaço e distância se apresentavam como secundárias em comparação com o tempo na análise econômica.

Embora haja mais convergência do que divergência nos estudos relativos à questão espacial, não existe uma definição universalmente aceita de região. Este é o principal desafio metodológico que envolve a definição do próprio objeto de análise deste ramo da ciência econômica. Há tantas definições de região quanto correntes de pensamento da geografia, economia, antropologia etc. Esta multiplicidade de definições decorre de que nenhum conceito de região pode satisfazer ao mesmo tempo geógrafos, economistas, antropólogos, sociólogos etc. A produção teórica em economia regional, desde sua origem até a crise do

modelo fordista, é atribuída às teorias clássicas da localização e às teorias de desenvolvimento regional.

Apesar da pouca importância dada à questão espacial, trabalhos importantes e embriões da Ciência Econômica Regional foram desenvolvidos neste período de relativa escuridão. O pioneiro foi J. H. von Thunen (1783-1850) que, em 1826, propôs a primeira teoria sobre a localização, relacionando a questão espacial aos processos econômicos. Von Thunen formulou uma teoria a partir de um conjunto de pressupostos (concorrência perfeita) e concluiu que a renda econômica depende, em uma relação inversa, da distância entre o locus de produção e o mercado (GODOY, 2004). Apesar de pioneira, esta teoria inspirou vários teóricos do planejamento urbano e até hoje o preço do solo urbano é uma função decrescente da sua distância ao centro. O trabalho de von Thunen foi seguido por Weber (1957) que fundou a análise teórica específica de localização industrial. Além das contribuições pioneiras de Thunen, Weber, Predohl e Weigmann, a busca do desenvolvimento de uma teoria geral da localização conta com formulações modernas de Losch, Greenhut e Lefebvre. August Losch, segundo alguns autores, foi o primeiro a ver claramente a necessidade de estabelecer, a partir da teoria da localização, o desenvolvimento de uma teoria econômica espacial.

Apesar dos avanços de Losch que, sob a perspectiva da teoria da localização, busca desenvolver uma teoria econômica espacial nos anos 40 (quarenta), somente nos anos 50 (cinquenta) é que a teoria econômica dedica interesse especial pela questão espacial. Assim, nos anos sessenta surge um novo ramo da Ciência Econômica: a Economia Regional. A investigação regional metodológica foi popularizada por Isard (1960) em seus “Métodos de Análise Regional” com a aplicação da matriz insumo-produto de Leontief no âmbito regional. Além disso, a disponibilidade de informações estatísticas e ferramentas econométricas tornaram comum a aplicação de modelos regionais empíricos (SERRANO, 1998). Por outro lado, o desenvolvimento da ciência regional aliado à influência da teoria keynesiana criaram as condições para a formulação de políticas regionais, por parte dos governos, baseadas na intervenção estatal.

No pós-guerra e a partir da aplicação de modelos regionais empíricos, as questões regionais começam a despertar o interesse de acadêmicos e políticos influenciados pela experiência americana com a TVA (*Tennessee Valley Authority*). As primeiras experiências foram feitas pelo governo britânico ao dar um tratamento diferenciado a suas áreas de mineração, e pelo

governo italiano, que adotou medidas para reduzir a miséria do *Mezzogiorno* (DA VEIGA 1999). Contudo, foi na Europa Ocidental em processo de reconstrução, no imediato pós-guerra, que a dimensão espacial evidenciou-se como fundamental na promoção do desenvolvimento. As rápidas transformações econômicas, sociais e principalmente políticas (guerra fria) apressaram as ações destinadas a reduzir as diferenças regionais e a preservar a unidade nacional. Diante das primeiras experiências e dos acontecimentos do pós-guerra, o desenvolvimento regional converte-se numa importante atividade estatal, agora sob o amplo paradigma da “integração nacional” (BOISIER, 1989).

O apelo da “integração nacional” reforça a necessidade do desenvolvimento regional planejado, transformando-se em um instrumento político e ideológico. Com o intuito de reduzir as distorções espaciais criadas pelo crescimento econômico do pós-guerra, os governos criam estruturas administrativas com o objetivo de planejar o povoamento de territórios nacionais através de investimentos públicos em infraestrutura, incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados.

A Ciência Econômica Regional foi dominada, inicialmente, por autores como Weber, Predohl, Weigmann, Lösch, Lefeber e Greenhut<sup>1</sup>. Todos esses autores têm em comum a busca pelo desenvolvimento de uma teoria geral da localização e têm como enfoque central as questões da concentração e aglomeração. Apesar deste domínio, nenhuma destas teorias é plenamente satisfatória (RICHARDSON, 1975) e, além disto, são limitadas quando procuram explicar o processo de localização e endogeneização regional. Segundo Amaral Filho (1999), esta limitação se deve ao fato destas teorias serem desprovidas do mecanismo dinâmico do autorreforço endógeno (*self-organization*). Isto é, não formam “economias externas propagadas através dos tecidos criados pela aglomeração industrial, sem que as empresas tenham controle disto” (AMARAL FILHO, 1999, p. 1283).

Paralelo a esses modelos tradicionais de localização (em grande parte de origem alemã) e em oposição a eles, desenvolvem-se os seguintes conceitos de desenvolvimento regional: “polo de crescimento” de Perroux (1964), “causação circular cumulativa” de Myrdal (1967) e “efeitos para traz e para frente” de Hirschman (1961). Estes conceitos têm em comum a ênfase dada aos fatores dinâmicos de aglomeração e a necessidade de complementaridade entre firmas e setores como fator de localização.

---

<sup>1</sup> Para uma revisão das teorias destes autores ver, por exemplo, Richardson (1975).

Embora sejam mais atraentes, principalmente para os sistemas de planejamento regional, as ideias de Myrdal e Hirschman não abalam o domínio das teorias de Weber, Predohl, Lösch e outros. Isto ocorre pela falta de modelização das ideias dos primeiros. Segundo Amaral Filho (1999), coube a Arthur (1994) e principalmente a Krugman (1991; 1995; 1996) refazer a teoria da localização e devolver à economia regional seu devido lugar no *mainstream* da Ciência Econômica. Para isto, eles usaram a força das ideias de Myrdal e Hirschman e incorporaram as ideias marshallianas de “economias externas”. Da união destas ideias, Krugman elabora seu modelo, no qual considera o papel da história como um importante fator determinante no desenvolvimento. Subjacente ao papel da história, está o papel das antecipações dos agentes locais sobre o comportamento futuro da economia local.

A Economia Regional se consolida ao longo das décadas de 60 (sessenta) e 70 (setenta) como um importante ramo da ciência econômica e se diferencia, basicamente, pela introdução do espaço através da distância e daí seus custos em suas análises. A partir dos anos 80 (oitenta), tendo a questão espacial como subjacente, a ciência econômica regional dedica atenção especial aos determinantes do desenvolvimento e crescimento econômico. As transformações nos modos de produção, a globalização, a teoria do crescimento endógeno e o novo papel do estado na economia dão origem a novos modelos de desenvolvimento regional, que enfatizam o potencial endógeno e a integração regional especialmente a partir da experiência européia. Além disto, a ciência econômica regional trata como temas centrais as economias externas e as vantagens da aglomeração econômica.

A redescoberta das economias “externas marshallianas” e das externalidades dinâmicas suscita o debate com os economistas evolucionistas e institucionalistas. Deste debate surge um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, no qual o desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais através do planejamento centralizado ou do mercado puro (AMARAL FILHO, 1999).

Da década de 80 (oitenta) até o momento atual, a ciência econômica regional tem atribuído grande atenção à análise dos determinantes do desenvolvimento e do crescimento econômico regional: o estudo das economias externas, as vantagens da aglomeração, o potencial endógeno e como reforçar este processo através de políticas públicas tem sido temas centrais nos estudos da ciência regional (SERRANO, 1998). A partir dos anos 80 (oitenta), as transformações nos modos de produção e organização industrial e o processo de globalização



e abertura das economias nacionais vão alterar substancialmente a face do capitalismo e, em consequência, as teorias de desenvolvimento regional. Estes fenômenos, além de impor às empresas a necessidade de se envolver num processo de aprendizagem contínua e interativa, fizeram com que estas levassem em conta, cada vez mais, os fatores locacionais em suas estratégias de competição. Soma-se a estes aspectos a influência do pensamento de Schumpeter e da corrente evolucionista neo-schumpeteriana, com destaque para o processo de inovação tecnológica no desenvolvimento regional.

## 2.2 CONCEITOS BÁSICOS DA QUESTÃO ESPACIAL RELATIVOS AOS SEUS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E GEOGRÁFICOS

### **2.2.1 Considerações econômicas do espaço: espaço econômico e espaço geográfico**

Segundo Santos (1988), todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade e da produção. O espaço, segundo ele, é uma das categorias fundamentais do conhecimento geográfico, sendo o espaço o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais. Segundo Santos (1988), a importância do território (pra não falar espaço, segundo ele) é cada vez maior na materialização da história. A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico. Isto torna o espaço objeto de interesse crescente não só de geógrafos, mas também de urbanistas, planejadores, economistas, sociólogos, entre outros. Em função disso, haveria uma multiplicidade de espaços especializados: geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos etc. Estas evidências levam Milton Santos a concordar com Lacoste (1976) de que existem tantas concepções de espaço geográfico ou de espaço social quanto tendência de escolas em geografia, sociologia ou etnologia.

Para Souza (1981) o espaço pode ser geográfico, matemático e econômico.

O espaço geográfico é a noção banal de espaço, que diz respeito ao solo, relevo, vegetação e atmosfera. O espaço matemático é o lugar abstrato das relações entre variáveis interdependentes, fora de qualquer representação geográfica. Tem-se como exemplo a superfície de produção de uma firma, as curvas de indiferença do consumidor. O espaço econômico corresponde à aplicação do espaço matemático ao espaço geográfico. É o espaço das atividades econômicas e dos lugares geográficos (SOUZA, 1981, p. 4).

Segundo Santos (1988, p. 10), “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas.”

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. [...] O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1988, p. 10).

Trabalhos recentes como Muls (2008) e Lopes (2009) apresentam o território como sujeito da ação coletiva. Muls considera o território como principal agente promotor do desenvolvimento econômico, como um ator que se define através da ação coletiva e da construção de instituições locais, constituindo um constructo socioeconômico e institucional. Ao integrar a dinâmica territorial à dinâmica das instituições, Muls (2008) endogeneiza o papel do território no qual cada grupo de instituições e de organismos locais é específico de cada território. Em outra linha e sem especificar diretamente os territórios, Lopes (2009) os apresenta como muito mais do que um conjunto neutro dotado de recursos naturais e humanos. As instituições aparecem como próprias de cada lugar, entendidas como a estrutura que regula o comportamento dos membros de um grupo social, que desempenham um papel fundamental para o sucesso das políticas públicas. A estrutura a que Lopes se refere compreende desde as instituições formais até aquelas que determinam a regularidade dos comportamentos dos indivíduos. Estes comportamentos decorrem das crenças, costumes, valores morais, hábitos, estruturas cognitivas e padrões historicamente consolidados e socialmente referenciados, que tendem a se reproduzir inercialmente através do tempo. Desta forma, mantém inalterados os padrões de desenvolvimento.

Segundo Clemente (2000a), as formas de organização do espaço geográfico são definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação social. Estas dimensões possibilitam uma identidade regional que possibilita a delimitação do espaço em mesorregiões e, como uma subdivisão destas, microrregiões. No Brasil e na maioria dos países, a divisão geopolítica se aproxima mais dos conceitos de espaço geográfico, apesar da diferenciação e heterogeneidade, do que dos conceitos de espaços econômicos.

Apesar da dimensão espacial se apresentar de forma secundária, ou até mesmo ser ignorada, na Teoria Econômica tradicional ela sempre esteve presente nos estudos econômicos que tratam da concentração das atividades produtivas no espaço. No mundo, 5 (cinco) países concentram mais da metade do produto mundial. No Brasil, o Estado de São Paulo, que ocupa menos de 3% do território brasileiro, representa em torno de um terço do produto nacional, e as quatro maiores regiões metropolitanas concentram cerca de 20% da população do país e em torno de 30% do PIB brasileiro. Na Bahia, a região metropolitana de Salvador concentra mais de 40% do PIB estadual.

A dimensão espacial ganha importância nos estudos teóricos sobre a aglomeração geográfica das atividades econômicas. Os retornos crescentes de escala decorrentes da proximidade geográfica das atividades produtivas geram externalidades positivas, criando economias de aglomeração. A localização das atividades econômicas no espaço leva em conta a dimensão espacial, resultante do tempo de deslocamento e dos custos integrados de transporte, e a dimensão de mercado, resultante do preço do produto.

Espaço econômico e espaço geográfico estão intrinsecamente relacionados e têm em comum o princípio da centralidade, segundo o qual as relações entre os agentes econômicos dão origem a um lugar central. Do ponto de vista geográfico, o lugar é o centro geográfico de um espaço. Do ponto de vista econômico, pode ser entendido como a centralização ou agrupamento da produção em um lugar. O lugar como centro de produção no espaço decorre de duas forças básicas: dos custos de transportes e das economias de escala. A condição básica do princípio de centralidade, na ótica da oferta (produção), se dá quando a empresa procura maximizar os benefícios que pode obter das economias de escala e minimização dos custos de transporte. Do lado da demanda, esta condição, na perspectiva do consumidor, se dá na minimização dos deslocamentos e do seu custo. Portanto, a concentração espacial das

atividades econômicas decorre de ganhos de produtividade, tanto para produtores como para consumidores.

O consumo de serviços de ensino superior, por exemplo, pela sua importância e frequência, faz com que o consumidor inicialmente assuma ou internalize os custos de transportes envolvidos nos deslocamentos. Deste modo, a localização de uma universidade pública não precisa, partindo de uma perspectiva da produção, ter como condição para a oferta de seus serviços os critérios de centralidade. O mesmo já não ocorre com instituições privadas que, devido à maior oferta e a concorrência, devem levar em conta o princípio da centralidade na localização das suas atividades no espaço urbano. Pelas suas características, a universidade pública se constitui em uma força centrípeta, criando economias de aglomeração e gerando novas centralidades. Com isto, acaba influenciando a localização das atividades econômicas no espaço.

A Teoria do Lugar Central de Walter Christaller, embora não pioneira, é uma das referências quando se trata da ideia de uma organização espacial baseada em aglomerações, centros hierarquizáveis e áreas de influência. Segundo Silva (2004), Richard Cantillon em seu trabalho de 1755 (*Essay sur la nature du commerce em général*), antes mesmo do *Tableau économique des physiocrates* de François Quesnay, em 1758, chama a atenção da importância das economias de tempo e transporte para a organização espacial da sociedade, bem como a importância da interdependência econômica.

François Perroux foi o primeiro a estabelecer os conceitos de espaço econômico introduzindo a noção mais ampla de espaço econômico abstrato de espaço matemático independente de qualquer sistema de coordenadas. Perroux distingue espaço geoeconômico de espaço econômico. O espaço geoeconômico refere-se às relações e à distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico. Os espaços econômicos decorrem das relações de natureza econômica que se estabelecem quando seres humanos atuam sobre o espaço geográfico. Estes espaços são chamados de abstratos por abandonar a noção restrita de espaço euclidiano, na qual se estabelecem relações entre continente e conteúdo, e compreender o espaço como o *locus* de relações humanas definidoras de certo objeto.

Segundo Mac Loughlin (1972), citado por Serrano (1998, p.102), o espaço econômico “é um conjunto de elementos independentes, no qual cada elemento pode ser considerado como um sistema e o sistema inteiro pode ser considerado como um elemento de um sistema maior”.

### **2.2.2 Fundamentos teóricos e metodológicos da regionalização: espaço e região**

O conceito de espaço é mais amplo do que o de região, enquanto o primeiro pode ser disperso, o segundo exige contiguidade. Segundo Silva (2004), o espaço pode ser definido por um conjunto de dados econômicos localizados, podendo as localizações serem dispersas, já que são as características e a natureza das relações de interdependência que dão unidade ao espaço. Por outro lado, a região precisa ser definida de forma mais restrita, não em termos dimensionais, mas pela necessidade de se localizar de forma contígua (SILVA, 2004).

Uma primeira interpretação do território e de sua repartição, considerando os aspectos de homogeneidade natural, econômica e social, deve partir dos critérios de homogeneidade e polarização. Perroux introduz conceitos consagrados na literatura mundial, fundamentada nas concepções de espaço homogêneo, polarizado e de planejamento. Estes conceitos são adaptados por Boudeville para efeitos de regionalização. Segundo Simões e Amaral (2009), a regionalização, especialmente em países de grande dimensão territorial, deve partir de fundamentos teóricos e metodológicos que permitam compatibilizar as principais formas de critérios de leitura do território e de sua repartição, considerando os aspectos de homogeneidade natural, econômica e social com as forças de estruturação e comando do território, refletidas pela rede de cidades e sua força polarizadora.

Perroux (1964) diferencia três tipos de espaços econômicos: 1. espaço econômico homogêneo - definido quanto à uniformidade em relação a variáveis como renda, preço e produção de regiões que apresentam a menor variabilidade interna possível e máxima variabilidade entre regiões. A delimitação de regiões homogêneas exige a definição de critérios de homogeneidade, e quanto mais específico for o critério menor a dimensão territorial da região; 2. espaço polarizado ou espaço econômico como campo de força - surge devido às

concentrações de população e produção. A região polarizada reúne forças centrípetas ou centrífugas e se assemelha à Teoria dos Lugares Centrais de Christaller quanto à hierarquização, de forma decrescente, dos subespaços, e 3. espaço de planejamento – delimita-se a região de planejamento para elaboração dos planos de desenvolvimento regional pelo setor público (como exemplo temos as regiões Norte e Nordeste do Brasil). Seguindo Perroux, Boudeville (1973) propôs uma caracterização das regiões de forma similar: região polarizada, região homogênea e região plano. Contudo, ao contrário de Perroux, Boudeville enfatiza a natureza regional do espaço econômico em uma caracterização geográfica, enquanto Perroux destaca em sua análise as relações econômicas, que, conforme Hansen (1978), podem ser consideradas não geográficas.

Perroux, assim como a tradição da geografia francesa, considera a homogeneidade natural e de indicadores econômicos e sociais a base do espaço econômico homogêneo. O critério da homogeneidade permite, por um lado, caracterizar ou regionalizar um território a partir das grandes diferenças de paisagem, refletidas em seus principais biomas. Por outro, as regiões são caracterizadas (homogeneizadas) a partir do compartilhamento de alguns traços característicos como costumes, crenças, valores e base econômica que se tornam o princípio do seu agrupamento. Conclui-se do exposto que a depender da especificidade do critério de homogeneidade na delimitação de região homogênea define-se sua dimensão territorial. Quanto mais específico for o critério menor a dimensão territorial da região e quanto mais abrangente for o critério maior esta dimensão.

O critério da homogeneidade permite a regionalização segundo a qualidade das instituições envolvidas. Nesta perspectiva, o território, através de seus organismos e instituições, se apresenta como sujeito da ação coletiva e principal promotor do desenvolvimento regional. Esta abordagem endogeneiza o papel do território uma vez que a matriz institucional é específica de cada território, sendo um produto de seu próprio contexto e que se reproduz de forma inercial ao longo do tempo. A qualidade das instituições, próprias de cada região, é determinante tanto para a caracterização de um território quanto para o seu desenvolvimento econômico e social. Lopes (2009) destaca o papel da qualidade das instituições para explicar o (in)sucesso de políticas regionais em regiões homogêneas. Bem antes disto, Tocqueville, como o conceito de capital social, se referia à capacidade da sociedade em auto-organizar-se. Para North (1990), o desempenho econômico dos países está correlacionado ao padrão de mudanças institucionais regionalmente localizado. Putnam (1993) observa que fatores

extraeconômicos explicam melhor os diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões. Para Muls (2008), os territórios são um constructo socioeconômico e institucional no qual a relação entre os agentes se dá em boa parte fora das relações mercantis e as instituições estão diretamente relacionadas com o funcionamento e a dinâmica das economias locais.

Segundo Simões e Amaral (2009), embora o critério de homogeneidade não sirva como instrumento de intervenção no território, é fundamental para as políticas de redução das desigualdades regionais, pois este tipo de recorte permite ver as diferenças, especialmente as de natureza social e econômica.

Embora na leitura de região feita por Milton Santos não esteja explícita a concepção do critério de homogeneidade, deduz-se de seus escritos a regionalização a partir deste critério, já que a base da identidade regional, em sua obra, é o agrupamento a partir de características econômicas e sociais. Para Santos (1988, p.17), em um estudo regional “se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional”. A região pode ser entendida a partir da obra de Milton Santos pelo conjunto de instituições presentes em um território. Segundo Santos (1988), a região, assim como o espaço, é uma das categorias fundamentais do conhecimento geográfico, sendo o espaço a mais geral porque inclui as demais categorias. Segundo ele, o espaço contém movimento e resulta do casamento da sociedade com a paisagem. Para Massey (2005), regiões são produto de relações e conexos sociais que as permeiam em um dado momento. A visão de Massey classifica a região numa perspectiva institucionalista uma vez que coloca a região como produto de relações que se reproduzem inercialmente no tempo.

A regionalização fundamentada na concepção de espaço polarizado, ou “nodal” (nó) tem um recorte macroespacial do território. Este critério teórico se fundamenta a partir dos trabalhos de Chistaller, Losch e outros e parte da constatação de que as cidades com seus equipamentos estabelecem as forças polarizadoras que permitem a articulação na sua região de influência. A influência da cidade polo na região de influência depende da posição geográfica, das condições de acessibilidade, da infraestrutura, do tamanho, da natureza e diversificação da base produtiva e da distância de outros centros polarizadores. Este conjunto de elementos compreende forças centrípetas e forças centrífugas que vão determinar a polarização.

O critério de homogeneidade pode ser usado como instrumento de intervenção, pois permite identificar as forças que comandam e estruturam o território (SIMÕES e AMARAL, 2009).

A metodologia para o cálculo da capacidade de polarização parte da dimensão urbana, refletida na massa do setor serviços na distância econômica – para a qual o sistema de transporte é central – e em outros indicadores de modernidade e capacidade de polarização, a exemplo do índice da capacitação tecnológica. (SIMÕES e AMARAL, 2009, p. 6).

A teoria do lugar central de Chistaller está na base da concepção do critério de polarização. Conforme Richardson (1975), os geógrafos foram os que mais deram atenção à teoria do lugar central, embora seu conteúdo seja econômico. Segundo a teoria do lugar central, o crescimento da cidade depende de sua especialização em vários tipos de serviços urbanos. Os serviços centrais podem ser classificados em ordens superiores e inferiores e isto permite hierarquizar os centros urbanos de acordo com a ordem dos serviços que fornecem (RICHARDSON, 1975). A região polarizada é a área de influência de certo polo e representa subespaços que desempenham funções que podem ser hierarquizadas de forma decrescente. A hierarquia dos lugares centrais resulta de relações definidas baseadas no tamanho e nas funções dos centros e nas distâncias interurbanas numa relação inversa entre o tamanho de uma dada classe de centro e o número de centros existente em cada classe (RICHARDSON, 1975). Desta forma o espaço organiza-se dispondo lugares subordinados em torno de certo lugar central.

Segundo Perroux (1964), qualquer espaço geoeconômico ou banal é um lugar de passagem de força. Segundo Silva (2004), citando DALL'ACQUA (2003), o espaço banal referenciado por Perroux é também utilizado por Milton Santos e corresponde ao espaço de todos: empresas, instituições, pessoas e vivências, que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes.

Uma grande universidade exerce poderosa força de atração sobre o mercado de trabalho, estudantes (que geralmente extrapolam a sua região de influência), empresas e serviços científicos, tecnológicos e culturais. Dada a característica de pouca mobilidade locacional, a força de atração da universidade é duradoura e cumulativa, gerando externalidades positivas



de curto, médio e longo prazo. A universidade exerce força centrípeta que, a depender do seu tamanho e da distância de outros centros universitários, pode se constituir como principal instrumento da cidade (polo) em sua região (polarizada) de articulação.

O espaço econômico definido por um plano ou programa deve partir dos fundamentos teóricos e metodológicos dos critérios de homogeneidade e polarização. Estes dois recortes devem servir de referência para as políticas macroespaciais para ordenamento do território. Segundo Simões e Amaral (2009, p. 7), “os mecanismos de polarização, especialmente a rede urbana e a infraestrutura e seus complementos, são exatamente os instrumentos de intervenção para a redução das desigualdades identificadas pelos critérios de homogeneidade”. Ou seja, o instrumento de intervenção (espaço polarizado) a partir de uma identificação (espaço homogêneo).

A região de planejamento pelo setor público surge do espaço econômico como conteúdo de plano. Os planos de desenvolvimento regional são exemplos da regionalização como espaço de planejamento que devem ter como referência para as políticas macroespaciais os critérios de polarização e homogeneidade.

O espaço econômico de planejamento, que se materializa através de um plano, é uma forma de intervenção na realidade econômica e social de determinada região, objetivando transformações qualitativas e quantitativas na sua dinâmica socioeconômica. Os planos regionais são políticas intervencionistas (tipo keynesiana) utilizadas pelos governos geralmente em regiões pobres que apresentam indicadores sociais e econômicos desfavoráveis. Para tanto, é fundamental avaliar a realidade sobre a qual se quer inferir, o funcionamento do sistema econômico numa perspectiva espacial e regional, observando os critérios de polarização e homogeneidade, para o melhor aproveitamento das potencialidades da região. O planejamento tem como grande bandeira corrigir as desigualdades regionais.

O planejamento vai se materializar através de dois modelos básicos: o “de cima para baixo” (*top-down*) e o “de baixo para cima” (*bottom-up*). As principais características do modelo *top-down* “estão associadas ao conceito da industrialização como processo-motor do crescimento econômico (e da modernização), à ideia (concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional” (BOISIER, 1989, p. 597). O planejamento era

conduzido dentro de uma perspectiva exógena de desenvolvimento. Segundo estas abordagens, o desenvolvimento regional tinha, como motor, estímulos externos ao local. Nos modelos *bottom-up* o planejamento parte de uma perspectiva endógena e pode ser conseguido “de baixo para cima”, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local. Trata-se de um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região.

Lopes (2002) classifica as regiões em dois tipos básicos: regiões formais e regiões funcionais. As regiões formais são classificadas como áreas geográficas dotadas de relativa homogeneidade em função de atributos físicos, econômicos, sociais, culturais e políticos. As regiões funcionais são classificadas como áreas geográficas que se identificam pelas relações de interdependências, pela coerência funcional e pela perspectiva sistêmica. O critério de homogeneidade se assemelha ao de região formal e o de polarização se assemelha ao de região funcional, e da fusão destes dois critérios surge o espaço econômico do planejamento.

### **2.2.3 Crescimento urbano e novas centralidades.**

A teoria do lugar central de Christaller juntamente com a teoria da base econômica fornecem os fundamentos para a teoria sobre crescimento urbano. O lugar central pode ser interpretado como o núcleo estruturante da dinâmica urbana e regional. A teoria do lugar central, na visão de Lemos, Guerra e Moro (2003), pode ser compreendida como a “área de mercado” a ser polarizada pelo centro urbano de maior população e densidade na oferta de serviços. Dentro da compreensão de base econômica, North (1955) introduz a ideia de base exportadora regional (que é um indicador de especialização regional, podendo ser obtido através do Quociente Locacional – QL) através da exportação de bens para áreas fora do mercado regional. A base exportadora regional é fundamental para o crescimento do lugar central a partir da formação de economias de especialização regional (decorrente dos retornos crescentes de escala). Por outro lado, a expansão da oferta de bens e, especialmente, serviços residenciais de baixa transportabilidade (ou imobilidade de fatores) será fundamental para a

consolidação do mercado intrarregional e formação de economia de urbanização (RICHARDSON, 1975).

O núcleo urbano, ou cidade, caracteriza-se como o elemento organizador das relações de troca onde se desenvolve as atividades produtivas e de consumo e constitui-se como área geográfica espacialmente delimitada de forte interação entre produtores e consumidores. As cidades atuam primordialmente como centros de serviços para o interior próximo a elas. Estes serviços centrais, conforme (RICHARDSON, 1975), podem ser classificados em ordem superior e inferior, obtendo-se uma hierarquia baseada no tamanho, nas funções dos centros e nas distâncias interurbanas. Estas condições constituem-se como o principal indicador de seu poder de centralidade e de capacidade de polarização.

Conforme Lemos, Guerra e Moro (2003, p. 3), “à medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais, com suas áreas de mercado, está aberto a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais com níveis diferenciados de integração econômica”. A partir de um determinado porte, o lugar central tende a se constituir como um centro de consumo coletivo. Os serviços oferecidos pela universidade pública são de ordem superior, especializados, não exportáveis e de características intransportáveis. Estes serviços tendem a atrair pessoas dos lugares de menor densidade urbana (produtores de serviços de ordem inferior) que constitui a área de influência do lugar central que por sua vez caracteriza-se como de base exportadora. A polarização de um lugar central decorre da dinâmica específica dos serviços (entre eles o de ensino superior). Os serviços levam a uma hierarquização urbana que é replicada no espaço enquanto um processo de dominação econômica entre regiões que resulta na existência de regiões polo e regiões dominadas.

Lemos, Guerra e Moro (2003) define um critério de hierarquização dos polos econômicos do país a partir de um índice de terceirização (setor serviços):

$$It = Ms / (Ma + Mi + Ms + Mn)$$

It - Índice de terceirização

Ms – Massa de rendimentos do setor Serviços

Ma – Massa de rendimentos do setor Agropecuário

Mi – Massa de rendimentos do setor Industrial

Mn – Massa de rendimentos não classificados

O índice de terceirização (*It*) indica, por um lado, a capacidade de *carregamento* do conjunto das atividades econômicas pelos serviços ofertados por um centro urbano, ou seja, os serviços como elemento dinâmico e formador de economias de aglomeração. Por outro lado, o *It* indica a capacidade de *transbordamento* da oferta desses serviços para outras localidades, que são atraídas por este lugar central para o consumo destes serviços (PEREIRA E LEMOS, 2004). Os serviços oferecidos por uma universidade pública ampliam a densidade urbana pela dupla capacidade de *carregamento* e *transbordamento* de seus serviços e reforça a influência de um polo em sua região de articulação. A capacidade de transbordamento pode ser associada ao modelo gravitacional de Isard (1960). Este modelo permite definir a área de influência de um polo em sua região de articulação. O modelo básico consiste em supor que o poder de atração entre dois pontos tem uma relação positiva com a intensidade de trocas (população e serviços oferecidos) de cada centro e negativa com distância entre eles.

A capacidade de *carregamento* reforça a capacidade de *transbordamento* e estão relacionadas às economias de localização e de urbanização, já referenciadas neste trabalho. As economias de escala formam aglomerações especializadas (economias de localização) nas cidades e se originam fundamentalmente da divisão do trabalho. As vantagens aglomerativas decorrem de três razões: i) os encadeamentos para frente e para trás associados com um mercado local suficientemente grande (*linkages*); ii) as vantagens de especialização do mercado de trabalho local e, iii) os transbordamentos do conhecimento tecnológico (*spillovers*). A diversidade na oferta de bens, serviços e infraestrutura leva a economias aglomerativas de urbanização que contemplam: i) economias que surgem a partir de uma maior utilização de estrutura urbana e de uma articulação mais próxima entre os setores produtivos; ii) (des)economias de

localização e, ii) deseconomias originadas principalmente de aumentos no custo de vida e no custo dos salários e no valor da renda fundiária urbana (PEREIRA E LEMOS, 2004).

Se por um lado o crescimento das cidades decorrente das economias de aglomeração (de localização e urbanização) amplia o seu centro gravitacional, seu poder de centralidade e sua capacidade de polarização, por outro lado, gera deseconomias de aglomeração decorrentes, principalmente, de aumentos no custo de vida e na renda fundiária. O limite que vai determinar o tamanho das cidades está no equilíbrio entre os benefícios marginais das economias de aglomeração e o custo marginal imposto pelas deseconomias de aglomeração. Segundo Pereira e Lemos (2004, p. 5), “o tamanho das cidades também são afetados por amenidades tais como: clima, qualidade do ar e do setor público, lazer, entre outras”. As forças de aglomeração e desaglomeração são denominadas por Krugman (1999) como: forças centrípetas e forças centrífugas.

Embora este equilíbrio seja importante, ele é difícil de ser alcançado. Como as cidades são economias abertas, as forças centrífugas e centrípetas atuam com mais intensidade, determinadas apenas pela dinâmica de mercado, já que não há restrições legais nem institucionais para mobilidade de fatores inter e intrarregiões.

Quadro 1. Forças que afetam a concentração espacial da atividade econômica.

<b>Forças Centrípetas</b>	<b>Forças Centrífugas</b>
- Efeitos do tamanho do mercado;	- Imobilidade de fatores;
- Grande mercado de trabalho;	- Renda fundiária;
- Economias externas puras (spillovers).	- Deseconomias externas puras.

Fonte: Krugman (1999).

Para os propósitos deste trabalho, tendo em vista o espaço econômico e geográfico no qual se desdobra o objeto desta tese, o conceito de cidade a ser analisada é o de cidade média. No Brasil, a definição de cidade média utiliza como critério o tamanho da população, entre 100 mil e 500 mil habitantes. Este critério está consolidado na literatura, especialmente em trabalhos consagrados por Diniz, Gonçalves, Lemos e outros. Pereira e Lemos (2004),

baseado em parâmetros definidos por Von Thuner, diferencia as cidades médias de outros tipos de cidades:

Assim, busca-se definir parâmetros capazes de diferenciar as cidades médias, sob o espectro econômico, das cidades pequenas e dos grandes centros urbanos. As cidades médias devem ser diferenciadas dos pequenos centros urbanos por ali existirem condições materiais necessárias (tais como uma infraestrutura básica e um mercado potencial) para a localização das atividades econômicas de maior escala produtiva, como as atividades industriais. Já com relação aos grandes centros urbanos, as cidades de porte médio devem ter um nível de concentração produtiva que não seja gerador de deseconomias de aglomeração aos níveis existentes nas grandes concentrações urbanas. Em outras palavras, as cidades médias são centros urbanos sem as desvantagens das metrópoles, determinadas especialmente pelo crescimento da renda fundiária; ao mesmo tempo sem as desvantagens das pequenas cidades, relacionadas à ausência de economias externas marshallianas. (PEREIRA e LEMOS, 2004, p. 4).

#### **2.2.4 A localização das atividades econômicas no espaço: o conjunto de teorias clássicas da localização.**

Segundo Cavalcante (2002), o conjunto de teorias clássicas da localização evoluiu de forma mais ou menos contínua “de ‘*Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie*’ (Von Tunher, 1926) à publicação de ‘*Location and Space-Economy: a general theory relating to industrial location*’ (Isard, 1956)”. Entre Von Thuner e Isard destacam-se contribuições importantes de Weber, Chistaler, Losch, seguidas de contribuições de menor destaque de Greenhut, Lefeber, Soderman e Somea. Antes da influência de autores como Isard havia uma predominância nas teorias clássicas da localização de autores alemães, chegando mesmo a se empregar o termo de escola alemã<sup>2</sup>. A Figura 1, baseada em Cavalcante (2002), propõe um diagrama esquemático que identifica os principais autores que influenciaram a teoria da localização:

---

<sup>2</sup> Utilizando o mesmo princípio de Cavalcante (2002), ao invés de utilizar o termo teoria geral da localização (RICHARDSON, 1975) ou localização industrial (CLEMENTE, 2000c) optou-se por utilizar o termo teorias clássicas da localização em função da contemporaneidade e influência de autores clássicos como David Ricardo.

Com ideias pioneiras em seu trabalho seminal “O estado isolado” (*Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie*) Von Thunen influenciou os estudos subsequentes sobre a formação e a estruturação do espaço agrícola e é considerado o primeiro a dar um tratamento sério à questão espacial. Em função deste pioneirismo Von Thunen é considerado “o patrono dos geógrafos econômicos e dos economistas espaciais” (SILVA, 1976, p. 2) e “pai fundador da economia espacial.” (CRUZ, 2000, p. 55)

Segundo Clemente (2000c), von Thunen procura explicar o padrão de distribuição das atividades agrícolas a partir de um centro de mercado e uma região agrícola homogênea e isotrópica que o circunda. É um modelo matemático que procura determinar o ponto de maximização da renda considerando os custos de transporte. A terra seria plantada, em círculos concêntricos, no entorno do mercado (cidade) afastando-se do mercado numa relação inversamente proporcional aos custos de transporte. Ou seja, quanto maior fosse o custo de transporte mais próximo da cidade seria o seu plantio.

Weber, oitenta anos após a publicação do “*O Estado Isolado*” busca uma teoria que explique a escolha locacional da indústria estabelecendo o conceito de fator locacional como uma economia de custo que a indústria procura obter ao escolher a localização<sup>3</sup>. Weber desenvolve uma análise, usando uma formulação de caráter neoclássico, comparativa dos custos de transporte e de mão de obra para obter a localização de mínimo custo. Além disto, Weber classifica, quanto à escala geográfica, fatores regionais e fatores aglomerativos e desaglomerativos. Weber “admite que a decisão de localização quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: o custo de transporte, o custo de mão de obra e um ‘fator local’ decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração.” (CAVALCANTE, 2002, p. 9)

O modelo de Losch parte de uma crítica aos modelos anteriores. Para Losch, a escolha locacional deve ser orientada pela busca do maior lucro possível e não o menor custo possível como apresentado por Weber. A busca do maior lucro possível torna importante a análise das variações espaciais da demanda que é determinada admitindo que as firmas adotam a política de estabelecer o preço do produto em termos FOB, adicionando a este o custo de transporte para formar o preço final. O modelo de Losch se diferencia pela explicação do porquê da concentração espacial da produção, contrapondo economias de escala e custos de transporte.

---

<sup>3</sup> Em 1909, o alemão Alfred Weber (1868 – 1958) publicou o seu “*Über den Standort der Industrien*”

Na mesma direção de Losch, e também na busca de uma teoria geral da localização, Greenhut tenta determinar as condições de equilíbrio locacional em uma situação em que as firmas buscam maximizar os lucros, mas em que os custos podem variar e em que as influências da demanda são afetadas pela possibilidade de interdependência locacional. Outro precursor da teoria geral da localização foi Lefebvre, que busca em seu modelo incorporar o espaço num esquema Walrasiano de equilíbrio geral integrando o transporte na teoria do equilíbrio geral (RICHARDSON, 1975).

A contribuição de Christaller é fundamental para a compreensão da localização das atividades econômicas no espaço. Seu trabalho parte da constatação de que as cidades se estabeleceram como forças polarizadoras em sua região de articulação, exercendo um comando sobre o território numa proporção direta do seu tamanho, da densidade e diversificação da sua estrutura produtiva e sua rede de serviços, especialmente transportes (atualmente é fundamental a rede de serviços de saúde e educação). Outro fator determinante para influência regional de uma cidade é a distância em relação a outros centros polarizadores. Quanto mais distante de grandes centros polarizadores maior o comando sobre o território de influência. Christaller define como determinante para a escolha da localização a minimização dos custos de deslocamento dos consumidores, divergindo de Losch que define como determinante da localização a maximização dos lucros dos produtos.

Christaller (1966) tem como hipótese central a ideia de hierarquização dos lugares e que isto é uma tendência natural. Segundo ele, as atividades econômicas se distribuem no espaço de forma ordenada (influenciada pela existência de obstáculos naturais e pela disponibilidade de infraestrutura), dando origem a hierarquias em redes interdependentes. Segundo Clemente (2000b):

A centralização da oferta de bens e serviços não pode ser explicada apenas por fatores geográficos, como constata CHISTALLER, pois, frequentemente, o centro geográfico não é o lugar central. O conceito de distância geográfica deve, portanto, ser distribuído pelo de distância econômica, que leva em conta o custo de frete e seguro, embalagem, armazenagem e tempo necessário, no caso de mercadorias, ou custo de transporte, tempo de viagem e desconforto no caso de passageiros (CLEMENTE, 2000b, p. 89).



Os produtos também podem ser hierarquizados conforme a centralidade ou domínio espacial. Pelo lado da demanda a centralidade está associada ao custo de acesso. Os de elevada centralidade só estão disponíveis em alguns lugares exigindo longas distâncias para o seu acesso, enquanto os de menor centralidade são encontrados com mais facilidade não exigindo grandes deslocamentos. Pelo lado da oferta a centralidade depende das economias de escala. Como os lugares são concentrações de oferta de bens e serviços, a hierarquia dos lugares é a hierarquia dos bens e serviços. O domínio de um lugar compreende uma área denominada por Christaller de área complementar. Como nem todos os bens e serviços tem a mesma importância para o consumidor é possível estabelecer uma hierarquia entre eles. O consumidor está disposto a assumir maiores custos de transporte para adquirir determinados produtos.

A decisão de centralizar a produção em um determinado lugar será tão maior quanto mais relevantes forem as economias de escala e mais baixos forem os custos de transporte. O ritmo de repetição do consumo também é determinante na hierarquia dos produtos. Quanto menor for o ritmo de repetição de consumo, mais elevado o produto se situará na hierarquia. Produtos de consumo frequente tendem a se localizar próximo dos consumidores, criando regiões complementares aos lugares centrais (SILVA, 2004). Da mesma forma que a frequência do consumo influencia na hierarquia dos bens e serviços a abrangência da população que busca o consumo de determinado produto também determina a hierarquia dos produtos. Quanto mais segmentado e mais restrito for o produto, mais elevado ele se situará na hierarquia e maior tende a ser a decisão de centralizar. É importante destacar que os lugares centrais provedores de produtos de maior hierarquia são também centros provedores de menor hierarquia.

Outro autor influente no conjunto de teorias da teoria da localização é Walter Isard, economista norte-americano que desloca o predomínio alemão no âmbito das teorias da localização. Isard (1956) elabora uma síntese das teorias clássicas da localização e incorpora novas disciplinas à análise espacial. Sua contribuição resultou na proposição de uma linha de pensamento que se convencionou chamar de Economia Regional (CAVALCANTE, 2002). Seu objetivo “consiste em melhorar a estrutura espacial e regional das diferentes ciências sociais, especialmente a Economia, mediante o estabelecimento de uma teoria geral mais adequada da localização e do espaço econômico.” (SPINOLA, 2003, p. 37)

Isard (1956), assim como Weber, adota o custo de transporte como principal explicação para a escolha locacional e para o padrão de distribuição espacial das atividades econômicas. Para ele, o estudo da economia da localização só tem sentido pelas regularidades nas variações de custos e preços no espaço, e isto se deve porque o custo de transporte é uma função da distância. Como já salientado neste trabalho, a dimensão espacial é negligenciada pela teoria neoclássica. Diante disto, Isard incorpora um novo fator de produção, denominado por ele de insumo de transporte, que é definido como o dispêndio de recursos necessários para que mercadorias se desloquem no espaço e superem distâncias. Para Isard, a escolha locacional decorre da seleção entre combinação ótima de insumos de transporte a serem despendidas com a matéria-prima e com o produto (CLEMENTE, 2000c).

Quando uma empresa escolhe a localização entre uma fonte de matéria-prima e o mercado, está decidindo sobre uma combinação particular de quantidades de insumo de transporte a serem despendidas com a matéria-prima e com o produto. Se, por exemplo, decidir localizar-se junto à fonte de matéria-prima, estará tornando nulo o insumo de transporte despendido com a matéria-prima e máximo o insumo de transporte despendido com o produto (CLEMENTE, 2000c, p. 115).

Segundo Cavalcante (2002), Isard influencia diversos autores que se dedicam a aumentar a aderência à realidade de novos fatores de localização. Entre estes autores, Azoni (1982), Diniz e Gonçalves (2000) e Motta (1960) que definem cinco forças locais popularizadas na literatura convencional, são elas: orientação para as matérias-primas, orientação para o mercado; orientação para a mão de obra; orientação para a energia e orientação não especificamente definida.

O consumo de serviços de ensino superior pela sua importância e frequência faz com que o consumidor inicialmente assuma ou internalize os custos de transportes envolvidos nos deslocamentos. Deste modo, a localização da universidade pública não precisa, partindo de uma perspectiva da produção, ter como condição para a oferta de seus serviços os critérios de centralidade. O mesmo já não ocorre com instituições privadas que, devido à maior oferta e a concorrência, devem levar em conta o princípio da centralidade na localização das suas atividades no espaço urbano. Pelas suas características, a universidade pública se constitui em

uma força centrípeta, criando economias de aglomeração e gerando novas centralidades. Com isto, acaba influenciando a localização das atividades econômicas no espaço.

Contudo, como o consumo de serviços de ensino superior é bastante segmentado e restrito a uma parcela pequena da população, especialmente em regiões pobres, há uma tendência das instituições de ensino superior se agruparem no mesmo local, formando um determinado lugar central. Neste caso, quanto maior for a população a ser abastecida e de mais longe vieram os clientes, maior importância terá o lugar central.

Como destaca Silva (2004), os consumidores que se deslocam até os lugares centrais constituídos como centros de ordem superior “aproveitam para adquirir não só os bens de consumo menos frequente, de maior hierarquia, como os de consumo de maior ocorrência ou de ordem inferior, visando minimizar o esforço, o custo e o tempo de seus deslocamentos” (SILVA, 2004, p. 39). Para Silva (2004), um produto ou serviço caracteriza-se de ordem superior quando representar economias de escala importantes, consumo pouco frequente, custos de transporte baixos e vontade do consumidor de se deslocar grandes distâncias para adquiri-los. O produto ou serviço inferior caracteriza-se por relações inversas.

É bom destacar que o produtor também é um consumidor e a necessidade deste de se deslocar afeta setores e atividades como saúde, educação, cultura, comércio, entretenimento entre outros. A diversidade de produtos e serviços oferecidos por uma cidade constitui uma das bases das economias de aglomeração. A universidade pública pode constituir-se uma base importante para uma economia de aglomeração pela diversidade de serviços e produtos que exige e acompanham os consumidores de serviços de ensino superior.

### **2.2.5 A política regional**

A intervenção do governo na economia é objeto de um debate histórico que está longe de um consenso, seja no campo político seja no campo ideológico. Dois grupos polarizam este debate, liberais de um lado e keynesianos de outro. Os liberais, tendo por base a abordagem

da autorregulação dos mercados, são contrários à interferência do governo na economia<sup>4</sup>. Para estes, intervenção gera, além de privilégios, problemas macroeconômicos como a inflação e crises cambiais que acabam por reduzir o resultado eficiente alcançado pelos participantes do mercado. Os keynesianos concluem, diferentemente dos neoclássicos, que a racionalidade individual não produz necessariamente o melhor resultado para a sociedade, daí a necessidade do estado atuar de forma complementar ao mercado.

A emergência das políticas keynesianas no pós-guerra vai influenciar a ação de governos por meio de políticas regionais ativas. O desenvolvimento regional desigual e a persistência de indicadores econômicos e sociais desfavoráveis em determinadas regiões tornam-se objeto de preocupação e inquietação dos governos locais e nacionais. As políticas regionais ativas emergem a partir de modelos “top-down” (de cima para baixo) com o poder central auxiliando as regiões com investimentos e atração de empreendimentos. As políticas regionais implantadas estão alicerçadas nas evidências teóricas apresentadas pela ciência regional. Historicamente a ciência regional esteve orientada a subsidiar decisões políticas governamentais, de forma que se estudaram as consequências objetivas das distintas formas de atuação política oferecendo aos governos uma base de argumentação.

Após a segunda guerra mundial, o desenvolvimento regional passou a integrar o leque de iniciativas do Estado. Estas iniciativas decorrem, entre outras coisas, do que pode representar o desenvolvimento regional para a busca da coesão social e para a preservação da unidade nacional. Embora a presença do Estado no desenvolvimento regional seja inerente à própria existência deste, até a segunda guerra mundial, esta presença se deu de forma desordenada, desprovida de uma ação sistemática (LINS, 1997).

Antes da segunda guerra, merece destaque, ainda que uma iniciativa pontual, a tentativa de desenvolvimento integrado no *Tennessee Valley*. A partir da segunda guerra, o planejamento regional se consolida como atividade sistemática no âmbito do Estado, com ênfase na política regional, que lida com os aspectos locacionais. O Estado atuava de várias formas: destinando recursos públicos para obras de infraestrutura, de modo a criar as condições necessárias à produção; subsidiando e financiando empreendimentos, e participando diretamente do

---

<sup>4</sup> Segundo os liberais mercados livres e descentralizados sob o regime de concorrência perfeita produz um equilíbrio competitivo.

processo produtivo e do regime de acumulação capitalista através das empresas estatais. Um típico Estado “keynesiano”.

Sob o paradigma da “integração nacional”, o desenvolvimento regional torna-se, também, um instrumento político e ideológico. Em meados dos anos 50 (cinquenta) e início dos anos 60 (sessenta), vários países, principalmente os da América Latina, têm seus governos controlados por forças “progressistas”, cujo aspecto marcante é o nacionalismo exagerado. Estes governos criaram estruturas administrativas cuja principal missão era a de planejar o povoamento de territórios nacionais através de investimentos públicos em infraestrutura, incentivos e regulamentações sobre os investimentos privados. Objetivava-se, com esta política, reduzir as distorções espaciais criadas pelo crescimento econômico do pós-guerra.

Até a década de 70 (setenta), predomina no desenvolvimento regional o paradigma “de cima para baixo” (“do centro-abaixo”). As principais características deste paradigma “estão associadas ao conceito da industrialização como processo-motor do crescimento econômico (e da modernização), à ideia (concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional” (BOISIER, 1989, p. 597).

As estratégias de desenvolvimento baseadas nos modelos “de cima para baixo” geralmente envolvem grandes capitais externos à região e são inspiradas na ideia da substituição de importações. Segundo Amaral Filho (1995), estas estratégias podem ser elaboradas a partir das teorias de desenvolvimento regional já consagradas, envolvendo alguns conceitos-chaves tais como “polos de crescimento” (F. PERROUX), “causação circular e acumulativa” (G. MYRDAL) e “concatenação para frente e para trás” (A. HIRSCHMAN).

A década de 80 é marcada pelo esgotamento do paradigma “de cima para baixo”. Três fatos contribuíram decisivamente para o esgotamento deste modelo: a crise do chamado “modelo fordista”, que levou ao declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais; a instauração em vários países, principalmente na América Latina, de sistemas políticos autoritários e sistemas econômicos neoliberais, deixando pouco espaço para a temática do desenvolvimento e do planejamento regional (BOISIER, 1989); e a crise fiscal-financeira do Estado, principalmente do Estado Central. Esta crise reduziu e redirecionou os instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 1995). A conjunção destes fatos

mostrou a vulnerabilidade dos modelos tradicionais, em função da dependência dos fatores exógenos e a fragilidade em termos de formalização dos conceitos. Além disto, estes fatos contribuíram para o surgimento de modelos de desenvolvimento autosustentados e endógenos.

A partir dos anos 80 (oitenta), as transformações nos modos de produção e organização industrial e o processo de globalização e abertura das economias nacionais vão alterar substancialmente a face do capitalismo e, em consequência, as teorias de desenvolvimento regional. Estes fenômenos, além de impor às empresas a necessidade de se envolver num processo de aprendizagem contínua e interativa, fizeram com que estas levassem em conta, cada vez mais, os fatores locais em suas estratégias de competição. Aliado a este movimento de extroversão por parte das empresas, percebe-se, no final dos anos 80 (oitenta), um forte movimento de endogeneização do desenvolvimento econômico regional (AMARAL FILHO, 1999).

Segundo Karlsson; Johansson e Stough (2000), o movimento de endogeneização do desenvolvimento econômico regional está relacionado ao crescimento da importância das regiões no sistema econômico global. De acordo com esta visão, o comércio global tem mais a forma de relações entre regiões funcionais do que de relações entre países. “Pois esta visão tem envolvido observações empíricas que indicam que a mudança econômica global e nacional deve ser entendida como um processo, o qual é dependente da dinâmica econômica local operando em nível regional” (KARLSSON; JOHANSSON; STOUGH, 2000, p. 3)<sup>5</sup>. De acordo com estes autores, uma parte significativa do crescimento econômico pode ser explicado como induzido pela mudança tecnológica e organizacional, que está relacionada à forças locais como educação, aprendizado no trabalho, lideranças e instituições regionais e ações governamentais.

Segundo Karlsson; Johansson e Stough (2000), as mudanças ocorridas na economia na passagem da velha economia (fordista) para a nova economia (neo-fordista), são responsáveis pelo crescimento da importância das regiões no sistema econômico global. Um aspecto marcante da velha economia é que os altos níveis de governo eram usados para conduzir o desenvolvimento. Na nova economia, o desenvolvimento é muitas vezes mais eficientemente conduzido por autoorganização endógena e processos de auto-ajustamento. A tecnologia da

---

<sup>5</sup> Esta tradução e as seguintes são de nossa responsabilidade.

informação é o veículo de dominação global que gera mudanças no sistema econômico regional.

Segundo Amaral Filho (1999), o movimento de endogeneização do desenvolvimento econômico regional tem como base os novos paradigmas de industrialização e desenvolvimento local; a teoria macroeconômica do desenvolvimento, com ênfase na teoria do crescimento endógeno; e o novo papel do Estado no desenvolvimento regional.

Os governos locais passam a aparecer como um dos atores impulsionadores do processo de desenvolvimento econômico local, empreendendo iniciativas próprias e mais adequadas às particularidades de cada lugar (LIMA; LOYOLA; MOURA, 2000). Aos governos estaduais cabem a geração de poupança pública local e recuperação da capacidade de investimento. Aos governos municipais cabe coordenar as ações internas à cidade, adequando-as às realidades regionais e até mundiais<sup>6</sup>. Como afirma Casarotto Filho (1998, p. 101) “[...] o poder público local (as prefeituras) torna-se a sede das políticas institucionais de desenvolvimento, assumindo certa centralidade na viabilização de algumas ações”.

A partir dos anos 80 (oitenta), a esfera de ação do Estado apresenta modificações. Há um recuo do Estado central no processo do desenvolvimento regional decorrente da crise financeira dos órgãos de fomento regional e da crise do “modelo fordista”. Estas crises levam ao esgotamento das políticas keynesianas e abrem caminho para a difusão de um novo paradigma, baseado na produção flexível. Sob este novo paradigma, as pequenas e médias empresas têm um papel de destaque, e os governos local/regional são enaltecidos como esfera privilegiada para a promoção do desenvolvimento local/regional (LINS, 1997).

Segundo Casarotto Filho (1998), o papel do estado deve concentrar-se em alguns aspectos específicos: a) homogeneizar os incentivos para o desenvolvimento empresarial e para os investimentos; b) favorecer a consolidação das agregações municipais; c) formar uma força tarefa de especialistas; d) favorecer uma comunicação mais forte entre as regiões para

---

<sup>6</sup> Esta dependência dos governos locais (em relação às esferas superiores de governo) para a dinamização do desenvolvimento impõe a necessidade de se resolver dois problemas cruciais para a viabilização do desenvolvimento local no Brasil. O primeiro problema refere-se à centralização dos recursos pelo Governo Federal. Isto reduz substancialmente a capacidade de ação dos governos locais. O segundo problema refere-se à baixa qualificação dos funcionários públicos municipais. Em 1995, pouco mais de 50% de todos os funcionários dos municípios brasileiros não tinham sequer o primeiro grau, e apenas em torno de 8% tinham curso superior (LAVINAS, 1997). No Nordeste, este quadro é ainda mais grave: 58% dos funcionários municipais não têm sequer o primeiro grau (LAVINAS, 1997). Na esfera federal, segundo Lavinias (1997), 10 a 11% dos funcionários têm primeiro grau e mais de 20% curso superior.

estimular a circulação das ideias e competências especializadas; e) desenvolver redes infraestruturais; e, f) investir em economias externas e bens coletivos. Segundo Markusen (1995), os governos locais ou regionais tendem a desempenhar um papel central na regulação e na promoção das principais indústrias.

A distinção dada aos governos locais deve-se à enorme vantagem que eles levam sobre os governos centrais. Estas vantagens estão relacionadas, por um lado, à proximidade com relação aos agentes, às informações e aos acontecimentos. Em função disto, os governos locais estão mais bem informados do que os governos centrais a respeito das preferências, potencialidades e necessidades da população local. Por outro lado, as vantagens relacionam-se à flexibilidade dos governos locais, em função do tamanho, em ajustar as experiências a um custo menor e com maior rapidez. Ou seja, em teoria, os governos locais são mais eficientes na alocação dos recursos que os governos centrais.

Esta mudança no papel do Estado pode ser definida como uma transformação de “baixo para cima”, ou seja, as ações do Estado devem partir das potencialidades socioeconômicas originais do local. Os modelos tradicionais, por outro lado, são definidos como uma realização “de cima para baixo” (ou “centro-abaixo”), isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo poder central.

Vale salientar que a ênfase dada ao poder público local não exclui a importância do poder central para o desenvolvimento regional. O poder central continua sendo uma importante fonte para o desenvolvimento regional principalmente nas regiões mais pobres. A intervenção do governo central através da intermediação financeira constitui-se em fator decisivo para a superação do atraso econômico.

### **2.2.6 As desigualdades regionais**

Quando se fala em desigualdades regionais está se referindo basicamente aos diferentes níveis de desenvolvimento das regiões. Portanto, é importante compreender o desenvolvimento bem como suas variáveis determinantes. O conceito de desenvolvimento, para os propósitos deste



artigo, relaciona-se às melhorias nos indicadores econômicos e sociais *per capita*. Segundo Lopes (2003, p. 89), “enquanto o crescimento econômico pressupõe apenas aumento contínuo do produto global e *per capita*, o desenvolvimento econômico requer que esse crescimento venha acompanhado de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos”. Desse modo, para caracterizar o desenvolvimento econômico, deveremos ter um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda *per capita*, nível de emprego, segurança, expectativa de vida, distribuição de renda etc.

Os liberais, baseados nos dois teoremas fundamentais do bem-estar social de Walras, argumentam que mercados descentralizados atuando sob concorrência perfeita produzem um equilíbrio competitivo. Assim, a eficiência poderia ser obtida sem a intervenção do governo que, neste caso, só reduziria a eficiência da economia. Contudo, este equilíbrio competitivo pode ser atingido com desigualdade na distribuição de renda, ou, no caso de uma nação produzir desenvolvimento com desigualdades regionais.

As diferenças observadas nos níveis de desenvolvimento entre regiões são explicadas pelos modelos neoclássicos de crescimento regional como resultado dos diferenciais de produtividade marginal. Estes diferenciais decorrem das disparidades na relação capital/trabalho e dos diferentes níveis de investimento em tecnologia e capital humano. Como a produtividade marginal é decrescente, supondo um ambiente com mercados perfeitamente competitivos, a desigualdade tende a se reduzir à medida que vai havendo desenvolvimento econômico, fazendo com que regiões mais pobres acumulem capital em um ritmo mais rápido do que regiões mais ricas. Os modelos neoclássicos têm como foco de análise a convergência. Segundo Maciel, Andrade e Teles (2005, p. 2):

[...] economias que têm fatores de produção de maneira relativamente mais escassa, assumindo identidades tecnológicas, adquirem taxas de retornos maiores sobre este fator devido aos rendimentos decrescentes à escala das funções de produção utilizadas. Neste caso, com a mobilidade dos fatores, as regiões tendem a convergirem ao mesmo *steady state*, ou seja, há um  $\beta$  - convergência das rendas *per capita*.

Em uma direção oposta à da convergência, encontram-se os trabalhos de Hirschman (1961), Myrdal (1967) e Perroux (1964). Conforme Perroux (1964, p. 64), o crescimento não se dá simultaneamente em todos os locais, “manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia”. Segundo Myrdal (1967), os mecanismos de causação acumulativa tendem a fazer com que as regiões historicamente industrializadas se beneficiem mais da conjuntura favorável, inclusive drenando fatores das regiões mais pobres. Esses mecanismos geram um “círculo virtuoso” nas regiões inicialmente favorecidas e, por outro lado, um “círculo vicioso” nas regiões mais pobres. Hirschman (1961) compartilha dos argumentos de Perroux e Myrdal e acrescenta que o desenvolvimento econômico é necessariamente não equilibrado. Estes trabalhos apontam para a possibilidade do desenvolvimento econômico resultar de mecanismos que possibilitam o acirramento das desigualdades dando ênfase aos fatores dinâmicos de aglomeração. Dentre os mecanismos cabe destacar a existência de falhas de mercado e o papel das instituições: este último, objeto de análise deste estudo.

Diante das evidências de que o mercado não tem condições de garantir uma distribuição da renda interpessoal ou inter-regional com justiça social, as intervenções governamentais seriam claramente necessárias. Em escala subnacional estas intervenções (baseadas nos instrumentos de política econômica keynesiana) surgem, inicialmente, com políticas do tipo *top-down* seguida por políticas tipo *bottom-up*. As políticas tipo *top-down* são tidas como exógenas e são objetos de críticas até entre muitos defensores de intervenções. Elas têm como foco para o desenvolvimento regional o apoio à industrialização através de incentivos fiscais. Este pensamento é oriundo da crença das décadas de 50 (cinquenta) e 60 (sessenta), em que se acreditava que o desenvolvimento de uma nação passava pela industrialização.

Um dos diferentes exemplos e por demais referenciados nos debates e na literatura foi o caso da Coreia, que optou pela educação como plataforma de desenvolvimento. Em razão disto, as instituições políticas e sociais locais sempre tiveram como pano de fundo de suas reivindicações a instalação de indústrias. Acreditava-se que os efeitos a montante e a jusante de uma grande indústria regional seriam condição suficiente para superação do atraso econômico. Indústrias vieram para as regiões pobres, mas não foram capazes de trazer o desenvolvimento, nem corrigir as desigualdades regionais. Em parte, isto se deve à força centrípeta das regiões prósperas que, dadas as redes existentes, acabam se apropriando de uma

fatia maior dos ganhos deste processo e à inexistência de instituições capazes de absorver e interiorizar os ganhos decorrentes deste processo.

Sucedem as políticas tipo *top-down* as políticas *bottom-up*, tidas como endógenas, e entendidas aqui como “o processo de ampliação contínua da capacidade de absorção interna da região cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração do excedente proveniente de outras regiões” (AMARAL FILHO, 1999, p. 1282). Estes modelos surgem das possibilidades criadas pelo novo padrão produtivo-tecnológico baseado na produção flexível, na qual oportunidades se abriam para pequenas e médias empresas participarem competitivamente, em escala regional, da nova divisão de funções da economia modernizada.

Observa-se que para um processo de desenvolvimento endógeno possa deslançar alguns requisitos são necessários, como: mudança nas regras que regulam os agentes econômicos regionais; condições para criação e difusão das inovações; capacidade de organização social e política da região para tomar decisões relevantes; capacidade da região de apropriar e reinvestir uma proporção significativa do excedente gerado. As inovações estão na base e explicam quase a totalidade dos ganhos de produtividade das economias desenvolvidas. Deste modo, o desenvolvimento econômico subnacional passa pelos mecanismos regionais de fomento à inovação<sup>7</sup>.

A crise fiscal financeira do estado, o processo de globalização e o aumento nos fluxos de comércio e de capitais, as pressões da ideologia liberal e os resultados pouco satisfatórios de experiências passadas, levaram ao descrédito e questionamento dos instrumentos de política econômica keynesiana, levando a uma crise das políticas regionais. No Brasil, apesar de um grande número de experiências, estudos e a observação empírica mostram que o desenvolvimento econômico quando não acirrou a desigualdade preservou a diferença observada nas últimas décadas. Em economias periféricas como a brasileira e em estágios menos avançados do desenvolvimento capitalista, o *trade-off* entre crescimento e igualdade não se verificou. Ao contrário, a desigualdade se apresentou como uma necessidade para o crescimento econômico. Foi emblemática a política econômica marcada pelo slogan “crescer o bolo primeiro, para depois distribuir”, que além de acirrar as desigualdades nos rendimentos

---

<sup>7</sup> Segundo Garófoli “Desenvolvimento endógeno e a habilidade de inovar em nível local”. Citado por Costa-Filho (2007, p. 40).

dos brasileiros, preservou, quando não ampliou, as diferenças nos níveis de desenvolvimento das regiões.

Estudo sobre o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras realizado por Feres (2006, p. 18) “mostram que o processo de melhoria nos indicadores econômicos entre 1970 e 2000 ocorreu de forma a manter o diferencial já existente em 1970, [...] Os indicadores de renda, educação e acesso a serviços públicos preservam a diferença observada nos anos 70, quando não a ampliam”.

### 2.3 MODELOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A teoria clássica e neoclássica enfatiza a dimensão temporal como a variável determinante da análise econômica tradicional, análise esta que se fundamenta em um mundo estático e sem dimensões. A dimensão espacial é negligenciada nos modelos neoclássicos por dois motivos básicos. Primeiro, porque as hipóteses marginalistas não são aplicáveis à dimensão espacial porque pressupõe continuidade e os territórios são, por natureza, heterogêneos e descontínuos. Segundo, porque - baseados nos dois teoremas fundamentais do bem-estar social de Walras - argumentam que mercados descentralizados atuando sob concorrência perfeita produzem um equilíbrio competitivo. Os modelos neoclássicos de crescimento regional têm como foco a análise da convergência e partem da ideia de que os mecanismos de mercado resultam numa equalização do desenvolvimento. A convergência inter-regional do preço dos fatores acabaria com a mobilidade espacial dos fatores de produção. Assim, a eficiência poderia ser obtida através do mercado sem a intervenção do governo que, neste caso, só reduziria a eficiência da economia.

A persistência e agravamento das desigualdades no desenvolvimento regional evidenciam as falhas de mercado e contradizem a tese neoclássica da convergência. As mudanças nos padrões locais, a concentração das atividades econômicas no espaço e a formação de economias de aglomeração introduzem o estudo da dimensão espacial nas relações econômicas e dão origem à ciência econômica regional. A produção em economia regional

deu origem a uma produção teórica que se desdobra em duas grandes correntes de pensamento: o conjunto de teorias da localização (já explorada neste capítulo) e o conjunto de teorias de crescimento e desenvolvimento regional (objeto de exploração desta subdivisão deste capítulo).

As teorias de desenvolvimento regional emergem a partir dos anos 50, tendo como um dos seus objetos de estudo a explicação para os fatores dinâmicos da aglomeração industrial e as externalidades que dão origem e que emergem deste processo.

### **2.3.1 Teoria da base econômica: o multiplicador e a renda interregional.**

A teoria da base econômica regional, frequentemente denominada teoria da determinação da renda regional, representa uma aplicação simplificada da macroeconomia tradicional em âmbito regional. O modelo se baseia no multiplicador keynesiano tradicional e, como as regiões são geralmente economias abertas, a análise é centrada nas relações da região com o exterior. Em função disto, recorre-se de forma frequente aos conceitos de “injeção” e “vazamentos” - as “injeções” representadas pelas exportações e os “vazamentos” pelas importações. Neste contexto, as atividades de exportação servem de suporte ao crescimento da região exportadora. A teoria da base econômica considera a base de exportação (produtos que encontram demanda fora da região) como a atividade básica e o setor que produz para consumo e investimento internos à região como a atividade não básica. Segundo Clemente (2000d), este modelo é passível de crítica. Primeiro, pela impossibilidade prática de separação entre setores básicos e não básicos e daí a impossibilidade de verificação empírica e, segundo, por afirmar que aumentos de renda em certa região somente são possíveis como resultado de aumentos das exportações.

O modelo keynesiano de determinação da renda, que serve de referência para a teoria da base econômica, é um modelo que apresenta a demanda agregada como variável determinante da renda (consequentemente do produto) no curto prazo. Keynes (1996) define o consumo como uma função estável da renda, ou seja, a propensão marginal a consumir é estável. O consumo

de um agente gera renda para um segundo que por sua vez é induzido a consumir gerando renda para um terceiro e assim sucessivamente. Uma determinada mudança num componente autônomo da demanda agregada causa uma mudança ainda maior na renda de equilíbrio devido ao multiplicador de investimento, “ele nos indica que, quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a  $k$  vezes o acréscimo do investimento” (KEYNES, 1996, p. 134).

Segundo Keynes (1996), o conceito de multiplicador foi introduzido pela primeira vez na teoria econômica por R. F. Kahn em seu *The relation of home investment to unemployment* (Economic Journal, junho de 1931). Embora o multiplicador de Keynes seja um pouco diferente do de Kahn, os dois partem do mesmo ponto – determinar o volume de emprego. Keynes considera o multiplicador de Kahn (o qual pode ser chamado de multiplicador de emprego) um pouco diferente do seu. Segundo Keynes, o multiplicador de Kahn “mede a relação do aumento de emprego total derivado de determinado incremento do emprego primário nas indústrias de investimento. Quer dizer, se o incremento do investimento  $\Delta I_w$  leva a um aumento do emprego primário  $\Delta N_2$  nas indústrias de investimento, o incremento do emprego total  $\Delta N = k\Delta N_2$ ” (KEYNES, 1996, p. 134).

Os elementos da teoria da base de exportação, em uma analogia com o modelo keynesiano de determinação da renda, podem ser ilustrados com a ajuda de um modelo simples. Chamamos de  $Y$  a renda disponível de uma região;  $C$  o montante das despesas internas com produtos da região (isto é, a “renda não básica”), englobando o consumo das famílias e do governo, e investimento público e privado; seja  $c$  a propensão marginal a consumir produtos da região;  $X$  as exportações (atividade básica) representando as injeções;  $M$  as importações representando os vazamentos e  $m$  a propensão marginal a importar. Então:

$$C = C_0 + cY \tag{01}$$

$$M = M_0 + mY \tag{02}$$

E a equação do PIB regional é:

$$Y = C + X - M \quad (03)$$

$$Y = C_0 + cY + X - M_0 - mY \quad (04)$$

Deduz-se desta equação o multiplicador da renda regional:

$$Y = 1/1 - c + m(C_0 + X - M_0) \quad (05)$$

Percebe-se pela equação (05) que quanto maior for as exportações X (injeções) e menores as importações M (vazamentos) maior tende a ser a renda regional. Considerando que os componentes das atividades não básicas (internas) e as importações (que, seguindo a lógica do modelo, dependem do nível de renda da região) são relativamente estáveis no curto prazo e como o nível de exportações flutua constantemente, conforme variam o nível de renda das outras regiões e do resto do mundo, o nível de renda regional varia, no curto prazo, em função do nível das exportações.

$$\Delta Y = \Delta X / (1 - c + m) \quad (06)$$

A equação (06) sintetiza os fundamentos da teoria da base de exportação ao estabelecer como principal explicação para as variações de curto prazo no nível de renda regional as exportações.

Dado os padrões estruturais da economia de certa região, entre os quais se destacam as propensões marginais, as possibilidades para elevar sua renda no curto prazo estariam em proporção direta com sua capacidade de colocar seus produtos nos mercados inter-regional e internacional. No final das contas, somente um impulso externo seria capaz de alterar esses padrões estruturais e colocar uma região atrasada na trilha do desenvolvimento.

(CLEMENTE, 2000d, p. 53).

É subjacente à ideia do multiplicador a noção de que uma unidade monetária adicional na demanda agregada resulta em uma variação na renda regional superior ao incremento autônomo da demanda agregada, pois, além do aumento nas despesas de consumo, outras despesas também aumentarão de acordo com suas propensões marginais.

A teoria da Base Econômica separa as atividades econômicas em básicas (X), que compõe a base de exportação, e não básicas (W), representada pela demanda agregada interna à região. O sistema de equações a seguir é baseado em Clemente (2000d) e Richardon (1975). A equação da renda regional seria dada por:

$$Y = W + X \tag{07}$$

Sendo (B) o saldo das transações em conta corrente, a equação da renda regional pode ser reescrita como:

$$B = X - M \tag{08}$$

$$Y = W + M + B \tag{09}$$

O *coeficiente-base* ( $q$ ) é dado pela razão entre as rendas não básicas e básicas e pode ser expressa como:

$$q = W/X = W/(M + B) \tag{10}$$



O *coeficiente-base* é considerado estável nesta teoria, ou seja, supõe constante a relação entre os setores básicos e não básicos. Partindo desta suposição “quanto maior for o espaço geográfico considerado maior será a participação do setor não-básico na renda regional e, portanto, maior será o coeficiente-base”. (CLEMENTE, 2000d, p. 63). Sendo assim, as exportações terão um papel decisivo na determinação da renda de regiões pequenas, e regiões desenvolvidas dependerão relativamente menos do setor externo. Como a Teoria da Base Econômica é uma teoria da renda regional de curto prazo, é razoável supor a estabilidade do coeficiente-base, haja vista que, no curto prazo, mudanças estruturais são descartadas. A estabilidade do coeficiente-base é objeto de crítica específica à Teoria da Base Econômica (CLEMENTE, 2000d).

Sendo  $w$  a propensão marginal ao dispêndio na região ( $w = \Delta W/\Delta Y$ ),  $m$  a propensão marginal a importar ( $m = \Delta M/\Delta Y$ ) e  $b$  a propensão marginal a investir no resto do mundo ( $b = \Delta B/\Delta Y$ ), a soma das propensões marginais é igual à unidade ( $w + m + b = 1$  ou  $b = 1 - (w + m)$ ). Se  $(w + m) > 1$ , então,  $b < 0$ , a região será importadora líquida de recursos do resto do mundo. Se  $(w + m) < 1$ , a região será exportadora líquida de recursos para o resto do mundo.

O multiplicador da renda regional ( $\alpha$ ) representa o efeito sobre a renda regional decorrente de uma unidade monetária de aumento na renda básica, e é dado por  $\alpha = 1/(m + b)$ . O multiplicador pode ser obtido a partir do seguinte conjunto de equações:

$$X = M + B \quad (11)$$

$$\Delta X = \Delta M + \Delta B \quad (12)$$

$$\Delta X = m\Delta Y + b\Delta Y \quad (13)$$

$$\Delta X = (m + b)\Delta Y \quad (14)$$

$$\Delta Y = \Delta X/(m + b) \quad (15)$$

$$\Delta Y = [1/(m + b)]\Delta X = \alpha\Delta X \quad (16)$$

A Teoria da Base é um modelo de duas regiões: a região em consideração e o resto do mundo. Esta teoria não se adapta a um sistema com várias regiões. Além desta limitação, a Teoria da Base centra ênfase no papel causal das exportações, subestima as importações e não avança na importância das atividades não básicas com seus possíveis efeitos dinâmicos, multiplicadores e, possivelmente, formadores de economias externas.

O impacto sobre o desenvolvimento local, formulado a partir da Teoria da Base, parte da injeção de recursos na economia devido às atividades básicas de exportação (uma universidade pública, por exemplo) e os efeitos de propagação decorrentes da dinâmica do multiplicador. Este efeito multiplicador será maior quando maior a dimensão e complexidade da economia da região. Por outro lado, em regiões maiores a importância da atividade básica de exportação é menor. Segundo Silva (2004), o tamanho da região influencia no grau de abertura e, conseqüentemente, dependência do exterior. Regiões menores são mais abertas e dependentes, e melhor se aplica a teoria da base econômica.

O conceito de base econômica, também utilizada na análise urbana, representa uma das poucas explicações puramente econômicas do crescimento das cidades. A teoria da base econômica urbana está estruturada em duas categorias. Uma chamada de atividades básicas que produzem e distribuem bens e serviços para exportar para fora de uma área urbana definida, e constituem-se no elemento dinâmico do crescimento da cidade. A expansão dos setores básicos induz ao crescimento das atividades de serviços, também chamada de atividade não básica. Outra categoria chamada de atividades não básicas, ou de serviços cujos bens e serviços são consumidos dentro dos limites da cidade. Como a economia urbana é altamente interdependente, o problema básico deste esquema de explicação do crescimento urbano está em separar as atividades básicas das não-básicas e, conseqüentemente, atribuir ou quantificar a importância de cada atividade para o crescimento urbano. Além disto, superestima o papel das exportações como motor da atividade econômica (RICARDSON, 1975).

Lopes (2003), estudando a importância dos gastos da universidade pública para o crescimento de uma determinada cidade mostra, embora em um contexto diferente, as dificuldades em separar as atividades básicas das não básicas.

Em uma economia globalizada, dimensionar o valor adicionado à economia local e o valor das “fugas” [vazamentos] a partir dos gastos relacionados ao funcionamento de uma universidade pública é uma tarefa praticamente impossível. Esta dificuldade decorre da variedade dos produtos comprados e da necessidade de se estudar a cadeia produtiva de cada um deles. Este problema não é uma particularidade deste trabalho; qualquer estudo que trate de impactos sobre a economia local vai se defrontar com a mesma dificuldade e os esforços para solucioná-los, por mais minuciosos e dedicados que sejam, ainda serão insuficientes [grifo nosso]. (LOPES, 2003, p. 119).

Apesar das limitações, a teoria da base econômica urbana serve para a explicação, simplificada, do crescimento das cidades, especialmente as de maior porte. A dinâmica da economia de São Paulo, por exemplo, está mais associada às atividades básicas do que das não-básicas. Se as cidades nordestinas crescem, a cidade de São Paulo cresce. Porém, se São Paulo cresce, as cidades nordestinas crescem numa proporção menor. Neste caso, os conceitos de injeção e vazamentos são fundamentais para determinar a dinâmica do crescimento das cidades. Quanto maior a densidade e extensão da cadeia produtiva interna, menores serão os vazamentos e maiores as possibilidades de injeção.

O tamanho da cidade vai definir sua capacidade de estabelecer relações (hierarquia de redes) e, conseqüentemente, a importância relativa das atividades básicas e não-básicas na base econômica urbana. As “cidades mundiais” exercem funções de âmbito mundial provendo serviços financeiros, diplomáticos, de informação e de controle. As “cidades nacionais especializadas” procuram captar, em âmbito mundial, partes do mercado altamente especializado e mantêm, entre si, relações de complementaridade. As “cidades regionais especializadas” mantêm entre si relações de complementaridade aspirando a ocupar partes de mercado supra-regionais (ALVES, 2002).

As atividades básicas (ou de exportação) representam injeção de recursos na economia urbana. A relação destes recursos, aplicando-se a dinâmica do multiplicador em áreas urbanas, com o crescimento urbano vai depender da capacidade das atividades básicas e não-básicas em retenção do excedente gerado, ou seja, da densidade e extensão da cadeia produtiva interna. No caso das “cidades regionais especializadas” (cidades médias) este tema ganha um destaque especial. As cidades médias exercem influência em uma área de articulação de âmbito regional e são influenciadas por cidades nacionais especializadas. Portanto, elas

exportam (injeção) para as cidades de sua região de influência e importam (vazamentos) das cidades maiores. Assim, quanto maior for sua capacidade de retenção do excedente (através da cadeia produtiva interna) maiores serão as injeções e menores os vazamentos, além da impulsão das atividades não básicas.

A teoria da base econômica urbana como apresentada aqui (dividida em atividades básicas e não-básicas) permaneceu inalterada desde as primeiras tentativas formuladas por Richard Hartshorne, em 1936, com a obra *A new map of the manufacturing belt of North America*. Antes disto, coube a M. Auroousseau (*The distribution of population: a constructive problem*, 1921) formular o conceito da base econômica urbana (SILVA, 2004).

Auroousseau argumentava que o crescimento de uma cidade deveria ser analisado pela divisão do seu emprego total em ocupações primárias e secundárias. As ocupações primárias se referiam diretamente às funções da cidade, enquanto as ocupações secundárias se referiam ao bem-estar das pessoas ocupadas nas funções primárias. As relações entre os dois tipos de ocupações constituiriam a base do crescimento urbano. (SILVA, 2004, p. 54).

### **2.3.2 Teoria Interregional da Renda**

Dado que as regiões são economias abertas, os setores produtivos das regiões se inter-relacionam tornando seus níveis de renda interdependentes. Esta interdependência leva em conta o efeito retorno (*feedback*), no qual o aumento autônomo no nível de renda da região 'A' causará, em decorrência da propensão marginal a importar ( $M = M_0 + mY$ ), o aumento das exportações da região 'B'. Isto vai provocar aumento da renda desta região via multiplicador ( $\Delta Y = [1/(m + b)]\Delta X = \alpha\Delta X$ ), resultando em aumento das importações provenientes da região A ( $M = M_0 + mY$ ) e assim sucessivamente. Esta dinâmica, não considerada pela teoria da base econômica, constitui a base da teoria inter-regional da renda (CLEMENTE, 2000d)..

A interdependência dos níveis de renda das regiões (*linkages*) pode ser analisada em um modelo de insumo-produto. A matriz inter-regional de insumos é construída identificando-se como origem e destino dos insumos não apenas os setores, mas também as regiões a que pertencem. Os fluxos inter-regionais constituem uma estrutura de interdependência entre os setores produtivos das regiões, formando uma matriz inter-regional de demanda intermediária que serve para o cálculo de dois tipos diferentes de coeficientes: coeficientes intrarregionais de insumos e coeficientes inter-regionais de insumos. Com isto “o impacto de uma variação na demanda final de uma região sobre seu setor de produção depende não apenas das relações interindustriais internas como também das que mantém com a outra região” (CLEMENTE, 2000d, p. 48).

Se por um lado a interdependência regional leva a vazamentos, reduzindo o multiplicador regional da renda, por outro lado leva a injeções que aumenta a renda regional numa proporção maior que a injeção inicial em função do efeito multiplicador. O balanço entre vazamentos e injeções vai depender da propensão marginal a consumir na região e da cadeia produtiva regional, ou seja, de sua capacidade de evitar vazamentos. Quanto maior for a capacidade de evitar vazamentos maior será o efeito multiplicador dentro da região.

O comércio inter-regional distribui os benefícios de um aumento dos investimentos em uma região por todo o sistema, diluindo desta forma o estímulo à renda na região em que ocorreu o aumento. Para que o multiplicador inter-regional ( $K_1$ ) exceda o multiplicador da economia fechada é preciso que o aumento secundário nas exportações seja maior do que as evasões em importações relacionadas ao aumento do investimento na região 1. Uma condição necessária mas não suficiente para isso é que a propensão marginal a despendar em algumas regiões do sistema seja  $> 1$ . (RICHARDSON, 1975, p. 255).

As ligações (*linkages*) entre as regiões mostram que a oferta interna em cada região depende (e ao mesmo tempo influencia) a oferta e demanda de outras regiões. O efeito retorno (*feedback*) mostra que a estrutura de demanda agregada das regiões são interdependentes a medida que parte da demanda de uma região é suprida com a produção de outras regiões (CLEMENTE, 2000d).

Baseado em Clemente (2000d) e Richardson (1975), a interdependência entre regiões pode ser expressa a partir da equação de determinação da renda regional (modelo keynesiano):

$$Y = C + I + X - M \quad (17)$$

Como o consumo ( $C$ ) e o investimento ( $I$ ) são internos a cada região, variam de acordo com o nível de renda da região. Simplificando, seja  $E$  o total destas despesas internas e dependentes da renda regional,  $E_0$  representa a parte autônoma e  $e$ , a propensão marginal ao dispêndio interno com produto da região:

$$E = E_0 + eY \quad (18)$$

Supondo um sistema com apenas duas regiões, os níveis de renda destas regiões podem ser representados como:

$$Y_1 = E_1(Y_1) - m_{21}Y_1 + m_{12}Y_2 \quad (19)$$

$$Y_2 = E_2(Y_2) - m_{12}Y_2 + m_{21}Y_1 \quad (20)$$

onde  $m_{ij}$  representa a propensão marginal da região  $j$  a importar da região  $i$ . O nível de renda da região 1 depende das propensões marginais (a consumir e importar) dessa região e da propensão marginal a importar e do nível de renda da região 2.

Este sistema de equações pode ser estendido para  $n$  regiões. Apresentamos, abaixo, sistema de equações para três regiões, podendo ser ampliado para  $n$  regiões.

$$Y_1 = E_1(Y_1) - m_{21}Y_1 - m_{31}Y_1 + 0 + m_{12}Y_2 + m_{13}Y_3 \quad (21)$$

$$Y_2 = E_2(Y_2) - m_{12}Y_2 - m_{32}Y_2 + m_{21}Y_1 + 0 + m_{23}Y_3 \quad (22)$$

$$Y_3 = E_3(Y_3) - m_{13}Y_3 - m_{23}Y_3 + m_{31}Y_1 + m_{32}Y_2 + 0 \quad (23)$$

O sistema de equações acima apresenta apenas os níveis de renda alcançados para todas as regiões, não apresentando como se propaga para as outras regiões o efeito de uma variação no nível de renda de uma dada região.

O grau de expansão da renda da Região 1 resultante do estímulo  $A_1$  [investimento autônomo] dependerá do multiplicador inter-regional,  $K_1$ . A elevação da renda depende do aumento dos gastos produzidos pelo estímulo, da magnitude das evasões através das importações e da elevação secundária nas exportações da Região 1 devidas ao fato de que as evasões através das importações dessa região incentivam a renda e, portanto, a demanda de importações entre outras regiões. [grifo nosso]. (RICHARDSON, 1975, p. 253).

Portanto, nessa perspectiva,

Uma vez que o aumento da renda da região 1 é igual a  $A_1$  multiplicado pelo valor do multiplicador, as evasões com importações totalizarão  $m_1 \cdot A_1 \cdot K_1$ . Essas evasões serão distribuídas pelo sistema de acordo com as propensões marginais desagregadas da Região 1 a importar de cada uma das  $n - 1$  regiões. (RICHARDSON, 1975, p. 253).

Baseado em Clemente (2000d, p. 69), a propagação do efeito de uma variação da renda na região 1, depende do multiplicador ( $K_2$ ) do nível de renda da região 2. A propagação se dará em ciclos:

*Primeiro ciclo:*

Aumento de importações da região 1 =  $m_{21}$

Aumento da renda na região 2 =  $K_2 \cdot m_{21}$

Aumento das importações da região 2 =  $K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12}$

*Segundo ciclo:*

Aumento de importações da região 1 =  $m_{21}(K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12})$

Aumento da renda na região 2 =  $K_2 \cdot m_{21}(K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12})$

Aumento das importações da região 2 =  $(K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12})^2$

*Terceiro ciclo:*

Aumento de importações da região 2 =  $(K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12})^3$

E assim sucessivamente.

O limite da soma destas progressões geométricas resulta no multiplicador sobre o nível de renda da região 1, que é igual a:  $1/1 - K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12}$ .

Considerando as propensões marginais (ao dispêndio interno como o próprio produto e a importar), o multiplicador inter-regional da renda para a região 1 e região 2 são representados, respectivamente, pelas seguintes equações:

$$1/1 - e_1 + m_{21} - K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12} \quad (24)$$

$$1/1 - e_2 + m_{12} - K_1 \cdot m_{12} \cdot m_{21} \quad (25)$$

Este resultado pode ser generalizado para  $n$  regiões. Considerando a equação (26) abaixo, como o multiplicador inter-regional da renda para a região 1, o multiplicador para cada uma das outras  $(n - 1)$  regiões apresenta equação semelhante à equação (26).



$$K1 = 1 / 1 - e_1 + m_1 - (K_2 \cdot m_{21} \cdot m_{12} + K_3 \cdot m_{31} \cdot m_{13} + \dots + K_n \cdot m_{n1} \cdot m_{1n}) \quad (26)$$

A teoria do multiplicador inter-regional avança ao levar em conta o efeito de retorno (*feedback*) e o efeito das interações entre os níveis de renda das regiões envolvidas. “Essa teoria, ao mostrar como se transmitem os efeitos de variações nos níveis de renda das regiões, torna endógeno o nível de exportações, antes considerado exógeno”. (CLEMENTE, 2000d, p. 70).

### **2.3.3 Modelos exógenos de crescimento regional: polos de crescimento, causação circular cumulativa e concatenação para frente e para trás.**

Os modelos de crescimento chamados aqui de exógenos são difundidos na literatura latino americana como paradigma “de cima para baixo” (ou do centro-baixo). Estes modelos predominam, até a década de 70, no desenvolvimento regional. As principais características desses modelos “estão associadas ao conceito da industrialização como processo motor do crescimento econômico (e da modernização), à ideia (concomitante) da urbanização e, finalmente, ao caráter marcadamente centralizador que, do ponto de vista da tomada de decisões, assumem as propostas de desenvolvimento regional” (BOISIER, 1989, p. 597).

As estratégias de desenvolvimento baseadas nos modelos “de cima para baixo” geralmente envolvem grandes capitais externos à região e são inspiradas na ideia da substituição de importações. Segundo Amaral Filho (1995), estas estratégias podem ser elaboradas a partir das teorias de desenvolvimento regional já consagradas, envolvendo alguns conceitos chaves tais como “polos de crescimento” (F. PERROUX), “causação circular e acumulativa” (G. MYRDAL) e “concatenação para frente e para trás” (A. HIRSCHMAN). Esses autores destacam, em seus estudos, as sinergias criadas nas relações entre localização industrial e crescimento econômico.

Para esses autores, o crescimento econômico não obedece a um mesmo padrão e distribuição espacial. Ele ocorre de modo bastante concentrado e com variação em intensidade, sendo maior nas áreas favorecidas pela localização de atividades industriais. Isso faria com que as regiões capazes de gerar um maior adensamento da atividade industrial entrassem num processo circular e cumulativo de crescimento, em detrimento das regiões mais atrasadas, o que resultaria num aumento do hiato de desenvolvimento inter-regional. (TEIXEIRA; SOUSA, 2010, p. 3)

Estes três conceitos têm em comum a ênfase dada aos fatores dinâmicos de aglomeração. Conforme Perroux (1964), o crescimento não se dá simultaneamente em todos os locais, “manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1964, p. 164). Os polos de crescimento industrial de Perroux iniciariam o processo que seria, em seguida, difundido ao resto da economia por efeitos multiplicadores e de aglomeração sobre o investimento, a renda e o emprego (ALMEIDA, 2002).

Segundo Myrdal (1967), os mecanismos de causação acumulativa tendem a fazer com que as regiões historicamente industrializadas se beneficiem mais da conjuntura favorável, inclusive drenando fatores produtivos das regiões mais pobres. Estes mecanismos geram um “círculo virtuoso” nas regiões inicialmente favorecidas e, por outro lado, um “círculo vicioso” nas regiões mais pobres. Hirschman (1961) compartilha dos argumentos de Perroux e Myrdal e acrescenta que o desenvolvimento econômico é necessariamente não equilibrado.

A teoria dos polos de crescimento desenvolvida, em 1955, por François Perroux está associada à noção de indústria motriz. A partir de observações da concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale de Ruhr, Perroux elabora a Teoria dos Polos de Crescimento. O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, “porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes.” (SOUZA, 2005, p. 88). A indústria motriz representa o elo dinâmico das relações de insumo-produto do complexo industrial. Este complexo se torna polo de crescimento quando liderado por uma ou mais indústrias motrizes e se torna polo de desenvolvimento quando provoca transformações na estrutura produtiva da região.

Segundo Souza (2005), uma indústria é motriz quando: cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; possui inúmeras ligações locais de insumo-produto; apresenta-se como uma atividade inovadora; possui grande poder de mercado e produz geralmente para o mercado interno e, mesmo, para o mercado externo.

As intervenções exógenas estiveram na base das políticas de desenvolvimento regional no Brasil, influenciadas pelas contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman. As políticas partiam do entendimento de que o desenvolvimento econômico poderia ser acelerado ou desencadeado pela criação de polos de crescimento em torno de indústrias motrizes. Embora bastante difundidas, as políticas de desenvolvimento a partir da constituição de polos de crescimento por meio de investimentos exógenos produziram resultados aquém do esperado. A prova disso é a persistência de indicadores econômicos e sociais desfavoráveis para o Nordeste brasileiro que historicamente foi alvo desse tipo de política.

As causas do insucesso das políticas exógenas está no fato dessas políticas na levarem em consideração as especificidades econômicas, sociais e institucionais de cada região. Boisier (1989) parte de, pelo menos, quatro críticas às práticas tradicionais de planejamento regional na América Latina. São elas:

a) universalização das práticas de planejamento regional através da aplicação irrestrita de teorias, modelos, metodologias e políticas pensadas em função de contextos muito diferentes dos prevalentes na América Latina;

b) consideração da questão regional como um problema restrito à região. Isto levou à completa separação entre políticas regionais e política econômica nacional e entre os planejadores regionais e os globais;

c) monodisciplinariedade do planejamento regional no aspecto profissional. Isto se deu em função do controle majoritário dos economistas, o que conferiu um caráter economicista às propostas de desenvolvimento regional,

d) separação entre sujeito e objeto do planejamento regional, ou seja, separação entre planejadores e as próprias comunidades regionais. Esta prática

desconsidera as particularidades históricas, sociais e culturais da região que, neste contexto, era considerada apenas como uma divisão geográfica.

A superação das práticas acima é o ponto de partida para a construção de um novo paradigma. Esta superação envolve: a passagem de região-objeto para região-sujeito, com o conseqüente reconhecimento das regiões como atores no processo de planejamento, e das regiões como espaço geográfico e espaço social ao mesmo tempo; superação da prática monodisciplinar (economicista) através da incorporação de cientistas sociais, antropólogos, sociólogos, políticos etc. nas equipes de planejamento, tanto em nível central como local; reconhecimento da não neutralidade entre política econômica global e política regional, ou seja, reconhecimento de que as políticas nacionais produzem efeitos indiretos de sinal e magnitudes diversas nas diferentes regiões; e incorporação dos planejadores regionais às equipes que decidem a política econômica nacional.

Lopes (2009) enfatiza a importância de se levar em conta a qualidade das instituições na formulação de políticas de desenvolvimento regional, especialmente para regiões atrasadas. Para Lopes (2009) é consenso na literatura econômica que as instituições desempenham papel fundamental para explicar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico entre países e entre regiões. Para North (1990), o desempenho econômico dos países está correlacionado ao padrão de mudanças institucionais regionalmente localizado. Conceição (2007), analisando a contribuição de Matthews para o crescimento econômico, conclui que o fenômeno do crescimento é entendido enquanto manifestação de mudanças institucionais, as quais pressupõe inovações. Com este mesmo entendimento e interpretando Zysman, adiciona que a “estrutura política e institucional induz a formação de uma lógica de mercado que orienta e dirige a trajetória do crescimento” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 9). Reforçando esta relação entre instituições e desenvolvimento econômico, o estudo realizado por Menezes-Filho et al. (2006) mostra o papel da qualidade institucional na determinação nos diferenciais de produto *per capita* entre os estados brasileiros. Os estados que apresentam melhores instituições apresentam crescimento econômico superior. Bueno (2004) mostra que a reprodução na América inglesa de instituições semelhantes às inglesas, especialmente relativas às garantias do direito de propriedade e o predomínio do poder local sobre o central, permitiu um grau de liberdade econômica e uma condição diferencial de desenvolvimento não experimentado pelas colônias latino americanas.

Embora haja uma pulverização de abordagens teóricas que se auto denominam institucionalistas, umas convergentes outras nem tanto, considera-se como instituição para os propósitos deste artigo a definição de Hodgson (1988, p. 10). Segundo ele, “instituição deve ser entendida como uma organização social que, mediante a operação de tradições, costumes ou restrições legais, tende a criar padrões de comportamento duráveis e rotineiros”. Nesta mesma linha, Rutherford (1994, p. 182) explica instituição como “uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamento em situações específicas, e que se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa”. Ou seja, em um contexto de racionalidade limitada, como salienta Pondé (2005), as instituições emergem das interações humanas que simultaneamente as governa.

As instituições resultam de um processo histórico que se reproduz inercialmente através do tempo, transportadas pelas culturas, rotinas, crenças, costumes etc. Sendo assim, as instituições são *path dependent* e endógenas, já que derivam de um processo gradual de evolução da própria trajetória de desenvolvimento da região. Neste sentido, comenta Bueno (2004, p. 375): “quanto menores as restrições à corrupção, por exemplo, mais provável é que muitas das instituições existentes adotem essas práticas e maior o incentivo para as que inicialmente não o fazem venham a se tornar corruptas no futuro”.

#### **2.3.4 O desenvolvimento local ou endógeno: novos paradigmas de industrialização, a teoria do crescimento endógeno e o novo papel do estado.**

O conceito de desenvolvimento local ou endógeno surge da insatisfação e da incapacidade das políticas baseadas nos modelos exógenos de superar os problemas do desenvolvimento regional. Os modelos de desenvolvimento endógeno emergem dos novos paradigmas de industrialização, da teoria do crescimento endógeno, do novo papel que desempenha o estado no desenvolvimento regional e das evidências de que as inovações e o capital humano estão na base dos ganhos de produtividade e da competitividade das economias. O desenvolvimento endógeno envolve, portanto, múltiplos planos que se articulam: o político - decorrente da crescente capacidade regional para tomar decisões relevantes; o econômico - enfatiza a

participação dos atores locais na retenção da poupança local e atração de investimentos; o científico e tecnológico - relacionado à capacidade regional de gerar seus próprios impulsos tecnológicos de mudança; e o institucional relacionado à matriz geradora da identidade sócio territorial (BOISIER, 2001). Segundo Buarque (1998), desenvolvimento local representa:

[...] uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. [sic] (BUARQUE, 1998, p. 11).

Nos modelos de desenvolvimento endógeno o território desempenha um papel central. Ele aparece como sujeito da ação coletiva, como principal agente promotor do desenvolvimento econômico, que se define através da ação coletiva e da construção de instituições locais. Ao integrar a dinâmica territorial à dinâmica das instituições, Muls (2008) endogeneiza o papel do território no qual cada grupo de instituições e de organismos locais é específico de cada território.

O desenvolvimento regional endógeno foi fortemente influenciado pela teoria do crescimento endógeno liderada por Paul Romer. A teoria do crescimento endógeno surge da insatisfação de um grupo de estudiosos do crescimento econômico (liderados por Paul Romer) em relação à explicação exógena do crescimento da produção no longo prazo<sup>8</sup>. “Esta insatisfação motivou a construção de uma classe de modelos de crescimento nas quais os elementos determinantes do crescimento eram endógenos para o modelo. O crescimento no longo prazo é determinado dentro do modelo, em vez de algumas variáveis exógenas como o não explicado progresso tecnológico, esta é a razão para o nome *crescimento endógeno*” (BARRO; SALA-MARTIN, 1995, p. 38).

O crescimento endógeno corresponde à endogeneização do progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização dos fatores

---

<sup>8</sup> A teoria do crescimento endógeno emergiu dos artigos de Paul ROMER (1986) e Robert LUCAS (1988).

convencionais de produção, assentando sua base conceitual na consideração do aumento do estoque de conhecimentos como o verdadeiro motor do crescimento *per capita*, prioritariamente a acumulação de capital físico ou humano. (SILVA, 2004, p. 78).

A teoria do crescimento endógeno promove uma ruptura com a teoria tradicional do crescimento, a qual deriva, basicamente, dos trabalhos de Solow e Swan. O modelo de Solow, o mais representativo, baseia-se em uma função de produção na qual o volume de produção é função de dois fatores: capital (K) e trabalho (L)  $Y = f(K, L)$ . Das hipóteses formuladas por Solow gera-se a equação fundamental do crescimento econômico neoclássico  $\partial K / \partial L = s f(k) - nk$ . Desta equação deduz-se que: a taxa de crescimento de longo prazo do estoque de capital e da renda é a taxa de crescimento da força de trabalho que, por hipótese, é uma constante exógena  $n$ ; e que a economia tende, invariavelmente, para um crescimento balanceado, qualquer que seja a relação capital-trabalho inicial (JONES, 1979). As evidências, contudo, mostram que a acumulação de capital físico está sujeito a retornos decrescentes de escala levando, em médio prazo, a exaustão das possibilidades de crescimento.

A ruptura com os modelos tradicionais decorre da inconsistência destes em relação a três aspectos: 1. o aumento persistente da produtividade do trabalho e da renda per capita contraria uma das previsões teóricas fundamentais dos modelos tradicionais, segundo a qual haveria interrupção do crescimento econômico a longo prazo; 2. o crescimento das desigualdades nos níveis de renda entre países e regiões contraria o pressuposto neoclássico de que haveria convergência entre países pobres e ricos; e 3. o padrão observado de mobilidade de fatores de produção e diferenciais de remuneração do capital e trabalho contradiz as previsões dos modelos neoclássicos convencionais (CLEMENTE; HIGACHI, 2000). A partir desta ruptura, “fatores que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento passaram, então, a ser encarados como endógenos, o que levou fatores como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento a dividirem com os fatores tradicionais, capital e força de trabalho, a composição da função de produção” (AMARAL FILHO, 1995, p. 593).

Na tentativa de superar a inconsistência dos modelos tradicionais, surgem três tipos de modelos de crescimento endógeno: 1. os de *spillovers*, que explicam o crescimento por meio das externalidades positivas da acumulação de capital humano e de conhecimento; 2. os

lineares, conhecidos como *AK*, que preservam a importância do processo de acumulação de capital para o crescimento, mas introduzem novos fatores endógenos: acumulação de capital humano e de conhecimento; e, 3. os *neo-schumpeterianos*, que consideram a inovação tecnológica como a fonte básica do crescimento (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

O modelo mais simples de crescimento endógeno é o modelo *AK*,  $Y = AK$ , sendo *A* uma constante positiva que reflete o nível tecnológico (BARRO; SALA-MARTIN, 1995). Da exploração do modelo *AK*, outros modelos são criados, como o modelo de Romer (1986) e o famoso modelo de Robert Lucas, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1995, baseado no capital humano (JONES, 2000). O modelo de Romer “é baseado em externalidades positivas (*spillovers*) e supõe que o conhecimento tecnológico ou capital de pesquisa seja a única forma de capital” (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 198). Nesta mesma linha, se desenvolveu o modelo de Lucas que, embora tenha uma estrutura similar ao de Romer, considera o investimento em capital humano (em vez de investimentos em capital de pesquisa) a fonte das externalidades positivas, mediante aumentos no nível de tecnologia (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

O conhecimento está na base dos modelos de crescimento endógeno. O modelo de Romer se estrutura em *spillovers* (externalidades positivas) e supõe que o conhecimento tecnológico é a única forma de capital, é um bem público não sujeito à rivalidade e a excludência em seu consumo. Para Lucas o capital humano proporciona externalidades positivas, através de aumentos no conhecimento tecnológico, e é a fonte primária do crescimento. A interação entre capital humano e capital físico propicia o crescimento econômico sustentado e elimina as restrições resultantes da lei do rendimentos decrescentes.

Os modelos neo-schumpeterianos são inspirados na ideia schumpeteriana de que a principal fonte do crescimento econômico é a inovação introduzida pelas empresas (ou, de modo geral, pelos empreendedores). A inovação é concebida como resultado da atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D), e as atividades de P&D resultam de decisões intencionais com alocação específica de recursos. Segundo Clemente e Higachi (2000), os principais modelos neo-schumpeterianos são os de Romer (1990) e os de Aghion e Howitt (1993).

A introdução do capital humano na função de produção e as inovações resultantes dos investimentos em P&D explicam, na atualidade, os diferenciais de competitividade dos países



e estão na base dos ganhos de produtividade das empresas e do desenvolvimento recente das nações.

Além dos três tipos de modelos citados acima, existem, ainda, os modelos evolucionistas, de crescimento endógeno. Segundo Clemente e Higachi (2000), para os evolucionistas o progresso técnico é a fonte principal que requer e sustenta os investimentos em capital físico e capital humano. Nos modelos evolucionistas, as fontes do crescimento econômico de longo prazo são as inovações de processos e de produtos, e as novas formas de organização da produção. São estes elementos que permitem o domínio de novas tecnologias de produção. Estes modelos explicam o fenômeno da divergência entre taxas de crescimento e níveis de *renda per capita* através da natureza cumulativa do progresso técnico.

No âmbito regional, os modelos de crescimento endógeno atribuem papel de destaque aos governos nacional e regional no processo de desenvolvimento regional de longo prazo (CLEMENTE; HIGACHI, 2000). Os modelos lineares recomendam que as políticas regionais devem estimular e promover a acumulação de conhecimento, de capital físico e de capital humano. Segundo Clemente e Higachi (2000), o modelo de Lucas recomenda que o governo regional/local implemente e mantenha políticas, visando a elevação da escolaridade média da população. Nesta mesma linha, e ainda segundo Clemente e Higachi, Romer recomenda que para acelerar o crescimento econômico regional de longo prazo, dever-se-ia adotar a política de favorecer a acumulação de capital humano, bem como a política de subsidiar a pesquisa. As sugestões dos neo-shumpeterianos são de que as políticas regionais tenham como objetivos o aumento do tamanho do mercado de trabalho, a redução das taxas de juros e o aumento da quantidade de capital humano alocado em pesquisa (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

As estratégias tradicionais de desenvolvimento regional basearam-se nas aglomerações mercantis e nas externalidades para o capital privado decorrentes das políticas de investimento em capital físico, mais especificamente em infraestrutura. Estas políticas não se mostraram suficientes para gerar um processo de endogeneização do excedente econômico, nem atrair excedentes de outras regiões. Estas estratégias tiveram por base alguns conceitos-chave das teorias de desenvolvimento regional tradicionais como: “polos de crescimento” de F. Perroux, “concatenações para frente e para trás”, de A. Hirschman e “efeitos cumulativos de causação circular progressivo”, de G. Myrdal.

As estratégias de desenvolvimento regional endógeno podem ser consideradas como uma realização “de baixo para cima”. Estas estratégias baseiam-se em novos conceitos, entre os quais cabe destaque aos de “distrito industrial”, “milieux innovateurs” (ambientes inovadores ou entornos inovadores) e *cluster*. Estes três conceitos foram desenvolvidos na mesma época e de maneira não muito concorrente em termos de pressupostos e por isto, apresentam diferenças muito sutis que torna difícil diferenciá-los (AMARAL FILHO, 1999).

A definição de distrito industrial é motivo de controvérsia na literatura. Uma linha teórica, adepta da concepção do domínio da industrialização flexível como resposta à crise do fordismo, define “distrito industrial” como sendo um sistema produtivo local, caracterizado por um grande número de pequenas e médias empresas que tenderiam a fortalecer a proximidade locacional dos empreendimentos. Uma visão alternativa é proposta por Ann Markusen que procura mostrar os limites da industrialização flexível como proposta teórica (DINIZ; CROCCO, 1996). Na visão de Markusen (1995), em muitos casos são determinantes o papel das instituições e facilidades governamentais ou locais, das firmas líderes, das filiais de multinacionais etc.

Os ambientes inovadores ou “milieux innovateurs” conferem à tecnologia e às inovações uma certa autonomia e um papel determinante. O objetivo das estratégias baseadas neste tipo de conceito é acelerar a transformação de resultados de pesquisas em produtos e processos, mobilizando e otimizando todas as formas possíveis de cooperação entre a indústria e a ciência (AMATO NETO, 2000). Este conceito surgiu, por um lado, para fornecer elementos que contribuam para a sobrevivência dos distritos industriais e, por outro, fornecer elementos para que outras regiões desenvolvam seus projetos de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 1999).

Almeida (2002) concebe os tecnopolos (“milieu innovateurs”) como um tipo de *distrito marshalliano*. Segundo ele, os tecnopolos são agrupamentos variados de empresas e instituições de ensino e pesquisa, que surgem em geral em torno de universidades de excelência ou de determinadas instituições estatais. O sucesso deste tipo de agrupamento, tanto em ramos tradicionais quanto em novos setores, tem o poder de alavancar a economia de suas localidades e regiões, com importante geração de emprego e renda.

O conceito de *cluster* é uma síntese dos conceitos de “distrito industrial” e “milieux innovateurs”, porém mais abrangente, já que não fica restrito às pequenas e médias empresas. Além disto, “o conceito de ‘*cluster*’ está mais próximo da ideia de um ‘modelo’ propriamente, dado que ele assume um caráter mais normativo, enquanto aqueles são mais intuitivos” (AMARAL FILHO, 1999, p. 1293). *Cluster* é um conceito mais eclético na medida em que consegue se diferenciar tanto da visão fordista tradicional quanto da visão distritalista baseada na pequena produção flexível.

Os distritos industriais ingleses analisados por Marshall (1986) no o final do século XIX já evidenciava a importância das economias externas geradas pela aglomeração espacial da atividade econômica. Para Marshall, a aglomeração espacial de empresas de um mesmo setor resultaria em economias de escala sistêmicas com ganhos externos de produtividade. As economias de escala originariam da divisão social do trabalho com o surgimento de indústrias subsidiárias em torno de uma indústria-chave.

### **3 O CONCEITO DE EXTERNALIDADES E A TEORIA DOS AGLOMERADOS: A FORMAÇÃO DE *CLUSTER*.**

É crescente a importância teórica e o interesse pela questão da aglomeração geográfica das atividades econômicas. Busca-se, com isso, explicar os elementos orientadores da economia espacial e entender qual a natureza e os benefícios para o desenvolvimento local das chamadas economias de aglomeração. Este interesse é orientado, por um lado, pela busca de evidências científicas da existência de retornos crescentes urbanos em cidades onde há uma maior concentração de atividades econômicas e, por outro lado, na busca de explicações para as desigualdades no desenvolvimento econômico entre as regiões. Além disto, e de forma subsidiária, estudos buscam apresentar alternativas para o desenvolvimento de modo a superar as desigualdades regionais. Geograficamente o desenvolvimento econômico é desequilibrado, e isto evidencia as falhas de mercado bem como os equívocos da adoção de certas políticas para redução das desigualdades regionais. Aliado ao fraco desempenho operacional destas políticas, e até como consequência dele, há a necessidade de uma reconstrução teórica que possibilita uma melhor compreensão deste fenômeno e de sua persistência ao longo do tempo. Neste sentido, identificar as falhas de mercado e as causas do insucesso das intervenções governamentais torna-se um importante instrumento para formulação de políticas públicas para um planejamento regional adequado.

O desenvolvimento regional desigual é um fenômeno característico das economias capitalistas. No Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro, a desigualdade ganha contornos que agravam a possibilidade de soluções. Políticas de desenvolvimento econômico nas regiões menos desenvolvidas envolvem ações que se materializam no curto, médio e longo prazo.

A desigualdade não deve ser vista como um problema endêmico, ela se manifesta em diferentes espaços. Pode ser observada entre as nações, intra-países e dentro das macro e microrregiões. Regiões ricas apresentam bolsões de miséria, assim como regiões carentes, tidas como subdesenvolvidas no espaço sub-nacional, apresentam ilhas de prosperidade. Isto mostra que a região não pode ser entendida como um espaço econômico homogêneo. O Brasil apresenta diferenças acentuadas nos indicadores das regiões mais pobres, como é o caso do

Nordeste, em relação às áreas mais desenvolvidas do país. As macrorregiões brasileiras também apresentam descontinuidade em seu desenvolvimento. Dentro da própria Região Nordeste se observa grande diferença nos níveis de desenvolvimento entre o semi-árido e as regiões metropolitanas.

Qualquer estratégia consistente de crescimento para as regiões do Brasil deve ter como foco ações que procurem aumentar a qualificação da força de trabalho. A formação de capital por trabalhador e a criação de condições favoráveis para o uso eficiente de recursos visando o aumento da produtividade. A materialização dessas condições depende da educação e de suas externalidades. As externalidades e a formação de economias de aglomeração estão na base da explicação do desenvolvimento de cidades e regiões.

Toda ação da natureza gera externalidades. As lavas expelidas por um vulcão provocam, inicialmente, externalidades negativas pela destruição que provoca. Em um segundo momento provocam externalidades positivas ao aumentar a fertilidade dos solos gerando externalidades para agricultores que passam a ter ganhos de produtividade em relação aos demais. A ação de um grande predador que ao alimentar-se de sua presa não a devora na totalidade, acaba gerando externalidades para animais menores ou mais fracos que terão ganhos de produtividade ao alimentar-se sem muito esforço. Estas externalidades, embora importantes, são específicas e não geram ganhos de escala capazes de propiciar crescimento econômico de modo a precipitar uma inflexão no desenvolvimento de uma região.

As externalidades, como objeto de estudo da Teoria Econômica Regional, são aquelas capazes de gerar economias de aglomeração e atuar como núcleo do desenvolvimento regional. Essas externalidades geram efeitos a montante e a jusante e tornam-se o elemento dinâmico do crescimento regional e da influência de uma cidade em sua região de articulação.

Neste capítulo, vamos abordar o conceito de externalidades, o desenvolvimento histórico e as bases teóricas da “Teoria dos Aglomerados”, explorar os ganhos decorrentes das economias de aglomeração - especialmente o conceito de *cluster* - e mostrar como os elementos dinâmicos da aglomeração influenciam a localização das atividades econômicas no espaço.

### 3.1 O CONCEITO DE EXTERNALIDADES

As externalidades estão na base da formação das economias de aglomeração e é o elemento central dos ganhos de produtividade e competitividade de agentes econômicos com proximidade geográfica. Esta é uma constatação quase unânime entre os estudiosos da ciência regional. As externalidades, como fonte de desempenho superior das empresas concentradas geograficamente, explicam não só a localização de empresas, como foi utilizada amplamente para compreender o fenômeno da formação das cidades (FERREIRA, 2009). Para Scitovsky (1954) as economias externas e os retornos crescentes de escala colocam em cheque os modelos de concorrência perfeita. Diante disso, os estudos de economia regional (e esta tese) prestam especial atenção às externalidades como determinantes do crescimento econômico de cidades e regiões.

Concretamente, El estudio de las economías regionales es un tema que há ganado importancia em los últimos años em las investigaciones españolas como consecuencia de La estructuración Del estado español em Comunidades Autónomas y tras La entrada Del mismo em La Comunidad Europea. (SERRANO, 1988, p.6).

Embora Alfred Marshall seja reconhecido como o pioneiro na fundamentação daquilo que se convencionou chamar de economias externas (ou externalidades), estudiosos da geografia econômica já observavam este fenômeno desde o final do século XIX.

O estudo sobre as economias externas (ou externalidades) originam dos trabalhos de Marshall (1885) sobre localização industrial, argumentando em favor das economias externas ou externalidades marshallianas como força locacional da atividade industrial. As vantagens da aglomeração produtiva, tida como um caso especial de externalidade, também estão presentes na obra de Alfred Marshall. O trabalho clássico de Marshall (1885) – Princípios de Economia, descreve as vantagens da concentração de indústrias especializadas em certas localidades. Para Marshall o que gera externalidades é a especialização da cidade num mesmo setor industrial. Muitas seriam as causas que levariam à localização das indústrias, como condições

físicas geográficas, acessibilidades e de escoamento da produção (MONTENEGRO, GONÇALVES e ALMEIDA, 2009). Ainda segundo Montenegro, Gonçalves e Almeida (2009, p. 3), “as externalidades de especialização passaram a ser referidas pelo acrônimo MAR, por causa das contribuições dos autores Arrow e Romer, além de Marshall”.

Las externalidades aparecen por primera vez em el trabajo de Marshall (1920) com El objeto de recoger La suma de vetajas que las empresas dedicadas a una misma actividad obtienen por el hecho de encontrarse localizadas las unas cerca de las otras. Estas externalidades marshallianas sierveron, em um principio, para destacar los beneficios de La esecialización industrial loca, lo que algunos autores han denominado externalidades estáticas. Posteriormente, com los trabajos de Romer (1986, 1990) y Lucas (1988) se han generado um grupo de teorías, los modelos de crecimiento endógeno, em donde el motor del crecimiento es algún tipo de proceso que se puede caracterizar como generador de progreso técnico, em los que las externalidades juegan um papel protagonista. (SERRANO, 1998, p. 6).

Segundo Marshall (1985), as empresas podem se beneficiar dos ganhos de produtividade decorrentes da escala de produção de duas formas. A primeira, que ele chamou de “economias internas” porque são inerentes a cada empresa, decorre da eficiência administrativa, do modo como as empresas são organizadas e seus recursos de produção. A segunda decorre do desenvolvimento geral da indústria e são obtidas por meio da concentração de muitas firmas. A segunda forma foi denominada de “economias externas”, reconhecida na literatura como externalidades e, com menor intensidade de “economias marshallianas”. As externalidades decorrem de 4 (quatro) fatores básicos: o grande fluxo de conhecimento (majoritariamente tácito) restrito a essas regiões; intensa especialização de mão de obra; existência de uma grande rede de indústrias subsidiárias; e maquinário especializado (FERREIRA, 2009).

Marshall utiliza o conceito de distrito industrial para explicar a existência de economias externas. Distrito industrial é uma concentração regional de pequenas firmas que, em conjunto com as grandes e integrada verticalmente, são capazes de intensificar a divisão do trabalho e o crescimento de uma indústria (Marshall, 1985). As empresas estabelecem relações intra e intersetoriais ao longo do processo produtivo, as quais estão diretamente relacionadas com a formação de economias externas. Segundo Piore e Sabel (1984), os distritos industriais marshallianos eram definidos por três características mutuamente dependentes: suas relações

com o mercado; o uso flexível de uma tecnologia amplamente aplicável e crescentemente produtiva; e a criação de instituições regionais que balanceavam a cooperação e competição entre as firmas. Vale a pena adicionar a essas uma das características assinaladas por Molina-Morales (2002), qual seja: a existência de uma comunidade de pessoas que partilham um sentimento de pertencimento ou de identidade comum, assim como um sistema de crenças e valores que agem como inibidor do comportamento individual.

As externalidades são benefícios acessíveis apenas às empresas localizadas no território em questão, as quais participam da criação das próprias externalidades. São bens intangíveis que não podem ser adquiridos no mercado. As empresas podem tornar-se mais produtivas pela proximidade geográfica de outras empresas, pela ausência de barreiras de entrada à informação e pela facilidade de transmissão de conhecimento, bens, mão de obra e outros recursos. Como afetam somente a um grupo de empresas com proximidade geográfica, as externalidades são bens coletivos e não bens públicos, já que não é acessível a toda sociedade (SERRANO, 1998). Contudo, cabe salientar que a sociedade acaba se beneficiando indiretamente destas externalidades através do crescimento e desenvolvimento regional.

As economias externas decorrem dos benefícios obtidos por um agente econômico devido a implantação de um serviço público (uma rodovia ou universidade) ou de uma atividade produtiva privada (uma indústria) gerando a este agente vantagens antes inexistentes. Segundo Prado (2007, p.105), “uma externalidade ocorre quando um agente engajado numa atividade influencia o bem estar de agente externo que não participa da ação e não é remunerado tão pouco onerado por esse efeito.” As externalidades geram no curto e longo prazo a ineficiência alocativa que podem ser respondidas pelo governo com políticas de comando e controle (regulação) ou políticas baseadas no mercado (comercialização das permissões) (PRADO, 2007).

As externalidades podem ser positivas ou negativas. Positivas quando geram economias externas ou *spillover* (transbordo) ou efeitos de vizinhança (*neighbourhood*). Negativas quando o efeito é adverso, tem-se uma fonte de deseconomia externa, gerando desvantagem ao invés de vantagem, normalmente relacionada a aspectos sociais e ambientais – violência, poluição, engarrafamentos etc. Enquanto as economias de escala possibilitam ganhos de produtividade internos às empresas, as externalidades possibilitam ganhos associados a uma determinada localização. As externalidades podem gerar ganhos para um agente econômico



específico mas quando se estende para um conjunto de agentes pode gerar efeitos dinâmicos sobre o crescimento regional.

Segundo Silva (2004), o conceito de externalidade está diretamente vinculado à noção de espaço geográfico. Como os ganhos de produtividade estão na origem do processo de desenvolvimento econômico e as externalidades geram ganhos de produtividade decorrentes da aglomeração geográfica, este tema torna-se de fundamental importância para o estudo tanto da questão espacial quanto do desenvolvimento econômico regional.

As externalidades marshallianas explicam a localização e a concentração geográfica em um território basicamente pelo lado da oferta, já que considera como função desta localização a presença de um mercado de mão de obra qualificada, uma oferta concreta de recursos necessários ao processo produtivo e a maior rapidez na difusão da informação e da tecnologia neste território. Krugman (1992) não atribui importância às externalidades tecnológicas na localização e destaca como elemento importante a mão de obra qualificada e a oferta de fatores específicos. Diferente de Krugman, Audretsch e Feldman (1993) atribuem às inovações tecnológicas papel preponderante no agrupamento espacial das indústrias. Serrano (1998) destaca que apesar das divergências há um consenso na influência das externalidades como fator de aglomeração.

A pesar de La discrepancias em cuanto a qué tipo de economías externas son las que más afectan a La localización de La actividad económica, existe consenso en considerar que son las externalidades las fuerzas centrípetas que mantienen La aglomeración. (SERRANO, 1998, p. 133).

Apesar da literatura tratar as externalidades predominantemente pela ótica da oferta, a localização e a concentração geográfica em um determinado território podem surgir para o atendimento da demanda externa ao ramo industrial. As externalidades decorrentes da dinâmica de funcionamento de uma universidade pública, por exemplo, levam a uma concentração geográfica de pessoas que demandam uma gama de serviços e produtos induzindo a localização e concentração espacial de empresas.

As economias de aglomeração geram duas formas básicas de economias externas: economias de especialização ou localização e economias de urbanização. Enquanto Marshall centra sua análise nas externalidades de especialização, sendo essas externalidades fortemente associadas às economias de escala, Jacobs (1969) - referência frequente nos estudos de economia urbana - destaca como principal fonte das externalidades a diversidade das atividades econômicas desenvolvidas nas cidades<sup>9</sup>. Segundo Galinari e Lemos (2007), as economias de especialização são economias de escala externas à firma, mas internas à aglomeração industrial em que a firma se localiza. Já as economias de urbanização são economias externas à firma e ao aglomerado industrial estrito senso, mas internas ao centro urbano em que se localizam.

Hoover (1948), dando continuidade ao trabalho de Marshall, é quem identifica essas outras formas de economias externas. Além das de localização e urbanização, ele aponta outro tipo básico de externalidade que são os retornos internos de escala, que nada mais é do que o aprimoramento das “economias internas” de Marshall. Segundo Ferreira (2009), Hoover (1948) descreve esses três tipos básicos de externalidade da seguinte forma:

**Economias de Localização:** são externalidades descritas por Marshall, relacionadas às economias obtidas por firmas de uma indústria em um espaço geográfico.

**Economias de Urbanização:** oposta às economias de localização, estas são originárias da diversidade industrial, normalmente encontrada em grandes regiões metropolitanas.

**Retornos Internos de Escala:** obtidas através da especialização do investimento e da força de trabalho, capazes de gerar vantagens de custo e melhorias tecnológicas às empresas. Os retornos internos de escala são intrínsecos às firmas, não havendo diretamente, o “transbordamento” dessas economias para além das fronteiras da empresa. (FERREIRA, 2009, p. 42-43)

Para Polèse (1998), as economias de localização são internas no âmbito da indústria e imputáveis à dimensão da indústria numa dada localização. “Para designar os conjuntos

---

<sup>9</sup> Embora em sua obra Jacobs não faz menção explícita a termos como externalidades para referir à maior competitividade das cidades, este termo está implícito e permeia toda a sua obra.

geográficos de estabelecimentos conexos desse tipo, usa-se, por vezes, a expressão complexos industriais (onde frequentemente os *outputs* de uma empresa são os *inputs* de outra)” (POLÈSE, 1998, p.87). As economias de localização se materializam em uma implícita partilha dos custos fixos, na redução dos custos de interação especial e na multiplicidade das possibilidades de troca.

Segundo Jacobs (1969), as economias de urbanização originam-se da diversificação produtiva propiciada pela escala urbana das cidades, que possibilita ganhos econômicos, sociais e institucionais pelos efeitos dinâmicos e diversificados da aglomeração. Os ganhos de produtividade das economias de urbanização decorrem, principalmente, da produção de bens públicos – aqueles que dificilmente seriam assegurados de forma privada, dado o peso das externalidades - dos custos fixos ou à importância das indivisibilidades, como portos, estradas, justiça e universidade pública.

O crescente interesse pela influência das externalidades regionais na localização das atividades econômicas levou os diversos campos da literatura a classificar as externalidades de forma cada vez mais complexa e abrangente (FERREIRA, 2009). Uma dessas formas é a classificação das externalidades como estáticas ou dinâmicas. As externalidades estáticas estão associadas às eficiências de custo e exercem uma forte influência sobre a localização das atividades econômicas, não sendo capazes de afetar ou influenciar o crescimento dessas atividades. As externalidades dinâmicas lidam com a acumulação de informações sobre a produtividade e o emprego gerando “efeitos de transbordamento” (*spillovers*) afetando não só a localização, mas, também o crescimento.

Respecto al crecimiento económico, parte de La literatura se refiere a las economías externas dinámicas como aquellas que influyen en el crecimiento de la actividad económica y no únicamente en la localización de la industria. (SERRANO, 1998, p. 133).

As externalidades dinâmicas e estáticas podem ser geradas por meio por meio da concentração de uma indústria específica em uma região. Quando esta concentração permite uma maior difusão do conhecimento através de *spillovers*, dão origem às externalidades MAR (Marshall-Arrow-Romer). Quando a competência local acelera a adoção da inovação como

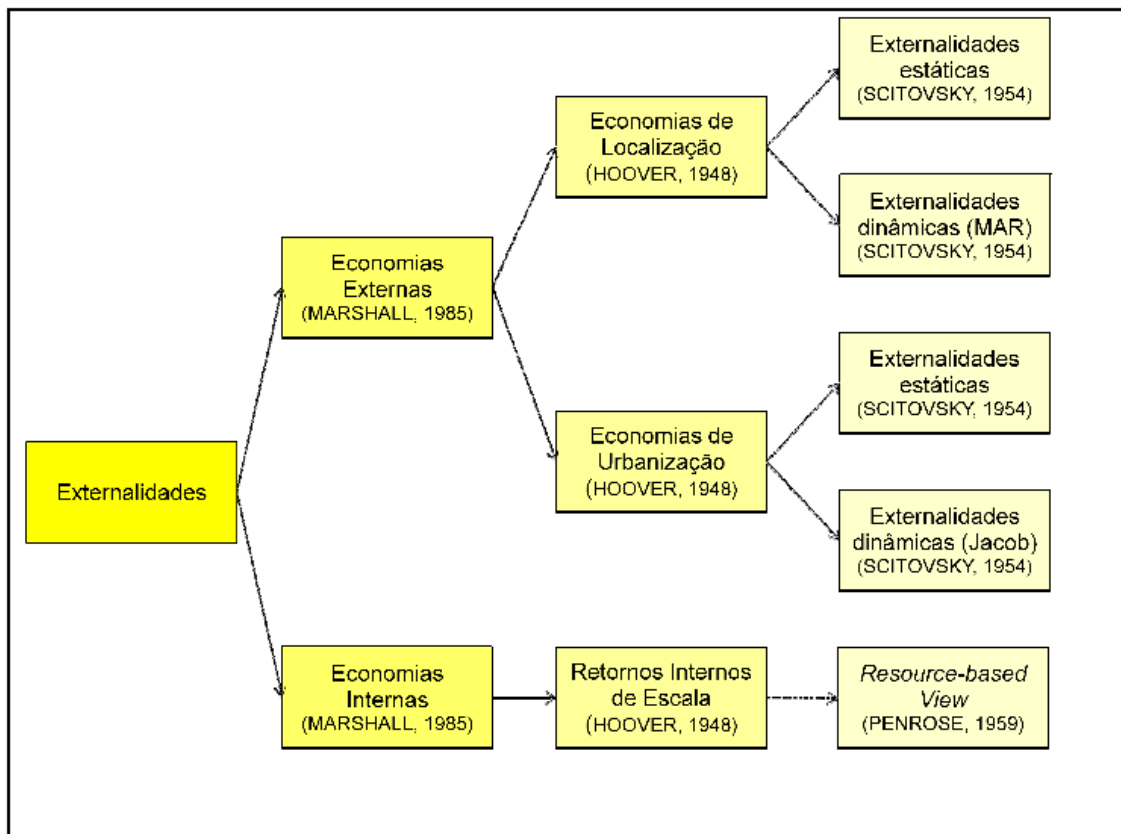
uma condição de competição e sobrevivência das outras empresas, resultando em maior crescimento, dá origem às externalidades do tipo Porter (1990). As externalidades MAR e Porter não se diferenciam muito nas suas características.

Por outro lado, as externalidades do tipo Jacobs (1969), que resultam da diversidade de indústrias em uma região, se diferenciam quanto à forma como surgem e quanto às previsões de como a competição local afeta o crescimento das firmas ao considerar que a maior parte das inovações e da mão de obra especializada se transmitem entre indústrias diferentes. Para Jacobs a fonte do crescimento está na diversidade industrial em contraposição à especialização regional. Com a diversidade se tem maior transmissão das mesmas inovações com diferentes aplicações segundo o tipo de indústria (SERRANO, 1998).

A classificação de economias externas em estáticas e dinâmicas das quais as firmas podem se apropriar tem sido objeto de críticas. Serrano (1998, p. 136) resume essas críticas da seguinte forma: “Así, Costa y Callejón (1995) argumentan que la distinción entre economias estáticas y dinâmicas no es válida ya que la localización (y el tamaño) y el crecimiento son variables que no pueden considerarse de forma separada. De este modo, ambos tipos de economias externas estarían íntimamente relacionadas, llevando una a la otra”.

De forma geral e sistematizada as externalidades podem ser tanto específicas às firmas – via retornos internos de escala – quanto originárias – economias externas. As economias externas podem ser de localização (concentração regional de um tipo de indústria) ou de urbanização (diversidade das indústrias de uma aglomeração) e estas podem ser estáticas (resultante de maior eficiência de custos das firmas) ou dinâmicas (resultantes da interação e troca de conhecimento entre as firmas e pessoas situadas em um espaço geográfico). Este panorama é ilustrado abaixo (FERREIRA, 2009):

Figura 1 – Panorama geral das externalidades



Fonte: Ferreira (2009, p. 49)

As externalidades podem ser intersetoriais ou inter-regionais. Nas externalidades intersetoriais o dinamismo de um setor influencia positivamente o *output* de outro setor. Os vínculos são a montante e a jusante ou (externalidades de demanda e oferta) e se dão através da transmissão de tecnologia por meio do comércio de produtos ou pelo compartilhamento do mesmo mercado de trabalho. Além disso, os efeitos derivados de uma maior demanda ou criados pela oferta intermediária de bens se repercutem sobre a economia com efeitos multiplicadores se transmitindo aos setores através da relação comercial e será tanto maior quanto maior for a relação *input-output* entre os setores. As externalidades inter-regionais se dão quando o crescimento de uma região ultrapassa as fronteiras regionais e influenciam o crescimento de regiões próximas geograficamente. Como as regiões de um país são, geralmente, economias abertas, os efeitos a montante e a jusante se manifestam quase com a mesma intensidade dos efeitos intrarregionais. Quanto maior a proximidade geográfica maiores as externalidades.

Pelo exposto pode se afirmar que as externalidades constituem-se em uma variável fundamental para a redução das desigualdades regionais. As externalidades nas regiões menos desenvolvidas (seja pela difusão tecnológica) levariam a uma taxa de crescimento maior que nas regiões desenvolvidas numa afirmação da tese da convergência neoclássica. Nos modelos keynesianos os objetivos da política regional são a geração de externalidades e a consequente redução das desigualdades.

## 3.2 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E AS BASES DA TEORIA DOS AGLOMERADOS

### 3.2.1 Diferenças conceituais entre aglomeração, concentração e especialização.

Ferreira (2009) chama a atenção para a confusão, de ordem conceitual, existente na literatura sobre geografia econômica quanto à utilização dos termos: aglomeração, concentração e especialização. Embora os estudos sobre aglomerações e concentrações terem como objeto comum a distribuição da atividade econômica no espaço geográfico, a principal diferença entre esses conceitos reside na abrangência do estudo. Enquanto a concentração analisa a localização espacial de poucos e bem definidos setores, a aglomeração envolve o movimento de setores definidos de forma mais ampla. A partir desse entendimento, Ferreira (2009, p. 22) argumenta que “pelo enfoque que possuem, clusters, APLs e distritos industriais são formas de concentração, não de aglomeração.”

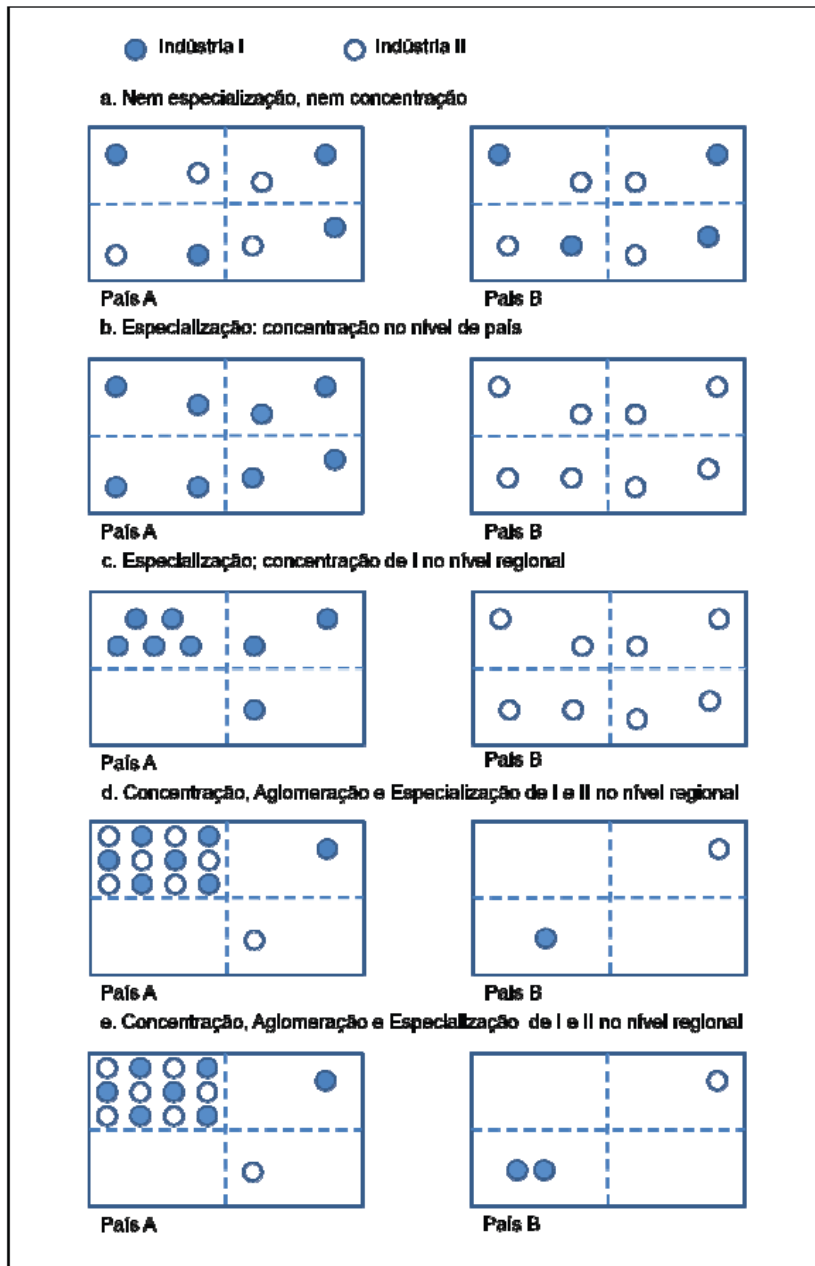
Uma característica da aglomeração é a diversidade de empresas no âmbito regional. Estas empresas se estruturam em torno de uma empresa principal, constituindo-se o centro de um sistema produtivo formado por empresas que, à montante e a jusante, compõe a aglomeração produtiva. O *cluster* não se estrutura somente por empresas similares, a diversidade de empresas e setores também pode estruturar um cluster. Nesse sentido, e divergindo da posição de Ferreira, o *cluster* pode ser uma forma de concentração em alguns casos, e de aglomeração em outros.

Embora importante a preocupação de Ferreira, sua análise é parcial. A análise quantitativa de *cluster* é desenvolvida a partir de dois enfoques distintos: o da similaridade e o da interdependência. O da similaridade poderia estar associado à concentração e o da interdependência à aglomeração. Talvez os APLs e os distritos industriais sejam realmente formas de concentração, mas *cluster*, sendo um conceito mais amplo, pode ser uma forma de concentração ou aglomeração geográfica. Por um lado, as externalidades podem gerar concentração espacial de empresas similares de poucos e bem definidos setores. Por necessitar de uma infraestrutura semelhante para operarem de forma eficiente, essas empresas formam clusters do tipo horizontal (enfoque da similaridade) caracterizado por um conjunto de indústrias similares, que possivelmente estariam compartilhando algum recurso comum.

Por outro lado, as externalidades podem gerar aglomerações: o agrupamento de agentes não similares, mas que apresentam competências complementares, atuando de forma independente, mas necessitando de alguma forma de coordenação coletiva. É o cluster do tipo vertical (enfoque da interdependência). M. Porter é o autor de maior influência na composição estrutural do conceito de *cluster*. Segundo ele, “*cluster* é uma concentração geográfica de empresas e instituições interligadas por similaridades e complementaridades que operam num determinado campo de negócio,” (Porter, 1998a, p. 4). Mesmo compreendendo a importância metodológica de se diferenciar concentração de aglomeração, neste estudo o *cluster* pode manifestar-se como uma forma de concentração ou aglomeração geográfica. Além disso, entendemos que as concentrações podem gerar aglomerações.

As diferenças entre especialização e concentração não são tão tênues quanto as verificadas entre concentração e aglomeração. A especialização envolve aspectos relacionados à estrutura econômica de uma região e indica se a produção de uma área está concentrada em poucas atividades (FERREIRA, 2009). Abaixo reproduzimos o esquema de Ferreira (2009) adaptado de Brakman, Garretsen e Van Marrevijk (2001).

Figura 2 – Concentração, especialização e aglomeração



Fonte: Ferreira (2009, p. 24)

### 3.2.3 A Teoria dos Aglomerados: origem e evolução

A formação de aglomerações populacionais e econômicas no espaço foi objeto de estudos bem antes da gênese da Ciência Econômica. A razão das aglomerações em outros modos de produção difere muito dos fatores que levam as concentrações no sistema capitalista. “A razão



para este fenômeno, pelo menos na antiga Europa, estaria relacionada às condições físicas (natureza do clima, solo, existência de minas etc.), ao patrocínio de cortes e a alguns dirigentes que deliberadamente traziam para suas proximidades residentes em outras regiões (FERREIRA, 2009, p. 56).

A teoria econômica em sua origem e até o início do século XX deu mais ênfase em suas análises à dimensão temporal do que à dimensão espacial. Porém, mesmo de forma periférica e não sistematizada, contribuiu para os estudos sobre a concentração geográfica das atividades econômicas. Entre as contribuições pioneiras destaca-se a de François Quesnay em seu *Tableau Economique*, de 1758, sobre o circuito dos fluxos da produção e repartição entre as classes sociais. Os estudos sobre a especialização e divisão do trabalho, a produtividade, as vantagens absolutas e comparativas do comércio internacional, o equilíbrio de mercado, a teoria do valor trabalho e a acumulação de capital, abordadas nas obras de Smith, Ricardo e Marx, também contribuíram para compreender as implicações da concentração espacial e especialização das firmas (SILVA 2004).

As empresas concentradas geograficamente caracterizam-se como um fenômeno econômico-espacial fundamental para a competitividade das empresas e o desenvolvimento das nações. Este fenômeno passa a ser enfatizado como um campo de estudo específico da teoria econômica regional, a geografia econômica ou economia espacial.

A organização da atividade econômica parece ser um elemento fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. A natureza das unidades produtivas e a forma como estas organizações estão dispostas no espaço tem conquistado o interesse de economistas e pesquisadores afins, como foi o caso de Marshall (1996), com os distritos industriais, Porter (1999), preocupado com a competitividade, Coase (1994), quem integrou a discussão sobre a natureza da empresa, Becattini (1999), acerca do fenômeno italiano referente às aglomerações produtivas, entre outros. (ROXO; SANTEROSSA; BERTOTTI, 2010, p. 2).

Porter (1998b) utiliza o termo “aglomerado” como sinônimo de *cluster*. “Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área vinculadas por elementos comuns e complementares”

(PORTER, 1998b p. 79). A abrangência geográfica desse aglomerado pode ser uma única cidade, um estado, um país ou até mesmo uma rede de países vizinhos.

Alfred Marshall é considerado o primeiro e principal autor a enfatizar o fenômeno da concentração regional de atividades econômicas e introduzir a noção de distrito industrial. As ideias seminais de Marshall levaram muitos outros autores a estudar as razões dos ganhos de competitividade das empresas e do crescimento regional a partir da aglomeração geográfica de atividades econômicas. Após as contribuições de Marshall, coube a Arthur (1994) e principalmente a Krugman (1991; 1995; 1996) refazer a teoria da localização e devolver à economia regional seu devido lugar no *mainstream* da Ciência Econômica. Para isto, eles usaram a força das ideias de Myrdal e Hirschman e incorporaram as ideias marshallianas de “economias externas”. Da união destas ideias, Krugman elabora seu modelo, no qual considera o papel da história como um importante fator determinante no desenvolvimento.

### 3.2.3.1 A contribuição de Alfred Marshall

Em seu *Principles of Economics*, sua obra mais influente e seminal do conceito de economias de aglomeração, Marshall (1985) estuda as economias geradas pela localização de uma indústria em uma mesma região e pretende demonstrar que a concentração geográfica de pequenas firmas leva a ganhos de produtividade não acessíveis às empresas que operam isoladamente. A vantagem competitiva decorria do compartilhamento de recursos comuns e da economia em maquinário e mão de obra e dos efeitos de transbordamento.

Em seus estudos sobre a formação dos distritos industriais, Marshall ressalta as vantagens sobre a produtividade e o progresso econômico decorrentes da divisão do trabalho. Partindo da noção desenvolvida por Adam Smith e da crescente subdivisão de funções, Marshall enfatiza a especialização e a diferenciação como vantagem competitiva decorrente da divisão do trabalho e o desenvolvimento da especialização da mão de obra, do conhecimento e da maquinaria. A proximidade geográfica cria as condições para a aceleração dessas vantagens, permitindo a transferência do conhecimento formal e, principalmente, do informal. O

conhecimento informal (costumes, crenças etc.) que se dá através da interação entre os indivíduos e da inércia institucional (reprodução de padrões de comportamento) torna-se uma vantagem competitiva para as firmas de um distrito industrial na medida em que é difícil sua transferência para indivíduos fora do distrito.

Os distritos industriais representam a visão *marshallianas* sobre as vantagens das aglomerações econômicas e se estruturam a partir de um princípio básico para qualquer organização industrial que é a busca constante por redução de custos e maximização de lucros. Nesse sentido, a força locacional das unidades fabris deveria ser orientada para as matérias-primas e mercado consumidor o que levaria as unidades fabris a se situarem geograficamente próximas uma das outras. “As principais razões influenciadoras da localização concentrada da indústria encontram-se nas condições físicas: disponibilidade e qualidade de recursos naturais, proximidade de fontes de matérias-primas e insumos de produção e fácil acessibilidade por vias alternativas de transporte” (SILAVA, 2004, p. 118).

Marshall (1985) define distritos industriais como uma concentração regional de pequenas firmas que atuando em conjunto (sem subseviência) com as grandes são capazes de intensificar a divisão do trabalho e o crescimento de uma indústria. O crescimento surgiria a partir das economias externas geradas por esta concentração, “as economias externas podem frequentemente ser conseguidas pela concentração de muitas pequenas empresas similares em determinadas localidades, ou seja, como se diz comumente, pela localização da indústria” (MARSHALL, 1985, p. 229). As externalidades (ou economias externas às firmas) estão no centro dos argumentos marshallianos. Marshall (1985) divide os ganhos de escala decorrentes da aglomeração em: economias externas - resultante do desenvolvimento geral da indústria - e economias internas à firma - inerentes à estrutura organizacional e administrativa próprios de cada empresa.

Podemos dividir as economias derivadas de um aumento da escala de produção de qualquer espécie de bens em duas classes: primeira, as dependentes do desenvolvimento geral da indústria; e segunda, as dependentes dos recursos das empresas que a ela se dedicam individualmente, das suas organizações e eficiência de suas administrações. Podemos chamar as primeiras de *economias externas*, e as últimas de *economias internas*. (MARSHALL, 1985, p. 229).

Enquanto a escala pode ser determinante nas economias internas as aglomerações são fundamentais para as economias externas, especialmente para as pequenas empresas.

Muitas das economias na utilização de mão se obra e maquinaria especializada dependem do tamanho das fábricas individuais. Algumas dependem do mesmo gênero de fábricas na vizinhança; enquanto outras, especialmente relacionadas com o adiantamento da ciência e o progresso das artes, dependem principalmente do volume global de produção em todo o mundo civilizado. (MARSHALL, 1985, p. 229).

Marashall (1982) apresenta três vantagens para a aglomeração e especialização de empresas: a atração de fornecedores especializados e locais; a qualificação de recursos humanos locais decorrente da especialização da indústria; e a difusão de informações facilitada pela proximidade física (sendo as duas primeiras vantagens relacionadas às externalidades pecuniárias e a última uma externalidade tecnológica). Becattini (1999) adiciona a estas vantagens a possibilidade de redução de custos de transação, estímulo à inovação, mobilidade horizontal e vertical dos postos de trabalho e a busca de objetivos econômicos comuns à medida que as empresas competem e cooperam simultaneamente (ROXO; SANTEROSSA; BERTOTTI, 2010). Marshall (1985) enfatiza em sua obra a vantagem decorrente do agrupamento de trabalhadores especializados:

São tais as vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtém de uma vizinhança próxima, que desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, aí permanece por longo espaço de tempo. Os segredos da profissão deixam de ser segredos, e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles. Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito, discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. Se um lança uma ideia nova, ela é imediatamente adotada por outros, que a combinam com sugestões próprias e, assim, essa ideia se torna uma fonte de outras ideias novas. Acabam por surgir, nas proximidades desse local, atividades subsidiárias que fornecem à indústria principal instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, lhe proporcionam economia de material. (MARSHALL, 1985, p. 234).

Apesar da influência das externalidades *marshallianas* na literatura sobre economia regional, Scitovsky (1954) considera poucas e insuficientes, além de vagas, as definições sobre as economias externas. Para Scitovsky as economias externas significam serviços e também desserviços, prestados por um produtor a outro e, conseqüentemente, sem compensação (SILVA, 2004). “Também se concorda que as economias externas são uma causa da divergência entre lucros privados e sociais e, conseqüentemente, para que a concorrência perfeita não conduza a uma situação ótima, porém, muitas são as razões que contribuem para que isto ocorra, não ficando claro como as economias externas inserem-se nas mesmas” (SILVA, 2004, p. 127). Outra crítica comum a Marshall é que, em função das limitações impostas pelos pressupostos neoclássicos (concorrência perfeita e outros), seu modelo é pertinente apenas em uma análise de curto prazo mostrando-se distante da realidade em uma perspectiva de longo prazo.

### 3.2.3.2 Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração

Dentre os autores que teorizam o crescimento a partir de uma indústria motriz (Perroux, Myrdal e Hirschman), Hirschman (1961), com seu conceito de encadeamento para frente e para trás, destaca a vantagem da localização da empresa pela proximidade geográfica da indústria motriz e está implícito em seu modelo as vantagens das economias externas. A integração da estrutura produtiva em cadeia produz efeitos maiores do que a soma dos efeitos de cada indústria isoladamente. Para Hirschman (1961) os efeitos em cadeia retrospectiva são maiores que os efeitos em cadeia prospectiva. O modelo de Hirschman se assemelha muito ao de *cluster* ou agrupamento econômico.

Na sua teoria dos polos de crescimento que tem uma forte interface com os fatores de aglomeração de inspiração marshalliana, a teoria de Perroux é muito mais influenciada por Schumpeter do que por Marshall. A partir das ideias de Schumpeter sobre o papel das inovações na dinâmica capitalista, Perroux estabelece relações entre indústrias motrizes e movidas e argumenta que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas de

forma desigual e com intensidade e efeitos variáveis sobre toda a economia (CAVALCANTE, 2002). Uma indústria motriz poderia ser um fator de aglomeração. Tem capacidade de modificar o meio geográfico no qual está inserido e dinamizar as relações econômicas de uma região (ou país) devido aos efeitos multiplicadores e de encadeamentos de novas necessidades coletivas.

### **3.2.4 A nova geografia econômica**

Segundo Krugman (1991) a geografia econômica é o ramo da economia que estuda a localização da produção no espaço. Paul Krugman é considerado o pai da Nova Geografia Econômica (NGE) e seu maior expoente. Pelas suas contribuições nessa área ganhou o prêmio Nobel de Economia de 2008. A noção de centro-periferia definida pelo autor mostra que o desenvolvimento, mesmo endógeno (a NGE parte do princípio de que a localização das empresas é determinada endogenamente), pode ser desequilibrado, formado por um núcleo industrializado (desenvolvido) e uma periferia agrícola (subdesenvolvida). O padrão irregular de distribuição das populações e da indústria leva a uma concentração populacional em pequenas áreas e a grandes áreas, relativamente, despovoadas.

Krugman e Porter, além de Masahisa Fujita e Anthony Venables estão entre os mais importantes representantes da denominada NGE. Esses autores têm em comum a busca de uma teoria consistente sobre a dispersão dos agentes econômicos no espaço. Buscam apresentar uma teoria geral que explique a micro-organização espacial dos agentes e que seja capaz de sintetizar e sistematizar todos os modelos de economia regional e urbana dispersos na literatura. A publicação do livro *The Spatial Economy* (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002) representa a crença desses autores na existência de uma teoria geral em economia regional e urbana.

A NGE procura romper com as limitações das teorias tradicionais como a cidade isolada de von Thunen, as hierarquias urbanas de Losch e as relações inter-regionais de Christaller. Os modelos desses autores (Von Thunen, Losch e Christaller) não apresentam uma teoria

consistente sobre como os agentes se dispersam no espaço. Contudo, os modelos da NGE não trazem grandes contribuições do ponto de vista teórico em relação às teorias tradicionais. A NGE inova na forma de modelar as fontes que dão base econômica para explicar a distribuição das atividades no espaço, incorporando microfundamentos na análise do processo de aglomeração ou dispersão das atividades econômicas no espaço (SILVA; NETO, 2010).

Segundo Ruiz (2003) a NGE representa a quarta onda de retornos crescentes na economia e o modelo centro-periferia a sua referência básica<sup>10</sup>. A interação das economias externas de escala com os custos de transporte explica a concentração industrial das regiões e a formação de “centros” e “periferias” regionais. Os custos de transporte aparecem em Krugman (1991) como variável crucial para a explicação da escolha locacional e para o padrão de distribuição espacial das atividades industriais. Os custos de transporte agem como limitadores ou como aceleradores da concentração geográfica da indústria. A redução destes custos pode levar a uma maior dispersão geográfica da produção. A redução dos custos de transporte aumenta a importância da demanda e dos retornos crescentes na determinação da concentração geográfica.

O modelo centro-periferia tem dois conjuntos de regras: o primeiro define como os consumidores alocam renda (curva de demanda), e o segundo especifica como as firmas determinam o nível de produção e preços (curva de oferta). No caso da economia regional, as firmas e os consumidores distribuem-se entre as regiões e arcam com os custos de transportes quando exportam ou importam mercadorias. Ambos tentam maximizar rendas e minimizar gastos tomando em consideração a localização dos demais agentes, ou seja, procuram otimizar sua localização na rede de economias regionais. (RUIZ, 2003, p. 7).

A concentração industrial e a formação de centro e periferia originam-se da interação entre economias externas e custos de transportes. Para Venables (1996) a interação entre os custos de produção e a facilidade de acesso aos mercados determina a localização de uma firma. “As disparidades regionais podem surgir porque algumas cidades têm melhor acesso a mercados do que outras. A proximidade de grandes mercados torna uma localização atraente para a produção, atraindo populações e elevando o preço dos fatores imóveis” (FERREIRA, 2009, p.

---

<sup>10</sup> A primeira onda de retornos crescentes na economia atingiu a organização industrial. A segunda onda modificou as teorias do comércio internacional e a terceira modificou o crescimento econômico.

81). O modelo de Anthony Venables, assim como o Paul Krugman, explica a aglomeração ou dispersão dos agentes econômicos a partir das relações entre custos de transporte e vantagens ou desvantagens da proximidade geográfica das empresas. Enquanto Krugman leva em conta nessa relação a mobilidade do trabalho, Venables considera a falta de mobilidade em sua abordagem.

O modelo centro-periferia com a distribuição desigual da produção expõe o fracasso das teses neoclássicas da convergência e a ineficiência das políticas regionais (tipo keynesianas). Krugman busca explicar este padrão de crescimento desigual utilizando-se dos seguintes pressupostos: competição monopolista (imperfeita); custos *iceberg* de transporte; evolução (movimento dos fatores de produção em direção às localizações que oferecem retornos reais mais altos) e informática (novas tecnologias). Para Krugman (1992) a concentração geográfica das atividades econômicas decorre da interação dos retornos crescentes, custos de transporte e da demanda. Krugman destaca as externalidades da demanda entre as forças que incitam os empresários a se agruparem:

Devido a que a realização de transações no espaço comporta alguns custos, os lugares preferidos por cada empresa individual são aqueles nos quais a demanda é grande ou a oferta de fatores é particularmente conveniente – que, em geral, são os lugares que outras empresas também irão eleger. Por este motivo, a concentração da indústria, uma vez criada, tende a autossustentar-se; isso se cumpre tanto no que se refere à concentração de setores individuais como no que cria aglomerações de magnitude. (KRUGMAN, 1992, p 108).

A interação entre retornos crescentes, custos de transporte e demanda leva ao estabelecimento (*lock in*) de um padrão centro-periferia que pode durar até a emergência de um novo *lock in*.

A relação circular em que a localização da demanda determina a localização da produção e vice-versa tende a ser uma força profundamente conservadora, tendendo a criar o *lock in* (estabelecimento) de um padrão centro-periferia que pode durar um longo período como o centenário cinturão de manufatura no nordeste dos Estados Unidos. (FERREIRA, 2009, p. 81).



Os custos de transporte, os retornos crescentes de escala e a mobilidade de fatores atuam como forças centrípetas ou centrífugas que determinam a localização das atividades no espaço. O modelo centro-periferia atual resulta de dois efeitos que reforçam a concentração da atividade espacial no espaço.

O primeiro deles é o efeito índice de preços. Precisamente, o aumento no número de trabalhadores industriais em uma região reduz o seu índice geral de preços, uma vez que ela suporta menos custos de transporte. Já o segundo é o efeito mercado local, no qual um aumento de renda conduz a um aumento no salário nominal, tornando o lugar mais atrativo em termos de localização, o que por sua vez reduz o índice de preços, aumentando, desta forma, o salário real, reforçando o caráter concentrador da indústria. (SILVA; NETO, 2010, p.4).

Para Krugman (1992) as economias externas não se restringem a delimitações político-administrativas. Para ele as fronteiras nacionais não definem regiões relevantes e o efeito das externalidades vai depender do tamanho do mercado em comparação aos custos de transporte.

Para Krugman (1992) as evidências operacionais e históricas mostram o fracasso das teses neoclássicas (da convergência, da concorrência perfeita, rendimentos constantes e crescimento equilibrado) em explicar a dinâmica econômica atual. O desenvolvimento desequilibrado entre regiões é explicado como decorrente dos rendimentos crescentes de escala. Ao contrário dos pressupostos neoclássicos (tese da convergência), as evidências mostram rendimentos crescentes, concorrência imperfeita e equilíbrios múltiplos além da influência decisiva dos acidentes históricos na concentração das atividades econômicas.

Para Fujita e Thissen (1996) as externalidades seriam a principal força centrípeta (forças de aglomeração) e o elemento central da concentração geográfica das atividades econômicas e que cada tipo de externalidade pode levar a determinadas aglomerações de atividades econômicas. Para esses autores os retornos crescentes de escala são essenciais para explicar a distribuição geográfica das atividades econômicas

Porter analisa as concentrações econômicas como elementos constituintes da vantagem competitiva das nações. A localização das atividades econômicas aparece como diferencial

competitivo. Com Porter (1999a) a localização e a concentração passam a ser variáveis estratégicas, a força locacional deixa de se basear na minimização de custo de insumos com terra, trabalho, capital e energia - variáveis determinantes na teoria do comércio. No modelo de Porter, que leva em consideração a competição global por insumos, a vantagem competitiva origina-se dos processos de inovação que estão localizados em seus núcleos de pesquisa e na gestão estratégica de suas atividades.

Para Porter (1998a) a concentração geográfica das empresas dá origem a grande parte da vantagem competitiva dessas. Segundo ele, são várias as forças locais que dão origem a esses agrupamentos, tais como: aspectos históricos; base científica, reunindo condições tanto para a formação quanto para a produção científica; ambiente inovador; existência de empresas fornecedoras e correlatas, formando uma cadeia com efeitos a montante e a jusante; e fatos aleatórios.

Segundo Ferreira (2009), para compreender o papel estratégico atribuído por Porter à localização é necessário entender a perspectiva desse autor sobre a dinâmica do ambiente de competição das firmas. Esse ambiente, que também explica as vantagens competitivas das nações, é explicado a partir de quatro atributos (condições dos fatores, condições da demanda, indústrias de apoio e de suporte e estratégia da firma, estrutura e rivalidade) que formam o modelo “diamante” de Porter ou “diamante competitivo”. Esses atributos de uma nação estimulam a vantagem competitiva em uma indústria e explicam porque uma nação se torna base para competidores internacionais. De forma sucinta os atributos podem ser explicados da seguinte forma:

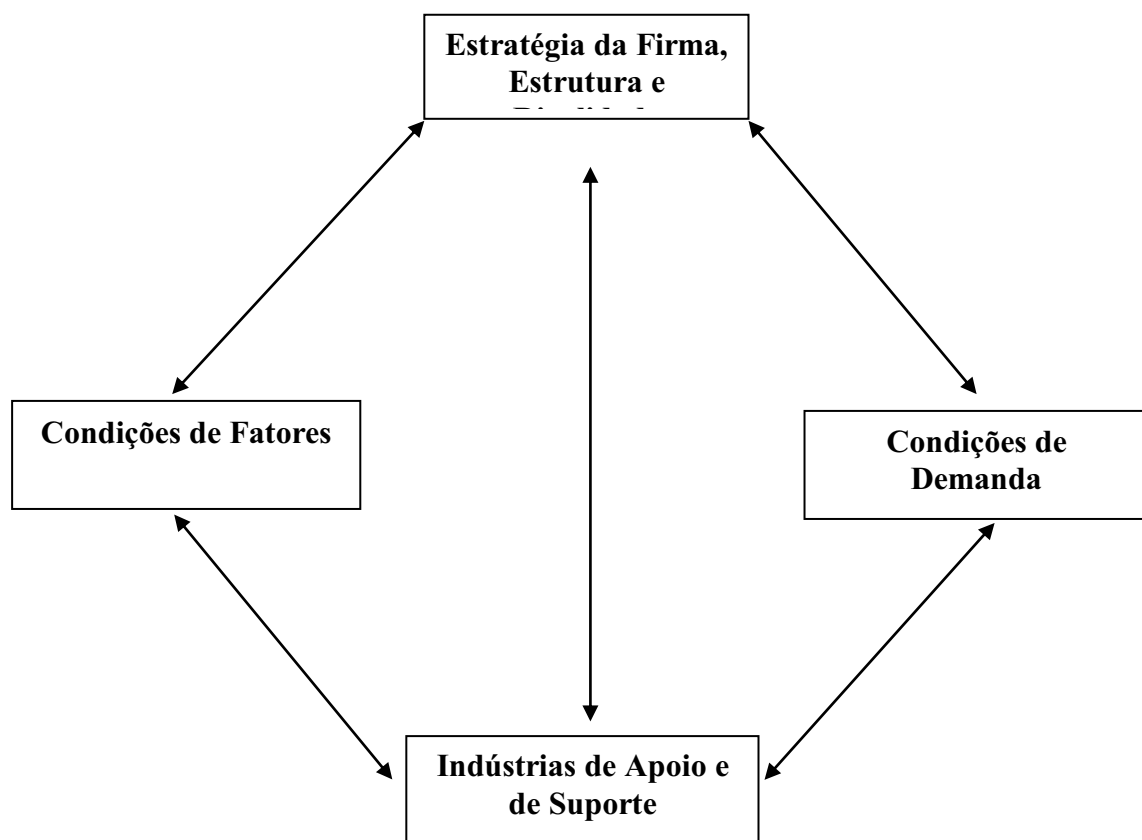
- **Condições de fatores:** relaciona-se à posição de um país nos fatores de produção, tais como mão de obra especializada ou infraestrutura, necessárias para se competir em uma dada indústria;

- **Condições de demanda:** refere-se à natureza da demanda interna para os produtos ou serviços da indústria;

- **Indústrias de apoio e de suporte:** refere-se à presença ou ausência, no país, de indústrias fornecedoras e relacionadas que são internacionalmente competitivas;

• **Estratégia da firma, estrutura e rivalidade:** refere-se às condições que governam e orientam a maneira pela qual as companhias são criadas, organizadas e gerenciadas e a natureza da rivalidade interna.

Figura 3 - Recursos da Vantagem competitiva Locacional



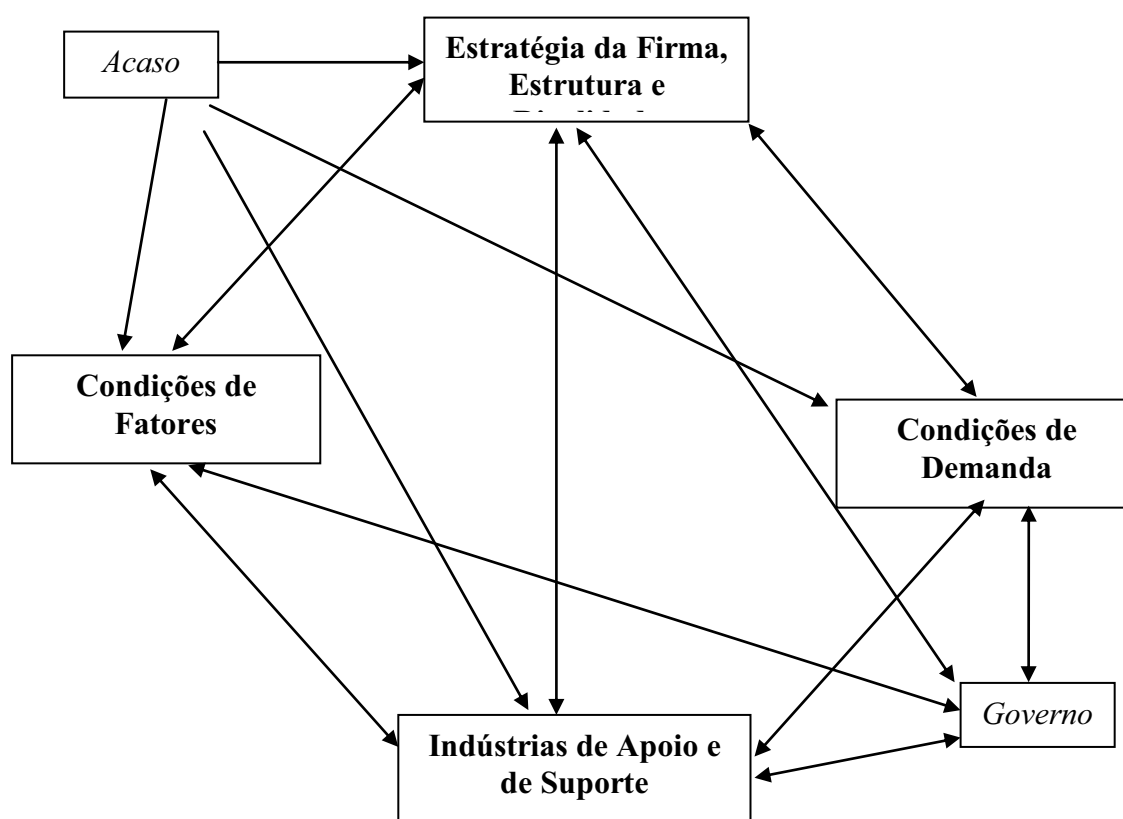
Fonte: Baseado em Porter (1998a, p. 12)

Além dos atributos constituintes do “diamante competitivo”, Porter (1990) adiciona duas variáveis que podem afetar a competitividade das nações que são o acaso e o governo. O acaso está relacionado aos acontecimentos fora do controle das empresas, como as guerras, novas tecnologias básicas, os acontecimentos políticos externos, mudanças substanciais na

demanda do mercado externo etc. O governo pode alterar a vantagem competitiva através de políticas diversas. O “acaso” afeta a estrutura do diamante e não é afetado por ele, enquanto a relação do diamante com o “governo” se dá em duas vias: tanto as políticas afetam a estrutura do diamante como o diamante afeta a formulação das políticas.

As indústrias de apoio e suporte representam os agrupamentos e representam uma face dos elementos do diamante competitivo. Mas, para Porter, os agrupamentos e as vantagens competitivas decorrentes se revelam com toda intensidade através da interação entre todos os elementos do diamante competitivo. Esta interação influencia a competitividade aumentando a produtividade das empresas, fortalecendo a capacidade inovativa e estimulando a formação de novas empresas. Este processo se autoreforça em um círculo virtuoso.

Figura 4 – O sistema completo do Diamante da Competitividade



Fonte: Baseado Silva (2004)

Para Porter (1998a) a rivalidade doméstica e a concentração geográfica ampliam as interações entre os atributos do diamante e por isso possuem poderes especiais para transformar e dinamizar o “diamante” em um sistema. Segundo Ferreira (2009, p. 87) a capacidade de dinamização do “diamante” pela concentração geográfica é a justificativa de Porter “para trazer para seu campo de estudo a localização geográfica das firmas. Explorando, mais especificamente, o fenômeno de *clusters*”.

Na visão de Porter (1998a) o governo tem um papel importante na vantagem competitiva dos *clusters* e argumenta a importância das políticas macroeconômicas e microeconômicas. Grande parte das vantagens competitivas das empresas está relacionada às economias externas, portanto, dependente da concentração geográfica destas. Porter coloca as políticas macroeconômicas como condição de primeira ordem (necessária) e o papel que o governo exerce no nível microeconômico como condição de segunda ordem (suficiência). O destaque dado ao nível microeconômico reforça a importância que Porter (1998a) atribui à gestão empresarial como um todo, especialmente às estratégias da empresa para condução dos negócios no macro e microambiente.

Government's most basic role in an economy is to achieve macroeconomics and political stability. It does this by establishing stable government institutions, a consistent basic economic framework, and sound macroeconomic policies, including prudent government finances and low inflation. Government's second role is to improve general microeconomic capacity of the economy by improving the efficiency and quality of the general purpose inputs to business identified in the diamond (an educated workforce, appropriate physical infra-structure, and accurate and timely economic information) and institutions to provide them. Such inputs are required across the entire economy and are a foundation upon which everything else is built. Government's third role is to establish the overall microeconomic rules and incentive governing competition that will encourage productivity growth. Such rules and incentives, present throughout the diamond, include a competition policy enhancing rivalry, a tax system and intellectual property laws encouraging investment, a fair and efficient legal system, laws providing consumer resource, corporate governance rules holding managers accountable for performance, and an efficient regulatory process promoting innovation rather than freezing the status quo. (PORTER, 1998a, p. 30-31).

Além desses atributos, que determinam a vantagem competitiva de uma nação e confere o êxito de um país na competição internacional, as empresas podem obter vantagem através da formação de alianças que propiciam vários tipos de vantagem competitiva: economias de escala ou de aprendizado através da união na comercialização e produção; acesso aos mercados locais; distribuição de riscos; e condicionamento ou manipulação da natureza da concorrência numa determinada indústria (SILVA, 2004).

Cabe salientar que para Porter o agente da produtividade de um país e, conseqüentemente, elemento central da vantagem competitiva da nação é a indústria. Para Porter são as indústrias que competem em mercados internacionais, a nação é o lócus no qual empresas e indústrias se estabelecem legalmente e fisicamente. A vantagem competitiva da indústria, segundo Porter (1998b), está associada ao “menor custo” e a “diferenciação”. O “menor custo” está relacionado à capacidade da empresa em produzir e comercializar um produto com mais eficiência com seus competidores e a “diferenciação” relaciona-se à capacidade de proporcionar ao comprador um valor superior em termos da qualidade do produto.

As recentes abordagens sobre o desenvolvimento regional, quase todas, Schumpeterianas ou não, incluem em suas formulações (equações) a inovação como vantagem competitiva das empresas e diferencial de desenvolvimento de países e regiões. Porter (1998b) também associa vantagem competitiva à inovação. Para ele a inovação é definida como um produto novo ou uma maneira diferente de fazer as coisas. A inovação está tão presente no estudo de Porter, que para ele a inovação constitui-se em uma das quatro etapas do desenvolvimento competitivo nacional. As outras três etapas são impulsionadas por fatores, investimento e riqueza. A riqueza seria a quarta etapa e representa a paralisação (posição estacionária que seria seguida pelo declínio). As outras três etapas envolvem o aprimoramento sucessivo das vantagens competitivas e, conseqüentemente, do desenvolvimento de uma nação (SILVA, 2004).

### 3.3 CLUSTER: CONCEITO E METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO

O termo *cluster* está intimamente relacionado às aglomerações geográficas de atividades econômicas. É um termo que se confunde com os distritos industriais e os sistemas de locais de produção - às vezes esses termos são usados como sinônimos. Apesar das similaridades, o *cluster* é o que melhor representa as aglomerações produtivas locais. O *cluster*, segundo Porter (1998b), é uma concentração geográfica de empresas, fornecedores, provedores de serviços, indústrias e instituições (como universidades, por exemplo) interligadas que operam em conjunto num determinado campo de negócios, que competem mas também cooperam. Para Porter (1998a) a principal característica do *cluster* é o ganho de eficiência coletiva, entendida como a vantagem competitiva derivada das economias externas locais e da ação conjunta.

O estudo dos *clusters* se destaca em relação a outros estudos que explicam o crescimento econômico a partir da proximidade espacial (como polos de crescimento, novos distritos industriais e *millieux inovateurs*) tanto pela inserção desse conceito na agenda política e governamental de muitos países e regiões quanto pela variedade de exemplos, haja vista ser um conceito mais amplo que os demais. Por ter um conceito mais amplo e que sintetiza muitos dos termos utilizados para explicar a aglomeração espacial de empresas, os *clusters* podem variar em tamanho, amplitude e estágio de desenvolvimento.

Para muitos autores os clusters não surgem de forma deliberada ou espontaneamente, resultam de investimentos que buscam novas maneiras de combinar os ativos existentes ao invés da criação de ativos novos, tendo o longo prazo como horizonte de planejamento. Embora o *cluster* seja definido a partir de uma concentração geográfica e setorial, o simples agrupamento de empresas que produzem produtos similares em uma mesma região não é suficiente para caracterizar um *cluster*. É necessário que haja cooperação e eficiência coletiva. Assim como o padrão ou a estrutura das relações sociais é determinante do destino do indivíduo, as *networks*, ou a rede de relações sociais em que as organizações estão inseridas, são determinantes para as empresas. O estudo dos *clusters* se insere na perspectiva das *networks*, partindo do pressuposto de que essas redes podem se converter em uma fonte de vantagem competitiva às empresas. Essas vantagens seriam capazes de alavancar a

competitividade de países e regiões e conferir desempenho superior às empresas ali localizadas (FERREIRA, 2009). Partindo dessa premissa, a partir dos anos 90, as análises sobre os clusters se proliferaram como uma nova estratégia de desenvolvimento econômico (ED) (VOM HOFE, CHEN, 2006).

Over the past fifteen years, regional industrial cluster development has gained popularity as a vital economic development strategy to boost competitiveness in a globalizing economy. Moreover, many policy makers and academicians see industrial analysis as the ultimate policy panacea. With the mushrooming of industrial cluster studies, the relevant literature on industrial clusters offers a wide variety of definitions and methodological approaches for identifying clusters. (VAN HOFE, CHEN, 2006, p. 2).

Para Porter (1998b) as empresas se agrupam por razões diversas, tais como: circunstâncias históricas; existência de uma infraestrutura universitária (mão de obra especializada e pesquisa); existência prévia de setores fornecedores, setores correlatos ou *cluster* inteiro de indústrias relacionadas; existência de uma demanda local incomum ou sofisticada; existência de empresas inovadoras que estimulem o crescimento das demais; e eventos aleatórios (*chance events*). Um *cluster* (ou agrupamento), entendido enquanto uma cadeia produtiva, pode ser identificado a partir de uma análise vertical, identificando o encadeamento a montante e a jusante; ou horizontal, identificando setores que utilizam distribuidores comuns em uma cadeia de complementaridade.

A utilização do conceito de *cluster* como objeto de análise das políticas de desenvolvimento regional e local aparece na literatura com mais evidência a partir do interesse pelas externalidades geradas pelas aglomerações produtivas. Esse interesse tem como marco teórico os trabalhos de Piore e Sabel (1984) e, como evidências empíricas, exemplos de *clusters* podem ser citados: os *clusters* de artigos de couro da Itália, do Vale dos Sinos no Brasil, de León no México; os *clusters* da indústria eletrônica em Guadalajara no México, na Costa Rica, no Vale do Silício nos Estados Unidos etc. Na visão de Porter (1998b), o atual mapa econômico mundial é dominado pelos *clusters*, seja em setores tradicionais ou em setores de alta tecnologia.



Os antecedentes intelectuais da teoria de *cluster* datam, no mínimo, de Alfred Marshall, que incluiu no seu *Princípios de Economia* um capítulo sobre as externalidades da localização industrial especializada<sup>11</sup>. “Alfred Marshall foi a primeira pessoa a reconhecer especificamente as vantagens recíprocas que podem ser obtidas da concentração geográfica de firmas em uma mesma indústria, especialmente se elas são pequenas e médias empresas” (HANSEN, 2000, p. 316). Deduz-se dos escritos de Marshall (1985) que a concentração espacial favorecia o crescimento das empresas. Isto era resultado, por um lado, da competição entre as empresas e, por outro, de uma cooperação inconsciente que havia entre elas.

Não existe uma definição generalizadamente aceita de *cluster*. O termo é usado indiscriminadamente em muitos ramos de negócios. Todos os termos têm em comum uma forte conotação territorial, embora, como salienta Almeida (2001), Porter e outros estudiosos reconhecem a possibilidade de *clusters* suprarregionais ou supranacionais. M. Porter é o autor de maior influência na composição estrutural do conceito de *cluster*. Segundo ele, “*cluster* é uma concentração geográfica de empresas e instituições interligadas por similaridades e complementaridades que operam num determinado campo de negócio,” (PORTER, 1998a, p. 4). Dentro do *cluster*, os negócios são independentes, mas se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças. Segundo Porter (1998b), o cluster tem, em geral, mas não obrigatoriamente, uma base territorial determinada. Esta base territorial pode limitar-se desde uma simples cidade ou estado até um país ou uma rede de países vizinhos (PORTER, 1998a).

Para os interesses desse estudo, o termo *cluster* é melhor contextualizado por Carvalho e Laurindo (2003). Esses autores definem *cluster* como sinônimo de agrupamento, sistema produtivo e outras denominações. Para eles *cluster* é:

[...] uma concentração geográfica e setorial de empresas, oriunda de economias externas (externalidades) e de ações conjuntas de colaboração, permitindo a obtenção de ganhos de eficiência de cunho coletivo, pelo qual se atingem vantagens competitivas e a inserção nos mercados globais, algo que as empresas não conseguem alcançar individualmente. (CARVALHO E LAURINDO, 2003, p. 116).

---

<sup>11</sup> Alfred MARSHALL (1982) Cap. X – “Concentração de Industrias Especializadas em Certas Localidades”.

Contudo, cabe salientar que a concentração espacial e setorial de empresas em si não caracteriza um *cluster*. É necessário que haja competição e cooperação de modo que o ganho de eficiência coletiva seja resultado da vantagem competitiva derivada das economias externas e da ação coletiva.

*Clusters* promovem ambos competição e cooperação. Empresas rivais competem intensivamente para ganhar e reter consumidores. Sem competição, um '*cluster*' vai fracassar. Todavia, existe, também, cooperação, grande parte dela vertical, envolvendo companhias em indústrias relacionadas e instituições locais. Competição pode coexistir com cooperação porque elas ocorrem em diferentes dimensões e entre diferentes atores" (PORTE, 1998b, p. 79).

Como aponta Altenburg e Meyer-Stamer (1999, p. 1694), "A pura aglomeração de empresas não relacionadas não dá aumento de eficiência coletiva. Muitas definições de clusters, portanto, adicionam alguns ingredientes para a noção básica de concentração espacial de firmas e concentra sobre os efeitos externos e a interação". A Organization for Economic Cooperation and Development - OECD (2007) define cluster como redes de produção de empresas fortemente interdependentes (incluindo fornecedores especializados), ligadas entre si numa cadeia de produção de valor agregado.

Segundo Porter (1998a), *clusters* representam uma nova forma de organização espacial, sendo um modo alternativo de organização da cadeia de valor. A proximidade aumenta a comunicação e torna mais fácil o fornecimento de insumos e de serviços de manutenção. A formação de um *cluster* afeta a competição e, com isto, contribui para o desenvolvimento econômico geral e especialmente para o desenvolvimento local, basicamente, de três maneiras: primeiro, através do aumento da produtividade das firmas e indústrias constituintes do *cluster*; segundo, através do aumento na capacidade de inovação das empresas; e, terceiro, estimulando a formação de novos negócios que dão suporte à inovação e expansão do *cluster*. A formação de novos negócios se dá basicamente pela maior facilidade que têm trabalhadores individuais dentro do *cluster* de perceber *gaps* em produtos ou serviços ao redor dos quais podem construir negócios.

Os diversos autores que se debruçam sobre a análise de *cluster* atribuem diversos conceitos de modo a acomodar situações setoriais ou regionais particulares. O conceito de *cluster* em Ribeiro (2001) não difere, na sua essência, das demais variações desse conceito. Contudo, ele distingue outros três tipos de cluster: o *cluster* local (ou micro *cluster*), o *cluster* regional e o mega *cluster*. Os conceitos de cluster local e de cluster regional estão relacionados com o objeto desse estudo.

*Cluster* local – é um conjunto geograficamente próximo de empresas e instituições, inter-relacionadas por elementos comuns e complementaridades, atuando num campo particular de atividades (no mesmo setor ou eventualmente no mesmo segmento de um setor); essas empresas simultaneamente concorrem entre si no mercado dos produtos (ou serviços) e são capazes de cooperar entre si, e ao fazerem-no aumentam a competitividade do conjunto.

*Cluster* Regional – é no essencial um *cluster industrial* cujas articulações principais funcionam no interior de um dado espaço regional (subnacional), podendo essas articulações repetir-se total ou parcialmente noutras regiões do mesmo país; a este nível são mais pertinentes os efeitos de proximidade geográfica sobre a dinâmica da interação entre os atores e ao nível da competitividade e inovação do conjunto. (RIBEIRO, 2001, p. 111).

A busca do entendimento dos ganhos de competitividade dessa forma de aglomeração espacial das atividades econômicas vai além da sua conceituação. É importante buscar uma caracterização de *cluster* que seja capaz de fixar os aspectos essenciais ao seu entendimento. Segundo o IEDI (2002), três aspectos são relevantes: (1) a importância das economias externas locais; (2) a necessária caracterização como aglomeração geográfica de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas, e sua respectiva forma de organização e de coordenação; e (3) os condicionantes históricos, institucionais, sociais e culturais que podem influir decisivamente na formação e evolução do *cluster*.

As economias externas locais, também chamadas de economias externas Marshallianas, proporcionam redução de custos, levando a economias externas incidentais, consideradas passivas. As ações conjuntas deliberadas das empresas e instituições locais levam as economias externas ativas. As economias externas passivas e ativas resultam na eficiência coletiva que “em princípio, determina a vantagem competitiva das empresas locais comparativamente a empresas similares não aglomeradas geograficamente” (IEDI, 2002, p. 3). A aglomeração de empresas em atividades similares ou relacionadas caracteriza-se como uma aglomeração geográfica de grande número de empresas de portes variados, com presença

significativa de pequenas empresas não integradas verticalmente. “Essa característica estrutural é determinante da divisão de trabalho entre as empresas locais, o que permite a realização de economias de escala e de escopo independentemente do tamanho da empresa e, por consequência, da estrutura de governança do *cluster*” (IEDI, 2002, p. 3).

Como o cluster está associado a uma aglomeração geográfica, portanto identificado com o local, sua dinâmica de funcionamento envolve aspectos relacionados à qualidade das instituições do lugar. As instituições resultam de um processo histórico que se reproduz inercialmente através do tempo, transportadas pelas culturas, rotinas, crenças e costumes. A qualidade dessas instituições vai determinar a estrutura de governança, a capacidade de atração e retenção de poupança e a articulação dos atores locais para a formação de redes de encadeamento das oportunidades de desenvolvimento.

A concentração geográfica e setorial são fundamentais para a formação de um cluster. Contudo, o surgimento de um cluster tem muitas causas “como disponibilidade de qualificações especializadas, expertise em pesquisa universitária, conveniência da localização física e infraestrutura apropriada” (PORTER, 1998, p. 26). Mas o surgimento de um cluster não é garantia de seu desenvolvimento. O seu desenvolvimento depende da eficiência dos elementos do diamante e, em particular, de intensa competição local, de um ambiente favorável à formação de novos negócios e de mecanismos formais e informais de interação e articulação.

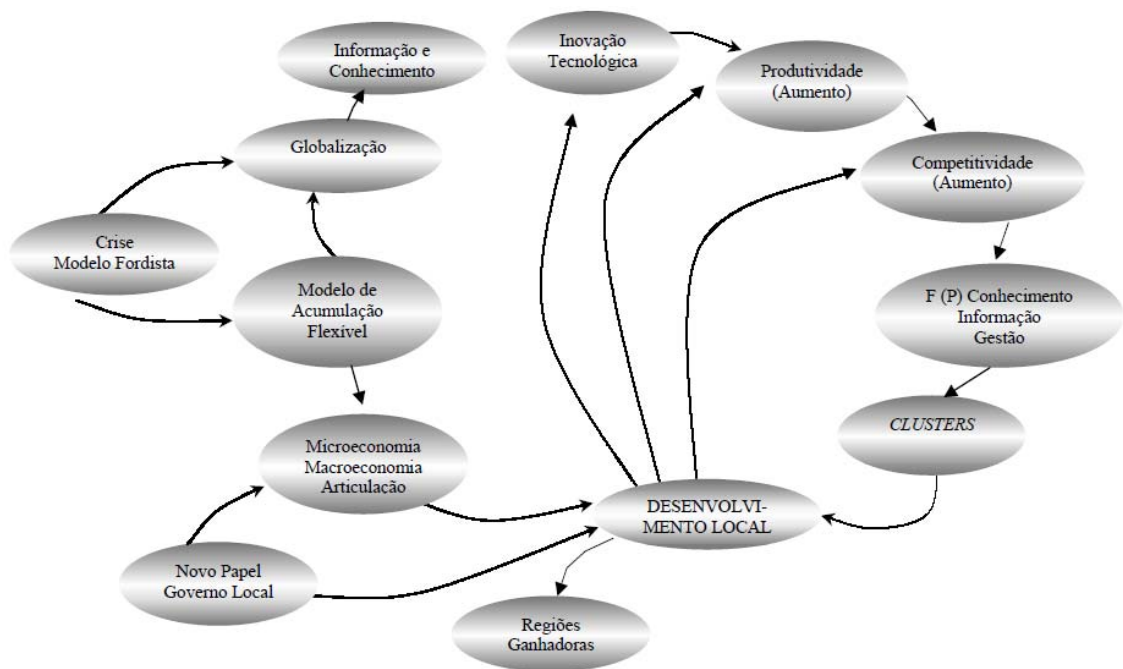
O *cluster* evolui continuamente e pode manter o seu vigor por séculos, mas o desenvolvimento de um *cluster* não assegura que a proximidade geográfica seja uma garantia de competitividade continuada. A queda na vantagem competitiva de um cluster se dá por fatores externos e internos à empresa. Os fatores internos estão relacionados às fusões, acordos, cartéis e a inflexibilidade normativa ou introdução de regras sindicais e outras restrições à competição que reduzem o crescimento da produtividade. São muitos os fatores externos que contribuem para o declínio de um cluster, o mais significativo é a descontinuidade tecnológica, dada a possibilidade de neutralizar, simultaneamente, muitas vantagens do *cluster*. A globalização pode ser usada para compensar os fatores internos e externos. As causas do declínio podem estar associadas aos elementos do diamante competitivo (PORTER, 1998a).

The causes of cluster atrophy and decline can also be found in the elements of the diamond. They can be grouped into two broad categories: endogenous, or deriving from the location itself, and exogenous, or due developments or discontinuities in the external environment. (PORTER, 1998a, p. 29).

*Cluster* representa a principal estratégia de desenvolvimento regional/local baseado nos modelos endógenos. Dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional endógeno, e considerando os propósitos desse estudo, um *cluster* de ensino superior consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local. Esses elementos seriam: (i) forças sócioeconômicas, sociais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais ramificadas por diversos setores e sub-setores; (iii) grande poder de multiplicação da renda local; (iv) indústria limpa; (v) abertura da economia local (através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiros); (vi) retenção do excedente (ao evitar que alunos do município em questão se desloquem para outras cidades para cursar o terceiro grau); (vii) atração de excedentes (à medida que alunos oriundos de outros municípios passam a estudar na instituição local) e, (viii) exportação de serviços.

O *cluster* potencializa e propicia o desenvolvimento regional a partir do maior aproveitamento de economias externas e criação de novas externalidades; da redução dos vazamentos através da criação de uma cadeia produtiva e aumentando as injeções através da atração de excedentes, e do direcionamento dos investimentos para setores que possam dinamizar e gerar efeitos multiplicadores nessa cadeia produtiva e intensificar os fluxos inter-regionais.

Figura 5 - Circulo virtuoso do Desenvolvimento Local



Fonte: Lira, (2003), p. 44.

A principal crítica que se faz aos *clusters* é quanto à vulnerabilidade, decorrente da concentração geográfica e setorial, em relação às mudanças de paradigmas e de tecnologias. “Contudo, o que se observa é que os *clusters* têm maior capacidade de sobreviver aos choques e à instabilidade do meio ambiente do que as empresas isoladas, em virtude da ação em conjunto e da sua alta capacidade de autorreestruturação, capacidades intrínsecas à própria forma organizacional em rede” (AMATO NETO, 2000, p. 55).

Aktouf (2002) é um dos principais críticos do modelo porteriano. Sua crítica parte da excessiva ênfase dada no modelo de Porter à vantagem competitiva, na generalização do que é estratégico e competitivo como solução dos problemas e na natureza egoísta e imediatista que o pensamento porteriano passa a influenciar a formulação de políticas. “Para Aktouf, Porter parece utilizar as regras da influência a partir de observações empíricas bastante limitadas e à validade de generalizações nulas e nulamente provada” (SILVA, 2004, p. 164). Isso tudo, segundo Aktouf,

a partir de situações limitadas e estreitamente situadas no espaço (espaço em geral americano), no tempo (pós-guerra e ascensão da economia financeira da administração), na ideologia (aquela do mercado neoliberal e dos detentores de interesses financeiros, à exclusão de qualquer outro); de regras e leis com pretensões universais para a tomada de decisão e a conduta das instituições e organizações. Tudo isso indo além dos espaços, das fronteiras, das nações, das histórias, das culturas, e atualmente, indo também para além do Estado e dos serviços públicos. (AKTOUF, 2002, p. 48).

Podemos sintetizar as críticas de Aktouf (2002) aos argumentos de Porter a partir da crítica ao simplismo caricatural do diamante competitivo, questionando se esse diamante pode dar conta da enorme complexidade de fatos e processos reais

### **3.3.1 Análise quantitativa e qualitativa de *clusters* industriais**

A análise de *clusters* industriais é objeto de estudo da Organização Industrial e da Economia Regional. Os estudos de Economia Regional dão destaque aos fatores locacionais, aos impactos decorrentes da dinâmica de reprodução e transformação de regiões geo-econômicas específicas e à importância dada à proximidade entre os agentes. O conceito de *clusters* industriais tem sido usado tanto para análises qualitativas descritivas baseadas em estudo de casos, quanto para análises de cunho quantitativo (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2000).

Segundo Britto e Albuquerque (2000), a análise quantitativa de *cluster* industrial é desenvolvida a partir de dois enfoques distintos: o da similaridade e o da interdependência. O enfoque da similaridade pressupõe “que diferentes atividades econômicas se estruturam em *clusters* porque necessitam de uma infraestrutura semelhante para operarem de forma eficiente” (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2000, p. 3). Este é o caso de *clusters* do tipo horizontal. Este tipo de *cluster* se caracteriza pela presença, em um mesmo local, de um conjunto de indústrias similares, que possivelmente estariam compartilhando algum recurso comum. Nesta perspectiva, este tipo de agrupamento gera benefícios, resultado das “externalidades em rede” que não são acessíveis para empresas isoladas.

O enfoque da interdependência pressupõe o agrupamento de agentes não similares, mas que apresentam competências complementares, deste modo a interdependência impõe a necessidade de alguma forma de coordenação coletiva (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2000). Este é o caso de *clusters* do tipo vertical. Os *clusters* verticais caracterizam-se pela complementaridade das relações entre cliente-fornecedor e produtor-usuário, conformando, assim, uma divisão interna de trabalho ao cluster. Como salienta Porter (1998b, p. 81), “em muitos casos, *clusters* são também a melhor alternativa para a integração vertical”.

### **3.3.2 Metodologia para identificação e delimitação de *clusters***

Para nortear os estudos de caso sobre *cluster*, é fundamental utilizar uma metodologia que permita identificar e delimitar geograficamente e estruturalmente as aglomerações produtivas. Para identificar e caracterizar um cluster não existe uma metodologia consolidada na literatura. Porém todos os procedimentos metodológicos levam em consideração um índice de concentração e um de especialização, além de outros possíveis indicadores. O índice de concentração mais utilizado no contexto brasileiro é o índice de Gini Locacional (GL), e o índice de especialização, que tem sido amplamente difundido em estudos de economia regional, consagrado na literatura, é o quociente locacional (*QL<sub>ij</sub>*). Esses indicadores permitem verificar a distribuição geográfica da produção e identificar as aglomerações especializadas de uma região.

Para identificar um *cluster* além dos aspectos qualitativos, que tem um grande componente de subjetividade, é necessário utilizar, baseado em Crocco et al (2003), medidas que sejam capazes de identificar quatro características de uma concentração espacial:

(1) **a especificidade de um setor dentro de uma região** - é uma medida de especialização que pode se medida pelo Quociente Locacional (QL). Este indicador procura comparar duas estruturas setoriais-espaciais. Sua medida resulta da razão entre duas estruturas econômicas: no numerador temos a ‘economia’ em estudo e no denominador uma ‘economia de referência’. A variável geralmente utilizada para essa medida de especialização



é a relação entre o emprego setorial (local/regional e nacional) e o emprego total (local/regional e nacional). É uma medida que identifica a existência de uma aglomeração especializada em determinada região, mais recomendado para regiões de porte médio. Em regiões de pequeno porte o indicador tende a sobrevalorizar o peso de um determinado setor para região, e em economias pequenas mas diversificadas subvalorizar setores importantes. Por isso esse indicador pode gerar distorções e comprometer a análise dos dados.

(2) **o seu peso em relação à estrutura industrial da região** – procura identificar a importância ou peso de um setor na estrutura produtiva local. O índice de Herfindahl (H) possibilita comparar o peso do setor  $i$  na região  $j$  (no setor  $i$  nacional) com o peso da estrutura produtiva da região  $j$  na estrutura produtiva do país. Além do índice H, o Gini Locacional (GL) pode ser utilizado para identificar o peso do setor na estrutura produtiva local.

(3) **a importância do setor nacionalmente** – é um indicador utilizado para captar a importância do setor da região nacionalmente, ou seja, a participação relativa do setor no emprego total do setor no país, criando assim um índice PRE. Lopes (2003) utiliza metodologia semelhante, medindo a participação relativa do setor no emprego total do setor no estado.

(4) **a escala absoluta da estrutura industrial local.** As medidas de especialização buscam mostrar o quanto uma determinada região pode ser caracterizada pela presença destacada de um determinado tipo de atividade econômica. Em outros países há uma diversidade de medidas de especialização sendo utilizadas, enquanto no Brasil o Quociente Locacional (QL) é um dos poucos utilizados. Algumas são medidas absolutas, que se baseiam unicamente no nível de emprego de uma região, e estão relacionadas ao grau de diversificação de uma economia. Outras são medidas relativas, que envolvem a comparação de dados regionais com a distribuição de emprego entre indústrias no nível nacional, e indicam o grau de especialização de uma região.

O quociente de localização ( $QL_{ij}$ ) é uma medida de especialização que indica uma aglomeração especializada de determinado setor em determinada região, comparativamente à participação desse setor no espaço maior definido como base. O  $QL_{ij}$  pode ser considerado a principal e mais difundida medida de localização e especialização utilizada em estudos brasileiros exploratórios de economia regional, urbana e até mesmo setorial. Com a utilização

crecente da temática de *cluster*, distritos industriais e Arranjos Produtivos Locais (APL's), várias metodologias - com pequenas variações metodológicas - utilizam o  $QLij$  afim de identificar especializações produtivas locais. O  $QLij$  compara a participação percentual de uma região  $j$  qualquer em um setor  $i$  com a participação percentual da mesma região  $j$  na economia de referência. Formalmente:

$$QLij = \frac{\sum_i j / \sum j}{\sum_i n / \sum n}$$

Onde:  $\sum_i j$  é o somatório do emprego do setor  $i$  na região/cidade  $j$

$\sum j$  é o somatório do emprego na região/cidade  $j$

$\sum_i n$  é o somatório do emprego do setor  $i$  no país ou região

$\sum n$  é o somatório do emprego no país ou região

O  $QLij$  expressa o quanto uma região pode ser caracterizada pela presença destacada de um determinado tipo de indústria e pode denotar em termos econômicos a influência de uma cidade em sua região de articulação. Pela simplicidade de cálculo e interpretação, o QL é a medida de especialização mais utilizada nos estudos sobre *cluster* no Brasil, sendo a única de visão de alguns autores. Em outros países a diversidade de medidas de especialização e concentração é uma característica marcante. Quando o  $QLij > 1$ , indica a existência de uma aglomeração especializada do setor  $i$  na região  $j$ . Isso significa que a participação relativa do setor  $i$  na região (ou cidade)  $j$  analisada é mais elevada do que a participação relativa deste mesmo setor na média do país (ou estado/região).

As medidas de concentração são indicadores do grau de concentração geográfica de uma determinada indústria em uma região, estado ou país, e está associado a duas medidas setoriais: o número de firmas no setor e a distribuição do *market share* (produção, emprego etc.) O coeficiente de Gini Locacional varia de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 0 (zero), melhor distribuído espacialmente estará a indústria; e quanto mais próximo de 1 (um),

maior a concentração espacial. Sendo 0 (zero) a desigualdade mínima ou ausência de desigualdade e 1 (um) desigualdade máxima.

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1} (\Phi_{t-1} + \Phi_t)$$

Onde:

G = Gini;

n = número de observações (variável discreta: emprego ou estabelecimento)

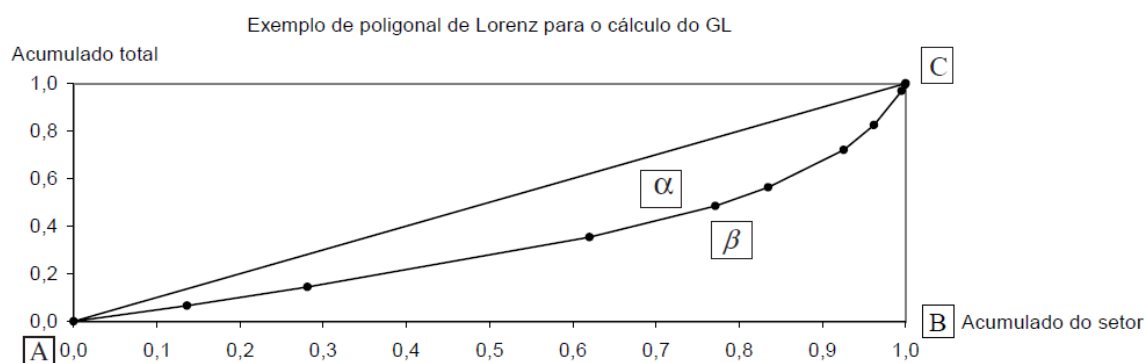
$\Phi$  = proporção acumulada

$$i = \frac{\sum_{j=1}^i Y_j}{\sum_{i=1}^n Y_i}$$

Para dados  $Y_1 < Y_2 < \dots < Y_n$ ,  $\Phi$

O coeficiente de Gini Locacional é semelhante ao coeficiente de Gini tradicional tanto na metodologia de cálculo quanto na análise. O procedimento de cálculo é feito por meio da elaboração de uma poligonal de Lorenz a partir dos seguintes passos: (1) ordenar as regiões (ou municípios) de forma decrescente de índice de especialização ( $QL_{ij}$ ), a partir da definição de uma variável-base (emprego, produção, valor agregado); (2) construir, em um plano, a curva de localização (ou curva de Lorenz) para cada um dos setores da indústria, definindo cada um dos eixos da seguinte forma: **no eixo vertical** (ordenada), as porcentagens acumuladas da variável-base em uma determinada classe de setor da atividade econômica por

regiões (ou municípios), **no eixo horizontal** (abscissa), as porcentagens acumuladas da mesma variável para o total das classes de setor da atividade econômica por regiões (ou municípios). A figura abaixo reproduz um exemplo de poligonal de Lorenz para o cálculo do GL.



O coeficiente de Gini Locacional (GL) é a relação entre a área de concentração indicada por  $\alpha$ , e a área do triângulo formado pela reta de perfeita igualdade (que corresponde ao coeficiente zero – perfeita distribuição) com os eixos das abscissas e das ordenadas. “Isto significa que  $GL = \alpha/0,5 = 2\alpha$ ; uma vez que  $\alpha$  está compreendido entre  $0 \leq \alpha \leq 0,5$ , tem-se  $0 \leq GL \leq 1$ ” (IEDI, 2002, p. 8).

Além do Gini locacional, outro método para mensurar o grau de concentração de uma determinada atividade econômica é o índice de Herfindahl (H). O Herfindahl (H) toma a firma como unidade de análise para estimar a concentração de determinada indústria em uma região, e é calculado por meio do somatório do quadrado das razões entre o tamanho de uma firma ( $s_i$ ) e o tamanho combinado de todas as firmas ( $n$ ) de uma indústria ( $S$ ) (FERREIRA, 2009). Em termos matemáticos:

$$H = \sum_{i=1}^n P_i^2$$

onde  $P_i$  = participação do indivíduo sobre o total. O valor do índice oscila entre  $1/n$  (ou 0 para amostras muito grandes) com participações iguais de cada indivíduo e 1 (concentração máxima). O limite inferior será tão menor quanto maior for a amostra e menor a participação média dos indivíduos no todo.

Além das medidas  $QL_{ij}$ , GL e Herfindahl existem outras medidas como a Participação Relativa do Emprego (PRE), que indica a importância da atividade do município em relação à atividade em todo estado ou região ou país.

$$PRE = \frac{E_j^i}{E_{p,r}^i}$$

Onde:  $E_j^i$  é igual ao total do emprego do setor  $i$  na cidade/região  $j$

$E_{p,r}^i$  representa o total do emprego do setor  $i$  no país ou região

A partir do QL, do PRE e do H, Crocco et al. (2006) elabora um único indicador de concentração de um setor industrial dentro de uma região: o Índice de Concentração normalizado (ICn). Tendo em vista que cada um dos três índices utilizados como insumos do ICn podem ter distinta capacidade de representar as forças aglomerativas, Crocco et al. propõe realizar uma combinação linear dos três indicadores padronizados. Isto se deve ao fato de que “quando se leva em conta os diversos setores industriais da economia, faz-se necessário calcular pesos específicos de cada um dos insumos em cada um dos setores produtivos” (CROCCO et al., 2003, P. 6).

$$ICn_{ij} = \theta_1 QLn_{ij} + \theta_2 PRn_{ij} + \theta_3 HHn_{ij}$$

onde os  $\theta$ s são os pesos de cada um dos indicadores para cada setor produtivo específico.

Como a caracterização de *cluster* não é um procedimento simples e diante da inexistência de uma metodologia universalmente aceita, é recomendável a utilização de medidas de concentração e especialização em conjunto com indicadores específicos e apropriados ao estudo em questão. Lopes (2003), buscando caracterizar um *cluster* de ensino superior no município de Vitória da Conquista, utiliza além do Quociente Locacional (*QLij*) e da Participação Relativa do Emprego (PRE), um indicador auxiliar. Trata-se de saber se o município é ou não um exportador líquido de serviços de ensino superior.

[...] os requisitos para a caracterização de um *cluster* de ensino superior em Vitória da Conquista são: quociente locacional de ensino superior maior que a unidade ( $QL > 1$ ), possuir mais de 15% do total de empregados no ensino superior do Estado da Bahia e ser um exportador líquido de serviços de ensino superior. (LOPES, 2003, p. 190 - 191).

#### 4. UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O ESTADO DA ARTE.

A universidade representa uma variável importante na determinação do desenvolvimento de países e regiões. Esta importância decorre da sua dinâmica de funcionamento, seja através dos seus *inputs* ou dos *outputs*, criando ela própria uma cadeia produtiva e influenciando as demais. O resultado deste processo se traduz em maior competitividade das empresas, melhoria na qualidade das instituições, desenvolvimento e difusão de novas tecnologias, redução das desigualdades sociais, maior proteção ambiental, internacionalização das relações econômicas e sociais e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico. A educação - em especial a superior - além de fundamental para o aumento da renda *per capita* de regiões, é determinante para que os indivíduos superem sua condição de pobreza.

A educação é um dos principais mecanismos para tirar permanentemente as pessoas de situação de pobreza e possibilitar seu acesso ao mercado de trabalho. Além disto, ao melhorar o nível educacional de sua população os países conseguem reduzir sua desigualdade de renda, aumentar a adoção de novas tecnologias e com isto crescer de forma sustentada no longo prazo. Assim, não restam dúvidas de que a educação é uma das variáveis mais importantes, senão a mais importante para aumentar o bem-estar de uma sociedade. (MENEZES FILHO, 2009, p. 201).

Embora seja crucial para o desenvolvimento dos países, as universidades constituem-se em variável crítica para o desenvolvimento de cidades médias e regiões. Sanfeliu (2011), citando o caso da Universitat de Lleida, salienta a importância da universidade para as cidades médias e pequenas e para influência destas cidades em sua região de articulação:

La proximidad y la relación directa e intensa entre los agentes sociales y la universidad en ciudades medias y pequeñas hacen que éstas puedan convertirse de forma implícita o explícita en un elemento estratégico de desarrollo local, puesto que cuentan con una mayor complicidad con su entorno. (SANFELIU, 2011, p. 2).

Para Sanfeliu (2011) os impactos econômicos das universidades são melhor apropriados pelas cidades médias e pequenas porque:

Desde un punto de vista económico, los efectos del gasto derivado de la presencia de la universidad son más fácilmente internalizados en ciudades medias y pequeñas y, además, sus *outputs* principales (capital humano, conocimiento científico y transferencia tecnológica) son clave en la consolidación de entornos innovadores a estas escalas” (SANFELIU, 2011, p. 2).

Além de serem consideradas como motores econômicos, tecnológicos e empresariais, as universidades podem ser também elemento de criação de cidades a partir da dinamização do tecido social local “En la actual era del conocimiento y de la información es en la interacción sistémica entre la universidad y el tejido social local, en las redes que las universidades promueven o en las que participan, donde se construye lo social y, en definitiva, donde se produce ciudad” (SANFELIU, 2011, p. 2).

No aspecto urbano, as universidades são grandes criadoras de centralidades ao gerar e articular importantes fluxos de mobilidade de pessoas, alterando a dinâmica dos espaços urbanos. No aspecto econômico, em função da atração de moradores e da alteração na dinâmica social, geram em seu entorno efeitos multiplicadores sobre a localização de atividades econômicas diversas (livrarias, restaurantes, pousadas, pensionatos, mercado imobiliário etc.). No aspecto social, são difusoras da ecologia social, mediante a incorporação ao território de setores sociais dinâmicos que acabam por caracterizar muitos dos bairros ou espaços onde se implanta. Isto provoca uma dinamização sócio-cultural do território levando à melhoria no nível de vida e na criação de um ambiente de numerosas e valiosas sinergias.

As mudanças na geografia urbana, na economia e na sociedade local tornam a universidade um equipamento urbano que simboliza o conhecimento, a modernidade e a inovação. Este sentimento é incorporado à nossa percepção e goza de alta consideração da população. Para Sanfeliu (2011) a reestruturação a que foi submetida a universidade espanhola nos últimos



anos, sua interação e relação com o conjunto da sociedade que lhe acolhe tornou a universidade um equipamento de grande visibilidade nos processos de produção do urbano.

La presencia de la universidad en la ciudad, desde la vida cotidiana de la comunidad a la realización de actividades especializadas o a la creciente ubicación residencial de profesorado, investigadores y estudiantes, está suponiendo que la función universitaria sea una de las funciones urbanas básicas. Todo ello contribuye a la emergencia de una imagen urbana más moderna y con vocación de inserción de lo local en el mundo global. (SANFELIU, p. 7).

Semelhante a Sanfeliu (2011), Lopes (2011) destaca a importância da universidade para o desenvolvimento de cidades médias em seus aspectos geográficos econômicos e sociais. Para Lopes (2011) as universidades constituem-se um importante vetor de desenvolvimento sócioeconômico para os centros urbanos. Esta importância se materializa de várias formas: 1. como força locacional, fortalecendo a localização geográfica das atividades econômicas no espaço; 2. como indutor de formação de polos regionais especializados, constituindo-se em área de influência em sua região de articulação; 3. através da formação de capital humano e desenvolvimento de pesquisas, criando um ambiente propício às inovações e surgimento de novos negócios; 4. como motivador de mudanças incrementais na matriz institucional, influenciando as regras de comportamento e, conseqüentemente, o padrão de consumo; 5. através do consumo relacionado ao funcionamento das universidades públicas (gastos da instituição com manutenção e investimentos, gastos de professores e funcionários e gastos de alunos oriundos de outras localidades) e suas externalidades.

Lopes (2003) também mostra a importância das universidades públicas para cidades de médio porte. Estas instituições representam expressiva fatia da geração de emprego e renda local e constituem-se, geralmente, no principal fator da influência da cidade em sua região de articulação. Gonçalves e Diniz (1996) destaca a importância da universidade para regiões menos desenvolvidas:

Diversos impactos potenciais da universidade sobre a economia local a tornam especialmente importante para regiões menos desenvolvidas ou cidades menores, uma vez que criam economias de localização em lugares que, muitas vezes, não têm outras fontes de economias externas, através de efeitos multiplicadores dos gastos, provisão de conhecimento, transferência de tecnologia, *spin-offs*, assistência técnica e atração de negócios para a região (GONÇALVES; DINIZ, 1996, p. 93).

#### 4.1 A UNIVERSIDADE: ORIGEM HISTÓRICA E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

A universidade surge no século XII em plena Idade Média e se organiza em um modelo que chamamos hoje de tradicional. Neste período, a universidade abarca vários domínios do saber como: Teologia, Direito romano e canônico, Artes e Medicina. Ela se estrutura, originalmente, através das corporações de professores (Paris) ou de estudantes (Bolonha). Esta estrutura se dissemina por todo o território europeu sob a proteção da Igreja Romana.

O modelo de universidade tradicional predomina por quatro séculos e deixa de ser hegemônico a partir do século XVI. A perda da hegemonia do modelo tradicional decorre do movimento renascentista que, ao mesmo tempo, influencia e é influenciado pela universidade. A partir do século XVII a ciência entra na universidade alterando irreversivelmente a estrutura desta instituição. As descobertas da Física, Astronomia e da Matemática impulsionam o desenvolvimento das ciências e engendram a universidade moderna. O século XVII marca também o início das relações entre ciência, universidade e Estado.

A universidade moderna tem seu modelo original inspirado na Universidade de Berlim, criada em 1810 sob a orientação de um grupo de intelectuais de grande prestígio, que incluía Alexandre Humboldt. Neste período, se estabeleceu com clareza que a atividade universitária deveria circunscrever-se ao ensino superior e que sua atividade primordial era a pesquisa em todos os campos do conhecimento. “A criação de conhecimento passava a ser vista como atividade permanente e sistemática, e o estudo universitário como iniciação à pesquisa” (FURTADO, 1984, p. 56).

Até o século XVIII, devido às pesadas anuidades, a universidade é acessível apenas à nobreza e à alta burguesia. A partir de meados do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas da França (1762), inicia-se o processo de nacionalização e estatização das universidades bem como a abolição do monopólio corporativo dos professores. “Após a Revolução Francesa, a universidade napoleônica rompe com a tradição das universidades medievais e renascentistas e organiza-se, pela primeira vez, subordinada a um Estado Nacional, [...] Napoleão funda, em 1806, a Universidade Imperial [...], designando um corpo encarregado exclusivamente do ensino e da educação (superior) pública em todo o Império, [...] tornando a educação (superior) um monopólio estatal” (TRINDADE, 1999, p. 16). É neste período, também, que surge o “papel social das universidades”, com o desenvolvimento de três novas profissões de interesse dos governos: o engenheiro, o economista e o diplomata (TRINDADE, 1999).

A primeira universidade do continente americano foi implantada em 1538 em Santo Domingo (Caribe) inspirada no modelo tradicional. Até o final do século XVII, existia uma rede de 12 universidades na América Espanhola, incluindo a de Córdoba (Argentina), implantada em 1613. No Brasil, as instituições de ensino superior só aparecem a partir de 1808, através das escolas e faculdades profissionais isoladas, sendo as pioneiras a Escola de Minas de Ouro Preto, Medicina de Salvador, as faculdades de Direito e, mais tarde, as Politécnicas. A universidade se institucionaliza no Brasil apenas no século XX.

#### **4.1.1 A Universidade no Brasil**

A criação de universidades no Brasil é um caso clássico de desenvolvimento tardio. Na Europa, seu surgimento data de séculos atrás; na América as universidades foram criadas já nas primeiras décadas após o descobrimento. Ao longo do século XIX e início do XX, o ensino superior só era acessível aos de melhor poder aquisitivo, que podiam estudar na Europa. Embora muitos jovens tenham cruzado o Atlântico com esse propósito, isso não resultou em iniciativas para a implantação de universidades no Brasil. Além dessa falta de iniciativa, havia a proibição da metrópole portuguesa de criação de universidades por aqui.

Sem considerar a iniciativa simbólica de criação da primeira faculdade de medicina na Bahia com a chegada da família real em 1808 e a experiência isolada no Paraná, a primeira universidade brasileira surge sob condições nada apropriadas. Ao invés de ser criada com o objetivo de dar origem a uma elite intelectual nacional de modo a propiciar as bases do desenvolvimento do país, a universidade surge para cumprir uma condição protocolar, conceder, por exigência dele, o título de *Doutor Honoris* ao Rei Alberto I da Bélgica, em visita ao Brasil. Sob essa condição, o Brasil criou a primeira universidade, “juntando as poucas faculdades isoladas que existiam no Rio de Janeiro. Tão pouca vontade havia de se criar um sistema universitário brasileiro, que ela recebeu o nome de Universidade do Brasil, como se fosse a única que o país viria a ter” (BUARQUE, 2005, p.7).

Em documento apresentado ao Senado Federal e em debate sobre Reforma Universitária promovido pelo jornal Folha de São Paulo em 2005, Cristovam Buarque, então senador e candidato à Presidência da República, retrata de forma clara o nascimento do ensino superior universitário no Brasil.

Aos poucos, muito lentamente, novas universidades foram surgindo, todas elas descomprometidas com as necessidades do próprio Brasil como nação independente e ainda mais de seu povo tratado como plebe, com o nome de povão. Nosso povo foi excluído mesmo da educação básica, condenado a nem ao menos sonhar com a universidade para seus filhos. Nossas universidades foram estruturadas conforme as européias, sem contato com a realidade nem com os desafios brasileiros. Sem a ambição de serem exemplos para o mundo. (BUARQUE, 2005, p.7).

Formalmente, as instituições de ensino superior no Brasil só surgem em 1808; contudo, o ensino superior era ministrado antes deste período em colégios jesuítas (cursos de Filosofia e Teologia). Com a expulsão desta ordem religiosa do reino português em 1759, os conventos franciscanos substituíram os colégios jesuítas no Rio de Janeiro e em São Paulo (CUNHA, 1999). “A igreja católica era, então, uma instituição privada que se mesclava ao Estado pelo regime do padroado” (CUNHA, 1999, p. 39). Em 1808, com a chegada da família real, foram criadas instituições estatais de ensino superior e reduzidos os cursos dos conventos aos limites da forma clerical. Após a independência o processo de estatização se intensificou, de modo

que, em 1889, todo o ensino superior no país era centralmente mantido e controlado pelo Estado (CUNHA, 1999).

A opção feita, tanto no Império quanto no início da República, era pelo ensino superior profissional. A universidade só surge no Brasil em 1920 com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Em 1934 é criada a Universidade de São Paulo (USP). A partir da década de 30, as universidades se disseminam pelo país, baseadas, principalmente, no modelo da USP. Embora tenha havido alguns esforços precursores como o da Universidade do Paraná e da Universidade Técnica de Porto Alegre, a USP tornou-se a matriz da primeira geração de instituições públicas federais e confessionais católicas (TRINDADE, 1999).

Durante a década de 50, faculdades estaduais e privadas foram federalizadas e reunidas, formando universidades, mantidas e controladas pela União. O regime militar, é o período em que as universidades públicas mais se desenvolvem no Brasil. Este desenvolvimento se deu através da construção de *campus* suburbanos<sup>12</sup>, da institucionalização do trabalho docente em tempo integral, da criação da pós-graduação articulada à carreira dos professores e das linhas de fomento à pesquisa científica e tecnológica (CUNHA, 1999).

A ausência de investimentos públicos e privados na oferta de ensino superior se reproduz em outros níveis educacionais. Isso reflete a adoção de políticas equivocadas em meados do século XX que priorizavam a industrialização no processo de crescimento econômico apesar das evidências quanto à importância da educação para o desenvolvimento de um país.

O século passado, enquanto outros países avançavam rapidamente na educação, o Brasil gastava boa parte dos recursos com políticas industriais e regionais. Por mais que os investimentos em capital físico tenham possibilitado um crescimento econômico acelerado durante algum tempo, mais cedo ou mais tarde a restrição educacional iria se mostrar atuante, o que acabou acontecendo a partir da década de 1980. (MENEZES FILHO, 2009, p. 201).

---

<sup>12</sup> A construção de *campus* afastados objetivava isolar a comunidade acadêmica do convívio com a sociedade, evitando que a sociedade fosse contaminada pela ideologia dominante nas universidades, as quais combatiam o regime militar.

A Coréia do Sul é um exemplo regularmente citado para mostrar o equívoco da política adotada pelo Brasil. No mesmo período - por volta de meados do século XX -, a Coréia do Sul - um país com indicadores econômicos e sociais inferiores ao do Brasil – optou pela política educacional como estratégia de desenvolvimento econômico para o país.

Hoje em dia, o crescimento econômico é em grande parte baseado na adoção de novas tecnologias, associadas ao uso dos computadores e robôs. Estas tecnologias requerem uma mão de obra qualificada. Países como a Coréia, por exemplo, priorizaram a educação desde a segunda metade do século passado e, agora, estão colhendo os frutos deste investimento ao manter um nível de crescimento acelerado e sustentado. O Brasil perdeu este trem, e agora luta para recuperar o tempo perdido. (MENEZES FILHO, 2009, p. 201).

A Constituição de 1988 marca uma mudança de políticas, priorizando, agora, a educação como variável central do processo de desenvolvimento econômico e social do país. Nos anos 90 (noventa), uma série de ações como o programa bolsa-escola, a progressão continuada e a introdução do FUNDEF (Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental) aumentando os recursos para os municípios mais pobres contribuiu para o avanço da educação no Brasil. Paralelo ao avanço no ensino fundamental e básico, ocorre a expansão do ensino superior, principalmente privado.

Embora ocorra uma forte expansão da oferta de serviços de ensino superior, os indicadores brasileiros ainda estão muito aquém se comparados aos de países desenvolvidos. Os avanços no ensino superior são menores que os obtidos no ensino fundamental e médio. A transição do ensino médio para o ensino superior no Brasil é historicamente baixa, o país não consegue aumentar a taxa de matrículas nesse ciclo. “No Brasil, a taxa de escolarização bruta no ensino superior, que indica a razão entre o número de matrículas e a população na faixa etária que deveria estar cursando este nível de ensino, está atualmente em 24%.” (MENEZES FILHO, 2009, p. 202).

Quadro 2 - Taxa de escolarização bruta no ensino superior em 2008 – países selecionados

<b>PAÍS</b>	<b>TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA NO ENSINO SUPEIOR (%)</b>
Coréia do Sul	91
Cuba	88
Austrália	73
Rússia	70
Argentina	65
Japão	55
Brasil	24

Fonte: Baseado em Menezes Filho (2009).

Há uma forte correlação entre matrículas no ensino superior e desenvolvimento tecnológico. Atualmente, o Brasil vive o que se convencionou chamar de “apagão” de mão de obra qualificada, aquela capaz de lidar com as novas tecnologias. Contudo, existem mais vagas disponíveis do que interessados em cursar uma faculdade. Nesse ponto residem dois problemas críticos da educação superior brasileira: um está associado à qualidade da educação e o outro à baixa taxa de matrículas em cursos diretamente ligados às atividades produtivas, com as engenharias, por exemplo. A expansão do sistema privado de ensino superior não foi capaz de resolver nenhum dos dois problemas. O sistema público responde bem ao problema da qualidade, mas avança lentamente na expansão da oferta de cursos de engenharia e das áreas tecnológicas.

A partir de 2004, há uma expansão na oferta de vagas através da criação de campi avançados das universidades e institutos federais de ensino superior, bem como da implantação de novas universidades federais, principalmente em cidades médias e pequenas do interior do país. Esta expansão das possibilidades de acesso à educação superior pública contribui para a dinamização econômica e social dessas cidades, aumentando sua influência na sua região de articulação, melhorando a qualidade de suas instituições e alterando significativamente a estrutura urbana (conteúdo) e a própria morfologia dessas cidades (forma).

O plano dos conteúdos constitui-se no uso e apropriação do espaço através da inserção de novas funções relacionadas diretamente à educação superior: novos serviços, imigração, aglomerações mercantis, mercantilização de espaços e costumes e alteração na renda fundiária. O plano morfológico, que se relaciona com o espaço construído, compreende os elementos básicos que constituem a estrutura material da cidade e se relaciona com sua

(re)estruturação, compreendendo a expansão da marcha urbana com a abertura de novas vias de circulação e o adensamento das áreas edificadas (HENRIQUE; SANTANA; FERNANDES, 2009).

Esta expansão influencia a estrutura das cidades não só no plano material, mas também na qualidade de suas instituições entendidas como um conjunto de relações sociais, crenças, costumes etc.

As ações que movem a produção do espaço nessas cidades correspondem às tentativas dos agentes públicos (estado e União) de dinamização e transformação das economias urbanas locais e regionais. Entretanto, os novos objetos, funções e moradores também modificam, em alguns casos profundamente, o cotidiano dessas cidades, muitas delas ainda fortemente atreladas ao mundo rural (HENRIQUE; SANTANA; FERNANDES, 2009, p. 512)

Com um crescimento lento ao longo da sua história, o ensino superior só expande de forma significativa nos últimos 10 anos. Embora os indicadores atuais mostrem uma forte evolução em relação ao passado, ainda estamos distante dos indicadores dos países desenvolvidos. É necessário que as estratégias para o ensino superior incorpore às políticas públicas como uma ação efetiva e ousada e não seja apenas objeto de discurso e de iniciativas tímidas. O Brasil possui em torno de 700 doutores para cada grupo de um milhão de habitantes, enquanto a média mundial é de 1.100. Países desenvolvidos como a Suécia este número é de 3.600 doutores. Dos docentes no ensino superior brasileiro apenas 28,4% são doutores. Na Bahia apenas 21,8% são doutores.

De acordo com o Censo do Ensino Superior de 2010, o Brasil contava com 2.378 instituições de ensino superior (IES), das quais 190 eram universidades (INEP, 2011). Há um predomínio das instituições privadas com 88,3 do número total de IES. Dentre as IES públicas, que correspondem a apenas 11,7% do total das IES, 99 são do sistema federal, 108 estaduais e 71 municipais. Em 2010, o sistema público acolhia 1.461.696 alunos de um contingente de 5.449.120 matrículas nos cursos de graduação presenciais, ou seja: 26,8% estudavam em instituições públicas e 73,2% em instituições privadas.



## 4.2 DESIGUALDADE NA OFERTA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

A expansão na oferta de vagas pelo setor privado no Brasil é um fenômeno recente no Brasil. Se por um lado esta expansão trouxe oportunidade de qualificação para uma parte considerável da população excluída do acesso ao ensino superior, por outro contribuiu para agravar a desigualdade no sistema educacional brasileiro. Enquanto nos outros níveis de ensino (básico e médio) as matrículas na escola pública são predominantemente de alunos de renda mais baixa, no ensino superior as matrículas na universidade pública são dominadas pelos alunos de maior poder aquisitivo. Como o acesso à universidade pública (de melhor qualidade) se dá através de um processo seletivo, haja vista que a demanda é bem superior à oferta, os alunos oriundos da escola privada (de melhor qualidade) se encontram em melhores condições de acesso ao ensino superior público. O sistema de seleção é pontual e socialmente excludente para o ingresso na educação superior.

Dadas estas condições de acesso, os alunos oriundos da escola pública, geralmente de menor poder aquisitivo, terão que recorrer ao sistema privado para cursar o ensino superior. Como os alunos oriundos da universidade pública são tidos como mais qualificados, acabam conseguindo os melhores empregos e auferindo uma maior renda. O sistema de ensino superior público, que deveria ser o principal instrumento para reduzir as desigualdades, acaba contribuindo para tornar os brasileiros ainda mais desiguais. As equações que buscam evidenciar as causas da desigualdade no Brasil têm, em sua maioria, a educação (especialmente a superior) como a variável estatisticamente mais significativa para explicar as diferenças de rendimento entre as pessoas. As pessoas com educação superior têm um rendimento, na média, bem acima das diferenças verificadas nos outros níveis educacionais.

Cabe destacar que é difícil separar os efeitos do sistema privado do efeito das condições socioeconômicas das famílias que podem pagar escolas privadas para seus filhos. Como a grande maioria das famílias brasileiras apresenta perfis socioeconômicas desfavoráveis e só tem a escola pública como única opção, ocorre aqui um viés de seleção que impossibilita o isolamento do efeito da eficiência das escolas privadas em obter melhores performances dos alunos. (COSTA; ARRAES; VERA-HERNANDEZ, 2011).

A carga tributária brasileira, embora não seja a mais elevada do mundo, é uma das mais perversas. Além de ser elevada para o nível de renda da população, do Estado não restituir em bens e serviços de qualidade os impostos pagos, a estrutura tributária é regressiva. Como mais de 70% dos impostos vêm das empresas, portanto indiretos, os mais pobres acabam pagando mais que os mais ricos numa clara regressividade tributária. Dado que parte destes impostos destina-se ao financiamento da educação superior pública, os pobres acabam por financiar o ensino superior dos ricos. Uma inversão que reforça a desigualdade no país.

No Brasil, em geral, os alunos de menor poder aquisitivo utilizam os serviços públicos na educação básica e os privados na educação superior. Esta situação se inverte entre os indivíduos de maior poder aquisitivo. Esta situação reforça as desigualdades sociais no Brasil, haja vista que o investimento público direto por estudante do ensino superior, em 2008, era de R\$ 14.763,00, enquanto que o investimento público direto por estudante da educação básica era de R\$ 2.632,00. Ou seja, o investimento direto público por estudante do ensino superior (geralmente de maior poder aquisitivo) era, em 2008, 5,6 vezes maior que o investimento por aluno da educação básica (geralmente de menor poder aquisitivo).

Segundo o Relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (CDES, 2010), a prioridade da política educacional do Brasil, até o ano 2000, foi aumentar a oferta de vagas no ensino fundamental e médio - uma política focada na quantidade e com pouca preocupação com a qualidade do ensino público, além de negligenciar a educação infantil, profissional e superior. Priorizar a quantidade em detrimento da qualidade acabou fortalecendo o modelo educacional privado, acessível aos estudantes economicamente mais favorecidos.

A escola pública – a “escola pobre para os pobres” – que atende a maioria da população de baixa renda, apresenta, desde então, pouca qualidade no ensino e fraco desempenho, produzindo um contingente de estudantes iletrados e desinformados. Esta escola tem mostrado [...] que necessita ser re-inventada e re-qualificada em sua função na sociedade, transformando objetivos, metodologias e conteúdos educacionais para se tornar mais atrativa e gratificante para os estudantes e professores, e mais eficaz na formação de cidadãos. (CDES, 2010, p. 14).

A busca da universalização (sem qualidade) do acesso à escola ao invés de reduzir as desigualdades acaba por reforçá-las à medida que não qualifica os estudantes para uma efetiva inserção social e profissional. Além disso, a expansão da oferta sem a preocupação com a qualidade contribuiu para a desvalorização social e funcional dos profissionais da educação e desqualificação de sua função, expressa em baixos salários, desvalorização da carreira do magistério e o conseqüente pouco interesse dos jovens pela carreira docente.

A educação é uma variável estatisticamente significativa em qualquer equação de desenvolvimento e o grande diferencial de competitividade das empresas. Baseado nesse pressuposto, o governo brasileiro tem ampliado de forma significativa e persistente os recursos para educação, apesar de ainda insuficientes. Além da ampliação dos recursos, há um redirecionamento destes priorizando a educação básica. Entre 2008 e 2009, o custo-aluno na educação básica subiu 7,4%, enquanto na educação superior o acréscimo foi de 0,3%, o que levou o comprometimento de recursos entre o nível básico e superior que era 11,1 vezes maior há dez anos passar para 5,2 vezes (CDES, 2010).

Essa mudança significativa na política de investimentos em educação é fundamental não só pelas condições sociais e amplitude da base, mas porque boa parte dos problemas de acesso e permanência da educação superior tem origem nos outros níveis de ensino. Esta mudança na política contribui, no longo prazo, para reduzir a desigualdade na oferta de serviços públicos de ensino superior e cria as condições para um desenvolvimento com maior equilíbrio ético e social do Brasil.

As condições necessárias para um ciclo longo de crescimento econômico estão presentes, porém uma das maiores restrições ao desenvolvimento no longo prazo é a formação dos brasileiros para atender à demanda de um contingente maior e mais diversificado de trabalhadores qualificados para atuar na produção de bens e serviços e no desenvolvimento científico e tecnológico e inovação. A escolarização tornou-se ao longo do tempo o veículo principal que a sociedade adotou para educar pessoas para a vida e o mundo do trabalho. Considerada uma ação sistêmica e integrada a outras políticas, a educação é fundamental para garantir o avanço do país para a sociedade do conhecimento e para a inovação e sustentabilidade da estrutura produtiva, além de fator essencial para a redução das desigualdades. (CDES, 2010, p. 13).

Os problemas que se verificam na educação em outros níveis, refletem no ensino superior. A falta da visão estratégica da educação superior como condição para superar o atraso econômico e social se reflete na ausência de políticas para universalização do seu acesso, tornando-a elitista e ultrapassado o ensino superior. Estas evidências constam do documento que trata das diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento da Educação através da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Segundo o Reuni, o sistema de educação superior brasileiro conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados, e precisa passar por transformações.

O sistema apresenta uma organização acadêmica que incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, que contemplam poucos campos do saber, pouco atraente no início dos estudos e uma excessiva precocidade na escolha da carreira profissional de nível universitário. Estes fatores aliados à falta de políticas de acesso e permanência levam a altos índices de evasão de alunos. Contudo, dentre os problemas relacionados à estrutura acadêmica nenhum é tão grave quanto o descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mercado de trabalho, que crescem em complexidade e diversidade.

De outra parte, a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber, coloca o país em risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada dia mais globalizado e inter-relacionado. (MEC, 2007, p.7).

Se no plano acadêmico a estrutura não concorre para universalização e democratização do acesso, no plano operacional os problemas se ampliam e aprofundam as dificuldades de um funcionamento adequado do sistema de educação superior.

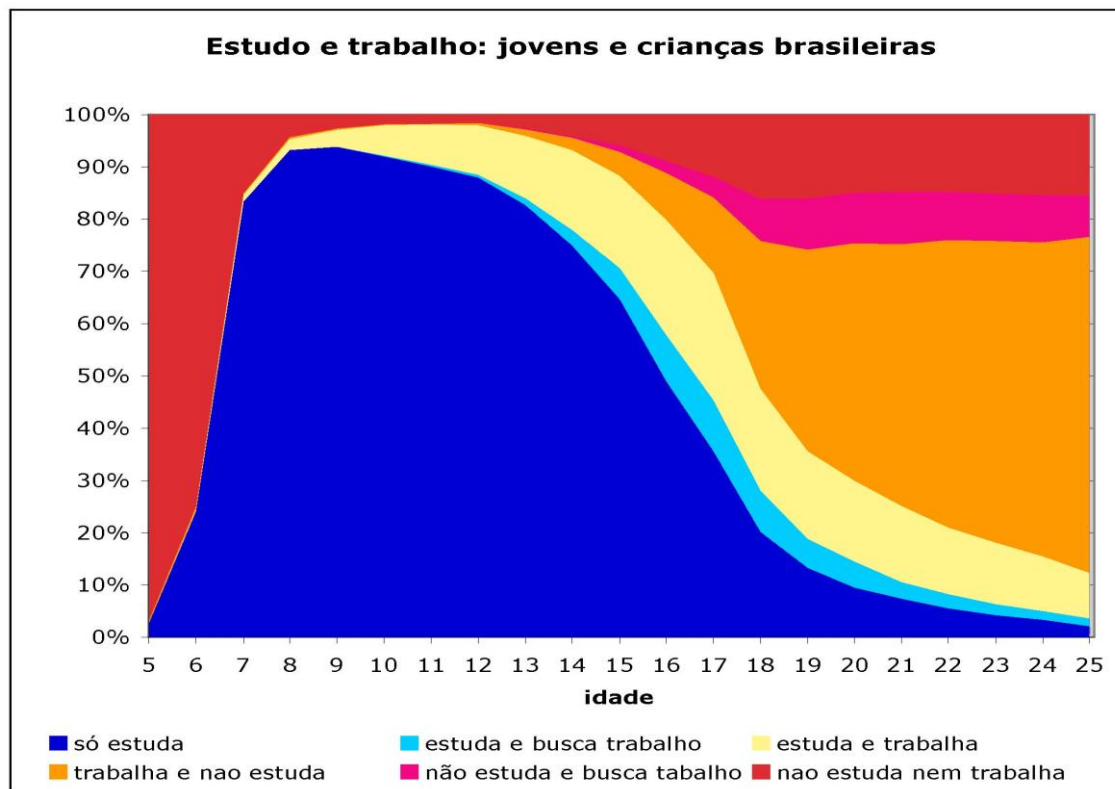
De acordo com Costa *et al* (2011) a literatura internacional, baseada na metodologia Data Envelopment Analysis (DEA), fornece estudos sobre a eficiência das universidades públicas em diversos países. Estes estudos são realizados a partir de análises de *outputs*, que podem ser definidos como função dos serviços oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior - IES

(tais como a relação alunos formados/alunos matriculado), e inputs, definidos como aquelas variáveis que tornam possível os serviços oferecidos pelas IES (tais como custo corrente/aluno equivalente). Os resultados destes estudos são contraditórios. A depender da amostra, nos Estados Unidos (EUA), as universidades públicas apresentam maior nível de eficiência quando comparadas às universidades privadas. Em outros estudos esta condição se inverte.

No Brasil, apesar de oferecer ensino de maior qualidade, as universidades públicas apresentam eficiência relativa menor que as IES privadas. Por outro lado, em relação à pesquisa e a pós-graduação ocorre uma assimetria quanto à eficiência relativa entre IES públicas e privadas. Costa et al (2011), utilizando a metodologia DEA, apresenta, como resultado de suas estimações, ineficiência produtiva das Instituições Federais de Ensino Superior.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, 41,47% das matrículas no ensino superior são de alunos na faixa etária de 18 a 24 anos. As matrículas de jovens nessa faixa etária representam 13,9% do total da população. Estes percentuais estão bem abaixo da média dos países desenvolvidos e revelam uma distorção na distribuição das matrículas no ensino superior. O gráfico abaixo mostra que a partir dos 12 anos a curva dos jovens que só estudam declina fortemente e entre 18 e 25 anos (faixa etária em que os jovens deveriam estar cursando o ensino superior) a quantidade de jovens que não estudam cresce de forma continuada. Nessa faixa cresce a quantidade de jovens que só trabalham. Isso se deve, por um lado, à necessidade dos jovens trabalharem para complementar a renda familiar e, por outro lado, às dificuldades de acesso ao ensino superior, seja em função da baixa oferta no ensino público ou do elevado custo no ensino privado.

Gráfico 1 – Estudo e trabalho: jovens e crianças brasileiras.



Fonte: Baseado na PNAD, 2009.

Segundo dados da PNAD (2009), a proporção de jovens entre 18 e 24 anos que somente estuda reduziu de 16,7, em 1999, para 14,7 em 2009. A participação de jovens que trabalham e estudam também reduziu, no período, de 17,2 (1999) para 15,6 (2009). Como consequência, a proporção de jovens que somente trabalham aumentou de 43,0, em 1999, para 46,7 em 2009.

As causas para indicadores educacionais tão desfavoráveis tem vários motivos e outros tantos efeitos. Os motivos principais são, por um lado, as difíceis condições de acesso à universidade pública que ao longo de anos marginalizou as camadas sociais mais populosas e, por outro, as possibilidades de acesso para alunos em idade acima de 24 anos devido à expansão da rede privada de ensino superior que possibilitou o atendimento de uma enorme demanda insatisfeita. Os efeitos residem basicamente sobre a qualidade do ensino. A expansão (necessária) do sistema tem focado a melhoria nos indicadores (quantitativos) e negligenciado a qualidade.

Tabela 1 – Distribuição da matrícula na educação superior por faixa etária

Nível Educacional	Idade em anos				
	16 a 17	18 a 19	20 a 24	25 a 29	30 ou +
<b>Ed. Superior</b>	1,04	12,41	39,06	20,26	27,23

Dados construídos com base na PNAD (2008) – IBGE/PNAD (2008).

Observa-se na tabela acima que 47,5% das matrículas no ensino superior encontra-se fora da faixa etária ideal (18-24 anos). Isso revela, entre outros aspectos, uma demanda reprimida decorrente, por um lado, da pouca importância dada à educação superior pela sociedade e seus representantes e, por outro, de uma estrutura educacional elitista, com pouca oferta de vagas e resistências à expansão do sistema.

Segundo as projeções do IBGE, em 2020, a população brasileira de jovens com idade entre 18 e 24 anos será de 23,7 milhões, e de 16,1 milhões em 2050 (IBGE, 2010). Os programas de governo planejam ter 30% dos jovens nessa faixa etária matriculados no ensino superior, o que representa 7,1 milhões de estudantes em 2020. Um crescimento de 121% em relação às matrículas de 2009.

#### **4.2.1 Retornos da educação e o mercado de trabalho**

Estudos econométricos diversos mostram, quase que na sua totalidade, a educação como variável de grande significância estatística para explicar a desigualdade no Brasil. A educação se apresenta como principal determinante observável isolado da renda. Os trabalhadores com maior escolaridade aumentam a sua empregabilidade e tem, em média, maiores rendimentos. À medida que vai aumentando os anos de estudo, aumenta a renda do trabalho, sendo que o ensino superior apresenta ganhos maiores do que os demais níveis de ensino. Menezes-Filho *et al* (2006), mostra que o impacto educacional sobre o rendimento real é bastante elevado e que a diferença entre grupos educacionais, uma vez que trabalhadores medianos com ensino superior recebem seis vezes mais do que o trabalhador mediano com ensino primário e três vezes mais do que o trabalhador com ensino médio.

Estudo realizado por Viana, Salvato e França (2011), mostra uma forte correlação entre desigualdade educacional e desigualdade de renda. Fazendo um comparativo entre os anos de 2003 e 2009, o estudo mostra, com base em dados da PNAD, que à medida que aumenta a escolaridade média da população, aumenta a renda média.

Enquanto os 10% mais pobres do Brasil apresentaram uma renda média de aproximadamente R\$103 no ano de 2003 e R\$130 em 2009, um crescimento de 26,3% no período. A educação média deste estrato da população variou de 4,6 para 5,1 anos no período. Já entre os 10% mais ricos da população, a renda média era cerca de R\$4.412 em 2003 e passou para R\$4.789 em 2009. Em relação à educação média retida por este grupo de indivíduos, eram 12,4 anos em 2003 e 12,7 anos em 2009. (VIANA; SALVATO; FRANÇA, 2011, p 9).

Com base na tabela abaixo os autores concluem que a média de anos de escolaridade é crescente à medida que nos movemos para decis de renda superiores. Segundo eles, uma forma de mensurar a desigualdade é medir a razão entre as médias dos 10<sup>o</sup> e 1<sup>o</sup> decis.

Para a escolaridade esta razão é  $12,4/4,6 = 2,7$  em 2003, reduzindo para 2,47 em 2009. Analisando a renda do trabalho, a média do 10<sup>o</sup> decil é cerca de 43 vezes a média do 1<sup>o</sup> decil em 2003, passando para 36,95 vezes em 2009. Desigualdades de renda e educação são elevadas, mas em queda no período. (VIANA; SALVATO; FRANÇA, 2011, p. 9).



Tabela 2 – Renda e Educação no Mercado de Trabalho, Brasil, 2003 e 2009

Decil de Renda	2003				2009				Var. % 2003-2009	
	Renda Média (*)	Educação Média	% pop.	% pop. acum.	Renda Média	Educação Média	% pop.	% pop. acum.	Renda Média	Educação Média
1	R\$ 102,61	4,6	10,74	10,74	R\$ 129,57	5,1	10,22	10,22	26,3%	11,6%
2	R\$ 237,76	5,0	9,29	20,04	R\$ 318,58	6,0	10,23	20,45	34,0%	20,0%
3	R\$ 321,57	6,3	11,18	31,22	R\$ 463,24	7,4	12,50	32,95	44,1%	18,0%
4	R\$ 380,52	6,5	11,07	42,29	R\$ 497,49	7,7	7,27	40,22	30,7%	17,9%
5	R\$ 466,90	7,2	7,98	50,27	R\$ 585,35	8,1	9,90	50,12	25,4%	12,3%
6	R\$ 573,57	7,4	11,29	61,57	R\$ 734,87	8,5	13,37	63,49	28,1%	14,8%
7	R\$ 730,95	8,2	11,14	72,70	R\$ 939,06	9,1	10,17	73,66	28,5%	11,9%
8	R\$ 984,47	9,0	7,84	80,54	R\$ 1.192,68	9,9	6,64	80,30	21,1%	9,9%
9	R\$ 1.525,12	10,3	11,24	91,78	R\$ 1.708,82	10,8	9,82	90,12	12,0%	5,0%
10	R\$ 4.412,42	12,4	8,22	100,00	R\$ 4.788,56	12,7	9,88	100,00	8,5%	2,3%

Nota: corrigido pelo INPC para PNAD estimado por Corseuil, C.H. e Foguel, M.N. (2002), IPEADATA.  
 Fonte: Viana, Salvato e França (2011, p. 9), com base nas PNADs 2003 e 2009.

É importante destacar que os estratos médios de renda mostram que para manter a renda média é necessário aumentar a escolaridade. Ou seja, a escolaridade é importante para aumentar a renda, mas em uma situação de escolaridade média crescente, ela é fundamental para manter níveis médios de renda. No período observado há aumento médio de renda e escolaridade para todos os decis e uma leve tendência de migração da população dos decis inferiores e médios para decis mais elevados de renda. Isso é um indicio de queda na desigualdade na distribuição de renda e de educação. O segundo decil apresenta o maior aumento de escolaridade (20%), e o terceiro decil o maior crescimento de renda (44,1%).

Estudo realizado por Silva Júnior e Sampaio (2011), mostra, através de estudo econométrico, que a probabilidade de ocorrência de pobreza para indivíduos com ensino superior era de 4,1%, em 2006. A probabilidade para indivíduos sem o ensino fundamental era de 47,8%, de 40%, para indivíduos com o ensino fundamental de 40% e de 24% para indivíduos com o ensino médio. Pelos dados da tabela abaixo observa-se, para todos os anos da série, que a medida que aumenta a escolaridade reduz a probabilidade de pobreza. Entre os diferentes níveis de escolaridade, a mudança para o ensino superior é a que apresenta maior queda na probabilidade do indivíduo ser pobre.

Quadro 3 – Probabilidade de ocorrência de pobreza entre níveis de escolaridade, 2001 - 2006

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Prob (%)	Prob (%)	Prob (%)	Prob (%)	Prob (%)	Prob (%)
<b>Menos Fundamental</b>	38,6	22,0	48,2	48,1	48,4	47,8
<b>Ensino Fundamental</b>	25,8	16,9	40,0	39,9	40,2	40,0
<b>Ensino Médio</b>	9,1	6,6	20,3	20,3	20,4	24,0
<b>Ensino Superior</b>	3,0	1,3	3,7	3,7	3,7	4,1

Fonte: Silva Júnior e Sampaio (2011).

Os retornos da educação se manifestam no mercado de trabalho numa correlação positiva entre escolaridade e rendimento do trabalho. Mas os retornos da educação se manifestam também entre os diferentes cursos e entre os níveis de escolaridade superior. Na pós-graduação (mestrado e doutorado), especialmente o curso de Medicina, além dos ganhos salariais aumenta sensivelmente a empregabilidade. Os maiores retornos econômicos do investimento educacional ocorre nos cursos de Mestrado ou Doutorado em Administração, Medicina e Economia. Os salários oriundos desses cursos é cerca de 1503% do que quem nunca freqüentou a escola (NERI, 2008). “Agora quando analisamos a probabilidade de conseguir um emprego o líder disparado é a pós-graduação de medicina cuja chance de ocupação é 18 vezes maior do que os sem escola” (NERI, 2008, p.3). A ocupação daqueles que já freqüentaram e concluíram o mestrado ou doutorado em medicina chega a 95,6%.

As evidências dos retornos da educação sobre o rendimento do trabalho, geração de emprego, crescimento econômico, empregabilidade e conseqüente redução das desigualdades sociais torna a analogia do capital humano com outras formas de capital uma clara constatação. Em função disso, o Brasil legitimou políticas de universalização do ensino, em um esforço para aumentar a escolaridade do brasileiro.

Cerca de 35% da desigualdade da renda brasileira é explicada pelo número de anos completos de estudo das pessoas, qualificamos aqui a educação não só por nível como por carreira universitária. O que impressiona na série é a regularidade dos rankings. Por exemplo, cursos completos, apresentam salários maiores que cursos incompletos seja no ensino fundamental, ou no ensino médio. A hierarquia do níveis educacionais se espelha no ranking trabalhista. Mesmo no caso da alfabetização de adultos o salário é 10% maior e a chance de ocupação 66% maior do que dos adultos que nunca freqüentaram a

escola. Nos desculpem os céticos, mas educação é fundamental. (NERI, 2008, p. 3).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, elaborou um Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, e aponta a deficiência educacional como um dos obstáculos à redução das desigualdades e à inserção do Brasil no seleto grupo dos países desenvolvidos (CAPES, 2010). Aponta como meta para preencher o imenso vazio educacional elevar os investimentos em educação para 6% do PIB (valor significativamente superior ao dos países da OCDE) até 2020. Sendo um documento oficial do Governo Federal, cabe destacar a consciência que as autoridades governamentais tem quanto à importância da educação para redução das desigualdades no Brasil.

A precária escolaridade dos brasileiros ajuda a perpetuar a desigualdade social e impõe obstáculos severos ao desenvolvimento econômico do País. Somente um empenho consistente, fruto de uma política de Estado a dê a devida prioridade às questões educacionais, conseguirá reverter essa situação. A revolução educacional que o Brasil necessita tem que se basear na qualidade do ensino, precisa alcançar toda a população brasileira e se dar em todos os níveis, incluindo o ensino técnico e as diversas formas de educação superior. (CAPES, 2010, p. 62).

A baixa taxa de matrículas no ensino superior se reflete na baixa qualificação da nossa força de trabalho. Da força de trabalho ativa brasileira, apenas 8% da população na faixa de 25 a 64 anos tem curso superior completo. Outro agravante, que compromete a competitividade das empresas brasileiras e reduz nosso potencial de desenvolvimento tecnológico, refere-se ao número de estudantes matriculados em cursos de ciências e engenharias bem abaixo da média mundial e inferior à média da América Latina. Essas áreas correspondem a 14% das vagas oferecidas e 15,6% das matrículas. Das vagas oferecidas somente 55% são preenchidas e o número de formandos é ainda menor em função da alta evasão. Apesar do oferecimento de mais de 260 mil vagas nas engenharias, o Brasil formou em 2008 cerca de 30 mil engenheiros, bem abaixo dos outros países do BRIC. A Rússia forma anualmente 120 mil; a Índia, 200 mil; e a China 300 mil.

#### 4.2.2 Desigualdade espacial na oferta de serviços de ensino superior

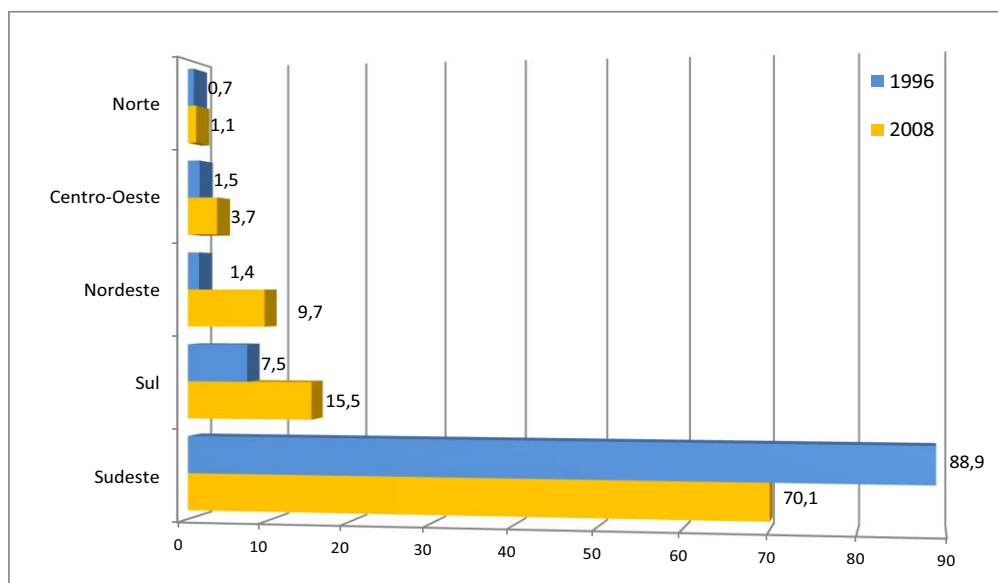
O Brasil tem uma grande defasagem em relação a outros países nos indicadores da educação superior, não só dos países desenvolvidos, mas, também de países em desenvolvimento. O Brasil se distancia não só dos países desenvolvidos em relação à educação superior, mas também da média mundial. Isto se deve às políticas de desenvolvimento adotadas no país no passado. Estas políticas privilegiaram a acumulação de capitais e se basearam, principalmente, em mecanismos de poupança forçada, crédito subsidiado para setores “estratégicos”, investimentos públicos pesados e proteção à indústria doméstica. Estas políticas lograram êxito<sup>13</sup>, haja vista, que a nossa intensidade de capital está acima da média mundial e o nosso PIB *per capita* (corrigido pelo custo de vida) é cerca de 82% da média mundial. Contudo, a escolaridade média do brasileiro é somente cerca de 60% da média mundial. Enquanto estamos na metade mais rica do planeta estamos, por outro lado, na metade menos educada.

Se no plano global não somos bem avaliados, internamente a distribuição espacial desses serviços é bastante desigual. Muito mais do que refletir as desigualdades regionais, a oferta de educação superior é uma das causas e uma consequência dessas desigualdades. Assim como acontece com a renda, há, no Brasil, uma forte concentração dos serviços de ensino superior: instituições, matrículas, docentes e docentes doutores. A distribuição desigual no número de vagas oferecidas por habitante em todo Brasil reforça as assimetrias regionais. Em 2008, o número de vagas oferecidas por habitante em todo Brasil era de 0,017, ou seja, apenas 1,7% dos brasileiros estava matriculados no ensino superior. “Na Região Norte esse índice era igual a 0,011; no Nordeste, 0,0085; no Sudeste, 0,022; no Sul, 0,015; e no Centro-Oeste, 0,025. Isso quer dizer que um jovem do Centro-Oeste tem três vezes mais chances de alcançar uma vaga no ensino superior que um jovem da Região Nordeste.” (SBPC, 2011, p. 40). O gráfico abaixo mostra a distribuição regional dos doutores titulados no Brasil, observa-se uma melhoria na distribuição espacial entre 1996 e 2008, mas ainda preservando uma forte desigualdade.

---

<sup>13</sup> Embora o Brasil não possua uma base produtiva moderna e dinâmica, comparativamente ao países desenvolvidos, vem ocorrendo importantes transformações na estrutura produtiva nas últimas décadas.

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos doutores titulados no Brasil por regiões, 1996 e 2008

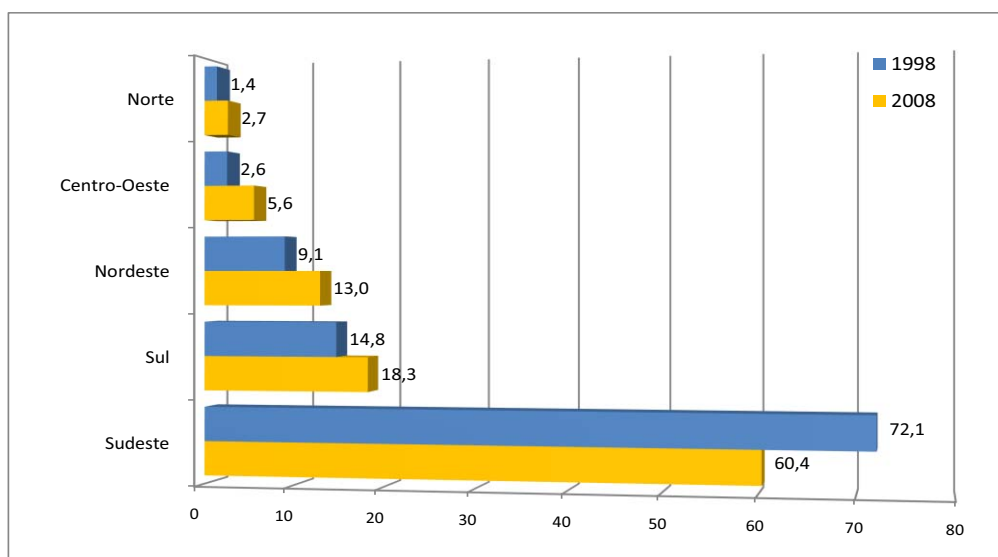


Fonte: Coleta Capes (Capes, MEC). (Apud gráfico 2.2.11 do capítulo 2.)

Fonte: Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira

O mesmo ocorre com os programas de doutorado. Entre 1998 e 2008 ocorre uma melhoria na distribuição por região dos programas de doutorado, mas, também, preservando a desigualdade.

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos programas de doutorado no Brasil por regiões, 1996 e 2008



Fonte: Coleta Capes (Capes, MEC). (Apud gráfico 2.1.13 do capítulo 2.)

Fonte: Doutores 2010: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira

O desequilíbrio existente entre as regiões do Brasil indica a necessidade de uma política de longo prazo para corrigir as distorções. O Sul e Sudeste concentram não só uma maior quantidade de cursos de pós-graduação como concentra os programas melhor avaliados (notas 5, 6 e 7 na avaliação da CAPES). O Sudeste concentrava, em 2009, 57,9% dos programas de doutorado do Brasil, 48,7% dos mestrados e 53,4% dos mprogramas de mestrado profissional. No Nordeste estes números representavam, respectivamente, 14%, 18,6% e 16,2%. O Sudeste concentra 85,4% dos programas de pós-graduação com nota sete (7) na CAPES e o Nordeste apenas 1,2%. Ou seja, a concentração se dá em termos quantitativos e qualitativos. Essa concentração espacial dos programas de p-os-graduação se reflete na produção científica. As três universidades estaduais de São Paulo concentravam, em 2008, mais de 1/3 dos artigos científicos indexados no International Science Index – ISI (SBPC, 2011).

Fazendo um comparativo da evolução dos indicadores de ensino superior entre 1999 e 2010, observamos uma pequena melhoria na distribuição regional destes serviços. Contudo, se observa ainda uma grande distorção na distribuição espacial do número de instituições de ensino superior, do número de docentes e do número de alunos (Tabela 3). O Estado de São Paulo, em 1999, detinha 21,8% da população do Brasil, contudo, concentrava cerca de um

terço dos alunos e das instituições de ensino superior. Em 2010, há uma pequena redução na diferença, mas ainda com forte desigualdade. As Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte juntas apresentavam apenas 28,7% do número de instituições de ensino superior e 26,9% dos alunos matriculados no ensino superior, embora concentrasse 42,5% da população brasileira em 1999. Além disso, segundo Diniz e Gonçalves (2000), das dez principais universidades do Brasil, 6 estão na Região Sudeste, 2 na Região Sul, 1 no Distrito Federal e 1 no Nordeste (tabela 3). Em 2010, observa-se ainda uma forte concentração no número de instituições, docentes, doutores e alunos na região sudeste, representando em torno de 50% dos indicadores de ensino superior do país, sendo que apenas o Estado de São Paulo representa mais de ¼ da educação superior no Brasil.

Tabela 3 – Brasil: Ensino Superior por Grandes Regiões e Estados Seleccionados – 1999

Regiões / Est. Seleccionados	Pop. <sup>1</sup> (1000)	(%)	N. de Inst.	(%)	Docentes Total	(%)	Doutores	(%)	Alunos	(%)
Norte	12.134	7,4	42	3,8	6.689	3,8	558	1,6	94.411	4,0
Nordeste	46.340	28,3	141	12,9	26.890	15,5	3.777	10,8	357.835	15,1
Sudeste	69.858	42,6	634	57,8	91.328	52,5	22.921	65,6	1.257.562	53,1
Minas Gerais	17.296	10,6	135	12,3	16.697	9,6	3.010	8,6	216.215	9,1
Rio de Janeiro	13.807	8,4	101	9,2	22.516	12,9	5.336	15,3	265.079	11,2
São Paulo	35.817	1,8	366	33,4	49.470	28,5	14.201	40,6	740.113	31,2
Sul	24.446	14,9	148	13,5	36.068	20,8	5.840	16,7	473.136	20,0
Centro-Oeste	11.221	6,8	132	12,0	12.861	7,4	1.841	5,3	187.001	7,8
Brasil	163.999	100	1.097	100	173.836	100	34.937	100	2.369.945	100

Fonte: MEC/INPE – Censo do Ensino Superior 1999.

1- IBGE – Estimativa e projeção da população 1998

Em 1999, a região Sudeste concentrava mais da metade do total de docentes e mestres do ensino superior e quase dois terços dos docentes com o título de doutor, sendo que só São Paulo concentra 40,6% dos docentes doutores do Brasil. Em 2010, aumenta a participação aumenta a participação das Regiões Norte e Nordeste, mas ainda com números bastante inferiores ao sudeste. A distribuição regional do número total de docentes e de docentes doutores favorece a região Sudeste, mais especificamente o Estado de São Paulo, tanto em termos absolutos quanto relativos, haja vista que esta região concentrava, em 1999, 42,6% da população do país. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentavam, em 1999, números bem mais modestos. Juntas as três regiões concentravam 26,7% do número total de docentes e apenas 17,7% do total de docentes doutores. Em 2010, as regiões Norte, Nordeste

e Centro-Oeste melhoram sua participação, mas ainda com um número total de doutores inferior ao do Estado de São Paulo.

Tabela 4 – Brasil: Ensino Superior por Grandes Regiões e Estados Selecionados – 2010

Regiões / Estados Selecionados	Pop. <sup>1</sup> (1000)	(%)	N. de Inst.	(%)	Docentes Total	(%)	Doutores	(%)	Alunos	(%)
Norte	15.866	8,3	146	6,4	23.010	6,3	3.970	3,9	352.358	6,5
Nordeste	53.078	27,8	433	18,2	74.886	20,4	17.237	16,9	1.052.161	19,3
Sudeste	80.354	42,1	1.169	49,2	168.086	45,8	53.690	52,7	2.656.231	48,7
Minas Gerais	19.595	10,3	370	15,6	41.619	11,3	10.675	10,5	589.133	10,8
Rio de Janeiro	15.993	8,4	139	5,8	34.273	9,3	12.600	12,4	521.355	9,6
São Paulo	41.252	21,6	572	24,1	85.231	23,2	28.827	28,3	1.474.516	27,1
Sul	27.385	14,4	386	16,2	68.263	18,6	19.491	19,1	893.130	16,4
Centro-Oeste	14.050	7,4	244	8,9	32.637	8,9	7.524	7,4	495.240	9,1
Brasil	190.733	100	2.378	100	366.882	100	101.912	100	5.449.120	100

Fonte: MEC/INPE – Censo do Ensino Superior 2010

1- IBGE: Censo Populacional 2010

Na distribuição intrarregional das instituições, dos alunos e dos docentes do ensino superior as desigualdades continuam, contudo, não tão acentuadas como no plano nacional. Entre 1999 e 2010 há uma redução nas diferenças intrarregionais. Na região Nordeste, a Bahia que, em 1999, apresentava indicadores inferiores à sua participação na população regional, melhora seus indicadores em 2010 tornando mais igual a distribuição espacial. Embora possuísse 28% da população da região, em 1999, a Bahia detinha apenas 16,8% dos docentes doutores, 22,6% dos docentes totais e 20,7% dos alunos matriculados no ensino superior. Neste tipo de relação, a Bahia só é favorecida no número de instituições com 29,8% das IES do Nordeste.

Tabela 5 – Nordeste/Bahia: Dados da população e do ensino superior – 2010

Região/Estado	Pop. <sup>1</sup> (1000)	%	Nº de Instituições <sup>2</sup>	%	Docentes <sup>2</sup>	%	Docentes Doutores <sup>2</sup>	%	Alunos <sup>2</sup>	%
Nordeste	53.078	100	433	100	74.886	100	17.237	100	1.052.161	100
<i>Bahia</i>	14.021	26,4	116	26,8	18.293	24,4	3.855	22,5	248.280	23,6

Fonte: <sup>1</sup> – IBGE: Censo Populacional 2010.

<sup>2</sup> MEC/INEP – Censo do Ensino Superior 2010.



Tabela 6 – Nordeste/Bahia: Dados da população e do ensino superior - 1999

Região/Estado	Pop. <sup>1</sup> (1000)	%	Nº de Instituições <sup>2</sup>	%	Docentes	%	Docentes Doutores	%	Alunos	%
Nordeste	46.340	100	141	100	26.890	100	3.566	100	357.835	100
<i>Bahia</i>	12.993	28,0	42	29,8	6.082	22,6	598	16,8	73.785	20,7

Fonte: <sup>1</sup> – IBGE: Estimativa e projeções da população - 1999.

<sup>2</sup> MEC/INEP – Censo do Ensino Superior 1999.

No Estado da Bahia, considerando dados da população em relação ao ensino superior, percebe-se um desequilíbrio na distribuição, haja vista que a região metropolitana de Salvador concentra quase a totalidade das IES e mais de 2/3 do número de docentes e alunos. A tabela 3 abaixo mostra que Vitória da Conquista, na Região Sudoeste, é privilegiada em relação aos demais municípios do Estado. Contudo, quando esta análise é feita considerando o Território de Identidade, nota-se que a área de influência do Município de Vitória da Conquista do Estado apresenta indicadores do ensino superior inferiores em relação ao do Estado da Bahia. Entre 1999 e 2010, há uma nítida melhora nos indicadores de ensino superior do Município de Vitória da Conquista em relação ao Estado da Bahia.

Tabela 7 – Bahia/Vitória da Conquista: Dados da população e do ensino superior – 1999

Est./Município	Pop. <sup>1</sup> (1000)	%	Nº de Instituições <sup>2</sup>	%	Docentes <sup>2</sup>	%	Docentes Doutores <sup>2</sup>	%	Alunos <sup>2</sup>	%
Bahia	12.993	100	42	100	6.082	100	598	100	73.785	100
<i>V. Conquista</i> <sup>3</sup>	254	1,9	1	2,4	272	4,5	19	3,2	1.902	2,6

Fonte: <sup>1</sup> - IBGE: Estimativa e projeções da população - 1999.

<sup>2</sup> MEC/INEP – Censo do Ensino Superior 1999.

<sup>3</sup> Os dados do ensino superior relativos a Vitória da Conquista foram fornecidos pela UESB.

Cabe salientar que pela necessidade de escala e de compartilhar recursos comuns, o ensino superior tende a ser concentrado regionalmente, não sendo possível uma distribuição entre micro espaços regionais (municípios). Ao contrário do que ocorre com os serviços de um modo geral que tem uma boa distribuição espacial, os serviços de ensino superior tende a se estruturar em aglomerações especializadas.

Tabela 8 – Bahia/Vitória da Conquista: Dados da população e do ensino superior – 2010

Est./Município	Pop. <sup>1</sup>	%	Nº de	%	Docentes	%	Docentes	%	Alunos <sup>2</sup>	%
	(1000)		Instituições <sup>2</sup>		<sup>2</sup>		Doutores <sup>2</sup>			
Bahia	14.021	100	116	100	18.293	100	3.855	100	248.280	100
V da Conquista <sup>3</sup>	308	2,2	6	5,2	910	5,0	365	9,5	13.144	5,3

Fonte: <sup>1</sup> - IBGE: Estimativa e projeções da população - 1999.

<sup>2</sup> MEC/INEP – Censo do Ensino Superior 1999.

<sup>3</sup> Os dados do ensino superior relativos a Vitória da Conquista foram fornecidos pela UESB.

### 4.3 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A dinâmica de funcionamento da universidade no mundo contemporâneo torna esta instituição reconhecida não só como um centro de oferta de serviços de educação e investigação, mas também como um ator importante do desenvolvimento econômico e social. A influência da universidade sobre o desenvolvimento econômico se materializa de várias formas, dentre elas destacamos: na interação universidade empresa (U-E) com a formação de sistemas nacionais de inovação; na produção de conhecimento e formação de capital humano, contribuindo para mudanças incrementais na matriz institucional, influenciando as regras de comportamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico; na internacionalização da universidade com a exportação de tecnologia, conhecimento científico e serviços de educação superior; como força locacional, influenciando a localização geográfica das atividades econômicas no espaço e contribuindo para formação de polos regionais especializados; e através dos recursos financeiros movimentados para manutenção e investimentos das universidades.

Segundo Casarotto Filho (1998), há 25 anos, o paradigma dominante sustentava que a promoção do crescimento econômico era suficiente para garantir o desenvolvimento social. Contudo, o processo de concentração territorial dos investimentos econômicos e da renda mostrou que o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. Por isto, a partir da década de 70, a “compreensão do processo de desenvolvimento assumia características efetivas de processo, por meio da interação de três variáveis: *social*, em relação a sua equidade; *econômica*, através da eficiência; e *política*, com as garantias de liberdade (CASSAROTO FILHO, 1998, p. 92).

O conceito de desenvolvimento econômico passa, então, a relacionar-se às melhorias nos indicadores econômicos e sociais *per capita*. Enquanto o crescimento econômico pressupõe apenas aumento contínuo do produto global e *per capita*, o desenvolvimento econômico requer que este crescimento venha acompanhado de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos. Deste modo, para caracterizar o desenvolvimento econômico deveremos ter um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda per capita, nível de emprego, segurança, educação, expectativa de vida, distribuição de renda etc.

O indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou de um país é a renda *per capita*. As limitações deste indicador são evidentes e dispensam comentários. Contudo, deve-se observar que “a renda *per capita* considerada em conjunto com a distribuição de renda permite inferir o comportamento de praticamente todos os outros indicadores do nível de vida” (CLEMENTE, 2000a, p. 130). Uma outra linha de pensamento afirma que o desenvolvimento consiste em uma série de transformações da sociedade que se realizam em cadeia, de forma autossustentada. Isto quer dizer que o processo de desenvolvimento, uma vez desencadeado, apresentaria uma sequência de fases, cada uma criando as condições necessárias para a fase subsequente.

Discutir o conceito e as causas do desenvolvimento econômico demandaria tempo e esforço inacessíveis a este trabalho. Contudo, um elemento crucial para o desenvolvimento econômico nos dias atuais merece destaque. O rápido processo de desenvolvimento tecnológico, ocorrido no final do século passado, acelerou a competição econômica entre os países desenvolvidos. Em função disto, a posição dos países desenvolvidos passou a depender, cada vez mais, de sua capacidade de gerar e absorver inovações.

É neste contexto de inovação tecnológica que se concentram as modernas teorias de desenvolvimento econômico, Schumpeter (1982). A geração de novas tecnologias (inovações) está associada à investigação científica, à produção de conhecimento, que se encontra também dentro das universidades, e das instituições de ensino superior de um modo geral. O conhecimento tecnológico e o progresso técnico estão intimamente ligados ao desenvolvimento das economias capitalistas e, como parte deste conhecimento é produzido dentro das universidades, estas instituições são fundamentais para o desenvolvimento econômico. “As universidades, com seus programas de pesquisa, devem não apenas atender às demandas da sociedade, mas direcionar o desenvolvimento, oferecendo alternativas de

novas técnicas, novos métodos para agentes que integram o processo produtivo, causando melhoria no nível de vida da sociedade” (VALENTIM, 1997, p. 18).

#### 4.3.1 Inovação tecnológica e a interação universidade-empresa

Estudos e evidências empíricas têm apontado para uma forte correlação entre inovação tecnológica e crescimento econômico. Países e regiões que apresentam maiores taxas de crescimento e desenvolvimento econômico são aqueles que apresentam maiores taxas de desempenho em inovação e difusão tecnológica. A inovação é o grande motor do aumento da produtividade e o centro da agenda de política industrial dos países desenvolvidos. O processo inovativo que ocorre na empresa é determinante na produtividade e competitividade dos países. Os países com economias desenvolvidas têm forte atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) nas empresas, financiadas por elas próprias e pelo governo.

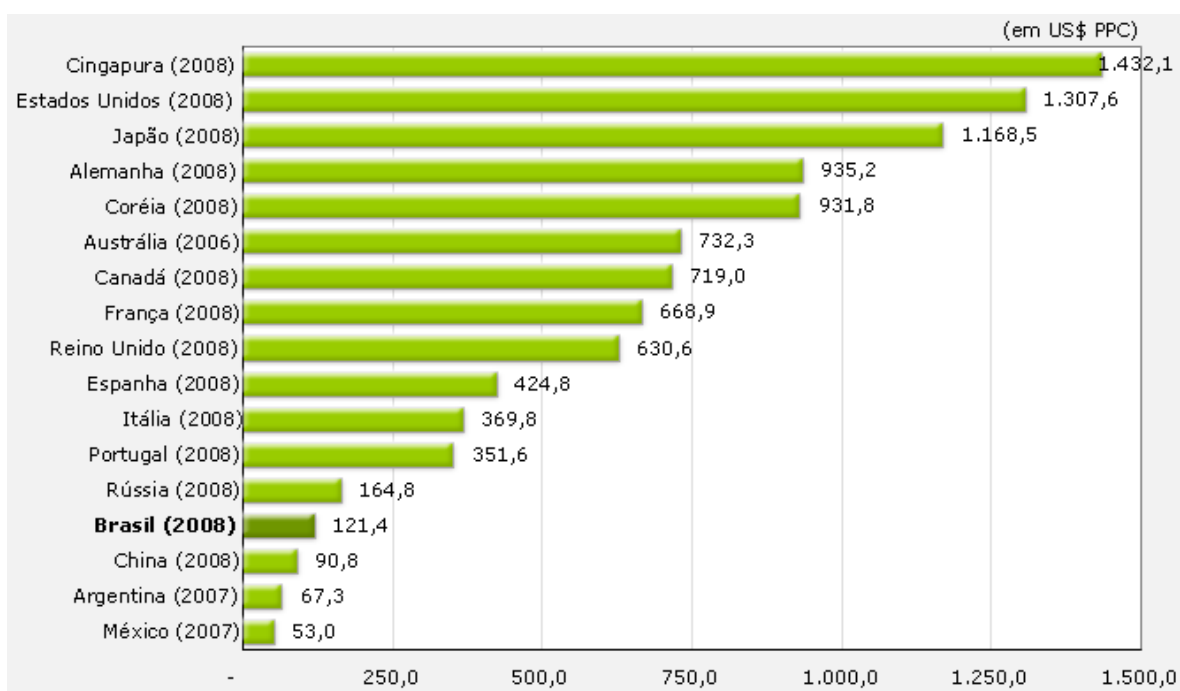
Tabela 9 – Investimentos em P,D&I como percentual do PIB, países selecionados - 2004

<b>PAÍS</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>GOVERNO</b>	<b>TOTAL</b>
Japão	2,4	0,6	3,0
Coréia	2,1	0,7	2,8
Alémanha	1,7	0,8	2,4
EUA	1,6	0,8	2,4
França	1,1	0,8	1,9
Canadá	1,0	0,6	1,6
Austrália	0,9	0,7	1,6
Reino Unido	0,8	0,6	1,3
Espanha	0,5	0,4	1,0
<b>União Européia</b>	<b>1,0</b>	<b>0,6</b>	<b>1,6</b>
<b>Total OCDE</b>	<b>1,4</b>	<b>0,7</b>	<b>2,1</b>
<b>Brasil (2005)</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>1,0</b>

Fonte: OCDE, 2007/1 e MCT

Alguns países mudaram drasticamente seu padrão de desenvolvimento econômico através de políticas industriais articuladas com as políticas de C,T&I. O exemplo mundial de sucesso de reversão da realidade sócio econômica a partir dos investimentos em educação e, como consequência disto, em ciência, tecnologia e inovação é a Coréia do Sul.

Gráfico 4 – Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), per capita, países selecionados, em anos mais recentes disponíveis.



Fonte: Organization for economic cooperation and Development. Main Science and Technology Indicators, 2010/1 e MCT, 2010.

Segundo Cruz (2008), o progresso tecnológico é influenciado por variáveis como a existência de gastos de pesquisa e desenvolvimento, a criação de instituições que protegem as inovações, estoque de capital e laboratórios disponíveis para pesquisa e educação.

O progresso técnico tem afetado não somente o crescimento, mas o entendimento do funcionamento das economias capitalistas e das relações sociais de produção. A abertura da estrutura produtiva das economias nacionais à competição internacional provoca e é provocada pelo vigoroso processo de transformação da base tecnológica.

Os processos de globalização trazem inúmeros desafios relacionados diretamente a este tema. O esforço tecnológico possui várias dimensões críticas e ao analisar a origem e a natureza das inovações, muitos autores concluem que as inovações transformam não apenas a economia, mas afetam profundamente toda a sociedade. Elas modificam a realidade econômica e social, além de aumentarem a capacidade de acumulação de riqueza e geração de renda. (CARNEIRO, 2008, p. 16).

A globalização, a liberalização do comércio e a revolução da informática têm alterado o mapa mundial em relação ao centro do poder econômico e político. Neste novo contexto, as empresas que desejam permanecer competitivamente no mercado devem atentar para a inovação constante e para a internacionalização em um mundo global (MEDAMERICA, 2010).

O aumento da concorrência e a intensa dinâmica tecnológica passaram a demandar crescentes investimentos em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). A inovação nas empresas é favorecida por avanço científico e boa formação de quadros (contribuição da universidade), mas também pelo estímulo às atividades de risco (empresa). O conhecimento científico e tecnológico e a inovação daí decorrente são patrimônios sociais que permitem gerar desenvolvimento sustentável, aumentar a produtividade e a competitividade do país (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010).

Embora o processo inovativo que resulta em maior competitividade e produtividade dos países ocorra geralmente na empresa, é na universidade, através da pesquisa básica, que está a gênese formadora desta cadeia. A Teoria da Inovação de visão Schumpeteriana considera a empresa como o *locus* da inovação e o empresário como o agente inovador, atribuindo pouca ou nenhuma importância à interação com a universidade neste processo. Abordagens recentes consideram a universidade como um agente privilegiado do processo de inovação e a interação com a empresa como elemento crucial da competitividade das nações. Além deste motivo, outras razões explicam a ampliação da interação entre universidade e empresa. Do lado da empresa: o custo crescente da pesquisa associada ao desenvolvimento de produtos e serviços; a necessidade de compartilhar o custo e o risco das pesquisas; elevado ritmo e redução do intervalo de tempo de introdução de inovações. Do lado da universidade: a dificuldade crescente de obtenção de recursos públicos e interesse da universidade em legitimar seu trabalho junto à sociedade, incorporando as funções de desenvolvimento

econômico e social às suas funções tradicionais de ensino, pesquisa e extensão (DAGNINO, 2004).

O fluxo de conhecimento entre ciência e tecnologia é fundamental para a inovação tecnológica. Quanto maior este fluxo maiores as possibilidades de inovação. Aumentar a interação entre ciência e tecnologia e a relação universidade-empresa é uma condição necessária para formação e fortalecimento de sistemas nacionais de inovação. A universidade, reconhecida como *lócus* da produção e difusão do conhecimento, interagindo em cooperação com empresas e governo, e se atuando firmemente na transferência de conhecimento e tecnologia para o setor produtivo contribui, de forma significativa, para precipitar uma inflexão no processo de inovação. As universidades (parte da infraestrutura científica) e as empresas (responsáveis pela dimensão tecnológica) são as principais instituições constitutivas do sistema nacional de inovação. A incipiente formação de capital humano nas áreas tecnológicas é apontada como um dos gargalos para a entrada definitiva do Brasil na chamada “Economia do Conhecimento”.

O sistema nacional de inovação impulsiona o progresso tecnológico em economias capitalistas complexas e viabiliza o fluxo de informações necessárias ao processo de inovação tecnológica. Albuquerque (1996) estabelece uma tipologia dos países quanto aos diferentes sistemas nacionais de inovação. A primeira categoria compreende países que se capacitam para se manterem na liderança do processo tecnológico internacional, são sistemas maduros que se mantêm na fronteira do conhecimento. Como exemplo desta categoria, podemos citar Estados Unidos, Alemanha e Japão.

A segunda categoria envolve países com elevado dinamismo tecnológico derivado de sua capacidade de difusão de inovações e não de produção de tecnologias. Os países da segunda categoria apresentam uma grande capacidade de assimilação de tecnologias e desenvolvimento de inovações incrementais. Esta categoria envolve dois tipos de países: pequenos e de alta renda, como Suécia e Dinamarca; e países asiáticos de desenvolvimento recente e acelerado, como Coreia do Sul e Taiwan.

A terceira categoria envolve países com incipiente base científica e tecnológica, nos quais o circuito do sistema de ciência e tecnologia não se completou. O sistema nacional de inovação destes países depende do acesso à tecnologia estrangeira. Em estágios diferentes nesta

categoria se encontram países como o Brasil, México e Argentina. O Brasil apresenta especificidades quanto ao seu sistema nacional de inovação, problemas como o marco regulatório, desigualdade entre os níveis de desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento e concentração espacial da base científica. O Brasil apresentou, em 2010, uma situação peculiar, para determinadas áreas do conhecimento, o Brasil integra a primeira categoria de países; em outras áreas, a segunda categoria de países; e para a grande maioria das áreas do conhecimento, o Brasil integra os países da terceira categoria.

Numa visão schumpeteriana, parte do desenvolvimento e investimentos das economias capitalistas líderes, que atuam na fronteira das tecnologias, é explicada pela apropriação do excedente gerado pela introdução de inovações. Em países em desenvolvimento como o Brasil, o processo ocorre de forma invertida, começando pela difusão de inovações e geração de inovações secundárias e, raramente, de inovações primárias. Como salienta Guimarães (2000) isso produz um hiato entre tecnologias em uso nos países desenvolvidos e tecnologias difundidas em países em desenvolvimento. Além disto, o país desenvolvido tem uma vantagem adicional que se refere à capacitação tecnológica e dos mecanismos de autorreforço decorrente da introdução de inovações primárias.

O estágio de evolução do sistema nacional de inovação é fundamental para o progresso tecnológico e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico de países e regiões e a universidade se constitui no principal elo deste sistema. Segundo Rapini et al. (2009), sistema nacional de inovação, reconhecido no meio acadêmico e entre instituições internacionais, como OCDE, compreende um arranjo institucional que envolve diversos participantes: firmas, com seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e suas redes de cooperação e interação; universidades e institutos de pesquisa; instituições de ensino; sistema financeiro capaz de apoiar o investimento inovativo; sistemas legais; mecanismos mercantis e não mercantis de seleção; governos; mecanismos e instituições de coordenação. Este arranjo institucional pode ser resultado de uma ação planejada ou resultante de decisões desarticuladas que se combinam em um processo sinérgico.

A interação entre dois dos componentes dos sistemas de inovação é estratégica: as universidades (e institutos de pesquisa públicos) e empresas, que refletem a interação entre ciência e tecnologia. Essa interação é de mão dupla, pois a ciência às vezes lidera ou às vezes é seguidora da inovação



industrial. É importante considerar que o avanço da ciência é beneficiado por questões e demandas levantadas pelas empresas. Por isso, um setor industrial com baixa motivação para inovar pode ser considerado um fator limitador do desenvolvimento científico do país. O que por sua vez torna-se um fator limitador da inovação industrial”. (RAPINI et. al., 2009, p. 2).

Na visão de Schumpeter (1982) o investimento é visto não como um mecanismo de crescimento e acumulação de capital e sim enquanto instrumento da inovação. A ideia original de Schumpeter é que a inovação tecnológica é o verdadeiro motor do desenvolvimento econômico. Métodos diferentes de emprego e não os aumentos na quantidade disponível de fatores mudaram a face do capitalismo nos últimos anos. Schumpeter busca entender a gênese e a dinâmica da própria inovação – o progresso técnico. O desenvolvimento consiste em empregar recursos de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não.

Na visão de Schumpeter, inovação é a quebra de rotinas do fluxo circular através da criação de novas e mais eficientes combinações. E os tipos de inovação são: desenvolvimento de um novo produto, ou de uma nova qualidade para um produto já existente; desenvolvimento de um novo processo produtivo, ou de uma nova logística comercial; desenvolvimento de novos mercados para bens já existentes; desenvolvimento de novas fontes de matérias-primas; desenvolvimento de uma nova organização industrial, visando, por exemplo, o monopólio.

A inovação é tida como uma nova função de produção. Associa-se, assim, ao progresso técnico quantificável em termos de produtividade. Para Schumpeter (1982) a principal fonte do crescimento econômico é a inovação introduzida pelas empresas. A inovação é concebida como resultado da atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que, geralmente, é realizada na universidade. O grande e único responsável pela inovação é o empresário. Daí a relação entre universidades e empresas, fundamental para a inovação e, conseqüentemente, para o crescimento econômico. A inovação não surge de maneira espontânea, é necessário investir em pesquisa e desenvolvimento para que ela ocorra. Mesmo Schumpeter, que antes rejeitava a indução do processo inovativo, argumenta que o núcleo da inovação se encontra na grande empresa multinacional que realiza elevados gastos em pesquisa e desenvolvimento. Os neo-schumpeterianos defendem que a inovação é fruto de um conjunto amplo de relações com destaque para a universidade e a empresa.

A forte correlação entre nível de PIB per capita e o percentual de gastos em pesquisa e desenvolvimento e entre crescimento econômico e inovações pressupõe a existência de uma função de produção de inovações. Elaborada por Cruz (2008), baseada em Griliches (1979), a função de produção de inovação assume que os insumos prováveis são educação, pesquisa e desenvolvimento, variáveis diretamente relacionadas ao produto das universidades.

$$I_{RD} = RD^{\gamma} HC^{\phi}$$

onde  $I_{RD}$  é uma medida de inovações,  $RD$  gastos em pesquisa e desenvolvimento e  $HC$  o nível de capital humano.

Considerando que algumas inovações dependem de grandes investimentos em equipamentos de laboratórios sofisticados, inclui o estoque de capital físico ( $K$ ) dedicado à pesquisa e desenvolvimento na função de produção de inovação.

$$I_k = RD^{\gamma} HC^{\phi} K^{\lambda}$$

A pesquisa básica e o desenvolvimento tecnológico (P&D) em universidades geram externalidades para o setor produtivo. Há um efeito transbordamento, a princípio para grandes empresas, no qual os gastos em P&D se traduzem, na empresa, em produtos ou processos inovadores ou na obtenção de uma nova tecnologia. Em um segundo efeito transbordamento as pequenas empresas acabam se beneficiando dos produtos e processos inovadores. “Grande parte das novas tecnologias adotadas pela empresa veem de outras empresas ou institutos. Das pequenas empresas que obtiveram uma inovação em processo, o principal responsável, em 86% dos casos, foi uma outra empresa ou instituto”. (CRUZ, 2008, p. 441).

Os transbordamentos do conhecimento e a difusão tecnológica são fundamentais para a inovação na pequena empresa. A pequena empresa se beneficia de atividades inovadoras realizadas em grandes empresas, e isto é importante porque “pequenas empresas apresentam uma taxa de inovação padronizada (número de inovações por empregado) muito alta, entretanto uma pequena taxa de inovação total comparada com grandes empresas”. (CRUZ, 2008, p. 440).

Os investimentos da universidade em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e os efeitos transbordamento podem levar a uma concentração espacial de empresas inovadoras que, na presença de externalidades locais de novas tecnologias, pode ter impactos dinâmicos positivos para as regiões menos desenvolvidas, afetando as desigualdades regionais. “A difusão de inovações tem papel importante para regiões menos desenvolvidas, enquanto a taxa de inovação afeta positivamente regiões mais desenvolvidas”. (CRUZ, 2008, p. 450). Neste sentido, a política para regiões menos desenvolvidas deveria focar na adoção de tecnologias já estabelecidas ao invés de estimular a inovação, que seria a política mais apropriada para as regiões desenvolvidas.

Em países e regiões menos desenvolvidas as universidades cumprem um papel específico. A infraestrutura científica das universidades atua como uma “antena” na identificação das oportunidades tecnológicas, serve como instrumento de apoio para o desenvolvimento industrial, promovendo conhecimento necessário para a entrada em setores estratégicos, e serve como fonte para soluções de problemas específicos não disponíveis no mercado internacional (como vacinas para doenças endêmicas, por exemplo).

As transformações nos modos de produção e o processo de globalização impõem à relação universidade-empresa um papel determinante no desenvolvimento de países e regiões. As universidades antes fechadas às suas atividades fins e voltadas para o seu público interno tem que se adaptar a um mundo que exige dela um papel de destaque e vanguarda. Para Carvalho e Chaves (2007, p. 5) “a interação entre universidades e empresas é o componente-chave para o processo de inovação de uma determinada região. Este processo permite que a região inovadora cresça e se desenvolva”.

A relação universidades e empresas possibilita de alguma forma o avanço tecnológico capaz de propiciar o crescimento econômico de uma determinada região. Uma economia pode se desenvolver se estimular o processo inovativo em seu cotidiano de políticas e atividades produtivas. Além do mais, as universidades, estruturadas de forma a serem capazes de executar atividades de pesquisa visando produzir novos conhecimentos científicos, se tornarem fundamentais para o desenvolvimento tecnológico. (CARVALHO E CHAVES, 2007, p. 6).

Para Luzón Benedicto (2008) as universidades e centros tecnológicos são elementos chave na competitividade das empresas de seu entorno devido à sua capacidade de gerarem conhecimento de alto valor agregado, que pode e deve ser transferido às empresas, potencializando a inovação constante sem, contudo, abandonar ou diminuir a importância da pesquisa básica.

Um produto comum da relação universidade-empresa é a formação e consolidação de polos tecnológicos. A proximidade geográfica e a concentração de empresas é um fator importante para intensificar esta relação e produzir maiores efeitos de transbordamento (*spill-overs*) das inovações. No mundo contemporâneo, altamente competitivo, o processo de inovação é, cada vez mais, vital não só para a empresa, mas também para o polo tecnológico. A “interação entre as empresas e as instituições de ensino exerce grande importância, pois, a partir dessa interação, as empresas dão continuidade a sua rotina inovativa”. (CARVALHO e CHAVES, 2007, p. 6). Como os polos tecnológicos são constituídos, geralmente, por empresas de pequeno e médio porte que não têm condições nem capacidade para as atividades de P&D, as universidades cumprem um papel crucial para, em conjunto com estas empresas, atuarem como uma empresa de grande porte e conduzirem o processo de desenvolvimento.

As universidades, para esta autora, são consideradas o ponto de partida para a criação das empresas de base tecnológica do polo. Para muitas empresas, o acesso ao conhecimento científico propiciado pelas universidades, na maioria das vezes, se torna um requisito de sobrevivência. (CARVALHO e CHAVES, 2007, p. 6).

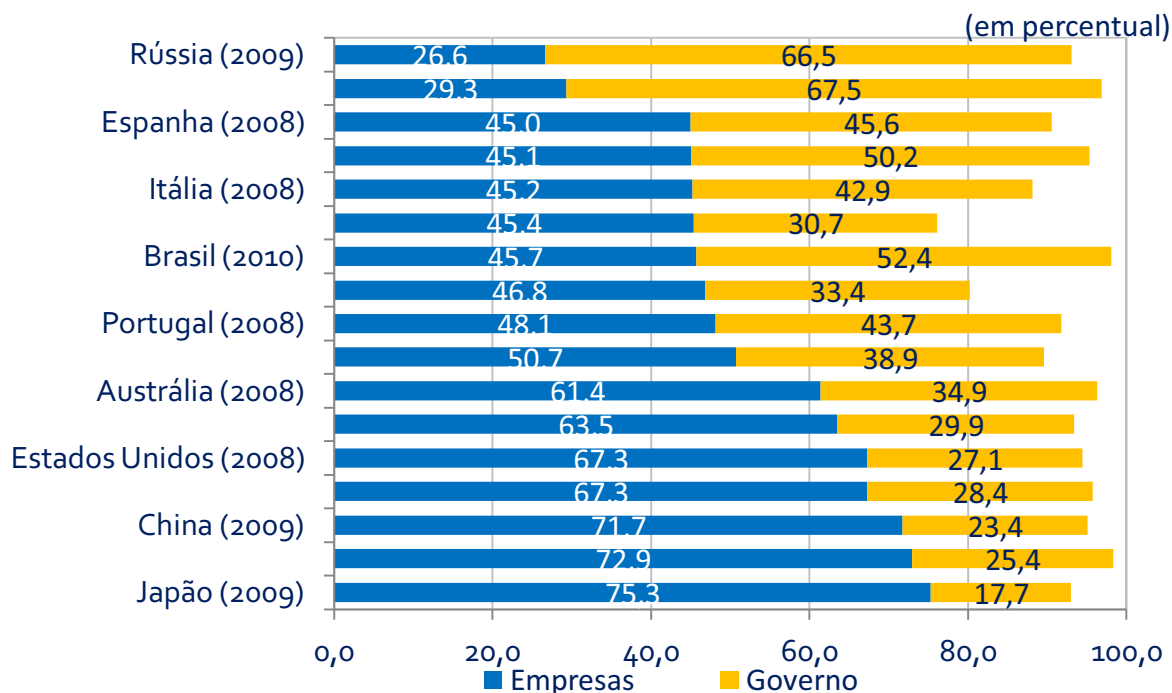
#### 4.3.1.1 Promoção da Inovação na Empresa

Segundo dados da Comunidade Europeia, o Brasil ocupa a 41ª posição no ranking global de inovações entre 47 países analisados. Distante das principais economias do mundo, mas em melhor posição que o México, a Argentina e a Índia e próximo da China (33ª colocada) (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010). A baixa escolaridade superior no Brasil explica esta posição: entre a população com 25 a 34 anos, apenas 10% completaram a educação superior (na Coreia do Sul este percentual chega a 56% e no Japão, 55%). Metade dos gastos em P&D é realizado pelas empresas, em torno de 0,5% do PNB, percentual igual ao da África do Sul. A participação dos gastos em P&D como proporção do PNB era, em 2006, de 2,6% no Japão, 1,8% na Alemanha e Estados Unidos.

Os investimentos em P&D, que foram definitivamente incorporados às agendas governamentais nos anos 90, como proporção do PNB, além da distância em relação aos países industrializados, apresenta uma forte concentração dos investimentos em determinados setores produtivos. Os setores que mais investem em P&D, como os de material eletrônico e farmacêutico, têm participação menos relevante no Brasil do que em economias desenvolvidas.

Um dos grandes entraves à incorporação da inovação na estrutura produtiva brasileira decorre da baixa taxa de investimento em P&D nas empresas. No Brasil, 45,7% do gasto em P&D é feito na empresa enquanto nos países mais dinâmicos tecnologicamente (EUA, Alemanha, China, Coreia do Sul e Japão) esta proporção está perto de 70%, o que demonstra que a participação do setor empresarial nos esforços tecnológicos brasileiros está aquém dos níveis observados internacionalmente. (MCTI, 2011).

Gráfico 5 – Porcentagem do gasto total em P&D realizado pelas empresas e pelo governo – Países selecionados

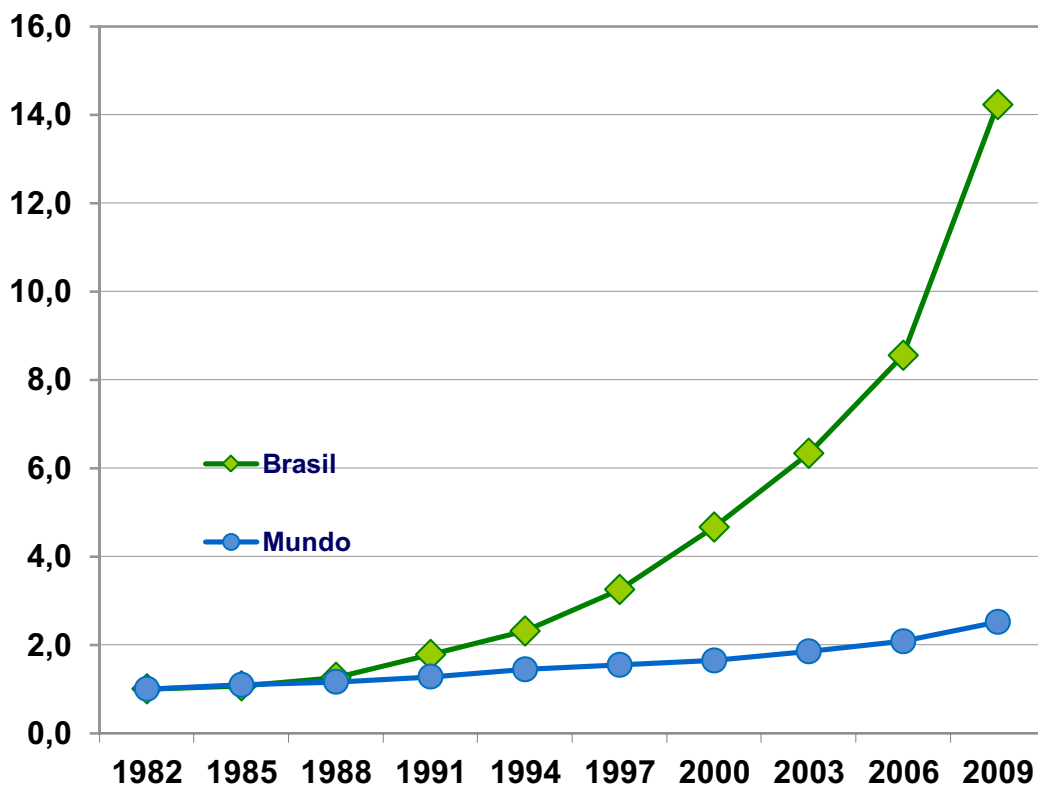


Fonte: MCTI, 2011

Além da baixa taxa de inovação, boa parte das inovações realizadas pelo setor produtivo brasileiro está relacionada com inovações de processo – majoritariamente baseadas na aquisição de tecnologias incorporadas em máquinas e equipamentos – ou a inovações adaptativas. “No Brasil, a maior parte dos pesquisadores está nas instituições de ensino superior – 67,5% do total em 2010 – enquanto nas empresas essa proporção é de apenas 26,2%, bastante abaixo dos índices correspondentes aos Estados Unidos, Coreia, Japão, China, Alemanha, França e Rússia.” (MCTI, 2011, p. 42).

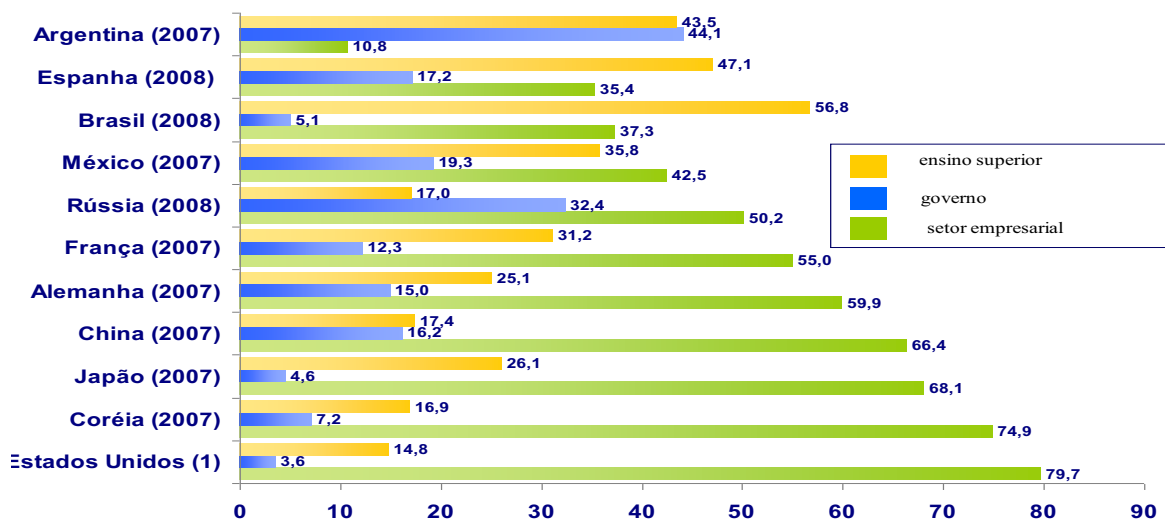
Enquanto o Brasil apresenta a 41ª posição no ranking global de inovações, ocupa o 13º lugar na produção científica, com 2,7% da produção global. Nos últimos anos, a curva da produção científica do Brasil se desloca da curva dos demais países (como pode ser observado pela derivada da curva no gráfico abaixo). O número de publicações aumentou 205% entre 2000 e 2009 (de 10.521 artigos em 2000 à 32.100 artigos em 2009). O crescimento médio anual de 10,5% em 28 anos, três vezes superior ao da média mundial.

Gráfico 6 – Crescimento da produção científica brasileira, 2000 - 2009



O desempenho brasileiro na produção científica não se verifica nas inovações. Isso significa que somos muito bons para transformar dinheiro em conhecimento (fomento à ciência e tecnologia), mas ainda fracos para transformar conhecimento em dinheiro (inovação). Este dado revela uma característica básica que se constitui no principal obstáculo para a construção do sistema nacional de inovação: o distanciamento entre universidades e o setor produtivo brasileiro. Enquanto apresentamos uma produção científica relativamente considerável, poucos destes artigos científicos se materializam em inovações e dão direito a requerimento de patentes. Isto mostra a falta de vínculo entre a produção científica nacional e o desenvolvimento das atividades produtivas. O Brasil possui uma baixa relação de doutores por milhão de habitantes - em torno de 700 doutores por milhão de habitantes, enquanto a média mundial é de 1.100, e nos países desenvolvidos em torno de 3.500. Além deste indicador estar abaixo da média mundial, o Brasil possui um agravante que dificulta a incorporação da inovação ao processo produtivo: ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, nossos pesquisadores estão atuando, predominantemente, no ensino superior ao invés de estarem nas empresas.

Gráfico 7 - Percentual de distribuição dos pesquisadores, em equivalência de tempo integral, por setor institucional, 2008 – em % de pesquisadores



Fonte: OECD, Main Science and Technology Indicators, 2009/2 e Brasil: MCT  
 Nota (1): valores mais recentes disponíveis

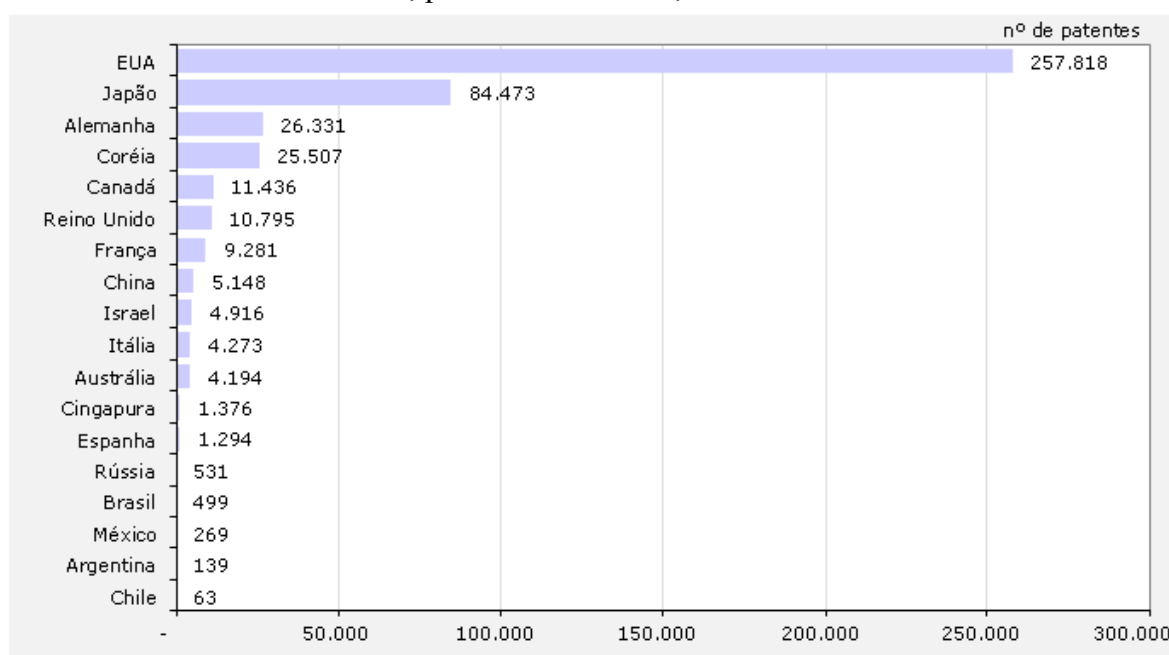
A posição ocupada pelo Brasil no sistema internacional de C,T&I apresenta internamente uma forte desigualdade. Como proporção do PIB, os investimentos em P&D do Estado de São Paulo alcançam, em 2008, 1,52% do PIB estadual (aproximadamente 15,5 bilhões de reais), superando China, Índia, Brasil, Itália, Espanha e todos os países da América Latina. Enquanto o Brasil forma por ano 56 doutores por milhão de habitantes, o Estado de São Paulo forma 114 doutores por milhão de habitantes. São Paulo forma 48% dos doutores brasileiros, concentra 30% dos que estão em atividade de pesquisa, produz 50% dos artigos científicos e recebe, em média, mais de 20% dos recursos das agências federais de fomento à Ciência e Tecnologia. (FAPESP, 2010).

Além disso, o sistema nacional de C,T&I apresenta algumas características internas que dificulta o avanço do sistema e resulta em menor competitividade internacional nesta área. Problemas como: concentração espacial da base científica e tecnológica; marco regulatório inadequado para o financiamento do sistema de C,T&I; ações desarticuladas entre os agentes do sistema; apenas 10% dos egressos da educação superior tem formação em ciências e engenharias; baixos investimentos públicos (e o setor privado que investe em inovação



restringe-se, quase que exclusivamente, às grandes empresas); as empresas dedicam parcela muito reduzida dos lucros para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e desigualdade entre os níveis de desenvolvimento entre as diferentes áreas do conhecimento. O resultado disto é uma baixa taxa de inovação na empresa, o quadro abaixo mostra o número de pedidos de patentes de invenção depositados no escritório de marcas e patentes dos Estados Unidos da América, em 2008.

Gráfico 8 - Pedidos de patentes de invenção depositados no escritório de marcas e patentes dos Estados Unidos da América, países selecionados, 2008.



Fonte: United State Patent and Trademark Office (USPTO). Disponível em <http://www.uspto.gov/about/stratplan/arlinindex.jsp>

A distância entre a posição que o Brasil ocupa no ranking internacional da produção científica (13<sup>a</sup>) e das inovações (41<sup>a</sup>) decorre da insuficiente interação entre universidade e empresa e baixa capacidade inovativa das empresas brasileiras. Os mecanismos criados nos últimos anos para aproximar as empresas do conhecimento gerado nas universidades são inadequados, burocráticos e apresentam resultados tímidos.

A dissociação entre o avanço científico e a incorporação do progresso tecnológico à base produtiva, especialmente no segmento industrial, expressa-se também no atraso relativo do País no registro de patentes nas

instituições internacionais especializadas, embora esse seja indicador imperfeito. O Brasil em 2010, depositou 584 patentes, de todos os tipos, no Escritório de Marcas e Patentes dos Estados Unidos, enquanto as economias mais avançadas ou aquelas de porte similar à brasileira ostentaram valores mais elevados, como segue: Estados Unidos 254.895, Japão 84.842, Alemanha 28.157, Coreia 26.648, Reino Unido 11.852, França 10.641 e Itália 4.576. (MCTI, 2011, p. 42).

#### **4.3.2 Universidades, incubadoras de empresas e *spin-offs***

A relação entre universidades e empresas pode ser feita, e de forma umbilical, através de uma incubadora de empresas. A incubadora, muitas vezes mantida por uma universidade, constitui-se em um arranjo institucional que oferece espaço físico e ambiente adequado para abrigar temporariamente micro e pequenas empresas; assessoria para gestão técnica e empresarial; infraestrutura e serviços básicos a serem compartilhados entre as empresas incubadas; suporte técnico; cursos para complementação e formação do empresário empreendedor; acesso a fornecedores, linhas de financiamento e programas de apoio; e serviços de acompanhamento, avaliação e orientação, entre outros. Este sistema de proteção contribui para indução e aceleração do processo de inovação tecnológica.

Segundo Wolffenbüttel (2001, p. 12), “as incubadoras de empresas são definidas como um espaço físico configurado para abrigar empreendimentos nascentes, principalmente de base tecnológica, constituindo-se também num importante palco para a interação entre a universidade e o setor produtivo”. Para Medeiros *et al* (1992) incubadora de empresas é:

um núcleo que abriga, usualmente, microempresas de base tecnológica, isto é, aquelas que têm no conhecimento seu principal insumo de produção. Trata-se de um espaço comum, subdividido em módulos, que costuma localizar-se próximo a universidades ou institutos de pesquisa para que as empresas se beneficiem dos laboratórios e recursos humanos dessas instituições (MEDEIROS *et al*, 1992, P. 37).

As incubadoras, como geralmente estão ligadas a uma universidade, constituem-se em um esforço de transferência de tecnologia para a sociedade. A incubadora acaba sendo a expressão primeira e experimental da relação universidade-empresa. Constituindo-se como um ambiente favorável às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação assumem o papel tanto de efeito-demonstração como de aceleração da introdução de inovações nas empresas. Além disso, a aglomeração espacial das empresas incubadas faz com que as pesquisas e novas tecnologias disponíveis nas universidades possam ser acessíveis a potenciais empreendedores, sejam eles cientistas ou não.

As incubadoras de empresas facilitam a aproximação do empreendedor com outras organizações fomentadoras das atividades de pesquisa científica e tecnológica. Universidades e institutos de pesquisa podem oferecer laboratórios, espaço físico para pesquisa e a experiência de seus pesquisadores que praticamente são inacessíveis quando a pequena empresa busca de forma isolada e desarticulada.

Cabe à incubadora viabilizar a aproximação entre universidades, institutos de pesquisa, mercado, clientes, fornecedores e os incubados, de tal sorte, que a relação possibilite ganho a todos os participantes, conseqüentemente, o desenvolvimento nacional. (DIAS, 2006, p. 2-3).

Segundo Wolffenbüttel (2001, p. 23), as incubadoras podem ser de três tipos:

de Base Tecnológica: abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, na qual a tecnologia representa alto valor agregado; de Empresas dos Setores Tradicionais: abriga empresas ligadas aos setores tradicionais da economia que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento em seu nível tecnológico; de Empresas Mistas: abriga empresas dos dois tipos anteriormente descritos.

As pesquisas realizadas pelas universidades públicas além de expandir o estoque de conhecimento da sociedade dão origem ao progresso técnico e ao surgimento de novas empresas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico. “As atividades de pesquisa são parte integral da economia, estabelecida firmemente e usufruindo de uma taxa de

crescimento que coloca o PNB em situação envergonhada” (SCHULTZ, 1971, p. 193). Segundo Schultz (1971), a pesquisa é uma atividade especializada que exige capacitações especiais para descobrir e desenvolver formas especiais de uma nova informação, parte da qual recebe propriedades de informação econômica.

Segundo Hansen (2000), as pesquisas realizadas nas universidades, além de aumentar a propensão de atividades inovativas, desempenham um papel importante na concentração geográfica da produção. Neste sentido, as atividades de pesquisas constituem-se também em um importante instrumento de desenvolvimento regional. Varga (2000) salienta que como reconhecimento da importância das pesquisas para o desenvolvimento regional e incentivado pela história de sucesso do Vale do Silício os investimentos em pesquisa realizados pelas universidades americanas aumentaram de US\$ 7 bilhões em 1980 para US\$ 17 bilhões em 1993. Segundo Varga, é crescente os gastos dos governos regionais que envolvem de alguma forma, pesquisas nas universidades. Em Coburn, 30% do orçamento de 1994 foi diretamente para as universidades localizadas neste estado, para o desenvolvimento de programas tecnológicos.

Muitas empresas surgem a partir do desenvolvimento de pesquisas. “Em Massachusetts, por exemplo, vários clusters tiveram sua origem em pesquisas feitas pelo MIT ou pela Harvard” (Porter, 1998a, p. 84). Além disto, as pesquisas estimulam o empreendedorismo, dando origem à *spin-offs* universitários. Segundo Gonçalves e Diniz (1999), *spin-off* universitário é o processo pelo qual empresas são criadas por pesquisadores (alunos ou professores) a partir de pesquisas desenvolvidas na universidade<sup>14</sup>. Como exemplo de *spin-off* universitário podemos citar o caso da Quiral Química, formada por 2 professores do Departamento de Química da UFJF. Esta empresa empregava 23 funcionários em 1997, e seu faturamento previsto para este mesmo ano era de R\$ 3 milhões (Gonçalves; Diniz, 1999). O Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) deu origem a vários *spin-offs* na cidade de São José dos Campos (DINIZ; GONÇALVES, 2000).

---

<sup>14</sup> Para Amato Neto (2000), *spin-off* é o processo pelo qual novas e pequenas empresas surgem com raízes em outras.

### 4.3.3 *Inputs e Outputs da Universidade*

As instituições de ensino superior se caracterizam pelos múltiplos serviços que proporcionam. Elas não operam competitivamente em mercados de produtos; contudo, geram múltiplos bens e serviços, nem todos diretamente observáveis. O objetivo deste sistema produtivo é a maximização de bem estar social através da transformação de *inputs* em *outputs*. Devido à caracterização de multi-produção das universidades, o rateio dos diversos recursos que elas utilizam para gerar os diferentes bens e serviços, ao final de seus processos produtivos, é problemático. Isto se deve à existência de outros mecanismos sociais gerando os mesmos bens e serviços, atuando sobre os mesmos recursos e para os mesmos usuários a que as universidades se dedicam. “Alunos aprendem tanto na escola quanto fora dela, e é impossível ratear a adição de conhecimento entre as suas possíveis origens” (MARINHO, 1996, p. 124).

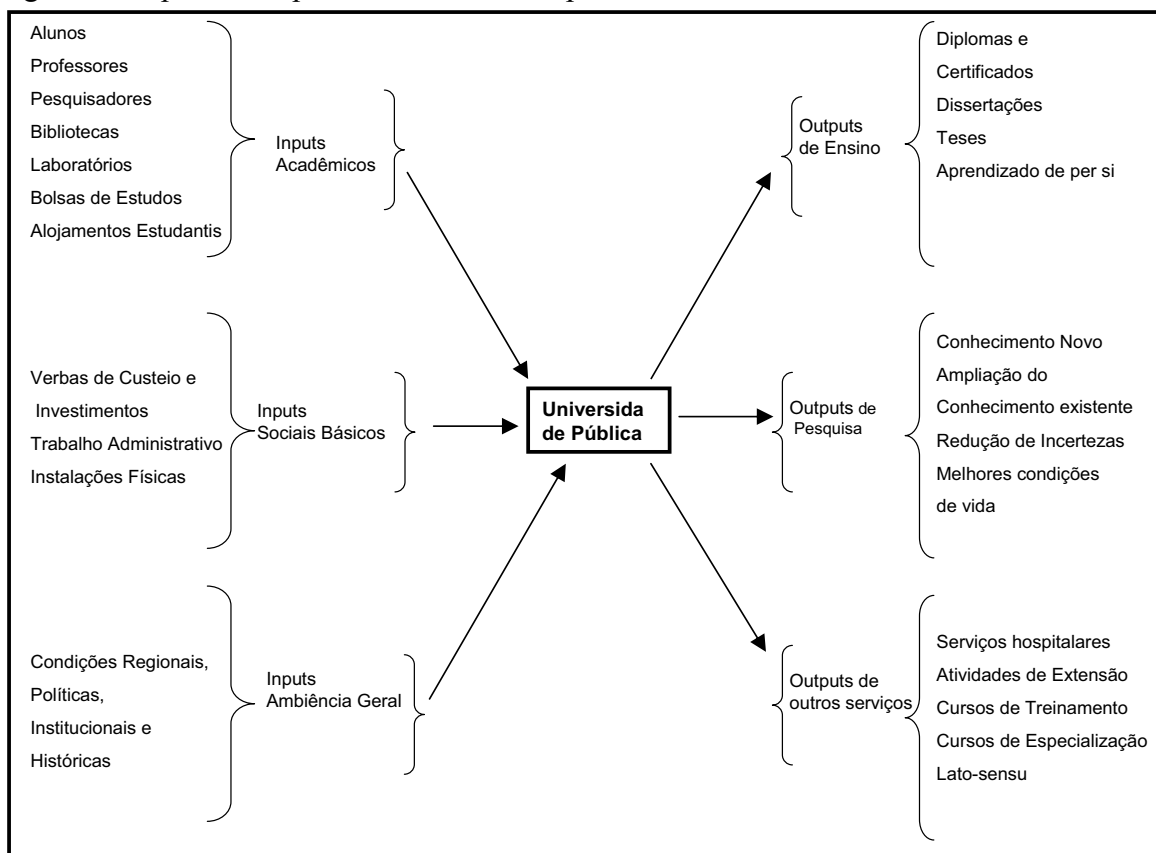
Segundo Marinho (1996), os *inputs* que as universidades públicas utilizam são de três tipos: “acadêmicos”, “sociais básicos” e “ambiência geral”. O principal *input* “acadêmico” é o alunado, seguido de professores, laboratórios, bibliotecas, bolsas de estudo e os alojamentos estudantis. Os *inputs* “sociais básicos” seriam aqueles relacionados à manutenção das atividades básicas das organizações, principalmente as verbas de custeio e investimento, a força de trabalho administrativa e as instalações físicas. Os *inputs* relacionados à “ambiência geral” referem-se às condições regionais, políticas, institucionais e históricas.

Apesar da multiplicidade de bens e serviços gerados pela universidade pública há um consenso quanto aos seus principais *outputs*. Eles são de três tipos: ensino, pesquisa e serviços. Os *outputs* do ensino são identificados pelos diplomas e certificados, pelas teses e dissertações e pelo próprio aprendizado *de per se*. Os *outputs* de pesquisa se caracterizam pela “adição líquida ao estoque de conhecimento disponível na sociedade” (MARINHO, 1996, p. 126). Os *outputs* dos serviços referem-se à prestação de serviços hospitalares, às atividades de extensão e aos cursos de treinamento e especialização *lato sensu*. A figura 7 esquematiza o processo de transformação de *inputs* em *outputs* pela universidade pública.

Os *outputs* mencionados acima são os mais importantes, mas não são os únicos. O ensino, a pesquisa e a extensão relacionam-se à produção da universidade pública, que é “pública” no

sentido *lato*, ou seja, destinada ao povo, à coletividade. Neste sentido, o produto de uma universidade federal brasileira destina-se a todo o povo brasileiro; o ensino, a pesquisa e a extensão são extensivos a toda Nação. Contudo, parte dos produtos da universidade pública se revelam mais intensos nas economias onde estas instituições estão localizadas. É o caso, por exemplo, dos gastos financeiros relacionados ao funcionamento destas instituições. A maioria destes gastos e todos os seus desdobramentos se repercutem com maior força sobre a economia dos municípios que possuem uma universidade pública em suas fronteiras.

Figura 6 – *Inputs e Outputs* da universidade pública



Fonte: Elaboração própria

#### 4.4 A INFLUÊNCIA DA UNIVERSIDADE NA DINÂMICA URBANA

A democratização do acesso ao ensino superior em países como o Brasil e Espanha, ao longo da década de 70, levou à criação de novos centros universitários em cidades médias. Este processo permitiu desconcentrar espacialmente a oferta de serviços de ensino superior, antes

concentrado nos grandes centros urbanos, levando oportunidades de ensino e condições para o desenvolvimento nas cidades médias. As universidades influenciam a dinâmica urbana, econômica e social das cidades de um modo geral e especialmente das cidades médias e pequenas.

A implantação da universidade em uma cidade pode se dá através de *campus* periférico, isolado do tecido urbano consolidado, ou através de *campus* urbano concentrado. A palavra *campus*, segundo Sanfeliu (2011), refere-se à localização periférica de tipologia monástica, separado do tecido urbano.

Este modelo periférico supone la concentración de equipamientos e instalaciones universitarias fuera de la ciudad, una concentración de recursos del saber y de la tecnología que facilita el propio funcionamiento y la interconexión de las diferentes dependencias y departamentos de la universidad, y de la universidad con las otras universidades, centros de conocimiento y lugares de utilización de este conocimiento. (SANFELIU, 2011, p. 4).

Na visão de Sanfeliu, o modelo periférico possui limitações quanto à sua capacidade de influenciar a dinâmica urbana. Além do modelo periférico e concentrado, um terceiro modelo seria o de *campus* urbano disperso que implica na dispersão de equipamentos e instalações no tecido urbano. É o caso, na Espanha, da Universidade de Alcalá (em Henares); de Salamanca, (na cidade de Ávila); de Castilla-La Mancha, (em Toledo) e da Universidade de Sevilha (em Sevilha). No Brasil, temos o caso da Universidade Federal da Bahia (em Salvador).

Na região da Catalunha, na Espanha, predomina a tipologia de *campus* urbano disperso, imerso no tecido urbano. Nessa região, a implantação dessa tipologia de *campus* tem um papel chave nas estratégias de dinamização urbana de áreas centrais em desuso ou degradadas. Esse é o caso, por exemplo, da Faculdade de Filosofia, Geografia e História da Universidade de Barcelona, atuando como dinamizadora do centro da cidade.

No *campus* urbano disperso há uma perda do efeito “concentração” dos recursos universitários, porém, há uma maior capacidade de estruturação e dinamização urbana. O *campus* se converte em um elemento de regeneração urbana, de reabilitação patrimonial ou de

criação de novas centralidades. “Se trata de universidades que se diluyen dentro de la ciudad – en muchos casos con sedes en los núcleos históricos – sin buscar conexiones funcionales directas, de manera que no conforman un conjunto compacto” (SANFELIU, 2011, p. 5).

O núcleo urbano, ou cidade, caracteriza-se como o elemento organizador das relações de troca onde se desenvolve as atividades produtivas e de consumo e constitui-se como área geográfica espacialmente delimitada de forte interação entre produtores e consumidores. As cidades atuam primordialmente como centro de serviços para o interior próximo a ela. Estes serviços centrais, conforme (RICHARDSON, 1975), podem ser classificados em ordem superior e inferior, obtendo-se uma hierarquia baseada no tamanho, nas funções dos centros e nas distâncias interurbanas. Estas condições constituem-se como o principal indicador de seu poder de centralidade e de capacidade de polarização.

Conforme Lemos, Guerra e Moro (2003, p. 3), “à medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais, com suas áreas de mercado, está aberto a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais com níveis diferenciados de integração econômica”. A partir de um determinado porte, o lugar central tende a se constituir como um centro de consumo coletivo. Os serviços oferecidos pela universidade pública são de ordem superior, especializados, não exportáveis e de características intransportáveis. Estes serviços tendem a atrair pessoas dos lugares de menor densidade urbana (produtores de serviços de ordem inferior) que constitui a área de influência do lugar central, que por sua vez caracteriza-se como de base exportadora. A polarização de um lugar central decorre da dinâmica específica dos serviços (entre eles o de ensino superior). Os serviços levam a uma hierarquização urbana que é replicada no espaço enquanto um processo de dominação econômica entre regiões e resulta na existência de regiões polo e regiões dominadas.

Os estudos de Lopes (2003, 2008, 2010 e 2011), mostrando a importância da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, para a cidade de Vitória da Conquista, cidade média do Nordeste brasileiro, se assemelham ao de Sanfeliu (2011), mostrando a importância da Universidade de Lleida para a cidade de Lleida, na Catalunha – Espanha. Os dois chegam a conclusões parecidas. A comparação é interessante porque tanto as universidades analisadas quanto as cidades guardam semelhanças quanto aos seus indicadores econômicos e demográficos.



Os trabalhos de Lopes (2011) e Sanfeliu (2011) abordam a influência da universidade sobre as cidades médias em seus aspectos econômicos, sociais e urbanos. Sendo que Sanfeliu dedica atenção especial à estrutura, tecido e dinâmica urbana. Para ele as universidades alteram o entorno urbano no sentido físico, social e cultural e representa um importante instrumento da regeneração urbana, criando novas centralidades urbanas. Os trabalhos de Lopes destacam a influência da universidade na localização das atividades econômicas no espaço urbano. Contudo, sem a profundidade do trabalho de Sanfeliu na questão espacial, Lopes aborda, de forma destacada, a influência da universidade para a economia das cidades em seus aspectos econômicos (financeiros), institucionais e espaciais.

Sanfeliu (2011) aborda o caso da Universidade de Llieda. Um caso de campus urbano disperso no tecido urbano, construído não de forma planejada, mas como resultado de um processo histórico. A comunidade universitária de Llieda, formada por 5 (cinco) campi (sendo que 4 formam um eixo universitário), representa 7,5% da população da cidade e é responsável por expressiva fatia da economia local. A Universidade é a terceira maior em número de empregos na cidade. Os gastos na economia local de alunos, professores e funcionários e investimentos da instituição somam 161,88 milhões de euros, e um impacto sobre a produção e a renda local de 241,31 e 134,96 milhões de euros, respectivamente.

A estrutura de campus disperso possibilitou a qualificação dos espaços urbanos em seu conjunto e de forma bem distribuída, o que reflete na criação de uma imagem da cidade. Uma externalidade da Universidad de Llieda, articulada conjuntamente com a administração local (interação universidade-empresa-governo), foi o recente desenvolvimento do Parque Científico y Tecnológico Agroalimentario de Llieda “que pretende consolidar en la ciudad una plataforma de investigación aplicada sobre el sector agroalimentario de referencia europea” (SANFELIU, 2011, p. 7). Embora o modelo de *campus* universitário disperso possua vantagens em relação a arquitetura e imagem da cidade, permitindo uma melhor distribuição espacial das atividades econômicas, tem uma desvantagem que é a menor eficiência em relação à produção e difusão do conhecimento comparado com o *campus* periférico ou concentrado.

As aglomerações urbanas podem ser explicadas a partir do princípio da centralidade, na qual as relações entre os agentes econômicos dão origem a um lugar central. O lugar como centro de produção no espaço decorre de duas forças básicas: dos custos de transportes e das

economias de escala. A condição básica do princípio de centralidade, na ótica da oferta (produção), se dá quando a empresa procura maximizar os benefícios que pode obter das economias de escala e minimização dos custos de transporte. Do lado da demanda, esta condição, na perspectiva do consumidor, se dá na minimização dos deslocamentos e do seu custo. Portanto, a concentração espacial das atividades econômicas decorre de ganhos de produtividade, tanto para produtores como para consumidores.

#### **4.4.1 A universidade e a localização das atividades econômicas no espaço**

A universidade ou a instalação de um *campus* universitário constitui-se como uma força locacional das atividades econômicas e residenciais no espaço urbano. Além de alterar a geografia, a paisagem e a arquitetura no seu entorno (no sentido físico, social e cultural), a sede e os *campi* universitários representam um importante instrumento, até mesmo pela sua permanência no tempo, de reestruturação de espaços urbanos degradados. Para Sanfeliu (2011) (citando algumas experiências espanholas) este poder de regenerar espaços e criar novas centralidades torna as sedes e *campi* universitários inseridos nas estratégias de planejamento e dinamização urbana. “A otra escala, la del conjunto urbano, los campus y sedes universitarias se convierten, en algunas ocasiones, en catalizadores del crecimiento y, en otras, participan en la consolidación de los entornos urbanos en los que se implantan” (SANFELIU, 2011, p. 3). A criação de novas centralidades se dá basicamente através da geração de *clusters* em torno de universidades: parques tecnológicos, centros de saúde, espaços comerciais e culturais etc.

O consumo de serviços de ensino superior, pela sua importância e frequência, faz com que o consumidor inicialmente assumira ou internalize os custos de transportes envolvidos nos deslocamentos. Deste modo, a localização da universidade pública não precisa, partindo de uma perspectiva da produção, ter como condição para a oferta de seus serviços os critérios de centralidade. O mesmo já não ocorre com instituições privadas que, devido à maior oferta e a concorrência, devem levar em conta o princípio da centralidade na localização das suas atividades no espaço urbano. Pelas suas características, a universidade pública se constitui em

uma força centrípeta, criando economias de aglomeração e gerando novas centralidades. Com isto, acaba influenciando a localização das atividades econômicas no espaço.

Contudo, como o consumo de serviços de ensino superior é bastante segmentado e restrito a uma parcela pequena da população, especialmente em regiões pobres, há uma tendência das instituições de ensino superior se agruparem no mesmo local, formando um determinado lugar central. Neste caso, quanto maior for a população a ser abastecida e de mais longe vieram os clientes, maior importância terá o lugar central.

Como destaca Silva (2004), os consumidores que se deslocam até os lugares centrais constituídos como centros de ordem superior “aproveitam para adquirir não só os bens de consumo menos frequente, de maior hierarquia, como os de consumo de maior ocorrência ou de ordem inferior, visando minimizar o esforço, o custo e o tempo de seus deslocamentos” (SILVA, 2004, p. 39). Para Silva, um produto ou serviço caracteriza-se de ordem superior quando representar economias de escala importantes, consumo pouco frequente, custos de transporte baixos e vontade do consumidor de se deslocar grandes distâncias para adquirir o produto ou serviço desejado. O produto ou serviço inferior caracteriza-se por relações inversas.

É bom destacar que o produtor também é um consumidor e a necessidade deste de se deslocar afeta setores e atividades como saúde, educação, cultura, comércio, entretenimento entre outros. A diversidade de produtos e serviços oferecidos por uma cidade constitui uma das bases das economias de aglomeração. A universidade pública pode constituir-se uma base importante para uma economia de aglomeração pela diversidade de serviços e produtos que exige e acompanham os consumidores de serviços de ensino superior.

Para Sanfeliu (2011) a universidade influencia a estrutura, tecido e dinâmica urbana a partir de três aspectos:

- Las sedes y campus universitarios son grandes creadores de centralidad, puesto que generan y articulan importantes flujos de movilidad, atraen masa y dinámica social y generan a su alrededor efectos multiplicadores sobre la localización de actividades económicas diversas (librerías y copisterías, bares y restauración, hostelería, alquiler y compra de vivienda, etc.).

- Estas instalaciones actúan también como difusores de la ecología social, mediante la incorporación al territorio de sectores sociales dinámicos (jóvenes, clases profesionales, personas formadas...) y la generación de una dinámica social que acaba por caracterizar a muchos de los barrios o espacios donde se implanta. De forma directa o indirecta, la universidad incide en la mayor oferta y demanda de productos y servicios culturales, a la vez que impacta en el clima cultural del barrio. La universidad, de hecho, ha contribuido históricamente a aumentar el nivel de vida y de formación de la población pero también ha dado lugar a una dinamización sociocultural del territorio en la que se implanta puesto que es capaz de crear numerosas y valiosas sinergias, y ello es especialmente cierto en la actual sociedad del conocimiento.
- La fábrica urbana universitaria (campus, sedes, edificios, instalaciones, etc.) se convierte fácilmente en un referente urbano y territorial, en un hito reflejado no sólo en los mapas al uso y guías urbanas, sino también en las imágenes espaciales de los habitantes del territorio. Y esto es así porque la universidad no sólo se incorpora a nuestras percepciones como un importante equipamiento urbano, sino que lo hace también como un hito que simboliza el conocimiento, la modernidad y la innovación, y que goza de una alta consideración por parte de la población. (SANFELIU, 2011, p. 3).

Segundo Jacobs (1969), as economias de urbanização originam-se da diversificação produtiva propiciada pela escala urbana das cidades, que possibilita ganhos econômicos, sociais e institucionais pelos efeitos dinâmicos e diversificados da aglomeração. Os ganhos de produtividade das economias de urbanização decorrem, principalmente, da produção de bens públicos – aqueles que dificilmente seriam assegurados de forma privada, dado o peso das externalidades, dos custos fixos ou à importância das indivisibilidades, como portos, estradas, justiça e universidade pública.

Uma universidade pública em uma cidade de médio porte constitui-se em uma importante fonte de economias de especialização e, principalmente, de urbanização. As economias de especialização decorrem do fato da universidade pública gerar externalidades para os centros de ensino superior privados. Estes centros (faculdades e universidades privadas) vão ter ganhos de produtividade ao atender a uma demanda insatisfeita concentrada geograficamente e reduzir custos fixos ao compartilhar professores e especialistas. Esta dinâmica pode gerar economias externas específicas ao segmento, mas internas à uma dada localização, podendo, em alguns casos, constituir-se em uma aglomeração especializada ou mesmo um *cluster* com impactos importantes sobre a economia regional.

A universidade pública pode gerar economias de urbanização pela variedade de produtos e serviços que produz e demanda. A dinâmica de funcionamento da universidade gera externalidades à montante e à jusante e de curto, médio e longo prazos. Externalidades à montante decorrem da concentração de estudantes impactando o setor e a renda imobiliários e a oferta de serviços culturais e de entretenimento, e à jusante pela oferta de profissionais e serviços especializados (impactando na produtividade do trabalho), pelas pesquisas desenvolvidas e pelos serviços oferecidos à sociedade, especialmente os de saúde. Este conjunto de elementos vai impactar a economia local no curto prazo pela injeção de recursos financeiros; no médio prazo ao influenciar a localização das atividades econômicas no espaço; e no longo prazo na formação de capital humano influenciando a qualidade das instituições.

Um processo rápido e contínuo de expansão educacional é uma condição fundamental para o desenvolvimento sócioeconômico justo e sustentável. De fato, por um lado, a expansão educacional é essencial para aumentar a produtividade do trabalho e comandar o crescimento econômico, aumentar salários e reduzir a pobreza. Por outro lado a expansão educacional é essencial para aumentar a justiça e a mobilidade social, visto que a educação é um bem não transferível, a qual é mais fácil para distribuir do que terra e outros bens físicos. Além disto, a educação é um bem reproduzível que pode e usualmente é provido aos pobres pelo poder público. Em resumo, a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e para reduzir a desigualdade e a pobreza.” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 112).

Nas regiões e municípios menos desenvolvidos esta importância é ainda maior em função do volume de recursos financeiros movimentados por estas instituições. Estes recursos produzem efeitos positivos sobre a estrutura produtiva local, gerando, através dos seus gastos, efeitos de encadeamento.

#### 4.5 INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A partir da década de 90 se intensifica e fortalece o processo de internacionalização das universidades. Este movimento é acompanhado e influenciado por acontecimentos como: a tendência da Organização Mundial do Comércio (OMC) de categorizar e regulamentar a educação como um serviço; predomínio do entendimento em âmbito mundial, da educação como um bem público, preservada a soberania e identidade de cada país; a globalização das atividades produtivas; e a compreensão da necessidade de alinhamento das políticas educacionais com as políticas de estado.

Há uma relação intrínseca e sinérgica entre globalização produtiva, competição internacional e progresso técnico. Como uma das variáveis determinantes da globalização é o conhecimento, a universidade adquire um papel importante neste processo. A internacionalização das universidades se apresenta como uma necessidade de afirmação destas instituições em um mundo em constante transformação e de reforço deste processo de mundialização das estruturas produtivas. Contudo, este tema se insere em uma perspectiva complexa em função do forte conteúdo ideológico que cerca este debate.

A cooperação entre países tem nas universidades um importante ponto de aderência. Com a globalização e a importância adquirida pela ciência, tecnologia e inovação na determinação das condições de desenvolvimento sócioeconômico, as universidades adquirem papel de destaque e esta relação deve ser encarada como política de governo. As trocas internacionais relacionadas à educação aparecem como uma fase avançada no processo que envolve a globalização. Segundo Morosini (2006) este processo se materializa através: da presença de estudantes estrangeiros em um determinado campus; convênios de cooperação e intercâmbio internacionais; atração de estudantes internacionais, formando colaborações de pesquisa; número e magnitude de concessões de pesquisa internacional; projetos de pesquisa internacionais cooperativados; sociedades internacionais envolvendo assistência para universidades estrangeiras; setores de universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre universidades; e grau de imersão internacional no currículo.

A crescente mobilidade de professores e estudantes, a criação de laços transnacionais, o estabelecimento de conexões e criação de redes de saber universal torna a cooperação internacional o objetivo comum das sociedades científicas mundiais. É a internacionalização das universidades que assegura a qualidade e a eficácia na renovação e na socialização do conhecimento produzido. A universidade como protagonista da cooperação internacional e promotora do processo de integração ganha um papel de destaque neste contexto. Para Leite e Morosini (1992, p. 11):

O principal propósito da integração é a alavancagem econômica dos países participantes, objetivo que deve estar intimamente associado à produção social e cultural dos países envolvidos. Neste sentido, a universidade, por suas diferentes identidades e por constituir-se no espaço por excelência da argumentação científica, candidata-se a ser um dos interlocutores-atores da integração.

Para Senhoras, (2006, p. 1) a cooperação internacional entre universidades “tem se baseado na complementaridade de capacidades para a realização de atividades conjuntas e na associação para o benefício mútuo através do fortalecimento institucional e da internacionalização da pesquisa e do ensino”. Ainda segundo Senhoras (2006, p. 1), “a cooperação internacional se converteu em uma atividade horizontal que tem impactos internos positivos nas políticas e na gestão das universidades e impactos externos no incremento do papel ativo das instituições”. Esta relação se dá em oposição às relações de aceitação, participação e subordinação prevalentes nos modelos anteriores.

#### 4.6 A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO

A formação de capital humano produz resultados positivos que se traduzem em desenvolvimento para toda a sociedade (país), ou seja, produz um bem público *lato sensu*, ainda que beneficie, sobretudo, a classe média, que fica com a maior parte das vagas nas universidades públicas. As universidades muitas vezes desempenham o duplo papel de formar

capital humano e auxiliar na disseminação do conhecimento através de redes formais e informais (WEINSTEIN, 2000).

Não é preciso nenhum estudo econométrico para notarmos a importância que assume a educação, e em especial a educação superior, para o desenvolvimento econômico. Desde os clássicos esta relação é percebida. Smith, em seus textos, fez comparações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos baseadas no padrão educacional de cada sociedade (CARNOY, 1992 e AZEVEDO, 1992). Apesar das evidências, só em 1950, diante do fracasso dos modelos tradicionais de desenvolvimento, os quais estavam baseados, apenas, em aumento da quantidade de trabalho e capital, surge o interesse pelos gastos em educação como um recurso possível de crescimento econômico (CARNOY, 1992)<sup>15</sup>.

Os liberais foram os primeiros a defender os investimentos em educação, e Marshall, em seus *Princípios de Economia*, foi o primeiro a defender a educação, não somente com um enfoque de bem-estar social mas, também, com um ponto de vista econômico. “Até mesmo como uma aplicação de capital é vantajoso dar às massas maiores oportunidades do que as que possuem atualmente, pois é só por este meio que todos aqueles que morreriam desconhecidos terão o impulso para fazer brotar suas aptidões latentes. E o valor econômico de um gênio industrial é suficiente para cobrir as despesas da educação de toda uma cidade, pois uma única ideia, como por exemplo o grande invento de Bessemer, aumenta tanto a capacidade produtiva da Inglaterra como o trabalho de cem mil homens” (MARSHALL, 1985, p. 191).

Dentre os precursores da teoria do capital humano, Schultz (1971) destaca três nomes dentre aqueles que voltaram suas vistas para os seres humanos como capital. São eles Adam Smith (1723-1790), J. H. von Thunen (1783-1850) e Irving Fischer (1867-1947). Além destes nomes, também devem ser lembrados Friedrich List (1789-1846) e J. B. Say (1767-1832). Mas, as contribuições mais valiosas foram dadas por Marshall. Do Livro IV dos *Princípios de Economia* de Marshall surgiram as ideias que fundamentaram a Teoria do Capital Humano. Esta teoria surge da constatação de que indivíduos com maior nível educacional tinham maior renda, justificando esse diferencial de renda pela maior qualificação dos mais educados. A versão moderna desta teoria se estruturou a partir de um programa de pesquisa liderado por Becker e Schultz. O objetivo explícito da pesquisa era explicar, analisar e avaliar as diferentes

---

<sup>15</sup> Nos modelos tradicionais de desenvolvimento os inputs capital e trabalho eram definidos como homogêneos.



qualificações do trabalho e seus impactos econômicos e os determinantes do investimento em qualificação do trabalho, mais especificamente, em educação (AZEVEDO, 1992).

Segundo Weistein (2000), o capital humano pode ser considerado como o valor presente descontado da produtividade adicional associada a altos níveis de educação e treinamento. Lucas (1988) define capital humano como a soma de habilidades dos indivíduos, de modo que um trabalhador com capital humano  $h(t)$  é o equivalente produtivo de dois trabalhadores cada um  $\frac{1}{2} h(t)$ , ou metade de um trabalhador com  $2 h(t)$ . Da definição de Lucas, conclui-se que a teoria do capital humano trata da ampliação das habilidades dos indivíduos e qualidade de seu trabalho como uma modalidade de investimento. Sendo assim, a teoria do capital humano deve ser entendida como uma teoria de capital.

Investimentos em capital humano são, portanto, os gastos que provocam um aumento da capacidade produtiva das pessoas. Conseqüentemente, estoque de capital humano seria a acumulação destes gastos feitos no passado. Um gasto em educação, por exemplo, é um investimento na medida em que foi feito com a finalidade de gerar benefícios futuros, e as habilidades adquiridas durante o processo de aprendizado podem se acumular no tempo, gerando um estoque de capital humano (AZEVEDO, 1992).

Conforme Azevedo (1992), são seis os tipos de investimento em capital humano normalmente citados pela literatura disponível: a) cuidado com a saúde (relaciona-se a melhorias na capacidade de obter ganhos como decorrência de uma disposição física ou mental mais adequada ao trabalho); b) educação adicional (é considerada um esforço no sentido de incrementar os atributos do indivíduo); c) procura por trabalho (representa um investimento na medida em que é um gasto assumido pelo indivíduo com a finalidade de aumentar os seus rendimentos futuros, e é um investimento em capital humano na medida em que a informação obtida pela atividade de procura do trabalho é incorporada ao indivíduo); d) resgate de informações (trata-se da pesquisa sobre a qualidade dos empregos oferecidos, isto envolve custos e objetiva a obtenção de informações que possibilitarão uma decisão mais adequada no presente com implicações sobre os rendimentos futuros); e) migração (os custos decorrentes de uma mudança que tem como objetivo maiores ganhos se as oportunidades de emprego forem melhores); e f) treinamento no trabalho e com o trabalho (representa um aumento das qualificações dos indivíduos, qualificações estas voltadas diretamente para a produção).

A educação adicional é um dos tópicos que mais tem chamado a atenção dos economistas, além de receber maior destaque dentro da Teoria do Capital Humano junto com o treinamento no trabalho e com o trabalho. A educação adicional é considerada um esforço no sentido de incrementar as habilidades do indivíduo, podendo ser formal ou informal, dentro ou fora da escola.

Schultz (1971) considera a educação formalmente organizada nos níveis elementar, secundário e de maior elevação como uma das cinco atividades mais importantes que fazem avançar as capacitações humanas<sup>16</sup>. A educação formal (anos de escola) é o tipo de investimento que ocupa maior espaço na Teoria do Capital Humano. Os investimentos em educação formal são responsabilidade da família ou do próprio aluno (que com o passar do tempo assume o papel de investidor) e do Estado. A educação, dadas as suas características de bem semi-público, é uma das metas normalmente assumidas pelo Estado. Azevedo (1992) cita as taxas de retorno para investimentos em educação encontradas em um estudo realizado por Schultz. Segundo este estudo, as taxas de retorno são: 15% ao ano para a educação primária; 27% para a educação secundária; 35% para o treinamento vocacional; e 23% para o nível superior<sup>17</sup>.

De acordo com Williams e Gordon (1992), o estudo das taxas de retorno dos investimentos em educação pode ajudar na formulação de políticas educacionais de duas maneiras: 1. através da taxa de retorno social, mediante a comparação do custo-benefício relacionado ao investimento em educação com outros investimentos sociais, e do retorno das diferentes categorias de gastos em educação; e 2. através da taxa de retorno privado, mediante a previsão de demanda para a educação voluntária e para as diferentes especialidades. Fields (1992), analisando os investimentos em educação no Kenya, constata que o custo social médio da educação superior é maior que o custo social para os outros níveis de educação. Contudo, a taxa de retorno privada é de 31% para a educação superior, 33% para a educação secundária e 28% para a educação primária.

Segundo Barros; Henriques e Mendonça (2000a), a educação é essencial para aumentar a produtividade do trabalho contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários

---

<sup>16</sup> As outras quatro atividades mais importantes são: saúde, treinamento realizado no local do emprego, programas de estudos para adultos e migração.

<sup>17</sup> A taxa de retorno para a educação superior informada no trabalho de Azevedo é de 3%, contudo, acreditamos que houve um erro de digitação, dado que o somatório das taxas com este percentual seria 80 e não 100. Tentamos contato com Azevedo via e-mail mas, não obtivemos resposta.

e a diminuição da pobreza. Além disto, segundo estes autores, a educação promove a igualdade, aumenta a mobilidade social, reduz a taxa de mortalidade infantil, reduz o crescimento populacional, aumenta a renda *per capita* e aumenta as exportações de produtos manufaturados. Nesta mesma linha de pensamento, Psacharopoulos (1992) afirma que a educação contribui tanto para o crescimento econômico quanto para o bem estar social.

Um processo rápido e contínuo de expansão educacional é uma condição fundamental para o desenvolvimento sócio econômico justo e sustentável. De fato, por um lado, a expansão educacional é essencial para aumentar a produtividade do trabalho e comandar o crescimento econômico, aumentar salários e reduzir a pobreza. Por outro lado a expansão educacional é essencial para aumentar a justiça e a mobilidade social, visto que a educação é um bem não transferível, a qual é mais fácil para distribuir do que terra e outros bens físicos. Além disto, a educação é um bem reproduzível que pode e usualmente é provido aos pobres pelo poder público. Em resumo, a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e para reduzir a desigualdade e a pobreza. (BARROS; HENRIQUES e MENDONÇA, 2000a, p. 112).

Barros; Henriques e Mendonça (2000a) apontam, em seu trabalho, que um único ano extra de ensino formal pode aumentar a taxa de crescimento econômico perto de 0,35 pontos percentuais, reduzir a taxa de crescimento populacional em aproximadamente 0,26 pontos percentuais, reduzir a mortalidade infantil em 9 mortes por 1000 nascidos vivos, elevar a renda *per capita* em 6% e os salários entre 10 e 20%<sup>18</sup>. De acordo com estes autores, a eliminação dos diferenciais de renda por nível educacional reduziria a desigualdade salarial em torno de 35 a 50%. Esta redução é muito mais elevada do que o que se conseguiria com a eliminação dos diferenciais de renda provocados por fatores como gênero, raça, setor de atividade, religião, idade etc.

A produtividade do trabalho é mais elevada para aqueles trabalhadores com curso superior. No Brasil, o rendimento médio dos trabalhadores com 3º grau (15 ou mais anos de estudo) é mais do que 150% superior ao rendimento médio das pessoas com 2º grau completo (11 anos de estudo). Além disto, o retorno pecuniário do ensino superior é alto e crescente, mesmo para

---

<sup>18</sup> Barros *et al.* (2000) salienta em seu trabalho que o maior efeito nos salários ocorre no último ano de cada ciclo educacional.

aqueles que não conseguem obter um emprego típico de sua formação (FERNANDES; NARITA, 1999).

O Brasil apresenta, de um modo geral, baixa escolaridade da sua população. A escolaridade média dos pobres adultos é de apenas 3 anos; nossa taxa de analfabetismo é uma das mais altas do mundo, 14,7% (CASTRO, 2000). A escolaridade média, em 1992, dos brasileiros na faixa etária entre 15 e 30 anos era de 6 anos de estudo; entre 30 e 50 anos, de 5,6 anos de estudo; e entre 50 e 65 anos, de apenas 3,4 anos de estudo, enquanto que em Taiwan os anos médios de estudo para as três faixas eram de 11,3, 9,6 e 5,6 respectivamente (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000b).

Quanto à educação superior, dados do Banco Mundial, apresentados por Fernandes e Narita (1999), mostram que, em 1996, apenas 11% dos brasileiros com idade apropriada estavam matriculados em um curso superior. Para América Latina e Caribe esta taxa era de 19%. Este indicador negativo, para Pedro Cavalcanti Ferreira, resulta das políticas de desenvolvimento dos diversos governos da República. Os defensores de tais políticas, incluindo os cepalinos, acreditavam que o caminho para o desenvolvimento brasileiro era a política industrial. Em função disto, as políticas de desenvolvimento passadas não mencionam a educação superior<sup>19</sup>.

Mingat e Tan (1992) apresentam, como um dos problemas para o financiamento da educação superior em países em desenvolvimento, a baixa escolaridade nos outros níveis de educação. Em função disto, os gastos públicos em educação são realocados para a educação primária e secundária, em detrimento da educação superior.

O reflexo da baixa escolaridade dos brasileiros pode ser vista nas desigualdades de renda, na baixa produtividade do trabalho, na criminalidade e na pobreza. “Educação está certamente relacionada à desigualdade, visto que ela é o principal fator determinante na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, no nível dos salários (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, p. 118, 2000a). Segundo Barros; Henriques e Mendonça (2000a), metade da diferença na renda *per capita* entre o Brasil e os países industrializados é explicada pelo baixo nível educacional da população brasileira. “[...] a contribuição da educação para a desigualdade salarial é maior no Brasil do que nos Estados Unidos. No Brasil, a desigualdade

---

<sup>19</sup> Comentário feito por Pedro CAVALCANTI FERREIRA em palestra proferida no XXVIII Encontro Nacional de Economia – Sessão Longo Prazo (Campinas, 13 de dezembro de 2000). Este comentário foi documentado pelo autor desta obra.

salarial seria 47% menor se a educação não tivesse efeitos sobre os salários, enquanto que nos Estados Unidos esta desigualdade cairia a meros 15% (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000a, p. 122).

Os trabalhos de Barros; Henriques e Mendonça (2000), Cavalcanti Ferreira (2000), entre outros estudiosos da importância da educação para o desenvolvimento econômico, revelam a urgência dos investimentos em educação no Brasil. “[...] desigualdades na educação no Brasil é 100% maior do que nos Estados Unidos, enquanto que o valor de um ano extra de estudo é 60% maior no Brasil (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000a, p. 122). Para ter um crescimento sustentável o Brasil precisa melhorar os seus indicadores educacionais e corrigir as desigualdades regionais na alocação de recursos para a pesquisa e o ensino superior.

No Brasil, observa-se que o nível de escolaridade está significativamente associado ao nível de renda das regiões, sendo os anos médios de estudo muito maiores nas regiões ricas do que nas regiões pobres. Essa correlação mostra a importância das diferenças em escolaridade na formação das desigualdades de renda entre as regiões. Isto pode ser observado pela distribuição regional da economia brasileira, que apresenta a mesma concentração verificada na distribuição regional do número de instituições de ensino superior, das principais universidades, do número de pesquisadores e do volume de recursos destinados à pesquisa.

As regiões Sul e Sudeste do Brasil, chamada por Diniz e Gonçalves de Região Dinâmica, concentram 76% do PIB, 82,3% dos professores universitários com título de doutor, 78% dos profissionais ligados às áreas tecnológicas e 87% do valor agregado da indústria. A Região Nordeste, chamada de Região Atrasada, participa com 13% do PIB, 10,8% dos professores universitários com título de doutor, 13% dos profissionais ligados às áreas tecnológicas e 8% do valor agregado da indústria. As Regiões Centro-Oeste e Norte, chamada de Região Vazia, participa com 11% do PIB, 6,9% dos professores universitários com título de doutor, 9% dos profissionais ligados às áreas tecnológicas e 4,7% do valor agregado da indústria (DINIZ; GONÇALVES, 2000).

As distorções na distribuição espacial do produto e dos níveis educacionais verificadas para o Brasil se reproduzem também dentro das regiões. A região metropolitana de São Paulo, por exemplo, concentra mais da metade do produto, das universidades e dos pesquisadores da

Região Sudeste. O mesmo ocorre no Nordeste com as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza.

Os diferentes níveis de produtividade e, conseqüentemente, de desenvolvimento apresentados pelos países é explicado por um grupo de economistas acadêmicos unicamente por diferenças entre insumos e fatores de produção. Assim, segundo esta visão, um trabalhador típico da Tanzânia que produz hoje cerca de trinta vezes menos que um trabalhador típico nos Estados Unidos, produziria o mesmo que o americano se possuísse a mesma educação, o mesmo volume de capital a sua disposição e as mesmas condições de infraestrutura física. Um outro grupo significativo de economistas acredita que mesmo após eliminar as diferenças de fatores de produção um grande resíduo não explicado permanecerá (CAVALCANTI FERREIRA, 2000).

Estudos, realizados por Cavalcanti Ferreira, utilizando métodos estatísticos básicos mostram que “se ‘transplantássemos’ um trabalhador com a mesma educação e capital que um trabalhador médio americano para países emergentes ele produzia quatro vezes menos na Tanzânia, duas vezes e meio menos na Índia, duas vezes menos na Indonésia e assim por diante” (CAVALCANTI FERREIRA, 2000). Para o segundo grupo de economistas estas diferenças não explicadas por fatores de produção poderiam ser reduzidas através de reformas institucionais.

Os trabalhos de Cavalcanti Ferreira (2000), Barros; Henriques e Mendonça (2000), Azevedo (1992), Carnoy (1992), Williams e Gordon (1992), Diniz e Gonçalves (2000), Lima; Loyola e Moura (2000), Ristoff (1999), Castro (2000), entre outros, têm em comum o fato de apresentarem uma forte relação entre educação e desenvolvimento econômico. Contudo, encontramos um trabalho que apresenta uma correlação fraca entre educação e desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos e uma forte correlação entre países em desenvolvimento e países subdesenvolvidos. Trata-se de Lee e Psacharopoulos (1992). Neste estudo, estes autores fazem uma comparação internacional entre educação e indicadores econômicos. O estudo foi feito com 114 países entre 1960 e 1970.

A explicação para o estudo de Lee e Psacharopoulos (1992) encontrar uma fraca correlação entre educação e desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos se deve, acreditamos, ao fato deste estudo tentar explicar, também, os diferentes níveis de

desenvolvimento entre os países ricos através da educação. Os estudos que apresentam uma forte correlação entre educação e desenvolvimento geralmente procuram explicar os diferentes níveis de desenvolvimento entre países pobres e países ricos.

Esta nossa defesa intransigente da educação, e em especial da educação superior, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico é resultado das evidências reveladas nos estudos teóricos e nas observações empíricas. Não queremos, contudo, explicar os diferentes índices de desenvolvimento entre Brasil e Estados Unidos ou entre a Região Norte e a Sudeste simplesmente através da educação superior. Isto seria simplificar as coisas demais. O que queremos é demonstrar a necessidade de se definir, para a realidade brasileira, um processo acelerado e contínuo de expansão da escolaridade como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Ou como diz Ristoff (1999: 202), não se trata de “afirmar exclusividade ou negar a complexidade do panorama econômico, mas simplesmente apontar para os indícios cada vez mais evidentes de que investir em educação superior pública, na pior das hipóteses, é sempre um grande negócio”.

#### **4.6.1 Capital humano e qualidade das instituições**

É consenso na literatura econômica que as instituições desempenham papel fundamental para explicar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico entre países e entre regiões. Para North (1990) o desempenho econômico dos países está correlacionado ao padrão de mudanças institucionais regionalmente localizado. Conceição (2007), analisando a contribuição de Matthews para o crescimento econômico, conclui que o fenômeno do crescimento é entendido enquanto manifestação de mudanças institucionais, as quais pressupõe inovações. Com este mesmo entendimento e interpretando Zysman, adiciona que a “estrutura política e institucional induz a formação de uma lógica de mercado que orienta e dirige a trajetória do crescimento” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 9). Reforçando esta relação entre instituições e desenvolvimento econômico, o estudo realizado por Menezes-Filho et al. (2006) mostra o papel da qualidade institucional na determinação nos diferenciais de produto *per capita* entre os estados brasileiros. Os estados que apresentam melhores instituições

apresentam crescimento econômico superior. Bueno (2004) mostra que a reprodução na América inglesa de instituições semelhantes às inglesas, especialmente relativas às garantias do direito de propriedade e o predomínio do poder local sobre o central, permitiu um grau de liberdade econômica e uma condição diferencial de desenvolvimento não experimentado pelas colônias latino-americanas.

Embora haja uma pulverização de abordagens teóricas que se auto denominam institucionalistas, umas convergentes outras nem tanto, considera-se como instituição para os propósitos deste artigo a definição de Hodgson (1988, p. 10). Segundo ele, “instituição deve ser entendida como uma organização social que, mediante a operação de tradições, costumes ou restrições legais, tende a criar padrões de comportamento duráveis e rotineiros”. Nesta mesma linha, Rutherford (1994, p. 182) explica instituição como “uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamento em situações específicas, e que se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa”. Ou seja, em um contexto de racionalidade limitada, como salienta Pondé (2005), as instituições emergem das interações humanas que simultaneamente as governa.

As instituições resultam de um processo histórico que se reproduz inercialmente através do tempo, transportadas pelas culturas, rotinas, crenças, costumes etc. Sendo assim, as instituições são *path dependent* e endógenas, já que derivam de um processo gradual de evolução da própria trajetória de desenvolvimento da região. Neste sentido, comenta Bueno (2004, p. 375): “quanto menores as restrições à corrupção, por exemplo, mais provável é que muitas das instituições existentes adotem essas práticas e maior o incentivo para as que inicialmente não o fazem venham a se tornar corruptas no futuro”. O estudo da economia regional possui algumas peculiaridades em relação à teoria econômica geral. As regiões são economias abertas que possuem certa mobilidade dos fatores de produção – exclusive capital humano -, dividem um governo central comum e, portanto, têm estruturas institucionais e sistemas legais similares. Teoricamente, deveriam possuir menor diferencial tecnológico, educacional e institucional. Contudo, as instituições informais, e concordando com Felipe (2007), são produtos de adaptações ao longo do tempo, como diferentes características em regiões diferenciadas.



A qualidade das instituições, entendidas aqui como a estrutura que regula o comportamento dos membros de um grupo social, desempenha um papel fundamental para o sucesso das políticas públicas. A estrutura a que nos referimos compreende desde as instituições formais até aquelas que determinam a regularidade dos comportamentos dos indivíduos. Este comportamento decorre das crenças, costumes, valores morais, hábitos, estruturas cognitivas e padrões historicamente consolidados e socialmente referenciados que tendem a se reproduzir inercialmente através do tempo<sup>20</sup>.

A universidade contribui para formação de estoque de capital humano que ao longo do tempo altera as regras de comportamento da população, suas crenças, costumes, rotinas e, conseqüentemente, o perfil de consumo. Desta forma, a universidade influencia de forma direta a qualidade das instituições, influenciando o comportamento do consumidor. Estas mudanças, embora só se manifestem no longo prazo, são permanentes e acumulativas. Embora seja difícil dimensionar a contribuição da universidade para as mudanças no padrão de consumo das pessoas, ela é fundamental para o processo de inovação da cidade e é decisivo na melhoria da qualidade das instituições locais<sup>21</sup>.

#### 4.7 IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO: A MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

No Brasil são poucos os estudos voltados para a análise da importância da universidade pública (considerando a movimentação de recursos financeiros) para a economia local. Após intensa consulta bibliográfica, que incluiu a pesquisa através da Internet à base de teses e dissertações das principais universidades, podemos dizer que são raros, na Literatura, trabalhos sobre o impacto financeiro da universidade pública no Brasil. Ainda que correndo o risco de cometermos omissões injustas, dois trabalhos merecem destaque, até porque pode

---

<sup>20</sup> As instituições formais são aqui compreendidas como a infraestrutura que facilita ou dificulta a coordenação entre as pessoas e a alocação de recursos, envolvendo aí as organizações que determinam as regras do jogo.

<sup>21</sup> Existem muitos fatores atuando sobre a qualidade das instituições e o perfil de consumo de cada sociedade, e é impossível ratear entre suas origens a contribuição de cada fator.

servir como ponto de partida para o estabelecimento de bibliografia mais abrangente, trata-se dos estudos de Bovo (1999) e Lopes (2003).

Alguns trabalhos de natureza diferente, mas relacionados aos recursos financeiros das Universidades Públicas podem ser citados: Bastos (1987) que trabalha o sistemas de custos para Universidades Federais; Schwartzman (1995) que estabelece uma metodologia para ordenação das Universidades brasileiras através da construção de indicadores que reflitam aspectos qualitativos e quantitativos do processo produtivo destas Instituições; e Marinho (1996) que realiza um estudo sobre a economia interna de Organizações Educacionais.

A escassez de estudos desta natureza se deve, talvez, ao simples reconhecimento da importância da universidade pública pela sua relevância social e pela formação de capital humano. A relevância social se materializa na formação de cidadãos, na formação da consciência de um país e na melhoria nas condições de vida da população em geral, através das pesquisas científicas. A formação de capital humano se materializa na transformação dos meios e formas de produção, na melhoria nas condições de vida daqueles que se educam e nos serviços prestados à comunidade. Embora os aspectos sociais e econômicos sejam os principais condicionantes da universidade pública, ela apresenta, também, aspectos de relevância secundária, mas que nem por isto deixam de ser importantes. Um destes aspectos são os impactos econômicos diretos.

A relevância dos impactos econômicos imediatos da universidade pública se materializa na dinamização da economia dos municípios onde elas se localizam. Esta dinamização decorre dos gastos financeiros relacionados ao funcionamento destas Instituições. Estes gastos, embora públicos e conseqüentemente abertos a toda a sociedade, revelam-se mais intensos nas localidades onde as universidades estão instaladas. Os gastos relacionados ao funcionamento das universidades públicas ganham maior importância quando inseridos no contexto das economias locais, principalmente quando se trata de pequenos e médios municípios.

Embora reconheçamos que a importância maior das universidades públicas situa-se na oferta do ensino, no desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico proporcionados pelas pesquisas, e nos serviços prestados à comunidade, pretende-se analisar, neste estudo, as universidades como fonte de dinamismo para a economia dos municípios onde se localizam. Contudo, que fique claro que não se quer com isto defender a criação de universidades

públicas para dinamizar financeiramente a economia de determinadas regiões. O que se quer é apresentar a possibilidade de transformar “fatores dados” em “fatores dinâmicos”, ou seja, transformar os gastos das universidades já instaladas em fonte de dinamismo para a economia dos municípios. Isto pode ser feito dotando a região e as empresas de capacidade para atender a demanda da instituição, dos seus funcionários e dos seus alunos, bem como buscando mais recursos para a universidade.

Os gastos financeiros são de vários tipos e produzem impactos de duas maneiras: diretamente e indiretamente.

#### **4.7.1 Impactos diretos**

Os impactos diretos estão relacionados às externalidades positivas (*spillovers*) geradas pela universidade. Estes impactos se dão de três formas. A primeira forma relaciona-se aos gastos para expansão e manutenção da Instituição e se traduz nos investimentos em obras e equipamentos e nas demais despesas de custeio. A segunda forma de impacto relaciona-se aos gastos realizados por professores e funcionários com recursos provenientes dos salários pagos pela universidade. A terceira forma de impacto relaciona-se aos gastos dos alunos oriundos de outros municípios.

Estes gastos na sua maioria ocorrem na economia local, ou seja, no município onde a universidade está instalada. Contudo, parte dos gastos, principalmente os da Instituição, ocorrem em outros municípios. Isto se deve geralmente a especificidade de alguns produtos como material de laboratório, por exemplo, e a problemas burocráticos decorrentes do processo licitatório. Professores e funcionários também gastam em outros municípios, geralmente em lazer e em pagamentos de despesas de dependentes (mensalidade escolar, aluguel etc.). Contudo, a magnitude dos gastos nos outros municípios vai depender da dimensão da economia local (onde a universidade está instalada) e da proximidade com as

grandes e médias cidades<sup>22</sup>. Quanto menor e menos completa for a economia local e mais próxima das grandes e médias cidades, maior o volume de gastos em outros municípios.

Como este estudo trata de impactos sobre a economia local, torna-se necessário o estabelecimento de uma metodologia que expurgue os gastos em outros municípios. No caso dos gastos realizados pela universidade para custeio e investimento, a metodologia consistiu em identificar junto à gerência de compras o percentual destes gastos realizados no comércio ou indústrias do município onde a Instituição está instalada. O segundo passo foi identificar o volume total dos gastos em custeio e investimento realizados pela universidade. De posse do percentual dos gastos monetários em custeio e investimentos realizados no município e do volume total destes gastos, chegou-se ao impacto sobre a economia local produzido pelos gastos para manutenção e expansão da universidade.

No caso dos gastos realizados por professores e funcionários, a metodologia consistiu inicialmente em identificar a massa de salários pagos à professores e funcionários. Deste valor, deduziu-se a parcela retida para imposto de renda e a parcela destinada às contribuições previdenciária e assistencial. Chegou-se, assim, à renda total disponível para professores e funcionários. O segundo passo consistiu em identificar a propensão média a consumir e a propensão média a consumir no município onde a universidade está instalada. Este cálculo tem que ser feito para cada categoria (professores e funcionários). Isto se deu em função dos diferentes níveis sociais de cada uma e, conseqüentemente, das diferentes propensões médias a consumir e dos diferentes perfis de consumo. De posse das informações relativas à renda total disponível de cada categoria e da propensão média a consumir no município de cada uma delas, chegou-se ao impacto produzido na economia local pelos gastos de professores e funcionários<sup>23</sup>.

Para dimensionar os gastos de alunos oriundos de outros municípios a metodologia consistiu, inicialmente, em identificar a quantidade destes alunos. Posteriormente elaborou-se um questionário contendo campos que possibilitassem a coleta de informações referentes à distribuição dos gastos. Os gastos foram distribuídos entre aqueles que ocorrem durante todo

---

<sup>22</sup> Neste estudo considera-se grandes cidades (Brasil) aquelas com população urbana superior a 500 mil habitantes e cidades médias (Brasil) aquelas com população urbana entre 100 e 500 mil habitantes. Esta definição é extraída dos estudos de Thompson A. ANDRADE & Rodrigo V. SERRA (1998). Estes autores consideram cidades médias brasileiras aquelas com população urbana entre 100 e 500 mil habitantes.

<sup>23</sup> As informações relativas à propensão média a consumir no município foram obtidas através de dados amostrais, coletados por questionários distribuídos e recolhidos via Internet.

o ano, inclusive durante as férias, como aluguel e manutenção da casa, e aqueles que ocorrem apenas durante o ano letivo, ou seja, durante oito meses, como transporte, material didático e lazer. Através deste questionário chegou-se ao gasto médio mensal *per capita*<sup>24</sup>. Multiplicando por doze os gastos que ocorreram durante o ano todo e por oito os gastos que ocorreram apenas no período letivo, chegou-se ao gasto médio anual *per capita*. Partindo do gasto médio anual *per capita* e do número de alunos oriundos de outros municípios, chegou-se ao impacto na economia local produzido pelos gastos de alunos oriundos de outros municípios.

Como visto anteriormente, os impactos financeiros (diretos) da universidade pública na economia dos municípios onde estas Instituições estão localizadas, decorrem dos gastos relacionados ao funcionamento destas Instituições. Estes gastos se materializam nas despesas de custeio e investimentos realizados pela Instituição, nas despesas realizadas por professores e funcionários com recursos provenientes dos salários pagos pela universidade e nas despesas realizadas por alunos oriundos de outros municípios.

As despesas de custeio correspondem aos gastos de manutenção da Instituição: limpeza, material de escritório, energia elétrica, telefone, água, manutenção de equipamentos, pagamento de diárias, hospedagem, passagens aéreas e terrestres etc. As despesas com investimentos correspondem a dispêndios com obras de construção civil, material permanente, livros, reformas etc. As despesas realizadas por professores e funcionários correspondem às compras de produtos materiais e imateriais diversos como alimentos, aluguel, lazer, transporte etc. As despesas realizadas por alunos de outros municípios correspondem aos gastos com aluguel, transporte, alimentação, material didático, lazer etc.

Estes gastos se expandem para o conjunto da economia através do efeito multiplicador. Assim, por exemplo, pagamentos efetuados pela Instituição em hotéis geram compras em supermercados, feiras livres, pagamento de impostos ao setor público, pagamento de pessoal, além de gastos em um grande número de setores. Estes gastos dão origem a novos gastos gerando um processo de multiplicação conforme o modelo keynesiano de determinação da renda.

---

<sup>24</sup> Estas informações foram obtidas através de dados amostrais, coletados por questionários autoperenchidos.

#### **4.7.2 Impactos Indiretos**

Os impactos indiretos estão relacionados aos serviços prestados pela universidade à comunidade, às economias para o município decorrente da redução das importações de serviços de educação superior e aos empregos indiretos gerados.

Os serviços prestados pela universidade à comunidade são os serviços educacionais, culturais, assistenciais e de saúde. À medida que a universidade pública oferece estes serviços, o poder público municipal economiza em um montante igual ao valor de tais serviços. Pois, caso a universidade pública não oferecesse tais serviços, o poder público municipal teria que oferecê-los sob pena de agravamento da situação social. Dentre os serviços oferecidos pela universidade, os mais caros e os socialmente mais importantes são os serviços de saúde.

Os serviços oferecidos pela universidade pública se traduzem em economia para o poder público municipal à medida que reduzem a importação de serviços de outros municípios. É o caso de cursos, seminários e serviços específicos. O caso mais paradigmático da economia de recursos resultante da redução da importação de serviços de educação superior, refere-se às atividades de ensino. É o caso dos alunos que, dada a oportunidade de estudarem na universidade local, não se deslocam para outros município para estudar. Com isto os recursos que manteriam estes alunos em outras cidades permanecem na economia local. Por último, muitos empregos indiretos são gerados em vários setores da economia, decorrentes da dinamização da economia local e, principalmente, da contratação de serviços pela universidade como, por exemplo, os serviços de segurança e de limpeza.

## **5. VITÓRIA DA CONQUISTA: CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES**

### **5.1 BRASIL E NORDESTE: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIOECONÔMICOS.**

A grande dimensão territorial do Brasil, a presença de diferentes biomas, o desenvolvimento desigual dos diferentes espaços, as diferenças naturais e de paisagem e os contrastes climáticos, geográficos, culturais e sociais impõem um desafio para o planejamento e ordenamento territorial do país. Diante de tais condições, o território brasileiro foi objeto de vários processos de regionalização ao longo de sua história. Esses processos de regionalização se basearam nos critérios de homogeneidade e planejamento e tiveram por objetivo reduzir as desigualdades do país. A divisão territorial (ou regionalização), através de um plano, é uma forma de intervenção na realidade econômica e social das diferentes regiões do país, objetivando transformações qualitativas e quantitativas na sua dinâmica socioeconômica.

Pelo critério de homogeneidade, que permite caracterizar ou regionalizar um território a partir das grandes diferenças de paisagem, refletidas em seus principais biomas, o Brasil está dividido em seis grandes áreas: área amazônica, área com predominância de caatinga ou semiárida, área caracterizada pela faixa litorânea do Norte e Nordeste, área representada pelo centro-sul do país, área dos cerrados ocidentais e área dos cerrados orientais. Esta escala territorial permite ver o Brasil segundo suas grandes diferenças macroespaciais, separando-se as áreas mais desenvolvidas das menos desenvolvidas, as áreas em expansão pelo seu dinamismo e potencialidade e os biomas amazônico e caatinga, objeto de políticas especiais (SIMÕES; AMARAL, 2009).

Embora diversos critérios de regionalização sejam utilizados em diferentes estudos e diversos propósitos, o que predomina no Brasil como critério de regionalização é o espaço de planejamento. Baseado nesse critério, se delimita a região de planejamento para elaboração dos planos de desenvolvimento regional pelo setor público. Dessa forma, o Brasil está

dividido em cinco Regiões Administrativas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O mapa 1, abaixo, mostra a divisão político administrativa do Brasil.

Em que pese os esforços de regionalização com o propósito de planejar melhor o desenvolvimento, o Brasil tem sido ranqueado, considerando diferentes medidas de desigualdade, como um dos países mais desiguais do mundo, basicamente pela presença de bolsões de miséria em algumas dessas regiões (uma realidade preocupante pela sua persistência e pelos fracos sinais de sua reversão no médio prazo). Dentre as muitas variáveis utilizadas para explicar essa desigualdade a de maior significância estatística é o perfil da distribuição da educação, suas taxas de retorno e seus efeitos sobre a qualidade das instituições locais. Além dos efeitos diretos sobre a renda das pessoas (a educação é o mais importante fator para explicar a determinação de salários), o nível educacional da população é determinante para o desenvolvimento regional sustentável. Arbache (2003) mostra que o aumento de um ano de educação de toda população pode: impactar de forma sustentável o crescimento do PIB per capita em 0,35%, reduzir em 9 a mortalidade infantil para cada 1000 crianças nascidas vivas, aumentar em 20% a renda per capita e reduzir a proporção de pobres em pelo menos 1%.

Dentre uma série de outros fatores históricos, a desigualdade no Brasil reflete as políticas de desenvolvimento regional colocadas em prática na década de 50, baseadas nos modelos de desenvolvimento exógeno “de cima para baixo”. Este modelo de desenvolvimento foi fortemente influenciado pelas contribuições de Perroux (1964), Myrdal (1967) e Hirschman (1951), que tem em comum a ênfase nos fatores dinâmicos de aglomeração. Para Perroux (1964), o crescimento não se dá simultaneamente em todos os locais, “manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Para Myrdal (1967), os mecanismos de causação acumulativa tendem a fazer com que as regiões historicamente industrializadas se beneficiem mais da conjuntura favorável, inclusive drenando fatores produtivos das regiões mais pobres. Estes mecanismos geram um “círculo virtuoso” nas regiões inicialmente favorecidas e, por outro lado, um “círculo vicioso” nas regiões mais pobres. Hirschman (1961) compartilha dos argumentos de Perroux e Myrdal e acrescenta que o desenvolvimento econômico é necessariamente não equilibrado.



Norte e Nordeste concentram bolsões de pobreza com parte da população vivendo em condições semelhantes aos dos países mais pobres do planeta. Aspectos climáticos e institucionais são utilizados para explicar essa pobreza, mas a elevada taxa de analfabetismo e a baixa escolaridade da população em geral é a principal explicação para pobreza da região e seu desenvolvimento desigual em relação às regiões Sul e Sudeste. De modo geral, a educação é a principal variável para explicar a desigualdade, contudo, no Brasil, sua significância é ainda maior dado que a taxa de retorno por ano adicional de estudo está entre as mais elevadas do mundo, chegando a 16%. A educação sozinha explica 48% da desigualdade de salários e cerca de 26% da desigualdade de renda (ARBACHE, 2003).CEPAL.

Mapa 1 – Divisão político administrativa do Brasil



Fonte: IBGE

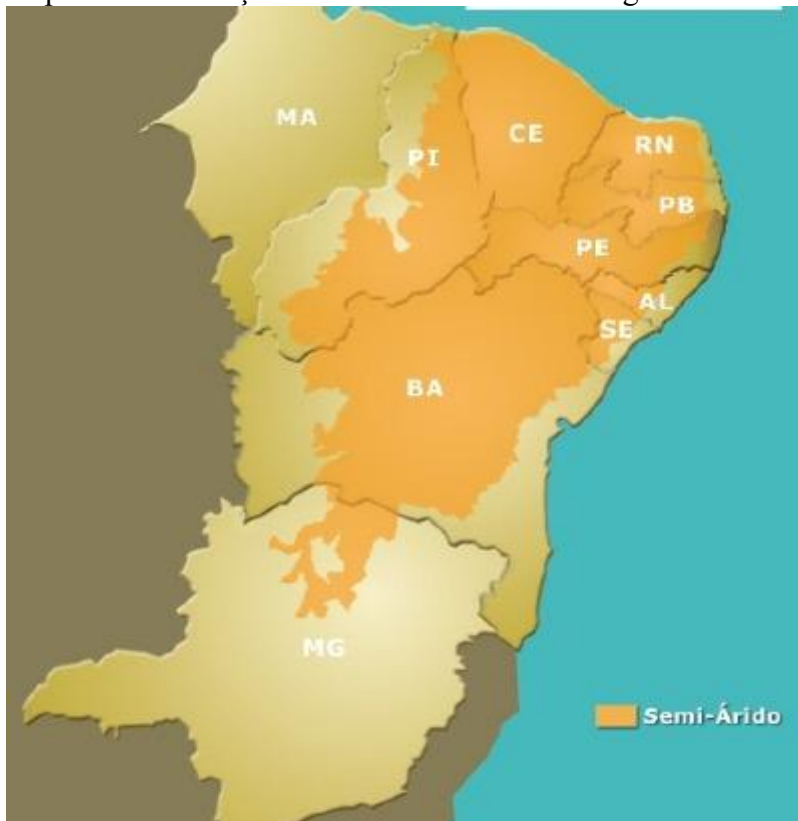
O Nordeste brasileiro possui uma área de 27.779.343 Km<sup>2</sup>. Apesar das políticas e planos de desenvolvimento, o Nordeste ainda ostenta indicadores econômicos e sociais desfavoráveis. O contraste entre a realidade sócioeconômica do Nordeste e o centro-sul do país é o exemplo recorrente para evidenciar as desigualdades regionais no Brasil. Contudo, as microrregiões nordestinas apresentam, historicamente, um desenvolvimento econômico desigual. As regiões

litorâneas concentram maior renda e produção enquanto no semiárido o nível de renda e educação da população é compatível com os das regiões mais pobres do mundo. A fome e a pobreza extrema é um traço característico dessa região.

### **5.1.1. Semiárido nordestino: aspectos geográficos e sócioeconômicos.**

O Sertão brasileiro, caracterizado por clima semiárido e vegetação de caatinga, compreende uma área territorial de aproximadamente um milhão de km<sup>2</sup>. Esta região ocupa a maior área do interior do Nordeste e coincide com o chamado Polígono das Secas, que tem seus limites fixados legalmente, englobando oito estados do Nordeste (com exceção do Maranhão) e mais o Estado de Minas Gerais. Essa região é caracterizada por baixa precipitação pluviométrica (entre 250 e 600 mm anuais), distribuição irregular das chuvas (concentradas de dezembro a maio), alto índice de evaporação e salinidade, rios temporários e secas periódicas. Estas adversidades naturais agravam as já precárias condições econômicas e sociais, haja vista que as famílias, de um modo geral, não têm meios nem técnicas para se prevenirem desta situação. O mapa 2, abaixo, mostra a área do semiárido brasileiro.

Mapa 2 - Delimitação territorial do bioma caatinga.



Fonte: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA

O sertão nordestino possui a maior densidade populacional em regiões semiáridas do mundo, com uma média de 20hab/km<sup>2</sup>. O sertanejo possui traços de resistência iguais as do ecossistema, apesar da migração ser a saída encontrada por muitos. A maioria dos retirantes desloca-se para o litoral e outras regiões do país, provocando o êxodo rural que leva, no campo, à desagregação familiar, e, na cidade, ao aumento da pobreza, desemprego e marginalidade. As condições ambientais adversas e a pobreza generalizada propiciam o desmatamento e práticas inadequadas de cultivo, culminando no processo de desertificação que já atinge seriamente mais de 18% do território semiárido nordestino (FALCÃO; OLIVEIRA, 2004).

## 5.2 BAHIA: ASPECTOS ECONÔMICOS E TERRITORIAIS

O mais rico e mais populoso estado nordestino, a Bahia é o quarto maior Estado brasileiro em população, com 14.021.432 (7,4% da população nacional), e o sexto maior produto, representando 4,12% do PIB nacional. Segundo a SEI (2010), o produto interno bruto do Estado da Bahia, em 2009, foi de R\$ 137, 074 bilhões (em torno de 60 bilhões de euros). A estrutura setorial do PIB mostra uma forte dependência do setor de Serviços que representa 63,60%, seguido da Indústria com 28,68%, e a Agropecuária com apenas 7,72%. O PIB Per Capita de R\$ 9.364,71 está abaixo do nacional.

Com 564.692,7 Km<sup>2</sup>, uma extensão territorial compatível com a França, é o quarto maior estado brasileiro. Os indicadores sócioeconômicos estão abaixo da média nacional e distantes das regiões mais desenvolvidas. A taxa de analfabetismo era de 27,3%, a mortalidade infantil de 32,4/1000 em 2008 e o IDH de 0,724 em 2005, ocupando a 19ª colocação entre os estados brasileiros. O PIB per capita foi de R\$ 9.364,73 em 2009, um dos menores do país (19º). O setor de Serviços responde por 63% do produto interno bruto, a Indústria representa 28% e a Agropecuária responde por 9%.

Como um estado subnacional e periférico, a Bahia tem poder político e administrativo limitado, não tem poder para definir a política macroeconômica e, portanto, o ritmo de crescimento econômico e de acumulação é dependente das diretrizes políticas elaboradas pelo poder central. A divisão político administrativa da Bahia se estrutura em 417 municípios que apresentam entre eles uma forte desigualdade sob diversos aspectos. O modelo de desenvolvimento recente, sob a égide da substituição de importações, projeto cepalino que implementou a industrialização - a Bahia tem o Polo Petroquímico de Camaçari como ícone desse modelo - produziu uma grande concentração espacial, setorial e socioeconômica da renda e do produto. Uma Bahia relativa inserida nos núcleos de reprodução do capital contrasta com a outra Bahia que abriga o maior contingente de pobres e a maior população rural do país.

Além da concentração espacial, dada as dimensões territoriais, há uma grande dispersão dos polos dinâmicos da economia baiana. Os polos dinâmicos estão concentrados nas bordas do

território (litoral, oeste e limites estaduais) e estabelecem fracas relações entre si (CARVALHO JUNIOR; DA SILVA; PESSOTI, 2011).

Ressalte-se, entretanto, que não se desenvolveram, no estado, municípios de porte médio e redes de cidades com dinâmicas complementares, mas sim cidades que polarizam algumas regiões. Fato – não único – que dificultou a integração do território, bem como limitou a geração de externalidades das atividades econômicas que foram atraídas. (CARVALHO JUNIOR; DA SILVA; PESSOTI, 2011, p. 218).

Os cinco maiores municípios em Valor Agregado (VA) representam 48,15% do PIB estadual. Isso decorre forte concentração industrial (61%) e de serviços (47%) nesses municípios. O maior PIB per capita municipal é do município de São Francisco do Conde, em torno de US\$ 200.000,00, e foi, em 2009, 37 vezes maior do que o PIB per capita estadual, e em torno de 150 vezes maior do que o PIB per capita dos municípios mais pobres do Estado. A distribuição do produto por Territórios de Identidade também revela a concentração espacial da riqueza. O Território Metropolitano de Salvador representa 40,73% do PIB Estadual. O Território de Identidade Vitória da Conquista, objeto desse trabalho, responde por 3,46%.

A estrutura produtiva é fortemente concentrada espacialmente e setorialmente. Os cinco maiores municípios em valor agregado (todos na região metropolitana e entorno) representam 61% da produção industrial do Estado e 47% do setor de serviços. Por outro lado, responde por apenas 19% do setor agrícola. Isso mostra uma forte concentração industrial e uma forte dependência dos municípios do interior, especialmente da região semiárida do Estado, das atividades agropecuárias.

Em que pese os esforços dos governos com políticas (ainda que tímidas), baseadas nos modelos de Perroux, a trajetória da economia baiana tem sido marcada pela forte concentração espacial e setorial da riqueza, tornando a Bahia um dos espaços geográficos mais desiguais do mundo. “Essa concentração resultou, fundamentalmente, de um processo de industrialização iniciado nos anos 50 e ancorado em polos cuja dinâmica foi caracterizada por Teixeira e Guerra (2000) como sendo exógena e espasmódica” (TEIXEIRA; GUERRA; ARAÚJO, 2011, p 236). Essa condição limitou os efeitos de encadeamento dos ciclos de

investimento e a interação espacial tornou permanente a dependência de intervenções exógenas.

### **5.2.1 Planejamento Territorial na Bahia**

O planejamento territorial da Bahia pode ser observado sob diferentes aspectos. Pelo critério da homogeneidade, do ponto de vista da dinâmica socioeconômica e sua relação espacial, a Bahia é dividida em três grandes áreas: o cerrado, o semiárido e o litoral. De acordo com o IBGE, as regiões homogêneas são áreas que integram, dentro do próprio Estado, municípios com características físicas, sociais e econômicas. O semiárido ocupa 2/3 do território baiano, caracterizado por uma população rural bem acima da média nacional, em sua grande maioria pobres, analfabetos e dependentes das políticas assistencialistas.

Mapa 3 - Semiárido baiano



Fonte: SEI (2007)

A divisão territorial deve observar vários aspectos, entre eles o regionalismo. O regionalismo, enquanto definidor das identidades regionais, traz uma nova concepção de estado, das suas funções, a possibilidade de descentralização administrativa e as condições para o

desenvolvimento econômico sustentado. Sob esse aspecto, a Bahia adota os conceitos (abrangentes) de Regiões Econômicas e Regiões de Influência Urbana, privilegiando as diferentes realidades econômicas estabelecidas pela dinâmica dos investimentos públicos.

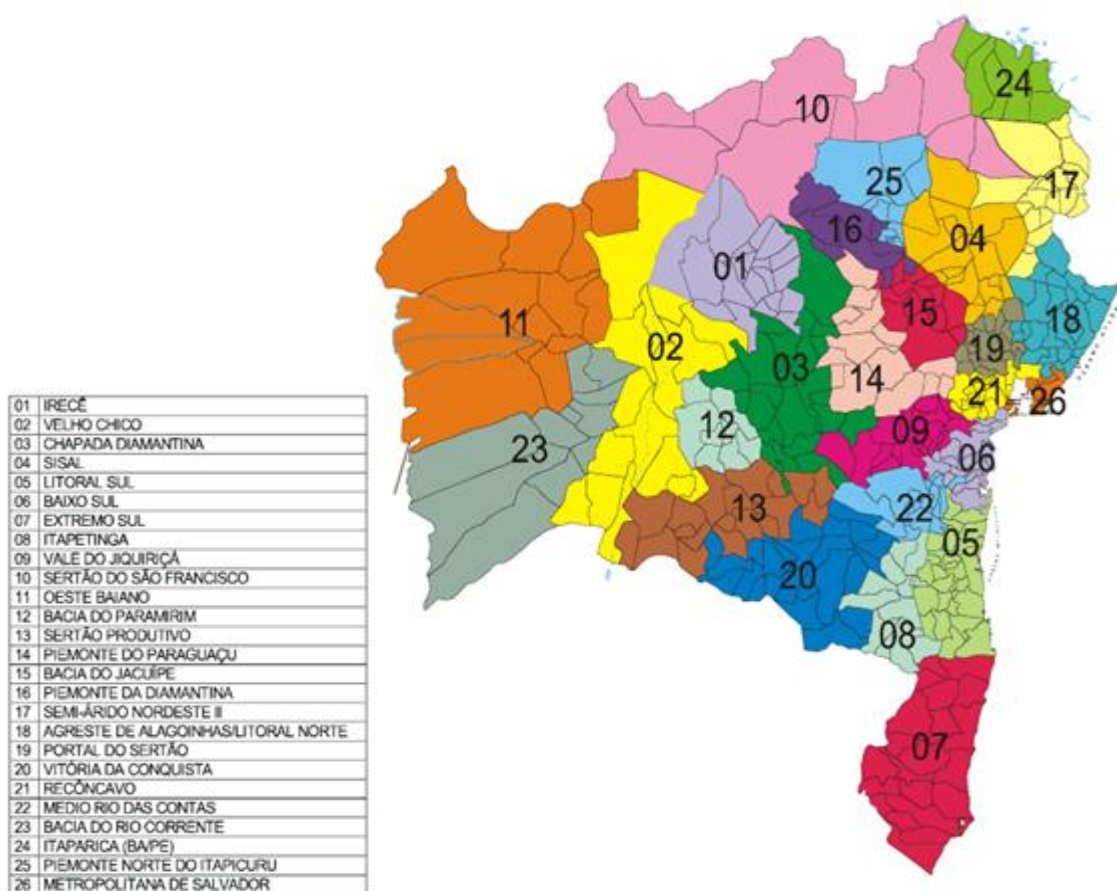
Mapa 4 - Regiões Econômicas da Bahia





Para efeitos desse estudo, o planejamento territorial da Bahia se estrutura a partir dos Territórios de Identidade. Essa forma de regionalização “enfoca as ações governamentais, na medida em que converge para a base conceitual de região, pressupondo também análise de prerrogativas quanto ao conceito de território” (DI LAURO et al, 2009, p. 7). A Bahia se divide territorialmente em 27 Territórios de Identidade (mapa 5), entre eles o de Vitória da Conquista objeto desse estudo.

Mapa 5 - Bahia: Territórios de Identidade



### 5.2.3 Semiárido baiano: características geoeconômicas.

O Estado da Bahia, apesar de ser o 6º estado mais rico do Brasil, está entre os últimos em indicadores de desenvolvimento social. A Bahia apresenta indicadores sociais inferiores à média nacional: taxa de analfabetismo de 17% e analfabetismo funcional de 37%, mortalidade infantil de 35,6 por mil, índice de pobreza acima de 30% (para várias linhas de pobreza absoluta utilizada), índice de Gini de 0,527 e expectativa de vida de 71,4 anos. No campo econômico, a Bahia é marcada por fortes contrastes: riqueza espacialmente concentrada na região metropolitana de Salvador e Recôncavo, com 52,8% do PIB estadual, e condições menos favoráveis no interior em relação à infraestrutura, educação, pobreza e desníveis de renda, especialmente na região do semiárido<sup>25</sup>.

O semiárido baiano reflete com toda a intensidade as agruras experimentadas pelo semi-árido nordestino de um modo geral. Ocupa uma área de quase 64% do território total do Estado da Bahia, abriga uma população superior a 6,5 milhões de habitantes, com densidade demográfica de 13,3 hab/km<sup>2</sup>, e ocupa 16 (dezesseis) dos 26 (vinte e seis) territórios de identidade do Estado<sup>26</sup>. Quase metade da população (47%) vive no meio rural, sendo a população urbana concentrada em cidades polos regionais, como Vitória da Conquista, Feira de Santana, Juazeiro e Guanambi (BRITTO; SANTOS, 2006). Apesar de concentrar quase 2/3 do território estadual e quase metade da população, o semiárido baiano fica com 21,1% do PIB estadual, sendo a renda *per capita*, em 2005, de R\$ 2.952,00, menos da metade da renda *per capita* estadual e em torno de ¼ da renda *per capita* nacional.

No meio rural, predomina a pecuária extensiva e caracterizada por forte concentração de terras. Em torno de 10% da área total do semiárido é formada por propriedades de menos de 20 hectares e representa 73% das propriedades (BRITTO e SANTOS, 2006). A tendência é de aumento da concentração da estrutura fundiária em função do êxodo rural. Segundo Britto e Santos (2006), pode se inferir desta estrutura fundiária que a agricultura familiar de

---

<sup>25</sup> Os dados referem-se ao ano de 2005, disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI.

<sup>26</sup> Territórios de identidade: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Sertão do São Francisco, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-árido Nordeste II, Vitória da Conquista, Médio Rio das Contas, Itaparica, Vale do Jiquiriça e Piemonte Norte do Itapicuru.

subsistência tem ocupado áreas insuficientes. A combinação de pouca terra, ausência de técnicas modernas de produção e secas constantes resulta no aumento da pobreza extrema.

O meio urbano do semiárido baiano é caracterizado por cidades de pequeno porte onde se concentram alguns serviços públicos e um comércio em expansão voltado exclusivamente para o atendimento da demanda local. A atividade comercial é sustentada pelos gastos dos funcionários públicos e pelas transferências de renda, basicamente de aposentados. O êxodo rural tem levado ao inchaço destas cidades que, dada a incapacidade do poder público local em atender a crescente demanda por serviços públicos, começam a se defrontar com as dificuldades das cidades grandes, como: aumento da violência, prostituição, marginalidade etc.

O Estado da Bahia concentra o maior contingente de pobres do país, sendo, a imensa maioria, oriunda do semiárido. A pobreza entendida como insuficiência de renda revela um traço marcante desta região que é a alta intensidade da pobreza, sendo a renda média dos pobres do semiárido mais distante dos valores de referência adotados como linha de pobreza, seja para o Nordeste em geral ou para o Brasil<sup>27</sup>. Como consequência direta da pobreza, o semiárido baiano ostenta uma série de indicadores sociais extremamente desfavoráveis, como: desnutrição, analfabetismo, elevada taxa de mortalidade infantil, péssimas condições de saúde, moradias precárias, baixa expectativa de vida, entre outros.

O combate à pobreza e à desigualdade através da melhoria do nível educacional da população possui uma série de vantagens e uma única desvantagem. A principal vantagem relaciona-se ao fato da educação ser um ativo reprodutível e não transferível, por isso é mais fácil de ser empreendida do que a distribuição de terras por exemplo. A desvantagem refere-se ao fato dos retornos da educação se materializam no longo prazo - um problema quando se trata de população na extrema pobreza, carente de uma ação imediata do poder público. Essa situação, aliada a um ambiente institucional precário, marcado pelo oportunismo político e pelo imediatismo, ajuda a explicar a persistência do atraso econômico e da pobreza nessa região. “O problema da educação como instrumento de combate à pobreza, no entanto, é que ele requer prazo longo para afetar a pobreza e a desigualdade e não traz soluções para o problema da fome e da miséria, que requerem medidas de curtíssimo prazo.” (ARBACHE, 2003, p. 19).

---

<sup>27</sup> Sobre pobreza no Nordeste ver Rocha (2003).

Existem limitações da educação para agir contra a pobreza. Em primeiro lugar, seus efeitos são demorados. Em segundo lugar, não existe no Brasil a cultura de associar o conhecimento ao trabalho. Em terceiro lugar, a estratégia de distribuição de educação tem efeitos essencialmente entre as crianças e adolescentes, e pouco efeito sobre adultos. (ARBACHE, 2003, p. 20).

Apesar da gravidade destes indicadores, as poucas tentativas de mudanças desta situação se deram de forma exógena e não foram capazes de transformar as bases econômicas e sociais da região. Estas tentativas iniciaram com a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1907, que depois passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Em 1955, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A Sudene se debruçava sobre planos nunca concretizados e distribuía incentivos fiscais entre grupos dominantes locais e nacionais.

Com o fim da Sudene em 2001, e com a atenção do poder central voltada para os objetivos da política macroeconômica e sob o domínio de ideias e políticas neoliberais, a problemática do semiárido nordestino foi colocada à margem de ações efetivas. Diante da crise fiscal financeira dos estados brasileiros e no vácuo de políticas regionais em escala federal, emerge a guerra fiscal entre os estados, que produz pouco ou nenhum impacto sobre a estrutura econômica e social existente. Sem medidas vindas do poder central, o êxito das políticas regionais é colocado em xeque. A ação do poder central no semiárido baiano restringe-se a políticas compensatórias de transferências de renda. Embora políticas compensatórias contribuam para minorar as condições adversas da população, contribuindo para redução da pobreza extrema, elas são assistenciais e voltadas para atender uma condição específica do indivíduo e não da região.

Cabe destaque a duas das poucas iniciativas de sucesso do governo no semiárido baiano: o desenvolvimento da agricultura irrigada, com a fruticultura destinada à exportação, desenvolvida ao longo do São Francisco, e o complexo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro. Estas iniciativas têm atraído investimentos de empresas nacionais e estrangeiras e gerado externalidades a partir das oportunidades de negócios locais.

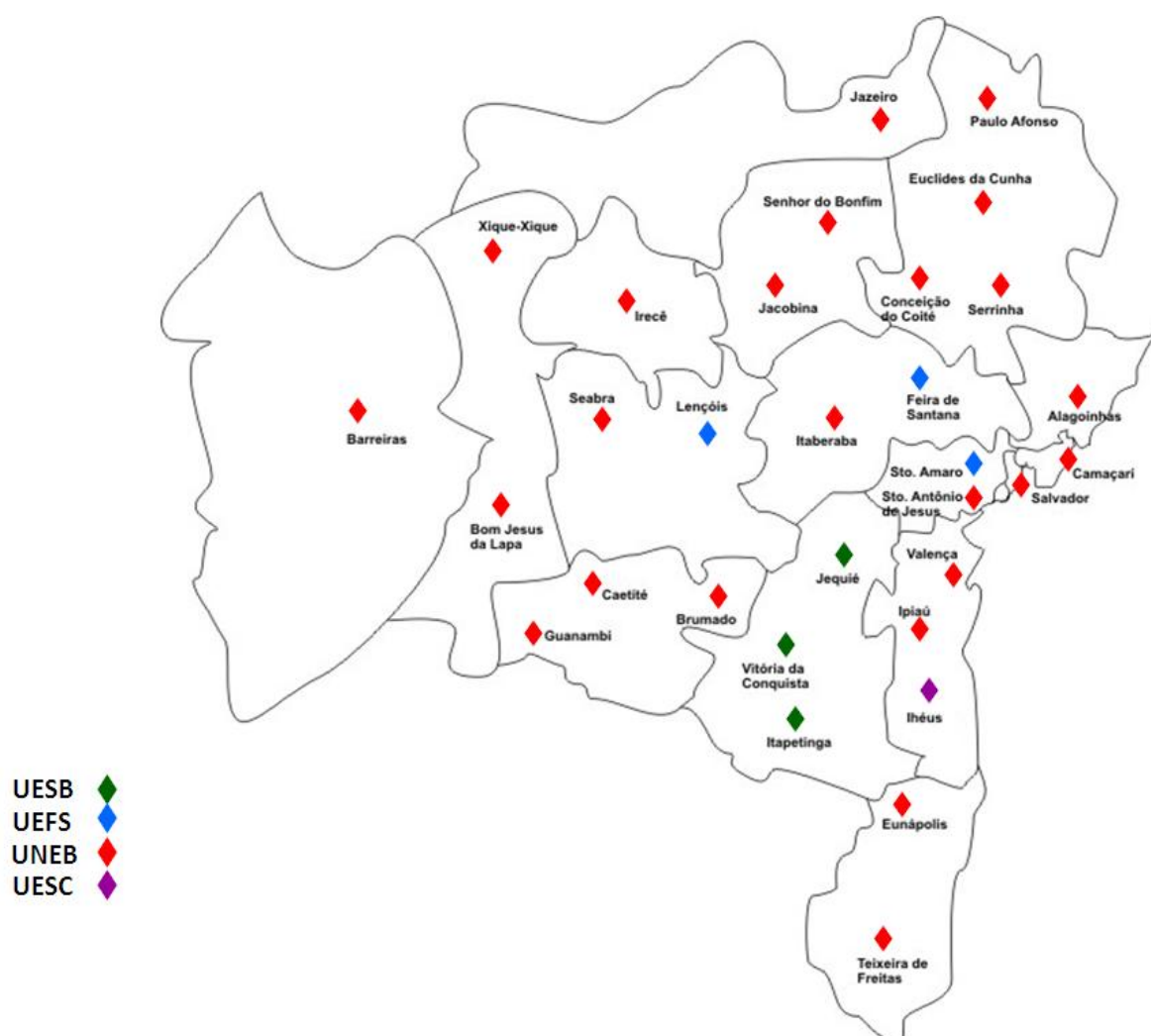
### 5.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES

A educação superior no Brasil foi marcada pela desigualdade espacial e social na sua origem e o no seu desenvolvimento. Até recentemente o sistema de ensino superior, dominado pela elite econômica e intelectual, possuía mecanismos de reprodução excludentes que reforçavam este processo de concentração espacial e social. Nas décadas de 80 e 90 do século passado a criação e expansão das universidades estaduais e o crescimento do ensino superior privado possibilitaram uma melhor distribuição espacial e maiores oportunidades de acesso ao ensino superior, mas reproduzindo nos espaços regionais as desigualdades espaciais e sociais verificadas no plano nacional.

São quatro as Universidades Estaduais Baianas sendo duas trabalhando em um sistema multicampi: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – com sede em Feira de Santana, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – com sede nos municípios de Itabuna e Ilhéus, Universidade Estadual da Bahia (UNEB) – com sede em Salvador e 24 campi espalhados pelo interior do Estado, e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – com sede em Vitória da Conquista e um campus na cidade de Jequié e outro na cidade de Itapetinga.

O Governo do Estado da Bahia destinou, em 2011, 5,01% da sua receita tributária líquida, algo em torno de 700 (setecentos) milhões de reais, equivalente a 300 (trezentos) milhões de euros. Este valor corresponde a 0,5% do Produto Estadual.

Mapa 6 – Abrangência das Universidades Estaduais da Bahia por Município



Apesar dos avanços significativos associados à taxa de escolarização no Brasil, a Bahia, junto com o Nordeste, mantém por um lado uma das piores taxas de escolarização e por outro lado os maiores avanços associados a essa taxa. A Bahia, assim como o Nordeste e o Brasil, apresentou redução significativa do Gini educacional entre 2003 e 2009. O Gini educacional da Bahia reduziu, no período, de 0,3026 para 0,2664. O Brasil reduziu de 0,2680 para 0,2412 e o Nordeste de 0,3058 para 0,2696.

No Estado da Bahia, pela dimensão territorial e o elevado índice de pobreza, a desigualdade revela-se ainda mais perversa. Por muitas décadas, a Bahia contou com apenas uma Universidade Federal, sediada em Salvador, ao contrário de outros Estados de dimensões e

importância econômica semelhantes. A criação de uma universidade federal, como muitos outros investimentos públicos no Brasil, resulta do clientelismo político. Apesar da Bahia ter relativa força política, os esforços dos políticos convergiam para troca de favores e interesses paroquiais imediatistas. O vazio criado pela omissão do poder público federal vai ser preenchido pelo Governo do Estado com a criação de quatro universidades estaduais, algumas trabalhando em um sistema multicampi, dentre elas a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb, objeto desse estudo. Essas universidades permitiram uma melhor distribuição espacial da oferta de ensino superior privado e contribuíram para afirmação de centralidades outras em cidades médias do interior do Estado.

Apesar dos esforços e investimentos do governo brasileiro, nos últimos anos, os indicadores revelam problemas como acesso, permanência e desempenho educacional em todos os níveis de ensino, especialmente na educação profissional. Estes problemas evidenciam níveis de desigualdade que desfavorecem as populações da região semiárida do Nordeste brasileiro.

A situação educacional dos jovens baianos é marcada por profunda desigualdade, decorrente, em grande medida, da matriz histórica de formação da sociedade baiana. Esta matriz histórica se reproduziu inercialmente no tempo, sem nenhuma ruptura, conformando nos dias atuais instituições de baixa qualidade. O modelo educacional excludente (mais do que em outras manifestações sociais) dificulta o acesso e a permanência de crianças e jovens nos sistemas de ensino. Se pelo lado da demanda a sociedade não foi constituída com a crença de que a educação é uma porta de saída da pobreza, a oferta incipiente em quantidade e qualidade, nos diversos níveis e modalidades de ensino, contribuiu para acirrar as desigualdades e garantir sua reprodução futura. Essas condições se reproduzem em todos os momentos da vida escolar, mas se revela ainda mais desigual no ensino superior, até mesmo como consequência da deficiência verificada nos outros níveis de ensino. “Dessa modo, parcela considerável das crianças brasileiras ingressassem na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativos (anos de estudo), quanto em termos qualitativo (capacidades e habilidades desenvolvidas)” (CORBUCCI, 2010, p. 28).

Essas condições desfavoráveis têm, em meados da década de 90 (noventa), um ponto de inflexão. As políticas públicas (muitas delas indutivas através de ações compensatórias) passam a ter a educação como foco central da estratégia de desenvolvimento do país. Observa-se, a partir desse período, redução da taxa de analfabetismo na Bahia. Mais de 12%

do total de analfabetos do Brasil (14,1 milhões) está na Bahia: 1,8 milhão de baianos com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever, o que corresponde a 16,7% da população do Estado nesta faixa etária. Em que pese ter o maior contingente de analfabetos do Brasil, entre 2004 e 2009 houve queda de 4,24 pontos percentuais nesta taxa. A diminuição é mais significativa do que no Brasil, onde houve recuo de 1,8 ponto percentual, e do que no Nordeste, onde foi registrada a maior queda regional do País no número de analfabetos, 3,7 pontos, chegando a 18,7% da população. Dos analfabetos baianos 53% (962 mil) estão no meio rural e 95% tem 25 anos ou mais. Também foi observado uma redução na defasagem idade/série e elevação das taxas de frequência à escola (PNAD, 2010).

Contudo, essa situação deve ser revertida no médio prazo, haja vista que 98% dos baianos entre 7 e 14 anos estão na escola. Políticas compensatórias como o bolsa-escola e posteriormente o bolsa-família, que impõe condicionalidades para a concessão desse benefício como manter os alunos na escola, estão rompendo com a inércia institucional e mudando padrões de comportamento entre famílias pobres e sem escolaridade do meio rural.

Acompanhando o mesmo processo de expansão do ensino superior no Brasil, entre 2000 e 2010, as matrículas nos cursos de graduação presenciais na Bahia cresceram 178%. Esse crescimento foi basicamente em função do setor privado que cresceu 323%, enquanto o sistema público avançou apenas 33%. O crescimento nas matrículas foi acompanhado pelo crescimento no número de instituições. Novamente o avanço maior foi do setor privado, com aumento de 151% contra um crescimento de 33% do setor público. O crescimento do setor público se deu, no âmbito federal, devido ao REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e à criação de duas novas universidades federais na Bahia, e no âmbito estadual, devido à criação de novos cursos nas Universidades Estaduais. (INEP, 2011).

Tabela 10 – Bahia: mudanças no ensino superior, 2000 - 2010

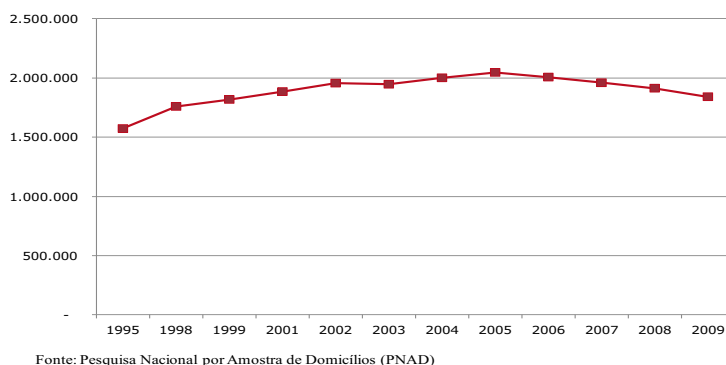
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>49</b>	<b>100</b>	<b>116</b>	<b>100</b>	<b>137</b>
<b>Pública</b>	6	12,2	8	6,9	33
<b>Privada</b>	43	87,8	108	93,1	151
<b>MATRÍCULAS</b>	<b>89.191</b>	<b>100,0</b>	<b>248.293</b>	<b>100,0</b>	<b>178</b>
<b>Pública</b>	49.952	56,0	76.618	30,9	53
<b>Privada</b>	39.239	44,0	169.662	69,1	323
<b>DOCENTES</b>	<b>7.661</b>		<b>18.293</b>		<b>139</b>

Fonte: Elaboração própria



As mudanças na pirâmide etária do Brasil com o envelhecimento da população, começa a apresentar seus reflexos na estrutura etária da população baiana. Entre 2000 e 2009, a curva da população com idade entre 18 e 24 anos inverte e passa a ser decrescente.

Gráfico 9 – Bahia: Jovens com idade entre 18 e 24 anos



Desse contingente de quase dois milhões de baianos na faixa etária de 18 a 24 anos, em torno de 30% estudam. A quantidade de jovens nessa faixa matriculados no ensino fundamental e ensino médio – quando deveria estar matriculados no ensino superior - embora declinante, ainda é muito elevada para os padrões dos estados mais desenvolvidos do Brasil. Os gráficos abaixo apresentam as curvas dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio.

Gráfico 10 – Bahia: Jovens com idade entre 18 e 24 anos que estudam

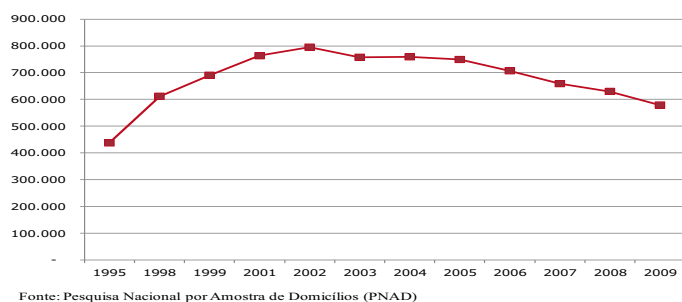


Gráfico 11 – Bahia: Jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no ensino fundamental

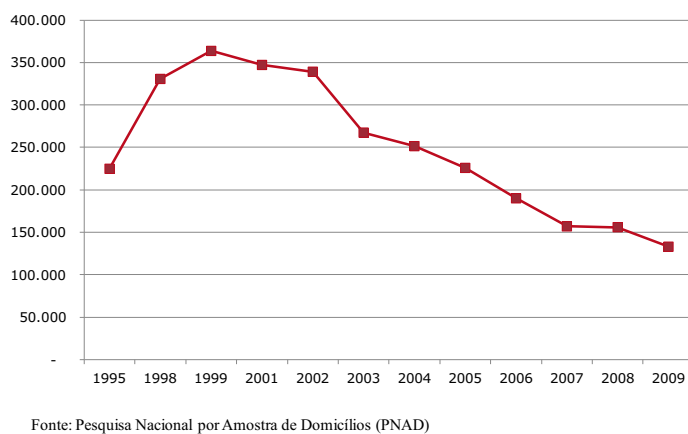
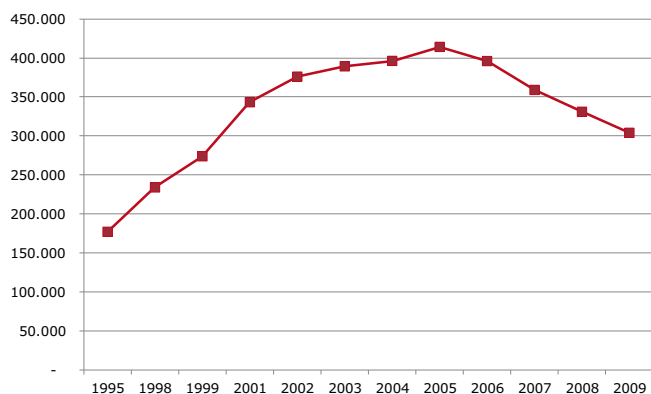


Gráfico 12 – Bahia: Jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no Ensino Médio.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

O percentual de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior na Bahia, muito abaixo da média nacional, é o terceiro menor do país, só perde para o Maranhão, com 4,2%, e Alagoas, com 7,4%, ficando muito atrás dos estados do Sul e Sudeste e bem distante do Distrito Federal que é a Unidade da Federação com maior percentual de jovens matriculados no ensino superior (26%).

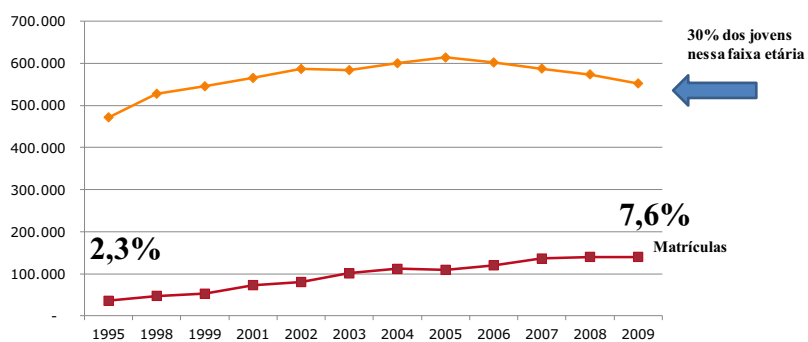
Tabela 11- Percentual de jovens com idade entre 18 e 24 anos na educação superior

ESTADO	POPULAÇÃO	EDUCAÇÃO SUPERIOR	%
<b>BRASIL</b>			<b>13,9</b>
RONDÔNIA	196.000	25.000	12,80
ACRE	99.000	11.000	11,10
AMAZONAS	457.000	50.000	10,90
RORAIMA	60.000	7.000	11,70
PARÁ	964.000	73.000	7,60
AMAPÁ	81.000	11.000	13,60
TOCANTINS	174.000	25.000	14,40
MARANHÃO	852.000	36.000	4,20
PIAUÍ	465.000	44.000	9,50
CEARÁ	1.165.000	116.000	10,00
RIO GRANDE DO NORTE	423.000	41.000	9,70
PARAÍBA	467.000	39.000	8,40
PERNAMBUCO	1.096.000	97.000	8,90
ALAGOAS	394.000	29.000	7,40
SERGIPE	281.000	38.000	13,50
<b>BAHIA</b>	<b>1.914.000</b>	<b>140.000</b>	<b>7,60</b>
MINAS GERAIS	2.333.000	326.000	14,00
ESPÍRITO SANTOS	432.000	55.000	12,70
RIO DE JANEIRO	1.710.000	298.000	17,40
SÃO PAULO	4.853.000	885.000	18,20
PARANÁ	1.178.000	219.000	18,60
SANTA CATARINA	741.000	152.000	20,50
RIO GRANDE DO SUL	1.221.000	227.000	18,60
MATO GROSSO DO SUL	277.000	37.000	13,40
MATO GROSSO	380.000	65.000	17,10
GOIÁS	709.000	92.000	13,00
DISTRITO FEDERAL	319.000	83.000	26,00

Fonte: IBGE, PNAD (2008)

Segundo dados da PNAD (2009), apenas 7,6% dos jovens baianos entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior. Embora no início da década fosse apenas 2,3%, e em que pese a trajetória ser ascendente, a evolução apresentada entre 2000 e 2009 é insignificante para recuperar o atraso histórico. Além dos indicadores quantitativos serem insuficientes a qualidade do ensino é declinante, o que dificulta a inserção do estudante no mercado de trabalho, desestimulando outros jovens a ingressarem na educação superior.

Gráfico 13 – Bahia: Jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no Ensino Superior.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

O crescimento no número de matrículas no ensino superior na Bahia, nos últimos anos, se deu em todos os tipos de instituições: Federais, Estaduais e, principalmente, instituições particulares.

Gráfico 14 – Bahia: Total de matrículas no Ensino Superior.

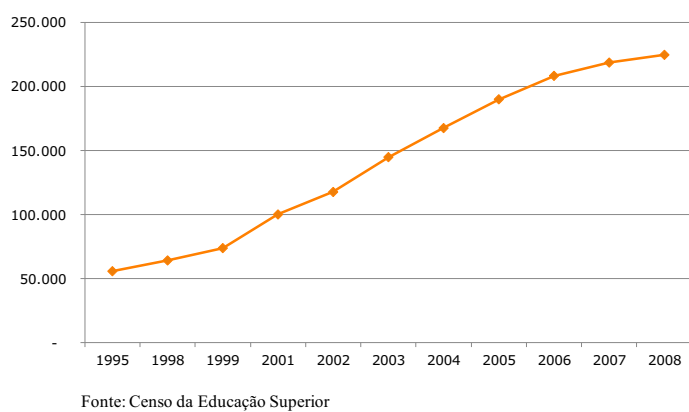


Gráfico 15 – Bahia: Matrículas em IES Federais.

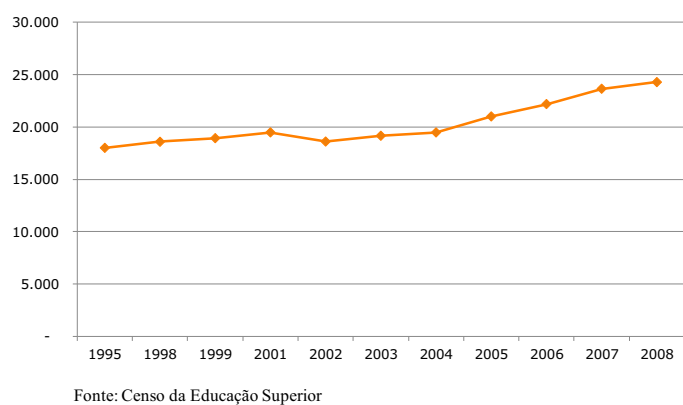
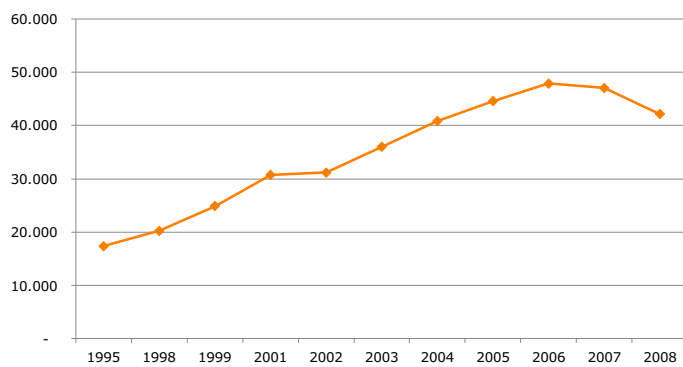
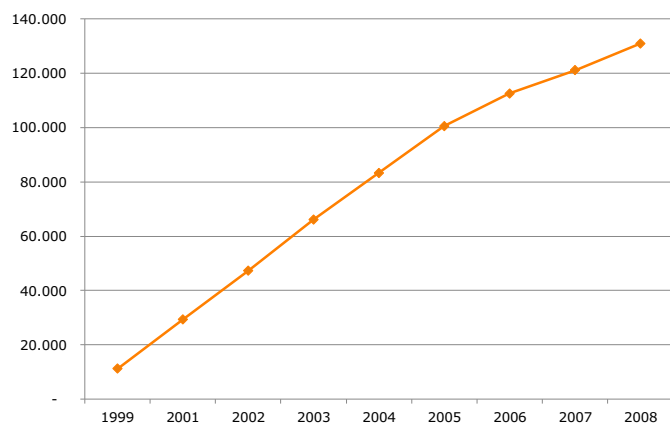


Gráfico 16 – Bahia: Matrículas nas IES Estaduais



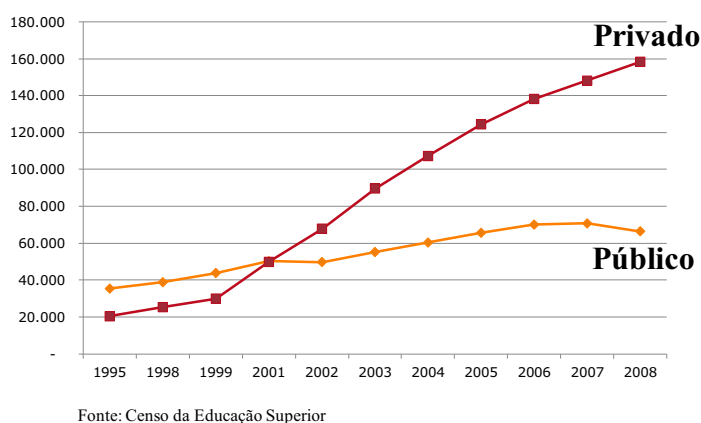
Fonte: Censo da Educação Superior

Gráfico 17 – Bahia: Matrículas nas IES particulares



Fonte: Censo da Educação Superior

Gráfico 18 – Bahia: Evolução matrículas no Ensino Superior, IES públicas e IES privadas.



Semelhante ao que ocorre no Brasil, na Bahia há uma forte concentração do número de matrículas em um pequeno número de instituições. Enquanto as matrículas nas instituições privadas estão dispersas em dezenas de instituições, as matrículas no sistema público estão concentradas em apenas nove instituições, sendo sete universidades (quatro estaduais e três federais) e dois institutos federais. Segundo o INEP (2010), em 2009, 117 instituições de ensino superior (IES) de grande porte, concentravam 2.505.670 matrículas na graduação presencial. Ou seja, 5,1% das IES detinham 48,9% das matrículas.

Além da concentração de matrículas em algumas instituições, há na Bahia assim como no Brasil, uma forte concentração de matrículas em poucos cursos. Segundo dados do INEP (2010), apenas cinco cursos concentravam 50,1% das matrículas no ensino superior no Brasil. São eles: Administração (18,5), Direito (10,9), Pedagogia (9,6), Engenharia (7,1) e Enfermagem (4,0). Na Bahia, essa situação se reproduz com uma alteração desfavorável, sai o curso de Engenharia e entra o de Ciências Contábeis.



A concentração de matrículas em cursos não voltados diretamente para o setor produtivo é um dos pontos críticos da educação superior brasileira. Enquanto em outros países a oferta de cursos nas áreas das engenharias chega a mais de 30%, no Brasil fica em torno de 4%, com um agravante: o índice de desistência chega a 50%. Este panorama tem reflexos no setor produtivo, na competitividade de nossas empresas e na qualidade do desenvolvimento econômico do país, tendo em vista a baixa taxa de inovação das nossas empresas. O pequeno número de cursos de engenharia contribui para a assimetria na área de C,T&I no Brasil, enquanto o Brasil é o 13º em produção científica (com 2,7% da produção mundial) é o 47º em inovação.

É importante salientar que enquanto quase 94% das vagas nas instituições públicas são preenchidas, nas instituições privadas o preenchimento fica em 59%. Isto decorre dos preços praticados nessas instituições, incompatíveis com o nível de renda. O valor médio da mensalidade de uma faculdade particular na Bahia fica em torno de um salário mínimo. Com este preço, apenas as famílias com rendimento maior que 5 salários mínimos teriam condições de pagar a mensalidade. Sendo que apenas metade daqueles que ganham de 5 a 10 salários poderiam dirigir percentuais dos seus rendimentos para pagamento de mensalidades para seus filhos. Segundo dados da PNAD (2008), 1.315.000 pessoas na Bahia estariam aptas a essas condições. Considerando que desse total 13,2% são jovens com idade entre 18 e 24 anos (mesmo percentual dessa faixa etária na população baiana), teríamos 173.580 jovens que poderiam pagar a mensalidade. (AMARAL, 2010).

Tabela 12 – Bahia: Moradores em domicílios particulares por classe de rendimento mensal.

<b>CLASSE DE RENDIMENTO DOMICILIAR MENSAL - TODAS AS FONTES (1) (Salários Mínimos - SM)</b>	<b>MORADORES (2)</b>	<b>% BA</b>	<b>% BR</b>
Até 1 SM	2.952.000	20,4	20,4
Mais de 1 a 2 SM	4.163.000	28,7	28,7
Mais de 2 a 3 SM	2.619.000	18,1	18,1
Mais de 3 a 5 SM	2.224.000	15,3	15,3
<b>Mais de 5 a 10 SM</b>	<b>1.276.000</b>	<b>8,8</b>	<b>8,8</b>
Mais de 10 a 20 SM	469.000	3,2	3,2
Mais de 20 SM	208.000	1,4	1,4
Sem Rendimento	155.000	1,1	1,1
Sem declaração	435.000	3,0	3,0
<b>TOTAL</b>	<b>14.501.000</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/PNAD (2008)

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(2) Inclusive os domicílios cujos moradores recebem somente benefícios.

O acesso ao ensino superior público é bastante restritivo, seja pelo número de vagas, seja pelo critério de acesso (vestibular). O rigor do vestibular acaba filtrando os alunos melhor preparados, geralmente aqueles de maior poder aquisitivo, que tiveram condições de se preparar em um cursinho pré-vestibular ou em boas escolas privadas. Com dificuldades de acesso a uma universidade pública, só resta à maioria dos alunos, geralmente os de menor poder aquisitivo, cursar o ensino superior em uma instituição privada. Esta situação torna os baianos ainda mais desiguais, haja vista que, como os alunos oriundos da universidade pública são tidos como mais qualificados, acabam conseguindo os melhores empregos, auferindo uma maior renda. O sistema de ensino superior público, que deveria ser o principal instrumento para reduzir as desigualdades, acaba tornando os baianos ainda mais desiguais.

## 5.4 VITÓRIA DA CONQUISTA: ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, TERRITORIAIS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES.

### 5.4.1 Características gerais

O município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião do Planalto de Conquista, no Sudoeste da Bahia. Sua sede, situada nas encostas da Serra do Periperi, está a 509 Km da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 50' 53'' de latitude Sul e 40° 50' 19'' de longitude Oeste. Tem uma área de 3.743 Km<sup>2</sup>, distribuída em 12 distritos: Sede, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, Bate-pé, Veredinha, Cercadinho, Cabeceira da Jiboia, Dantelândia, São Sebastião e São João da Vitória. O município limita-se com os municípios de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Planalto, Barra do Choça, Cândido Sales, Itambé e Ribeirão do Largo. O mapa 7, abaixo, permite localizar o Município de Vitória da Conquista em um contexto global.

Mapa 7 – Vitória da Conquista: contexto global



Fonte: Elaboração Própria

Vitória da Conquista apresenta grandes variações climáticas devido à sua altitude que, em alguns lugares, chega a atingir mais de 900 metros. A temperatura à noite é fria, regulando de 10° a 17° C no inverno e 18° a 25° no verão. A região onde está situado o município é atingida por isothermas médias mensais que variam de 24,6° a 30,1° C, ficando a temperatura média anual em torno de 18° C. O inverno se caracteriza pelas neblinas intermitentes, e o verão, pelas chuvas de trovoadas.

O povoamento da localidade, que posteriormente se transformou no Município de Vitória da Conquista, teve origem no século XVIII e está ligada à colonização portuguesa. Estabelecido inicialmente como Arraial da Conquista, foi elevado em 09 de novembro de 1840 à condição de Vila Imperial da Vitória, distrito da Vila de Caetité. Em 1891, com a instalação da Câmara de Vereadores, Vila Imperial da Vitória elevou-se à categoria de cidade com o nome de Conquista. Fruto de um processo de colonização, baseada no domínio sobre a terra e na busca de metais preciosos e em áreas para pastagens, a economia esteve baseada em uma pecuária extensiva e com agricultura e comércio voltados para atendimento da demanda local (IBGE, 2011).

A população do município de Vitória da Conquista, em 1° de agosto de 2010, era de 306.374 habitantes (o terceiro município mais populoso do Estado), representando 2,18% da população do Estado da Bahia (IBGE, 2011). A população urbana é de 274.805, representando 2,72% da população urbana do estado. O grau de urbanização é de 89,7%, bem acima do grau de urbanização estadual, que é de 72,1%. A densidade demográfica é de 81,8 habitantes por Km<sup>2</sup>. Esta população começou a desenvolver-se em maior escala a partir de 1940 com a abertura da estrada ligando a cidade ao Sul do Estado (Ilhéus) e ao Oeste (Bom Jesus da Lapa). Isso possibilitou maior conexão com outros núcleos produtivos e uma constante migração, acentuada na década de 1970, com a implantação do polo cafeeiro.

Conforme pode se observar na tabela abaixo, a população do município passou de 125.573 habitantes em 1970 para 170.624 em 1980 (crescimento acumulado de 36%), e em 1991, aumenta para 225.091 (incremento de 32%). Em 2000, a população aumenta para 262.585 habitantes, um crescimento de 16,7% em relação a 1991. Em um curto período de 30 anos a população do município mais do que dobra. Um crescimento de 144% entre 1970 e 2010.

Tabela 13 – Vitória da Conquista: População residente, Taxa de urbanização e Densidade demográfica

Ano	População Residente			Taxa de Urbanização	Densidade Demográfica
	Total	Urbana	Rural	%	(hab/Km <sup>2</sup> )
1970	125.573	84.346	41.227	67,2	33,5
1980	170.624	127.454	43.170	74,7	45,6
1991	224.896	188.158	36.738	83,7	60,1
1996	246.000	211.000	35.000	85,7	65,7
2000	262.585	225.430	37.155	85,8	70,2
2010	306.374	274.805	31.569	89,7	81,8

Fonte: IBGE

Apesar da crise da economia cafeeira, a partir de meados da década de 80, o município mantém o seu crescimento populacional acima da média regional. Isto se deve ao crescimento de segmentos intensivos em mão de obra, como os serviços de saúde e educação, principalmente a educação superior.

As mudanças demográficas em Vitória da Conquista incluem significativas alterações na estrutura etária. A redução na taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida provocam uma mudança na composição etária, mostrando uma tendência ao envelhecimento demográfico da população. Esta situação tem implicações sobre o ritmo de desenvolvimento da região, contudo as políticas para enfrentar tal situação são definidas pelo poder central.

A área urbana do município articula-se em torno de dois grandes eixos rodoviários. No sentido norte-sul, a BR 116 (Rio-Bahia) permite o acesso tanto ao Centro-Sul como ao Norte e Nordeste. No sentido leste-oeste, a BA 415 (Conquista - Itabuna) permite acesso ao litoral e a BA 262 (Conquista - Brumado) permite acesso ao oeste do Estado. Esta última, é a principal rota de entrada para a região Centro-Oeste do país. Com o asfaltamento da Estrada Correntina-Bom Jesus da Lapa, Vitória da Conquista se tornou passagem obrigatória para os turistas de Brasília, Goiânia, Barreiras, Campo Grande etc., que se dirigem para Ilhéus e Porto Seguro.

Até a década de 1940, a base econômica do município de Vitória da Conquista se fundava na pecuária extensiva. A partir daí, a estrutura econômica e social entraria em um novo estágio, com o comércio ocupando um lugar de grande destaque na economia local. Em função de sua privilegiada localização geográfica e graças à abertura da BR 116 e das rodovias estaduais BA

415 e BA 262, o município pôde integrar-se a outras regiões do estado e ao restante do País. Esta integração à economia nacional e estadual possibilitou a consolidação do município como um centro comercial regional.

O perfil da evolução econômica do município de Vitória da Conquista acompanha, nos seus grandes traços, a trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro, apesar de distante (em todos os sentidos) dos centros de decisão e de desconectada dos núcleos de reprodução da economia capitalista. Até 1940, o Brasil é um país predominantemente rural. A partir daí, com o processo de industrialização da economia via substituição de importações, ocorre o êxodo rural e se intensifica o processo de formação de economias de aglomeração. Até 1970 este movimento fica concentrado nos dois principais polos econômicos nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo. A partir da década de 70, ocorre um processo de desconcentração das atividades econômicas, as cidades médias são beneficiadas por este processo formando economias de aglomeração e se constituindo como centros de articulação regional.

Vitória da Conquista se insere nesse contexto e, no início da década de 1970, dois novos setores são introduzidos na economia local: a cafeicultura e a indústria de transformação. O polo cafeeiro seria responsável por um grande dinamismo da economia regional, o que se refletiu no aumento substancial da população do município, no crescimento e diversificação do comércio e das atividades de prestação de serviços. No entanto, o crescimento da cidade ocorre de uma forma desordenada, o que redundará na insuficiência de equipamentos sociais básicos, para a maioria da população. A indústria não cresce como se desejava, ocorrendo até mesmo o fechamento de muitas fábricas, não constituindo-se, portanto, em um vetor de desenvolvimento regional.

A partir do final da década de 1980, a economia de Vitória da Conquista passa a ser sustentada fundamentalmente pelo setor de serviços e pelo comércio, com destaque para a atividade varejista. Isto se deve, por um lado, à grave crise que se abate sobre a cafeicultura (queda nos preços internacionais e longo período de estiagem) e, por outro, à crise fiscal-financeira do Estado, que se mostra incapaz de atuar decisivamente na construção de uma infraestrutura que condicione os investimentos privados.

O crescimento do setor comercial e dos serviços (principalmente os serviços de educação e saúde) na década de 90 contribuiu para manter a estabilidade econômica do município.

Contudo, estes setores se alimentam exclusivamente da localização estratégica da cidade e da condição de polo regional, e não estão, portanto, articulados a outros setores dinâmicos da economia como o setor industrial, por exemplo. Isto torna os setores dinâmicos da economia municipal (serviços e comércio) dependentes e vulneráveis. Em função disto, a economia municipal não cresce de forma a superar o subdesenvolvimento e vive oscilando entre expansão momentânea e estabilidade. Os momentos de rápida expansão se dão quando há a conjunção de boas safras de café com a melhora nos preços deste produto no mercado internacional.

#### **5.4.2 Aspectos urbanos, territoriais e região de influência**

A cidade de Vitória da Conquista pode ser usada para exemplificar a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller. O núcleo urbano de Vitória da Conquista caracteriza-se como o elemento organizador das relações de troca onde se desenvolve as atividades produtivas e de consumo e constitui-se como área geográfica espacialmente delimitada de forte interação entre produtores e consumidores. A cidade se estabeleceu como força polarizadora em sua região de articulação, exercendo um comando sobre o território numa proporção direta do seu tamanho, da densidade e diversificação da sua estrutura produtiva e sua rede de serviços, especialmente, transportes de saúde e educação. Outro fator determinante para a influência regional é a distância em relação a outros centros polarizadores, como Salvador e Belo Horizonte. Segundo Christaller (1966), quanto mais distante de grandes centros polarizadores maior o comando sobre o território de influência. Christaller define como determinante para a escolha da localização a minimização dos custos de deslocamento dos consumidores, divergindo de Losch que define como determinante da localização a maximização dos lucros dos produtos.

Vitória da Conquista é uma cidade média do interior do Estado da Bahia. A adjetivação de média envolve escala de grandeza que, neste caso, está relacionada ao contingente populacional. Está consolidado na literatura, tanto no campo da geografia espacial como da economia regional, que se entende por cidade média no Brasil aquela com contingente



populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes. Vitória da Conquista possuía, segundo o Censo de 2010, 306.374 habitantes, com uma população predominantemente urbana (89,7%). Contudo, uma cidade de 300 mil habitantes no interior do Estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no interior de São Paulo. Há necessidade de ir além do contingente populacional e levar em conta o papel que a cidade desempenha em sua região de articulação, sua força centrípeta é a força que exerce em sua área de influência (MAIA, 2010).

Além da classificação de cidade média pelo aspecto populacional, Vitória da Conquista se caracteriza como cidade média por ter suas atividades diretamente relacionadas à função administrativa que ela exerce através da capacidade do setor público em prover serviços e infraestrutura urbana básica (educação, saúde, saneamento, segurança, entretenimento entre outras) e influenciar a atividade econômica do seu entorno. Sua constituição como cidade média se baseou na construção e expansão de vias de comunicação e implantação de infraestrutura de transporte, iniciada nas décadas de 1950/60, com a construção da Rio-Bahia (BR 116). Este processo, que levou à formação de muitas cidades médias no Brasil, possibilitou o crescimento de centros urbanos localizados ao longo dos eixos de ligação com metrópoles. “A dinâmica de crescimento/desenvolvimento econômico das cidades médias que apresentam esta característica é centrada no surgimento de deseconomias de aglomeração nas metrópoles, ao mesmo tempo em que as economias de aglomeração destes centros urbanos tornam-se significativas” (PEREIRA, 2002, p. 26).

Vitória da Conquista, como uma cidade média, possui a função de articular os centros do capital e de comando aos menores centros urbanos. A presença de bens e serviços de ordem elevada que só podem ser oferecidos em lugares centrais torna a cidade privilegiada na hierarquia das cidades baianas. Em Vitória da Conquista tem se manifestado, ao longo dos últimos anos, a presença de bens públicos como agente portador da urbanidade. Dentre esses bens destacam-se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o Instituto Federal de Educação e, mais recentemente, um *campus* da Universidade Federal da Bahia.

Vitória da Conquista pode ser entendida como uma cidade média porque, além de possuir os atributos populacionais, possui um conjunto de relações políticas, culturais, econômicas e sociais com sua região de influência que lhe confere aspectos tanto quantitativos como qualitativos em uma definição de cidade média. Vitória da Conquista desde a sua origem

exerce uma centralidade regional. A propósito as características de uma cidade média, destacadas por Sposito (2009), são verificadas na relação de Vitória da Conquista com sua região de influência.

[...] cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região, as duas coisas acontecem. Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, p.19).

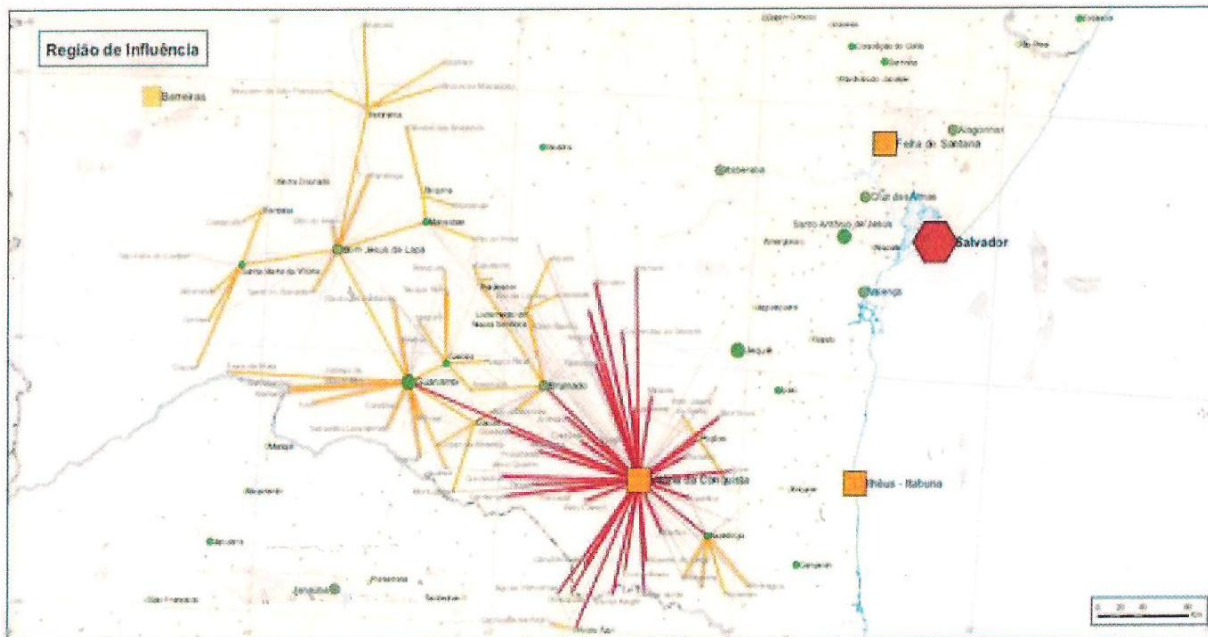
É importante distinguir ‘cidades médias’ de ‘cidades de porte médio’. A caracterização de cidades médias vai além das questões demográficas e enfatiza o papel que a cidade desempenha regionalmente, exercendo forte relação com a área na qual está situada e pela concentração e centralização econômica tendo em vista a realidade regional.

Dessa forma, a noção de cidade média aqui adotada corresponde às cidades que apresentam uma concentração e centralização econômicas expressivas, provocadas pela confluência do sistema de transporte, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços. (MAIA, 2010, p. 23).

Dentro dessa perspectiva, Vitória da Conquista se insere no contexto das cidades médias brasileiras, pois é o centro dinâmico de comércio e serviços não só do espaço territorial em que está articulada (seu território de identidade) mas, também, de outras regiões do Estado da Bahia e do Estado de Minas Gerais. Possui um setor agropecuário dinâmico (a cafeicultura) e uma malha urbana que se articula em torno de dois importantes eixos rodoviários.

Maia (2010, p. 24) destaca Vitória da Conquista como uma cidade média da Região Nordeste que, “embora apresente similaridade com outras cidades de outras regiões brasileiras, apresenta diversidades e, ao mesmo tempo, características singulares, que podem ser entendidas como regionais”. As cidades médias são classificadas pelo IBGE como capitais regionais B. O mapa 8, abaixo, apresenta Vitória da Conquista como uma capital regional B e mostra tanto o raio da centralidade como a direção em que se dá sua influência.

## Mapa 8 – Regiões de influência da cidade de Vitória da Conquista



Fonte: IBGE – Regiões de influência das cidades, 2007.

Vitória da Conquista está entre as 31 cidades nordestinas com população entre 100 e 500 mil habitantes, quase todas (exceto Juazeiro e Petrolina) exercem historicamente uma centralidade regional. Como pode ser verificado no mapa, a influência de Vitória da Conquista se dá mais fortemente para o interior do estado, e uma influência sobre os municípios circunvizinhos (distância média de 50 a 100 Km) em todas as direções. Segundo os critérios de espacialização, tendo por referência as características de produção do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Vitória da Conquista está localizado na microrregião de mesmo nome, sendo o mais importante dos 17 municípios da sua microrregião.

Vitória da Conquista é o centro dinâmico de um território de identidade de mesmo nome. São 24 municípios integrantes do território: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

### 5.4.3 – Aspectos econômicos

O município de Vitória da Conquista tem nos serviços o setor dinâmico de sua atividade econômica. Os serviços representam 81,44% do valor adicionado à estrutura setorial, a indústria responde por 14,61% e a agropecuária apenas 3,94%. O Produto municipal, em 2009, foi estimado pela SEI (2011) em R\$ 3.142.680.000,00 (três bilhões, cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta mil reais), representando 2,29% do PIB estadual. O PIB per capita, em 2009, foi de R\$ 9.854,68, pouco acima do PIB per capita estadual e bem abaixo do nacional. Ao longo da década, entre 2001 e 2010, o produto municipal cresceu a uma média anual de 14,5%, e o PIB per capita a uma média de 14,2%. Em âmbito regional, o PIB de Vitória da Conquista representa 66% do produto de seu Território de Identidade<sup>28</sup>.

Vitória da Conquista apresenta alguns contrastes em relação aos seus indicadores econômicos e sociais. Segundo dados da SEI para o ano de 2006, (últimas estatísticas disponíveis), o município - que é terceiro maior do Estado em população, área urbana, articulação regional e em oferta de serviços de saúde e educação - ocupava o quarto lugar em Índice de Desenvolvimento Social (IDS), e o quarto no Índice do Nível de Saúde. Em contraste, o município ocupava o 15º lugar no Índice de Desenvolvimento Econômico, o 42º em Infraestrutura, o 32º no Nível de Educação, o 11º no Índice de Renda Média dos Chefes de Família, ocupa o 22º lugar em Qualificação da Mão de Obra e é o 19º colocado em Serviços Básicos (SEI, 2011). Isso decorre do fato do município não figurar nas estratégias de desenvolvimento regional dos governos tanto federal quanto estadual.

As estratégias de desenvolvimento regional baseadas no paradigma ‘de cima para baixo’ que tinham a industrialização como processo-motor do crescimento econômico, concomitante à ideia de urbanização, sequer foi objeto de planejamento em uma estratégia de desenvolvimento para o município de Vitória da Conquista.

---

<sup>28</sup> Cabe salientar que as cidades são economias abertas, por isso os cálculos do produto municipal são limitados para o objetivo da Contabilidade Social. Os métodos de trabalho válidos em âmbito nacional são impossíveis de serem aplicados no plano municipal. Os métodos utilizados pela Contabilidade Social para medir a renda são: soma dos valores adicionados pela produção de bens e serviços, num espaço geográfico em um determinado período de tempo – ótica do produto; e soma da remuneração dos fatores de produção – ótica da renda.

#### 5.4.3.1 Serviços básicos e de infraestrutura

Os Governos Federal e Estadual mantêm diversos órgãos e representações no Município de Vitória da Conquista. No âmbito Federal, citam-se a Delegacia Regional da Receita Federal, a Delegacia Regional do Trabalho, a Justiça Federal, Escritório do IBGE, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. O Governo do Estado da Bahia mantêm as Diretorias Regionais da Educação, Saúde e Polícia Civil (DIREC, DIRES DIRPIN), Secretaria e Inspeção da Fazenda, Centro de Recursos Ambientais (CRA), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), Ebal (Cesta do Povo) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Além dos programas e projetos financiados na Região, os governos Federal e Estadual injetam recursos no Município através da manutenção dos órgãos acima mencionados. São recursos para investimento, custeio e salários do funcionalismo, que constituem-se num importante fator de formação de renda e, por conseguinte, do mercado regional.

Quanto à infraestrutura municipal, Vitória da Conquista dispõe de uma boa rede de telecomunicações, operada pelas principais companhias do setor. O município possui duas emissoras de televisão, cinco emissoras de rádio e apenas um jornal diário. Vale destacar que uma das emissoras de televisão é a TV UESB, a única TV universitária com canal aberto na Bahia.

Na área de transportes, o município de Vitória da Conquista está ligado às principais cidades do país por estradas totalmente asfaltadas. No eixo norte-sul, a BR - 116 (Rio Bahia) liga o município ao Nordeste e ao Sul do país. No eixo leste-oeste, a BA - 415 liga o município ao Porto de Ilhéus, distante 275 Km, e a BA 262 liga o município à Brasília, Goiânia e outras cidades. O transporte de passageiros intermunicipal e interestadual se processa através das principais empresas de ônibus do país (Itapemirim, São Geraldo, Gontijo etc.) contando, como base de apoio, com dois terminais rodoviários dotados de infraestrutura mediana. O transporte urbano é relativamente precário, realizado por apenas duas empresas de ônibus (VCL e Passaredo), e não possui serviços de trens urbanos ou de metrô.

O Transporte Aéreo se interpõe, atualmente, como um dos grandes gargalos da infraestrutura e um dos pontos críticos na trajetória de desenvolvimento da cidade. O aeroporto, localizado no meio urbano, não possui as condições necessárias para operação de aeronaves de grande porte, o que dificulta a operação na região das grandes companhias aéreas do Brasil. Há uma demanda insatisfeita por serviços de transporte aéreo em função da ausência de um aeroporto adequado, o que restringe as atividades empresariais e uma maior conexão com os núcleos de reprodução capitalista. Atualmente, apenas duas companhias de transporte aéreo regional operam na cidade, a TRIP e a Passaredo, que realizam vôos diários do aeroporto local para Salvador e São Paulo.

Considerando a infraestrutura de serviços básicos, o abastecimento de energia elétrica de Vitória da Conquista integra o sistema da Companhia hidrelétrica do São Francisco - Chesf, sendo controlado e distribuído pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba). Como na maioria dos municípios baianos, o esgotamento sanitário de Vitória da Conquista é bastante deficitário, porém acima da média dos municípios baianos. O serviço de abastecimento de água no município é mantido pela Empresa Baiana de Água e Saneamento. Este serviço ainda não foi universalizado e conta com uma distribuição desigual.

A rede bancária de Vitória da Conquista é formada por 12 agências bancárias, entre elas os principais bancos nacionais, tanto estatais quanto privados.

#### 5.4.3.2 A agropecuária

A Agropecuária, como setor da atividade econômica, representa apenas 3,94% do Produto do Município de Vitória da Conquista e apenas 1,15% do Valor Adicionado da Agropecuária do Estado. No Estado da Bahia, a agropecuária representa 7,72% do Produto Estadual, sendo que os cinco maiores municípios representam em trono de 20% do produto estadual (SEI, 2011). Em que pese a baixa participação da agropecuária no produto municipal, quando se considera a produção agrícola de forma desagregada, Vitória da Conquista aparece como um núcleo de desenvolvimento setorial regional no cultivo e beneficiamento de café com um QL (quociente

locacional) de 10,01 e uma PRE (participação relativa no emprego estadual daquela atividade) de 27,11 (cálculos realizados com base em dados de 2007). Isto significa que o município possui uma aglomeração especializada em cultivo e beneficiamento de café, constituindo-se como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional, e concentra 27,11% do emprego setorial na Bahia (TEIXEIRA, GUERRA, ARAÚJO, 2011). Em relação à atividade pecuária, Vitória da Conquista aparece no estudo de Teixeira, Guerra e Araújo (2011) como um embrião de sistema local de produção. O QL para a produção de bovinos foi de 2,28 e a PRE de 6,16.<sup>29</sup>

Apesar da baixa participação do setor agropecuário no PIB municipal, Vitória da Conquista aparece nos estudos sobre meso-polos, realizados por Lemos *et al.* (2003), como um enclave agropecuário. Isso se deve à forte concentração da produção agrícola local na monocultura do café e explica o elevado QL e PRE que torna o município um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.

Como a maioria dos municípios do interior do Brasil, Vitória da Conquista teve, por muito tempo, como base econômica, a atividade agropecuária, mais particularmente a criação de gado bovino em regime extensivo. Subsidiariamente, as terras eram ocupadas com uma agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar. Um ponto de inflexão ocorre no início dos anos 70 com a implantação da cultura do café, modificando o quadro da propriedade, posse e uso das terras do município<sup>30</sup>. A implantação da cultura cafeeira foi quase que totalmente subsidiada pelo Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC)<sup>31</sup>. Este plano fazia parte de um programa do Governo Federal de plantio de novos cafezais, cujo objetivo era evitar a quebra de safra provocada pelas geadas no sul do país (Almeida; Menezes, 1996).

A cafeicultura deu um grande impulso ao desenvolvimento do município de Vitória da Conquista, constituindo-se, entre 1970 e 1987, como a principal fonte de desenvolvimento local. Em 1987, ocorreu a maior safra colhida na região, com cerca de 1 milhão de sacas.

---

<sup>29</sup> Nos procedimentos metodológicos utilizados pelos autores, as aglomerações foram divididas em quatro categorias: núcleos de desenvolvimento setorial-regional ( $5,3 \leq QL < 1000$ ;  $0,13 \leq PRE < 1$ ); vetores avançados ( $1,4 \leq QL < 5,3$ ;  $0,13 \leq PRE < 1$ ); vetor de desenvolvimento local ( $5,3 \leq QL < 1000$ ;  $0 \leq PRE < 0,13$ ), e embrião de sistema local de produção ( $1,4 \leq QL < 5,3$ ;  $0 \leq PRE < 0,13$ ).

<sup>30</sup> Dados sobre Vitória da Conquista apresentados pela Secretaria de Expansão Econômica do município (mimeo).

<sup>31</sup> Somente nos municípios do Sudoeste da Bahia, inclusive Vitória da Conquista, o PRRC financiou, até 1981, o plantio de 84 milhões de pés de café (Almeida; Menezes, 1996).

Neste período, os preços variavam entre 100 e 150 dólares a saca. A partir de 1987, a cafeicultura oscilou entre ciclos de expansão e retração, sendo que a maior crise pela qual passou ocorreu no final da década de 80 e início da década de 90. Neste período, os preços médios praticados no mercado giraram em torno de 40 dólares a saca. A queda nos preços do produto aliada às quebras de safras, decorrentes de estiagens prolongadas, provocou o abandono e o descuido nos tratos culturais. Neste período, muitas roças de café foram destruídas. A partir de 1994, os preços se recuperaram, permitindo a retomada dos investimentos e a melhoria nos tratos culturais, mas sem provocar nova corrida ao plantio.

Embora atualmente a cafeicultura não seja a principal atividade econômica de Vitória da Conquista, ela é responsável por boa parte da renda e dos empregos gerados no município. Além disso, dado o alto valor adicionado e o fato de ser uma cultura intensiva em mão de obra, a cafeicultura é responsável pelos ciclos de expansão da economia municipal. Além do café, cinco setores ligados à atividade agropecuária merecem destaque: a pecuária extensiva, especialmente a bovinocultura; a avicultura; a horticultura; oleicultura e a fruticultura, reunidas em pequenas e médias propriedades.

#### 5.4.3.3 A indústria

A indústria, como setor da atividade econômica, representa apenas 14,62% do Produto do Município de Vitória da Conquista e apenas 1,15% do Valor Adicionado da atividade industrial do Estado. No Estado da Bahia, a indústria representa 28,68% do Produto Estadual, sendo que os cinco maiores municípios representam 61% (SEI, 2011). Há uma forte concentração da indústria no Estado, especialmente na região Metropolitana de Salvador. O setor industrial ainda é a locomotiva da economia baiana, os municípios mais ricos são os mais industrializados. Vitória da Conquista apresenta algumas atividades industriais (indústria de materiais de construção, metal-mecânico, móveis e transformação de plásticos) como embriões de sistema local de produção. O QL (quociente locacional) dessas atividades fica em torno de 2,15 e a PRE (participação relativa no emprego estadual daquela atividade) em torno



de 5,7 (cálculos realizados com base em dados de 2007) (TEIXEIRA, GUERRA, ARAÚJO, 2011).

No estudo sobre meso-polos realizado por Pereira (2002), Vitória da Conquista é caracterizado como um ‘meso-polo com baixo desenvolvimento industrial, com alguma escala interna nos estabelecimentos produtivos utilizando força de trabalho desqualificada, e com algumas indústrias weberianas’. Em um agrupamento das 86 cidades médias brasileiras, Vitória da Conquista é classificada como uma ‘cidade com baixo desenvolvimento industrial, mas alguma especialização em indústrias tradicionais, escala interna nos estabelecimentos, uma força de trabalho desqualificada e pobreza urbana’ (PEREIRA, 2002)<sup>32</sup>.

Vitória da Conquista, diferente de outras cidades médias brasileiras, não teve a industrialização como agente da urbanização. A industrialização, ainda que incipiente, não alterou nem a estrutura morfológica da cidade nem o cotidiano dos moradores. As indústrias, especialmente a calçadista, instaladas a partir de incentivos fiscais, não provocaram grandes transformações atreladas ao mundo urbano.

Vitória da Conquista não é um município industrial, haja vista que, em levantamento feito em 1997 por Sabóia (1999), o município não aparece entre as 155 aglomerações industriais do Brasil. Este município não foi beneficiado pelo processo de desconcentração industrial ocorrido a partir dos anos 70. Isto porque nele não se materializou nenhum dos elementos principais que conduziram este processo. Dentre estes elementos destaca-se a ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção de infraestrutura. A ausência de um aeroporto de médio porte, por exemplo, é um dos problemas graves. Além disto, o nível médio de instrução da sua força de trabalho é baixíssimo. Faltam, ainda, recursos naturais e uma malha de pequenas empresas necessárias ao abastecimento das grandes firmas em insumos e serviços.

A ação do Estado no município de Vitória da Conquista resume-se à criação do Distrito Industrial dos Imborés no início da década de 70. A origem de tal distrito está relacionada às políticas do Governo Federal com vistas à redução dos desequilíbrios regionais, complementadas com as do estado para interiorizar o desenvolvimento industrial. Essas

---

<sup>32</sup> Outras cidades com essa mesma classificação: Aparecida de Goiânia (GO); Campos dos Goytacazes (RJ); Guarapuava (PR); Imperatriz (MA); Lages (SC), e Teófilo Otoni (MG).

políticas se apoiaram em medidas de isenção e renúncia fiscal, dotação da infraestrutura básica e concessão de créditos, dentre outros mecanismos. Contudo, em Vitória da Conquista tais políticas mostraram-se insuficientes para a transformação da economia municipal.

O distrito Industrial está localizado a 5 Km do centro da cidade, às margens da BR 116, com uma área equipada de 851 mil m<sup>2</sup>. Os principais ramos industriais são as de produtos alimentares, minerais não metálicos, química, metalurgia, sabões, plásticos, bebidas e mecânica. Em geral as empresas são de micro e pequeno porte e formadas a partir de grupos empresariais locais. Quando considerado o município em seu conjunto, tanto aumenta significativamente o número de empresas, quanto se observa uma diversificação maior das atividades. Este é o caso da indústria de vestuário e de mobiliário. Esta última se caracteriza pela existência de um conjunto de pequenas marcenarias (aproximadamente 60) que fabricam mesas, cadeiras, armários de cozinha, guarda-roupas etc., utilizando técnicas semiartesanais. O seu mercado está restrito ao município e cidades circunvizinhas.

A falta de uma política industrial regionalizada, de uma endogenia no modelo de desenvolvimento industrial e a baixa coordenação produtiva dessas atividades, é a causa do declínio da participação relativa do setor industrial no produto municipal, bem abaixo da média estadual e nacional.

A Prefeitura Municipal concede, efetivamente, a isenção de impostos e taxas municipais pelo prazo de dez (10) anos a contar do início da instalação quando se trata de indústria nova; redução de 50% (cinquenta por cento) dos impostos e taxas municipais para as indústrias já instaladas no município pelo prazo de cinco (05) anos, na data da promulgação desta lei, devendo, no entanto, comprovarem ampliação real de sua produção em pelo menos 50% (cinquenta por cento); redução de 50% (cinquenta por cento) dos impostos e taxas pelo prazo de cinco (05) anos, a partir da instalação, para as indústrias em funcionamento na sede ou distritos do município que queiram transferir suas instalações para o Distrito Industrial dos Imborés (Lei N.º 511/89).

#### 5.4.3.4 Serviços

Os serviços, como setor da atividade econômica, representam 81,44% do Produto do Município de Vitória da Conquista e 2,88% do Valor Adicionado dos serviços do Estado. No Estado da Bahia, os serviços representam 63,60% do Produto Estadual. Diferente da agropecuária e da indústria, a participação relativa dos serviços no produto municipal é superior à média estadual. Vitória da Conquista aparece entre os cinco maiores municípios da Bahia (é o quinto) na produção de serviços. Sua posição no *ranking* se deve à dinâmica das atividades comerciais, assim como pela prestação de serviços às famílias, às empresas e os serviços educacionais e de saúde (SEI, 2011).

A cidade de Vitória da Conquista é o principal polo econômico de serviços da região sudoeste. Sua área de influência econômica abrange, aproximadamente, 90 municípios. Estende-se do norte do Estado de Minas Gerais às regiões da serra geral, oeste e parte da cacaueteira. Esta área total abriga um mercado em torno de 2,5 milhões de consumidores. É este mercado interregional, e até mesmo interestadual, que garante ao comércio a posição de setor econômico de maior dinamismo. A participação do comércio varejista, em termos de geração de renda e emprego, é, hoje, bastante superior à participação do comércio atacadista. O comércio atacadista tem perdido participação relativa em função da concorrência dos grandes atacadistas e do comércio eletrônico.

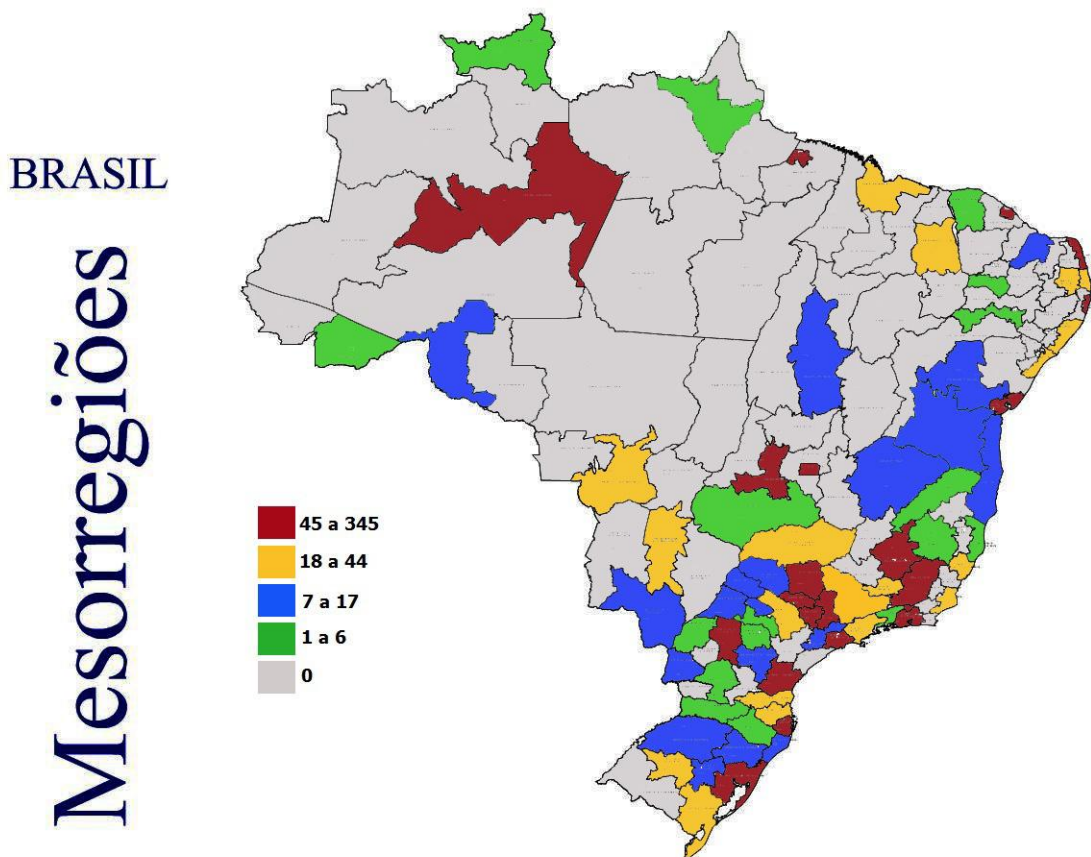
A inauguração do primeiro shopping center em 2006 ampliou a influência do comércio local na região de articulação da cidade. Além disso, o shopping center alterou as atividades econômicas no espaço, criando um novo vetor de desenvolvimento e de urbanização. O shopping, juntamente com a UESB, constitui-se nos dois grandes eixos de crescimento urbano da cidade.

A prestação de serviços é o setor da atividade econômica que mais cresce no município de Vitória da Conquista. Até início dos anos 90, este setor era dominado pelos serviços tradicionais, como as oficinas, marcenarias e alfaiatarias. A partir dos anos 90, dois segmentos relacionados à economia dos serviços começam a se destacar. Primeiro, a oferta de serviços de educação, que vem se ampliando e se diversificando tanto na área pública, quanto na

privada. Isto pode ser observado no ensino médio e profissionalizante, com o surgimento de novas escolas, cursos pré-vestibulares e a multiplicação de cursos de informática e de idiomas. Também o ensino superior tem experimentado um crescimento expressivo nos últimos anos, com a criação de novos cursos na UESB e a ampliação dos cursos já existentes. Além disto, surgiram faculdades privadas como o Juvêncio Terra, a FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciências), a Fainor e a Faculdade Santo Agostinho, esta última ainda não está em funcionamento.

Apesar da expansão dos serviços de ensino superior, Vitória da Conquista e sua região de influência apresenta uma taxa de matrícula e de escolaridade nesse nível bem abaixo das apresentadas pelas regiões mais desenvolvidas do país. Na pós-graduação a região situa-se em uma posição intermediária quanto à distribuição dos programas de mestrado e doutorado no Brasil. Em 2009, a região possuía apenas 9 programas, sendo 8 de mestrado e 1 de doutorado.

Mapa 9 – Distribuição dos programas de pós-graduação pelas Mesorregiões Geográficas do Brasil no ano de 2009.



Fonte: CAPES, 2010.

O segundo segmento são os serviços de saúde, que também têm se ampliado e desenvolvido nesta década. Ocorre um aumento relativo no número de leitos hospitalares, diversificação dos serviços prestados e, principalmente, o surgimento de novas clínicas e laboratórios que utilizam, na sua maioria, tecnologia de ponta. Os serviços médicos hospitalares são referência no estado (tomografia computadorizada, mamografia, ultrassonografia etc.).

Além dos serviços de educação e saúde, o município oferece serviços especializados na área de consultoria e assessoria contábil e empresarial, telecomunicações, informática e engenharia. O município conta, ainda, com modernos hotéis, bons restaurantes, agências de viagens e empresas de segurança. Tudo isto contribui para consolidar o município como um polo regional de serviços.

O crescimento dos setores de serviços e do comércio contribuíram para a desconcentração da renda no município. Embora a renda seja, ainda, relativamente concentrada, sua distribuição, atualmente, é bem mais equânime que nos tempos de predomínio da pecuária extensiva ou da monocultura cafeeira. Isto pode ser notado pelo crescimento do número de pequenas empresas formadas por ex-funcionários, bem como pelo surgimento de pequenas empresas de serviços formadas por jovens recém formados. Outro fenômeno associado ao crescimento do setor de serviços e do comércio é a emergência de novos grupos influentes na economia do município. Antes, os cafeicultores e os pecuaristas ostentavam o status de classe social dominante; hoje, cabe, principalmente, aos comerciantes tal posição. Isto é resultado das mudanças na economia regional. Anteriormente, o poder estava associado à riqueza imobilizada, ou seja, ao patrimônio; hoje, a riqueza está mais relacionada ao fluxo do que ao estoque, ao capital que gira e não aos ativos imobilizados.

#### **5.4.4 Vitória da Conquista: desigualdade, pobreza e qualidade das instituições**

Vitória da Conquista apresenta indicadores econômicos e sociais superiores aos dos municípios de sua região de influência. Contudo, quando se considera outros municípios do país ou até mesmo do Estado, apresenta indicadores desfavoráveis. O desenvolvimento

desigual intrarregiões evidencia as falhas de mercado, bem como os equívocos da adoção de certas políticas para redução das desigualdades regionais. Aliado ao insucesso operacional, e até como consequência dele, há a necessidade de uma reconstrução teórica que possibilite uma melhor compreensão deste fenômeno e de sua persistência ao longo do tempo. Neste sentido, identificar as causas do insucesso das intervenções governamentais torna-se um importante instrumento para formulação de políticas públicas para um planejamento regional mais adequado.

Para compreender as causas do desenvolvimento desigual, as discussões devem transcender às explicações que se apoiam nas variáveis tradicionais de desenvolvimento econômico. Deve-se adicionar novos elementos para sua melhor compreensão, como a influência do conjunto de instituições formais e informais. Estas últimas associadas às regras do jogo e à regularidade do comportamento dos indivíduos. A qualidade das instituições de uma determinada região pode facilitar ou dificultar, seja a convergência das regiões ao mesmo *steady state* (dos modelos neoclássicos de crescimento regional) ou o êxito das políticas regionais (nos modelos intervencionistas)<sup>33</sup>.

Vitória da Conquista e, especialmente, seu entorno apresentam instituições em geral de baixa qualidade, e isto explica parte das baixas taxas de desenvolvimento econômico e social da região. As instituições atuais ainda refletem características associadas à estrutura produtiva e de governança burocrática do período da colonização. Este período marcado pelo personalismo nas relações econômicas e políticas, pelos direitos de propriedade mal definidos, concentração na estrutura fundiária, economia de subsistência, pequeno grau de monetização e baixo índice de urbanização configura uma economia praticamente fechada e de baixa conectividade com o núcleo de reprodução capitalista situado no litoral e nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste do país. A inércia institucional reproduziu estas condições ao longo do tempo, mantendo esta região isolada e inabilitada para absorver as melhorias nas condições econômicas e sociais experimentadas pela economia brasileira como um todo, restringindo ao invés de estimular a atividade produtiva.

O isolamento histórico dessa região dificultou o contato maior com as transformações econômicas e sociais vivenciadas ao longo do século XX, o que impediu uma melhoria na

---

<sup>33</sup> Segundo o receituário keynesiano quando o mercado se mostra inadequado como solução para os problemas econômicos e sociais o Estado deve atuar de forma complementar.

qualidade das instituições locais. As regras de comportamento, as crenças, as relações produtivas e comerciais não mudaram ao longo do tempo. Em função disto, no meio rural não houve espaço para a modernização agrícola - levando à perda de competitividade – que, aliada à mudança nos preços relativos, levou a uma maior deterioração das condições de troca e, conseqüentemente, de vida da população do semiárido baiano. A concentração na estrutura fundiária, além das implicações econômicas, influencia na qualidade das instituições<sup>34</sup>. Engerman e Socoloff (2000) salienta que nos lugares onde as condições favoreceram a formação de economias baseadas em pequenas propriedades formaram-se sociedades mais igualitárias, com instituições melhores e mais propícias à absorção dos frutos do desenvolvimento econômico.

A desigualdade não deve ser vista como um problema endêmico, ela se manifesta em diferentes espaços. Pode ser observada entre as nações, intra-países e dentro das macro e microrregiões. Regiões ricas apresentam bolsões de miséria, assim como regiões carentes, tidas como subdesenvolvidas no espaço sub-nacional, apresentam ilhas de prosperidade. Isto mostra que a região não pode ser entendida como um espaço econômico homogêneo. O Brasil apresenta diferenças acentuadas nos indicadores das regiões mais pobres, como é o caso do Nordeste em relação às áreas mais desenvolvidas do país. As macrorregiões brasileiras também apresentam descontinuidade em seu desenvolvimento. Dentro da própria Região Nordeste, se observa grande diferença nos níveis de desenvolvimento entre o semiárido e as regiões metropolitanas.

A fome reflete um traço dramático da pobreza do meio rural do Território de Identidade Vitória da Conquista desde o tempo da colonização. A exploração econômica baseada na concentração da terra (principal meio de produção no semiárido) em grandes latifúndios reservava pouco espaço para o plantio de culturas de subsistência, resultando na escassez de alimentos. A busca pela sobrevivência como condição primeira de vida limita as condições para o desenvolvimento de práticas sociais, da educação e das relações econômicas. Isto impede a constituição de instituições de melhor qualidade ao longo do tempo. As crenças, a forte religiosidade e o pouco contato com outras culturas reproduziu, ao longo de gerações, a aceitação desta condição como uma característica própria da região. Como consequência, houve pouco estímulo para mudanças incrementais na matriz institucional.

---

<sup>34</sup> No semiárido baiano a concentração fundiária leva ao desenvolvimento de uma agricultura familiar de subsistência que é bastante vulnerável às secas e com fortes implicações sobre a pobreza rural.

A persistência de indicadores econômicos e sociais desfavoráveis para a região de Vitória da Conquista contradiz a tese da convergência neoclássica e evidencia as falhas de governo nas políticas regionais adotadas. A convergência nos modelos neoclássicos é motivo de controvérsia na literatura econômica. Além do debate teórico, trabalhos como o de Maciel, Andrade e Teles (2005), mostram que não há sinais de convergência ao longo do tempo no desenvolvimento das macrorregiões brasileiras. Por outro lado, as políticas regionais adotadas não foram capazes de reduzir significativamente os desníveis de renda *per capita* entre as regiões do Brasil. A hipótese básica para explicar padrões de desenvolvimento distintos e não convergentes, assim como o fracasso das políticas regionais, é a persistência de instituições ruins no semiárido baiano.

Além da qualidade das instituições, a atenção do governo central voltada para os objetivos da política macroeconômica deixa um vácuo de políticas regionais ficando o semiárido baiano dependente de políticas assistenciais como condição de sobrevivência para boa parte de sua população. Este vácuo de políticas regionais reflete a descrença das políticas keynesianas, seja do tipo “de cima para baixo” (*top-down*) ou “de baixo para cima” (*bottom up*). Este trabalho chega à conclusão - como solução para a problemática do semiárido baiano - da necessidade de políticas que combinem os dois enfoques, numa síntese exógenas-endógenas, como salienta Diniz (2006).

#### **5.4.5 Aspectos políticos**

Em Vitória da Conquista e sua região de articulação, a inércia institucional produziu, ao longo do tempo, uma regularidade de comportamento marcada pela violência política, coronelismo, corrupção institucional e individual, clientelismo e troca de favores políticos. Esta estrutura institucional garantiu a reprodução de oligarquias decadentes à medida que o coronelismo se constituía como a interface entre os interesses políticos locais e os interesses políticos em escala nacional. Nesta relação, se entrelaçam e convergem interesses paroquiais com interesses de deputados e das elites dominantes em escala nacional. Nem o regime autoritário, nem a democracia eleitoral moderna com a ascensão ao poder de partidos que se opunham a



esta prática política foram capazes de romper esta estrutura. Ao contrário, aliaram-se a ela. Aliado a este ambiente institucional, e como consequência dele, verificou-se por muito tempo, no município e seu entorno, baixa taxa de urbanização, alto índice de analfabetismo, baixa participação política da população e, conseqüentemente, pouca rotatividade no poder. Em termos econômicos, esta matriz institucional, por um lado, desestimula organizações produtivas capazes de elevar a produtividade da economia e melhorar a qualidade das instituições. Por outro lado, favorece o desenvolvimento de organizações *rent-seeker*.

Nos últimos 40 anos, as lideranças políticas de Vitória da Conquista se mantiveram em oposição às esferas superiores de governo. Esta posição das administrações municipais teve como reflexo a ausência de ação do Estado da Bahia e da União na promoção do desenvolvimento do município. Entre os anos 60 e 90, Conquista teve como grande líder político José Pedral, um dos principais opositores ao Carlismo na Bahia. No início dos anos 90, Pedral alia se à ACM, contudo, a capacidade de intervenção do Estado já era bastante reduzida e as disputas internas entre os novos aliados do Carlismo e os antigos fazem com que esta aliança não produza nenhum benefício para a economia de Vitória da Conquista.

Em 1996, Guilherme Menezes, do Partido dos Trabalhadores (PT), conquista a Prefeitura Municipal e, como a maioria dos governos do PT na Bahia, posiciona-se contra as esferas de governo Estadual e Federal, perpetuando a inércia destes poderes no desenvolvimento local. Entre 1996 e 2000, o governo da Bahia patrocinou, através de incentivos fiscais, a instalação de indústrias de calçados em Itapetinga e Jequié. Embora a ação do Estado sobre a economia destes municípios pudesse se dar através de indústrias mais dinâmicas, o certo é que, mais uma vez, Vitória da Conquista ficou à margem da ação do Estado na promoção do desenvolvimento municipal. A ação do governo do Estado também foi decisiva para a instalação de um polo de informática em Ilhéus e para a criação do curso de medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A contribuição do governo estadual para o desenvolvimento do município de Vitória da Conquista restringe-se a algumas obras de infraestrutura, especialmente saneamento básico e abastecimento de água e à presença institucional. O município é o terceiro colocado em salários pagos pelo governo do Estado. Dentre as instituições estaduais, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é a de maior importância e destaque. Não existe por parte do governo do Estado nenhuma ação programada, nem a intenção de articular, através

de incentivos fiscais ou financiamentos, a instalação, no município, de indústrias ou empresas de grande porte. O mesmo acontece com relação ao governo federal, pois sua contribuição para o desenvolvimento do município restringe-se à presença institucional, com destaque para o CEFET-Ba. A inércia das esferas superiores de poder em relação ao desenvolvimento do município é atribuída, exclusivamente, a questões político-partidárias.

Em 2007, com a conquista do governo estadual pelo Partido dos Trabalhadores e a reeleição do Presidente Lula, também do PT, há, pela primeira vez um alinhamento político que poderia resultar em maiores benefícios para a cidade. Não foi bem isso que aconteceu. Apesar de importantes políticas voltadas para o desenvolvimento social, a economia da cidade é a cada dia menos dependente do poder público (o que é um ponto positivo e um diferencial entre os municípios baianos da região semiárida) e têm as forças endógenas e seus mecanismos de autorreforço com elementos centrais de sua dinâmica.

Apesar do processo político atual ainda reproduzir vícios históricos, há, após 1996, uma transformação nas estruturas políticas de Vitória da Conquista que distancia o município das práticas políticas nefastas que ainda permeiam a grande maioria dos municípios brasileiros. Nesse sentido, há uma melhoria na qualidade das instituições e isso se reflete na organização e nos equipamentos públicos. Além de mudanças de atitudes na forma de fazer política, cabe destaque à experiência do Orçamento Participativo iniciado em 1997. O Orçamento Participativo permite aos cidadãos as finanças municipais e opinar sobre os investimentos públicos, as obras, ações e serviços que devem ser realizados.” (PMVC, 2008, p. 15)

O orçamento da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista para o exercício de 2011 foi de R\$ 343.255.857,34 (trezentos e quarenta e três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos), algo em torno de duzentos milhões de dólares. Deste valor, apenas 15,22% representam receitas próprias do município. O restante refere-se às transferências correntes e de capital e a operações de crédito. As despesas com pessoal e encargos representam 49,45% da despesa total do município e os investimentos 8,9% (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2011).

Apesar de ser um município de médio porte, as receitas da prefeitura, semelhante ao que ocorre com a grande maioria dos municípios do nordeste brasileiro, têm forte dependência das transferências constitucionais dos Governos Federal e Estadual. Essa dependência torna o

município refém da política econômica do poder central e reduz sensivelmente a capacidade dos poderes estadual e municipal de fazer política regional/local.

Em períodos de crise econômica (como o da crise econômica de 2008 – *sub prime*), os municípios mais dependentes das transferências governamentais são os mais penalizados. A redução das transferências e as restrições legais para endividamento dos municípios impedem os governos locais de fazerem políticas anticíclicas. Com dificuldades orçamentárias, os municípios gastam menos e acabam contribuindo para agravar ainda mais a crise.

Em função disso, os anos de 2009 e 2010 foram de restrições orçamentárias para a prefeitura de Vitória da Conquista e reduziu, ainda mais, a capacidade do governo local de atuar como impulsionador do processo de desenvolvimento econômico local. Em um modelo de desenvolvimento regional endógeno, o poder público local deveria tornar-se a sede das políticas institucionais de desenvolvimento, assumindo certa centralidade na viabilidade de algumas ações. No Nordeste brasileiro, de um modo geral, quanto menor o município maior sua dependência da prefeitura, portanto, em anos de crise, menor a capacidade dos atores locais de coordenar ações internas à cidade de modo a reduzir os efeitos da crise econômica.

Em 2011, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista recebeu de transferências constitucionais do Governo do Estado da Bahia R\$ 65.274.465,97 (sessenta e cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos). Esse valor representa 1,73% do valor total transferido pelo Governo Estadual aos municípios. Das transferências para o município de Vitória da Conquista, 75,34% foram transferências vinculadas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As outras transferências foram relativas ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA (SEFAZ, 2012).

A arrecadação de tributos estaduais no Município de Vitória da Conquista, em 2011, totalizou R\$ 234.938.258,13 (duzentos e trinta e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito reais e treze centavos). Esse valor é 3,6 vezes o valor que foi transferido ao município. Ou seja, as transferências constitucionais do governo estadual ao município são de apenas 27,78% do total arrecadado. O valor arrecadado no município representa 1,55% do total arrecadado no Estado, sendo a 7ª maior arrecadação entre os 417 municípios baianos. Como a base da arrecadação de tributos estaduais é a produção industrial

e a indústria é pouco representativa na economia de Vitória da Conquista, sua participação na arrecadação estadual não reflete sua importância econômica.

## **6 AS EXTERNALIDADES GERADAS PELA UESB NA ECONOMIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: AS DIMENSÕES ECONÔMICAS E ESPACIAIS**

### **6.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) origina-se das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista e Jequié. Estas faculdades foram criadas através da Lei nº 1.802 de 25 de outubro de 1962. Embora tenham sido criadas em 1962, estas faculdades só começaram a funcionar anos mais tarde, impulsionadas pelo Plano Integral de Educação do Governo do Estado, lançado em 1969. Este plano estabeleceu como meta a interiorização do ensino superior no Estado da Bahia. Isto se deu com a implantação dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras em cidades do interior do Estado, e, entre eles, o curso de Letras em Vitória da Conquista em 1971 e os cursos de Ciências e Letras em Jequié em 1972, todos licenciaturas curtas.

O Decreto nº 27.450 de 12 de agosto de 1980 institui a Fundação Educacional do Sudoeste com o objetivo de criar e manter uma universidade no Sudoeste do Estado da Bahia, incorporando ao patrimônio desta Fundação os bens e direitos pertencentes às Faculdades existentes em Jequié e Vitória da Conquista. A Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980 extingue essa fundação e cria a Autarquia Universidade do Sudoeste. Em 25 de agosto de 1981, com o Decreto nº 28.169, foi aprovado o regulamento de implantação dessa Universidade, incorporando a ela as Faculdades de Formação de Professores, a Faculdade de Administração de Vitória da Conquista e outras unidades que viessem a ser instituídas e a ela vinculadas.

A autorização de funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em sistema multicampi veio com o Decreto Federal nº 94.250 de 22 de abril de 1987. Os campi autorizados e hoje em funcionamento são: campus de Vitória da Conquista, campus de Jequié e campus de Itapetinga. Finalmente, o credenciamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia é concedido através do Decreto Estadual nº 7.344 de 27 de maio de 1998.

A decisão do Governo da Bahia de criar a UESB e as demais Universidades Estaduais se deu dentro de um processo de interiorização do ensino superior no Estado. Esta decisão tinha dois objetivos básicos: suprir a escassez de investimentos, neste setor, por parte do Governo Federal; e contribuir para o fortalecimento das grandes cidades médias baianas em seu processo de articulação com suas próprias regiões de influência. Contudo, o processo de interiorização do ensino superior na Bahia não foi um movimento unânime, ele é acompanhado de uma discussão (dentro do próprio governo) por dois grupos que apontam caminhos diferentes para sua expansão no Estado. O primeiro grupo defendia a criação, em Salvador (e em oposição à interiorização), de uma grande Universidade Estadual, na qual a proximidade de professores e pesquisadores favoreceria a formação de capital humano e o desenvolvimento de pesquisas. O segundo grupo, que acabou prevalecendo, defendia a interiorização com características de diversidade e pulverização.

O campus da Uesb em Vitória da Conquista foi construído em 1980 e localiza-se a 3 Km da área urbana. Esta distância entre as sociedades locais e a comunidade universitária não é uma particularidade de Vitória da Conquista, é uma característica geográfica da maioria das universidades criadas durante o regime militar. Neste período, as comunidades universitárias carregavam um forte componente político ideológico. Em função disto, “era preciso isolar a comunidade acadêmica do convívio com a sociedade, evitando que esta fosse ‘contaminada’ pelas ideias que, no discurso oficial, pretendiam subverter a ordem estabelecida por meio da substituição do regime capitalista pelo regime comunista” (BOVO, 1999, p. 23). No caso de muitas universidades, este isolamento contribuiu para aumentar as desconfianças mútuas e aguçar a rivalidade entre comunidade universitária e sociedades locais.

No caso da Uesb, esta distância foi um dos fatores que afastaram a comunidade acadêmica uesbiana do convívio com a sociedade conquistense até o início da década de 90. A partir de 1993, iniciou-se, na Uesb, uma política deliberada de fortalecimento da extensão universitária, o que contribuiu para a queda do muro e o estreitamento das relações entre universidade e comunidade. Em função disto, a Uesb é, hoje, uma universidade com uma forte inserção regional.

### 6.1.1 O ensino

Atualmente, a Uesb oferece 39 cursos de graduação, onde estão matriculados 7.270 alunos. No processo seletivo do presente ano, foram oferecidas 1.886 vagas nos cursos de graduação, assim distribuídas: 960 para o campus de Vitória da Conquista, 636 para o campus de Jequié e 290 para o campus de Itapetinga. A importância da Universidade no contexto regional do Sudoeste Baiano pode ser verificada através do processo seletivo para ingresso nos cursos da Universidade, que conta com candidatos de diferentes Estados da Federação, conforme verificaremos em quadro adiante neste relatório. Nos processos seletivos deste ano foram inscritos 13.258 candidatos para o primeiro semestre e 4.926 para o segundo.

Tabela 14 - Evolução da oferta de cursos de graduação oferecidos pela Uesb.

<b>Campus</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>Vit. Conquista</b>	14	14	17	17	17	17	17	18
<b>Jequié</b>	09	09	11	12	12	12	13	14
<b>Itapetinga</b>	03	03	06	06	06	06	06	07
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>39</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

A quantidade de alunos matriculados tem ampliado nos últimos anos, aumentando a influência da Uesb na formação de capital humano.

Tabela 15 - Alunos matriculados nos cursos de graduação da Uesb 2002-2009

Campus	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Vit. Conquista	3340	3440	3579	3600	3635	3730	3890	4039
Jequié	1882	1871	1910	1928	1968	2015	2151	2250
Itapetinga	664	709	784	832	865	911	954	981
<b>Sub-Total</b>	<b>5886</b>	<b>6021</b>	<b>6273</b>	<b>6360</b>	<b>6468</b>	<b>6656</b>	<b>6995</b>	<b>7270</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

A Uesb vem experimentando crescimento também na qualificação docente, aumentando o número de mestres e doutores.

Quadro 4 - Evolução do quadro docente de mestres e doutores.

Ano	Mestres	Doutores
2002	232	54
2003	268	75
2004	314	99
2005	349	126
2006	358	137
2007	359	175
2008	398	218
2009	375	250

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

Gráfico 19 - Evolução do quadro docente de mestre e doutores

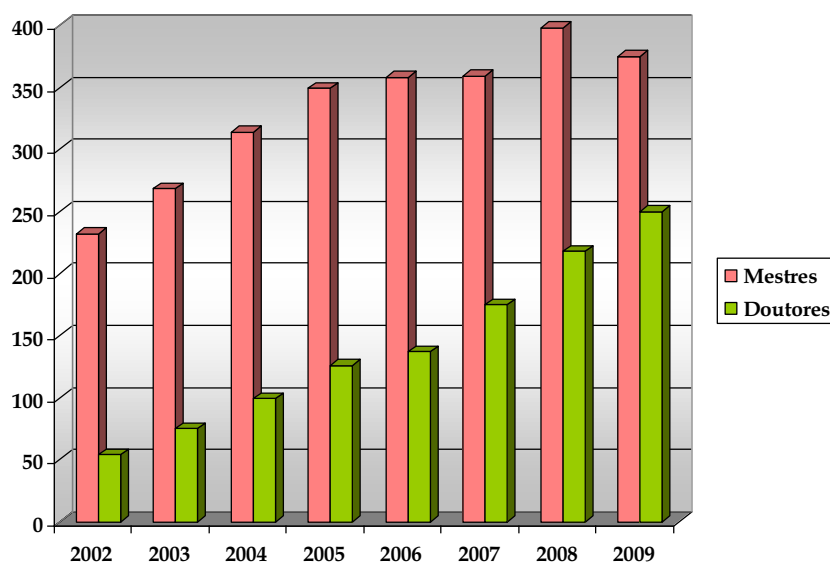




Tabela 16 - Titulação docente, 2009.

<b>Titulação Docente Uesb</b>	
Doutores	250
Mestres	375
Especialistas	192
Graduados	05
<b>TOTAL</b>	<b>822</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

### 6.1.2 A pesquisa

Com 98 grupos de pesquisa e 8 programas de pós-graduação stricto sensu, a Uesb tem centrado atenção na captação de recursos em agências de fomento como Finep, CNPq, Fapesb e outras. São 510 projetos de pesquisa em andamento, sendo 239 no campus de Vitória da Conquista. Em 2009, foram concluídos 72 projetos de pesquisa.

Tabela 17 - Grupos de pesquisa certificados pela Uesb e cadastrados no CNPq

<b>Área de Conhecimento</b>	<b>Grupos de Pesquisa</b>
Ciências Agrárias	13
Ciências Biológicas	10
Ciências Humanas	28
Ciências de Saúde	12
Ciências Exatas e da Terra	19
Ciências Sociais e Aplicadas	03
Linguística, Letras e Artes	10
Engenharias	03
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

### 6.1.3 A Extensão

A UESB é uma universidade com uma forte inserção na Região Sudoeste. Isto é resultado das atividades de extensão desenvolvidas nesta Instituição, que tem como objetivo a projeção da universidade em seu meio. É através da extensão junto com a pesquisa que a universidade

atinge seus objetivos no sentido de impulsionar o desenvolvimento, atendendo aos diversos setores da economia local (VALENTIM, 1997). Neste sentido, através das atividades de extensão, a UESB contribui para o desenvolvimento regional.

Embora as atividades de extensão da UESB sejam importantes para a relação universidade/comunidade e para o desenvolvimento regional, esta análise também foge ao escopo deste trabalho. Além disto, das atividades de extensão, as de maior impacto sobre as economias locais estão relacionados aos serviços de saúde que, infelizmente, não são oferecidos pela UESB, campus de Vitória da Conquista. Isto se deve à inexistência, neste campus, de cursos na área de saúde.

As atividades extensionistas da UESB estão agrupadas, de acordo com sua natureza, em Atividades Contínuas (projetos e programas) e Atividades Esporádicas (cursos e eventos). Estão distribuídas nas seguintes áreas temáticas, em conformidade com o Plano Nacional de Extensão: *Comunicação; Cultura e História; Direitos Humanos e Justiça; Educação e Desenvolvimento social; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho e Políticas Públicas.*

No intuito de fomentar a prática extensionista na UESB, foi publicado o Edital 074/2008, o qual teve por objetivo o financiamento interno para as atividades a serem desenvolvidas no ano de 2009. Foram recebidas pela Gerência de Extensão 174 propostas para concorrer ao Edital supracitado, assim distribuídos:

Tabela 18 - Propostas de ações e projetos de extensão

<b>Caracterização</b>	<b>Quantidade</b>
Ações Contínuas	90
Ações Esporádicas	65
Projetos Indeferidos	19

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

## 6.2 A INFLUÊNCIA DA UESB NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Analisar os impactos econômicos da Universidade pública sobre o desenvolvimento regional requer uma dupla observação: pelo lado da oferta, com os seus *outputs*, e, pelo lado da demanda, com os seus *inputs*. Segundo Marinho (1996), os *inputs* que as universidades públicas utilizam são de três tipos: “acadêmicos”, “sociais básicos” e “ambiência geral”. O principal *input* “acadêmico” é o alunado, seguido de professores, laboratórios, bibliotecas, bolsas de estudo e os alojamentos estudantis. Os *inputs* “sociais básicos” seriam aqueles relacionados à manutenção das atividades básicas das organizações, principalmente as verbas de custeio e investimento, a força de trabalho administrativa e as instalações físicas. Os *inputs* relacionados à “ambiência geral” referem-se às condições regionais, políticas, institucionais e históricas.

Apesar da multiplicidade de bens e serviços gerados pela universidade pública há um consenso quanto aos seus principais *outputs*. Eles são de três tipos: ensino, pesquisa e serviços. Os *outputs* do ensino são identificados pelos diplomas e certificados, pelas teses e dissertações e pelo próprio aprendizado *de per se*. Os *outputs* de pesquisa se caracterizam pela “adição líquida ao estoque de conhecimento disponível na sociedade” (MARINHO, 1996, p. 126). Os *outputs* dos serviços referem-se à prestação de serviços hospitalares, às atividades de extensão e aos cursos de treinamento e especialização *lato sensu*.

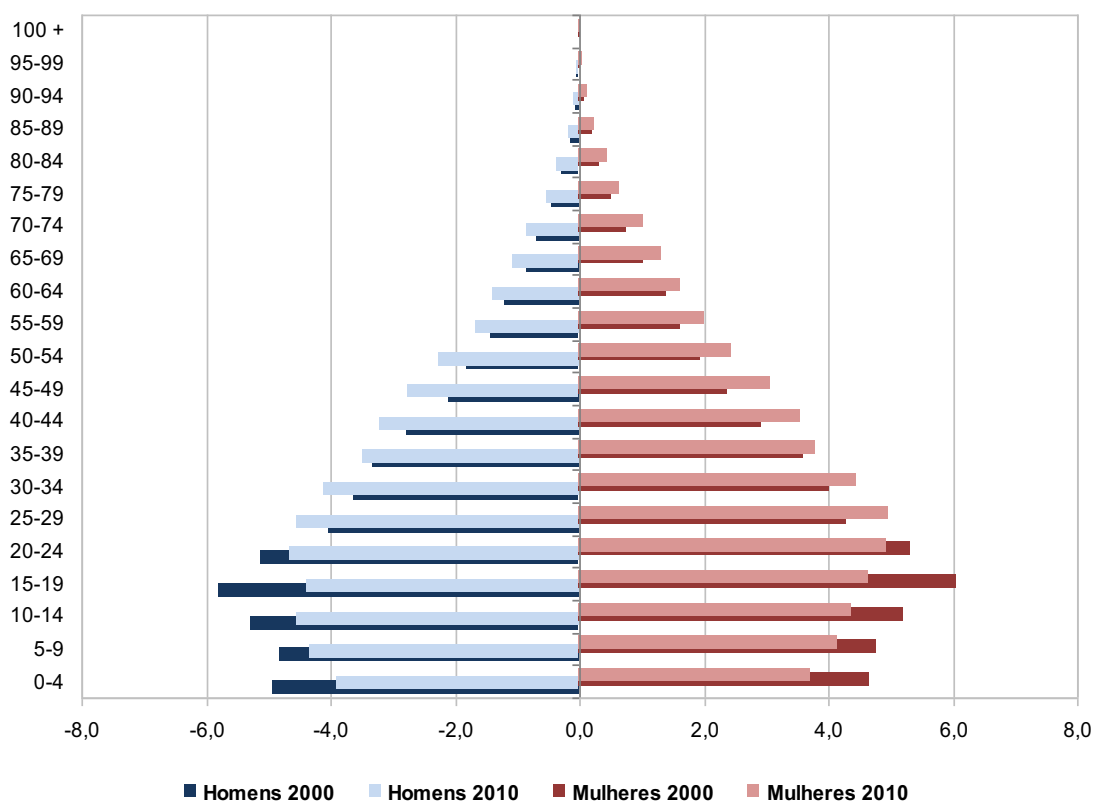
Os *outputs* mencionados acima são os mais importantes, mas não são os únicos. O ensino, a pesquisa e a extensão relacionam-se à produção da universidade pública, que é “pública” no sentido *lato*, ou seja, destinada ao povo, à coletividade. Neste sentido, o produto de uma universidade federal brasileira destina-se a todo o povo brasileiro; o ensino, a pesquisa e a extensão são extensivos a toda Nação. Contudo, parte dos produtos da universidade pública se revela mais intenso nas economias onde estas instituições estão localizadas. É o caso, por exemplo, dos gastos financeiros relacionados ao funcionamento destas instituições – elemento central desta dissertação. A maioria destes gastos e todos os seus desdobramentos se repercutem com maior força sobre a economia dos municípios que possuem uma universidade pública em suas fronteiras.

### **6.2.1 A demanda pelos serviços de ensino superior em Vitória da Conquista**

Considerando o *input* acadêmico referente aos alunos, observa-se, pelo número de matrículas, que a Uesb atende a uma quantidade pequena da demanda potencial de sua região de influência. A Uesb está inserida em uma região que articula-se em uma área de influência superior a 2 milhões de habitantes. A cidade de Vitória da Conquista é o principal polo econômico da região sudoeste. Sua área de influência econômica abrange, aproximadamente, 90 municípios. Estende-se do norte do Estado de Minas Gerais, as regiões da serra geral, oeste e parte da cacaueira.

A população da região sudoeste era de 1.144.138 habitantes em 2009 (SEI, 2010). A população na faixa etária de 18 a 24 anos, faixa etária padrão do público em idade de cursar o ensino superior, corresponde a 149.319 habitantes. A participação dessa faixa etária calculada para o município de Vitória da Conquista é estimada em 13,05%. Como ao longo do tempo a pouca oferta de vagas no ensino superior em toda a região gerou uma demanda insatisfeita, isso aumentou a demanda potencial de alunos do ensino superior para mais de 149 mil. Como a Uesb é uma universidade regional, se considerarmos as 1.886 vagas oferecidas nos três *campi* (Jequié, Itapetinga e Vitória da Conquista) e a população em idade universitária compreendendo uma demanda potencial de 149.319 alunos, temos uma relação oferta x demanda potencial de 1,26%.

Figura 7 – Pirâmide etária do Município de Vitória da Conquista – 2010.



Fonte: SEI, 2010.

O número de alunos matriculados na Uesb correspondeu a 3,2% das matrículas no Estado da Bahia, que em 2009 era de 230.936 alunos matriculados no Estado, e a 0,14% das matrículas no Brasil, que totalizou 5.080.056 matrículas em 2008 (INEP, 2009).

A população do município de Vitória da Conquista foi estimada, pelo IBGE (2010), em 318.901 habitantes em 2009. A distribuição etária dessa população compreende em torno de 26,02% da população na faixa de 15 a 29 anos, o que corresponde a 82.978 habitantes, e 13,05% da população na faixa de 18 a 24 anos, que corresponde a 41.616 habitantes em 2009. Diante desse dado, percebe-se que a Uesb, com suas 960 vagas oferecidas anualmente no *campus* de Vitória da Conquista e 4.039 alunos matriculados, oferece apenas 9,7% das matrículas necessárias para atender o público com idade entre 18 e 24 anos da cidade de Vitória da Conquista. Adiciona-se a essa limitação de vagas, que já são insuficientes para atender ao município sede, o fato da Uesb ser uma universidade regional que tem em torno de

32% dos seus alunos oriundos de outros municípios, além de uma demanda insatisfeita acumulada ao longo de anos de baixa oferta de vagas no ensino superior.

Tabela 19 – Relação - matrículas e vagas/população total e população de 18 a 24 anos – Uesb, *campus* de Vitória da Conquista e Região Sudoeste, em 2009.

<b>Variáveis</b>	<b>Vitória da Conquista</b>	<b>Região Sudoeste</b>
População Total (A)	318.901	1.144.138
População 18 - 24 anos (B)	41.616	149.319
Vagas Uesb (C)	960	1.886
Matrículas Uesb (D)	4.039	7.270
<b>(C)/(A) %</b>	<b>0,30</b>	<b>0,16</b>
<b>(C)/(B) %</b>	<b>2,30</b>	<b>1,26</b>
<b>(D)/(A) %</b>	<b>1,27</b>	<b>0,63</b>
<b>(D)/(B) %</b>	<b>9,70</b>	<b>4,87</b>

Fonte: Relações realizadas pelo autor a partir de dados da Uesb (2010) e IBGE (2010).

Pelos dados acima, percebe-se que a Uesb atende de forma deficiente a população em idade universitária da cidade de Vitória da Conquista e com uma defasagem ainda maior a Região Sudoeste. A inclusão da Região Sudoeste na relação acima se deve ao fato da Uesb ser uma universidade regional e não apenas de Vitória da Conquista. Cabe salientar que, pela proximidade dos moradores da cidade da universidade, Vitória da Conquista é a maior beneficiada pela presença da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia na área urbana do município. Essa presença dá uma vantagem competitiva ao município pelo atendimento de parte da demanda interna, mas não impede que parte dessa demanda seja atendida através da importação, desse serviço, de outros municípios.

Parte desta distorção na relação demanda x oferta de vagas no ensino superior é refletida no número de inscritos nos processos seletivos (vestibular) da Uesb. Para as 960 vagas oferecidas em 2009, nos cursos de graduação da Uesb *campus* de Vitória da Conquista, foram inscritos 10.245 candidatos. Uma relação de 10,7 alunos por vaga. Isso mostra que a Uesb atende a menos de 10% da sua demanda, sendo que em alguns cursos, como o de medicina, a relação é de 83,26 candidatos por vaga, atendendo a apenas 1,2% da demanda no vestibular.

Quando se adiciona os alunos das demais instituições de ensino superior do município - Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), Faculdade Independente do Nordeste (Fainor), Faculdade Juvêncio Terra (FJT), Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA) e o Campus da Universidade Federal da Bahia (Ufba). O total das matrículas no ensino superior em Vitória da Conquista somavam 11.089 em 2009. As três primeiras instituições relacionadas são privadas, o IFBA e a Ufba, são públicas, integrantes do sistema federal de ensino superior..

Tabela 20 – Matrículas no ensino superior em Vitória da Conquista/população total e população em idade universitária, 2009

<b>Variáveis</b>	<b>Vitória da Conquista</b>
População Total (A)	318.901
População 18 - 24 anos (B)	41.616
Matrículas no ensino superior (C)	11.089
<i>Uesb</i>	4.039
<i>FTC</i>	3.123
<i>Juvêncio Terra</i>	702
<i>Fainor</i>	2.298
<i>Ufba</i>	800
<i>IFBA</i>	127
<b>(C)/(A) %</b>	<b>3,48</b>
<b>(C)/(B) %</b>	<b>26,65</b>

Fonte: Elaboração do autor

Quando se adiciona as matrículas no ensino superior das demais instituições, as relações mudam consideravelmente. A capacidade de atendimento da população em idade universitária aumenta para 26,65% dos habitantes com idade entre 18 e 24 anos. Cabe salientar que, além da Uesb responder por 36% das matrículas totais no município, a oferta de vagas das demais instituições de ensino superior surge, em parte, como uma externalidade da Uesb - um efeito a montante provocado pela demanda não satisfeita pela Uesb, apontando uma oportunidade com grande potencial de negócio.

A demanda por ensino superior no Brasil tem crescido mais pelas exigências do mercado de trabalho do que por um aumento da população na faixa etária de cursar o ensino superior. Em um mundo globalizado no qual os ganhos de produtividade são condição necessária para a sobrevivência das empresas, a exigência por trabalhadores qualificados é cada vez maior.

Antes, a educação superior era o diferencial nos rendimentos do trabalho (nas possibilidades de emprego melhor remunerado) e não uma exigência para inserção do trabalhador no mercado. Hoje, a maioria dos postos de trabalho tem a educação superior como condição de primeira ordem. Isso decorre da constante transformação e sofisticação do mundo moderno, exigindo um profissional sintonizado e sincronizado com essas transformações.

No Brasil, de um modo geral, a demanda supera a oferta de serviços de ensino superior. Contudo, na Uesb esta relação situa-se bem acima da média nacional (1,85 candidatos por vaga em 2008) acima da média das instituições públicas (7,13 candidatos/vaga em 2008) e da média das instituições públicas estaduais (8,78 candidatos/vaga em 2008) (INEP, 2009).

Tabela 21 – Número de vagas oferecidas no vestibular da Uesb 2002 - 2009

<b>Campus</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Vitória da Conquista	800	800	830	875	875	875	685	960
Jequié	450	450	490	540	540	580	435	636
Itapetinga	180	180	230	250	250	250	185	290
<b>TOTAL</b>	<b>1430</b>	<b>1430</b>	<b>1550</b>	<b>1665</b>	<b>1665</b>	<b>1705</b>	<b>1305</b>	<b>1886</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

As vagas oferecidas pela Uesb representam apenas 1,44% das vagas oferecidas no Estado da Bahia em 2008, que foi de 131.159 vagas, e a apenas 0,06% das vagas oferecidas no Brasil, que totalizaram 2.985.137 em 2008 (INEP, 2009).

O número de vagas vem se ampliando ao longo dos anos, porém ainda muito distante de atender de forma satisfatória à demanda. Cabe salientar que, em 2008, houve redução na oferta de vagas para adequar o calendário acadêmico desalinhado em função das greves de professores e funcionários que, ao longo do tempo, provocou um hiato entre o processo seletivo e o início das aulas. Este descompasso provocava evasão e reduzia a competitividade da Uesb.



Além do número reduzido de vagas, a Uesb apresenta uma baixa relação aluno/docente. A relação na Uesb está abaixo da média nacional (que já é baixa para os padrões internacionais), e isso reduz ainda mais a sua capacidade de atendimento da demanda regional. A Uesb possui, atualmente, 833 docentes, o que corresponde a uma relação 8,7 alunos por docente. A média nacional é de 15,8 alunos/docente e a média do Nordeste é de 14,9 alunos por docente.

Tabela 22 – Número de inscritos no vestibular da Uesb por *campi*, em 2009

<b>Campus</b>	<b>2009.1</b>	<b>2009.2</b>
Vitória da Conquista	7.927	2.318
Jequié	4.075	2.196
Itapetinga	1.256	412
<b>TOTAL</b>	<b>13.258</b>	<b>4.926</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

Além de não atender satisfatoriamente à sua demanda, a Uesb, *campus* de Vitória da Conquista, apresenta uma oferta insuficiente nos cursos de maior demanda - oferta poucos cursos e vagas nas áreas de saúde e engenharias, que dariam uma grande contribuição ao atual contexto sócioeconômico da região. Problemas com a baixa oferta dos serviços de saúde e a necessidade de aumentar a capacidade de introdução de inovações pelas empresas poderiam ser amenizados com a ampliação da oferta de cursos nestas áreas. Com ações como esta, a Uesb, além de atender melhor à sua demanda, estaria cumprindo com mais efetividade o seu papel na sociedade.

A insuficiência de vagas e o não atendimento satisfatório da sua demanda produzem efeitos sobre a economia e as relações sociais da região. Muitos alunos não aprovados no vestibular, que compõem a demanda insatisfeita, migram para outras regiões para estudar, levando o município e a região a importar serviços de ensino superior de outras regiões e de outros países. A migração destes alunos produz efeitos econômicos negativos sobre a economia regional na medida em que seus familiares gastam para manter estes alunos em outros municípios. Isso provoca vazamentos na economia local, reduzindo a renda do município. Se a Uesb amplia a oferta, reduz os vazamentos e aumenta a renda local.

A ampliação da oferta, além de reduzir os vazamentos, aumenta as injeções de renda na economia local à medida que atrai alunos oriundos de outras cidades, aumentando a

exportação de serviços de ensino superior para esses municípios. Na Uesb, campus de Vitória da Conquista, estima-se que 32% dos alunos são oriundos de outros municípios, correspondeu a 1442 alunos em 2009. Além de atender a outras regiões do Estado da Bahia, a Uesb atende a alunos de outros estados. Portanto, há uma forte mobilidade inter-regional de alunos. O quadro abaixo mostra o número de inscritos no vestibular por estado.

Quadro 5 – Candidatos inscritos no vestibular por Estado de origem

Estado	Quantidade	
	2009.1	2009.2
Bahia	12.930	4.561
Minas Gerais	209	105
Pernambuco	19	47
Sergipe	18	51
São Paulo	13	13
Espírito Santo	12	18
Distrito Federal	11	14
Goiás	11	26
Alagoas	07	05
Ceará	06	23
Tocantins	06	08
Rio de Janeiro	05	02
Pará	02	02
Piauí	02	07
Rio Grande do sul	02	03
Mato Grosso do Sul	01	23
Mato Grosso	01	03
Paraíba	01	05
Paraíba	01	04
Rio Grande do Norte	01	02

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

O vestibular da Uesb 2009 confirmou resultados da pesquisa realizada pelo Ministério da Educação MEC/INEP em 2007. Segundo a pesquisa, ao longo do período 1998-2005 a participação das mulheres, tanto na inscrição dos exames vestibulares quanto no acesso ao ensino superior, é maior que a dos homens. As taxas pró-sexo feminino também são maiores entre ingressantes e concluintes dos cursos superiores. Este mesmo estudo aponta também as carreiras que têm o maior número de matrículas nas IES brasileiras. Quando verificamos os dados por sexo, é perceptível que as mulheres são maioria absoluta nos cursos de Pedagogia, Letras e Enfermagem. Em carreiras como Administração, Direito e Ciências Contábeis,

mulheres e homens estão muito próximos. Já as Engenharias e Ciência da Computação permanecem como redutos quase exclusivos dos homens, dados que também se confirmam na Uesb.

Tabela 23 – Número de inscritos no vestibular por sexo, em 2009

<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	
5.366	7.892	<b>2009.1</b>
1.891	3.035	<b>2009.2</b>

Fonte: Relatório de Atividades (UESB, 2010)

Além dos aspectos relacionados acima mostrando que pelo lado da demanda a Uesb cumpre parcialmente sua função social, há um fator agravante na sua dinâmica de atendimento desta demanda. O município de Vitória da Conquista, assim como a região sudoeste da Bahia, apresenta indicadores econômicos e sociais desfavoráveis. Além de tratar-se de uma região pobre como a maioria das regiões do Nordeste brasileiro, reproduz a desigualdade na distribuição da renda e da riqueza que se verifica no Brasil como um todo. Neste contexto de pobreza e desigualdade, a Uesb deveria atuar no sentido de reduzir as desigualdades, dando um maior equilíbrio ético e social na repartição dos recursos públicos.

Contudo, como a demanda é bem maior do que a oferta e como a natureza e a forma de acesso ao ensino superior público no Brasil, através do vestibular, pressupõe concorrência, somente os mais preparados no ensino básico e ensino médio acabam entrando na universidade pública. No Brasil, há uma diferença em termos de qualidade entre o ensino médio público e o ensino superior público. Enquanto o ensino superior público tem mais qualidade do que o ensino superior privado, no ensino médio ocorre o inverso. Em função disso, aqueles que estudam o ensino médio em escolas privadas acabam tendo chances maiores de serem aprovados no vestibular das instruções públicas. Esta situação reforça a desigualdade.

A universidade, pela influência que exerce nas várias dimensões da vida econômica e social das pessoas, cumpre um papel importante na redução da pobreza. A pobreza no Brasil está mais associada à desigualdade do que à escassez de recursos. Nossas diferenças de rendimentos estão associadas, basicamente, às nossas diferenças educacionais. Pessoas com maior escolaridade, em geral, tem maiores rendimentos. Deste modo, se reduzirmos as diferenças educacionais, reduziremos desigualdade e, conseqüentemente, a pobreza. A Uesb, em função das características de acesso ao ensino superior público no Brasil, contribui para a

redução das desigualdades regionais ao tempo que reforça, parcialmente, a desigualdade entre as pessoas.

A variável escolaridade é a que apresenta maior significância estatística na explicação da desigualdade de rendimentos entre as pessoas. Contudo, não é a única. Questões de gênero e raça também aparecem como variável explicativa. Como uma forma de superar esta situação, a Uesb institucionalizou, em 2008, através da Resolução Consepe 37/2008, o sistema de cotas sociais criando reserva de vagas e quotas adicionais.

Art. 1º - Instituir reserva de vagas em todos os cursos de graduação da UESB, correspondente a 50% (cinquenta por cento) das vagas de cada curso e em cada turno, para estudantes que comprovem a procedência dos últimos 7 (sete) anos de estudos regulares (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do ensino fundamental e 1º, 2º e 3º ano do ensino médio) ou ter realizado curso supletivo ou outra modalidade de ensino equivalente, em estabelecimentos da Rede Pública de Ensino do Brasil, compreendendo parte do Ensino Fundamental, a partir da 5ª série, e todo o Ensino Médio, vetado aos portadores de diploma de ensino superior, a serem preenchidas de acordo com os percentuais e critérios abaixo, na seguinte ordem de prioridade (Redação dada pela Resolução CONSEPE Nº 079/2009, publicada no Diário Oficial do Estado de 27/10/2009):

a) 70% (setenta por cento) destas vagas reservadas serão destinadas aos estudantes que se autodeclararem negros (somatório das categorias pretos e pardos, segundo classificação étnico-racial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), o que corresponde a 35% do total das vagas regulares;

b) 30,0% (trinta por cento) das vagas reservadas adotarão apenas a procedência de no mínimo 7 (sete) anos de estudos regulares, ou que tenham realizado curso supletivo ou outra modalidade de ensino equivalente, em estabelecimentos da Rede Pública de Ensino do Brasil, compreendendo parte do Ensino Fundamental, a partir do 5º ano, e todo o Ensino Médio, sem qualquer outra condicionalidade ou recorte de composição de qualquer natureza, o que corresponde a 15% do total das vagas regulares. [...].

Art. 2º - Instituir, de forma complementar e cumulativa, a título de quotas adicionais, uma vaga para cada curso de graduação da UESB e em cada turno, para cada um dos seguintes segmentos sociais: indígena, quilombolas e pessoas com necessidade educativas especiais, mediante a apresentação de laudos antropológicos ou certidão de registro, fornecidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Fundação Cultural Palmares; e laudos médicos que atestem a existência de suas necessidades educativas especiais, respectivamente, desde que comprovem a procedência de ensino em escola pública, observando o disposto no caput do art. 1º desta Resolução (Redação

dada pela Resolução CONSEPE N° 079/2009, publicada no Diário Oficial do Estado de 27/10/2009). (UESB, 2008, p. 1 e 2).

O sistema de reservas disponibiliza 50% das vagas para alunos da escola pública e repartindo entre esses segundo critérios étnico-raciais. O sistema de cotas adicionais cria uma vaga adicional para cada curso de graduação da Uesb e em cada turno, para cada um dos seguintes segmentos sociais: indígenas, quilombolas e pessoas com necessidade educativas especiais.

Tabela 24 – Relação convocados/inscritos por origem escolar no vestibular Uesb - 2009, *campus* Vitória da Conquista.

<b>Origem Escolar - Ensino Básico e Médio</b>	<b>Inscritos (A)</b>	<b>Convocados (B)</b>	<b>B/A (%)</b>
Escola Pública	5213	415	7,96
Misto Público e Privado	221	16	7,24
Escola Privada	3334	294	8,82
<b>TOTAL – MÉDIA</b>	<b>8768</b>	<b>725</b>	<b>8,27</b>

Fonte: Dados elaborados a partir do questionário sociocultural do vestibular

O sistema de cotas sociais permitiu um maior equilíbrio no acesso ao ensino superior entre as faixas de rendimento. De maneira geral, aqueles que estudam em escola privada como os de maior rendimento. Outro dado importante apresentado pela tabela acima é o de que quem inicia seus estudos na escola pública geralmente concluem seus estudos no ensino público e gratuito. O mesmo ocorre entre os alunos da escola privada, a mobilidade é pequena. Poderíamos verificar a mobilidade social se fosse possível identificar se aqueles que cursam seu ensino básico e médio de forma mista, o fazem iniciando seus estudos na escola pública e gratuita e terminando na escola privada mostrando ascensão social, ou de forma inversa, mostrando regressão social.

O número de inscritos no vestibular oriundos da escola pública, associado neste estudo como de menor poder aquisitivo, não é tão grande quanto se esperava considerando que a região possui em torno de 50% de suas famílias abaixo da linha de pobreza. Isso se deve ao fato de parte desta pobreza ser extrema, na qual os alunos, na sua imensa maioria, não têm condições de se manter na escola até o final do ciclo básico, portanto não se candidatam ao vestibular. Adiciona-se a isto o fato da inércia institucional reproduzir nos jovens o comportamento dos

pais (que não tiveram oportunidade de cursar o ensino superior), se contentando com a conclusão do ensino médio.

A institucionalização do sistema de reserva de vagas e quotas adicionais foi implantada com o objetivo de reduzir desigualdades, dando mais oportunidades aqueles historicamente excluídos. Este sistema, além de ser avaliado periodicamente, não se alonga indefinidamente no tempo, tem uma vigência de 15 anos, tempo suficiente para corrigir as distorções e evitar a criação de novas desigualdades. O resultado dessa política pode ser percebido na relação classificados/inscritos no vestibular por grupo étnico-racial e na relação classificados/inscritos no vestibular pela origem escolar nos ensinos básico e médio (escola pública x escola privada).

Tabela 25 – Relação convocados/inscritos por grupo étnico-racial no vestibular Uesb - 2009, *campus* Vitória da Conquista.

<b>Grupo Étnico-Racial</b>	<b>Inscritos (A)</b>	<b>Convocados (B)</b>	<b>B/A (%)</b>
Branco	2766	317	11,46
Preto	1477	101	6,86
Pardo	4167	335	8,03
Indígena	72	10	13,89
Amarelo	252	15	6,46
Outros	18	3	6,46
<b>TOTAL - MÉDIA</b>	<b>8752</b>	<b>781</b>	<b>8,92</b>

Fonte: Dados elaborados a partir do questionário sociocultural do vestibular

Pelos dados acima percebe-se que os grupos étnico-raciais identificados como preto, pardo e amarelo apresentam uma relação convocados/inscritos abaixo da média e bem abaixo do grupo de brancos. O grupo de indígenas e quilombolas conta com reserva específica de vagas, sendo assim seus dados devem ser estatisticamente descartados.

Um dado importante que pode ser identificado no questionário sociocultural dos candidatos ao vestibular da Uesb é quanto à origem do candidato: se da zona rural ou urbana (centro ou periferia). Como seria de esperar, há uma predominância de candidatos da zona urbana, mostrando os serviços de ensino superior como uma atividade predominantemente da população urbana.

Tabela 26 – Relação convocados/inscritos por local de moradia no vestibular Uesb - 2009, *campus* Vitória da Conquista.

<b>Local de Moradia</b>	<b>Inscritos (A)</b>	<b>%</b>	<b>Convocados (B)</b>	<b>B/A (%)</b>
Zona Rural	357	4,05	25	7,00
Zona Urbana - Centro	5617	63,99	417	7,42
Zona Urbana - Periferia	2794	31,81	283	10,12
Outros	13	0,15	2	15,38
<b>TOTAL - MÉDIA</b>	<b>8781</b>	<b>100</b>	<b>727</b>	<b>8,27</b>

Fonte: Dados elaborados a partir do questionário sociocultural do vestibular

Uma consequência, com efeitos positivos para a economia do município de Vitória da Conquista, da baixa oferta de vagas da Uesb são as externalidades, pelo lado da oferta, originadas pela demanda derivada. A demanda não atendida pelas universidades públicas cria um mercado potencial para o surgimento de instituições privadas de ensino superior, gerando efeitos a montante. A universidade provoca impactos sobre o desenvolvimento regional com efeitos a montante e a jusante. Os efeitos a montante estão relacionados a toda uma rede de produção e serviços que se estrutura para atender a uma demanda reprimida ou insatisfeita pela universidade, com o surgimento de cursinhos preparatórios para o vestibular e surgimento de instituições privadas de ensino superior.

### 6.2.2 A interação universidade-empresa

Na Uesb a interação universidade-empresa ainda é muito incipiente. As experiências restringem-se as pesquisas desenvolvidas no curso de Agronomia, relativas basicamente à cafeicultura, que são aplicadas pelas empresas agrícolas da região. Esta interação tem contribuído no aumento da produtividade e na melhoria de técnicas de manejo e controle de pragas. Além disso, esta relação tem contribuído para a formação de *spin-offs* universitários com o surgimento de empresas agrícolas que tem como diferencial a aplicação de tecnologias desenvolvidas na universidade.

Com o objetivo de promover a formação de um ambiente cooperativo que conjugue interesses da Instituição, empresas e órgãos governamentais para a ampliação de atividades inovadoras e

de transferência de tecnologia, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Sudoeste da Bahia, a Uesb criou, em 2009, o Sistema de Gestão Tecnológica da Uesb – Gestec. A proposta do Gestec é a implantação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT's. A partir da Lei de Inovação, a Uesb, estimulada por parcerias como o convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, tem buscado implementar a política de inovação tecnológica e estreitar a parceria com as empresas.

A Uesb criou, em 2003, a Incubadora de Empresas do Sudoeste Baiano – Incubem. Uma instituição que tem por objetivo transformar ideias inovadoras em empreendimentos de sucesso. A incubem propicia a criação e o desenvolvimento de novas empresas, dando-lhes condições de crescimento e sustentação no mercado através de parceria com importantes organizações públicas e privadas do Estado da Bahia. A incubadora da Uesb, desde sua criação, vem apoiando empresas de diferentes segmentos como: comunicação, informática, serviços, mineração, tecnologia, indústria (movelaria) e agronegócio.

Além do importante papel desempenhado no mercado local, a incubadora da Uesb participou ativamente da criação e formalização da Rede Baiana de Incubadoras – RBI. A RBI tem sede em Salvador e conta com 9 incubadoras participantes, que são sócias fundadoras da rede. Ao longo de sua existência, a Incubem incubou várias empresas, entre elas: a Sudoeste Digital, ligada à implementação de projetos comunicacionais; a Microprocess, especializada em soluções para a área de saúde; a Agrosavi, especializada na produção de frutas desidratadas, cristalizadas e compotas em geral, e a empresa Pimentas Barra do Choça, ligada à produção de pimentas a granel, molhos, geléias e pimentas ornamentais.

A incubem proporciona às empresas a participação em eventos e feiras de grande importância. A Incubem firmou convênios com instituições pioneiras no movimento de incubação, entre elas a Fundetec, que hoje é um dos parques tecnológicos mais bem estruturados do país, localizado na cidade de Cascavel.



### **6.2.3 A cooperação internacional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**

A Uesb despertou para a necessidade de ações de cooperação internacional muito recentemente. As estratégias para internacionalização da instituição, por enquanto, restringem-se ao ensino da pós-graduação e tentativas de intercâmbio de estudantes. No Planejamento da Universidade de 2010, a cooperação internacional aparece como uma ação estratégica que apresenta a internacionalização da Instituição nas modalidades de: estímulo ao intercâmbio de estudantes, professores e gestores; captação de recursos de fontes de financiamento nacionais e estrangeiras; coordenação e participação em seminários de âmbito internacional; gestão de convênios e acordos de colaboração científica e acadêmica de alcance internacional; estímulo à criação de vínculos com centros de excelência de reconhecimentos mundiais, e participação em projetos de investigação colaborativa, cujo alcance é global.

A Uesb participou, em 2010, do edital de Cooperação Internacional programado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, que tem como objetivo apoiar a cooperação internacional com vistas a fomentar e inserir tecnologias na solução de problemas econômicos e sociais. Esta ação representa uma das poucas iniciativas de apoio financeiro à cooperação internacional.

A globalização dos processos produtivos e a necessidade de cooperar com universidades e centros de pesquisa de outros países tornam a cooperação internacional imperativo e estratégica para as universidades brasileiras. Além de permitir a mobilidade de estudantes e professores, a cooperação internacional possibilita à universidade a inserção nos núcleos de reprodução do conhecimento e do capital. Ciente dessa importância estratégica, o Governo Federal lançou, em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras. O programa prevê a concessão de 75 mil bolsas em quatro anos para promover a mobilidade de alunos de graduação e pós-graduação, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior. (CNPq, 2011)

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. (CNPQ, 2011). Os objetivos do programa são:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

A Uesb recebeu 22 bolsas do Ciência sem Fronteiras. Esse número reduzido se deve ao fato da maioria dos cursos da Uesb não se enquadrar nas áreas prioritárias do programa<sup>35</sup>. Contudo, um dos grandes problemas para a Uesb e as universidades brasileiras, de um modo geral, reside no problema do idioma. Luzòn e Cardim (2008) chamam atenção para o problema do idioma que pode favorecer ou prejudicar a competitividade. Além de ter o foco em áreas prioritárias definidas pelo governo, o Programa Ciência sem Fronteiras foca na qualidade da oferta, buscando universidades qualificadas no exterior para a cooperação. Luzòn e Cardim (2008) consideram a qualidade da oferta um fator chave para penetrar em mercados estrangeiros.

---

<sup>35</sup> No programa Ciência sem Fronteiras, as áreas prioritárias são: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.

Em nuestra opinión los factores claves para penetrar em los mercados extranjeros son la calidad de la oferta. Esta calidad se evalúa mediante classificaciones universitarias internacionales. Em Europa está cada vez más claro que se está consolidando um concepto que correlaciona calidad universitaria com aplicabilidad de los conocimientos impartidos. Por ese motivo lãs Humanidades son relegadas em muchos casos, notoriamente em España, a um segundo plano. (LUZÓN, CARDIM, 2008, p. 11).

Ciente da importância das parcerias internacionais para expandir e melhor qualificar suas ações, a Uesb iniciou, em 2004, convênios com instituições estrangeiras. O convênio com as Universidades de Liège e Gembloux da Bélgica tem por objetivo fomentar uma cooperação mútua nos campos da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento de projetos conjuntos, projetos pilotos e transferência de tecnologias. Além disso, o convênio pretende a implantação de parques tecnológicos, parcerias em programas da comunidade européia, entre as instituições belgas e sua parceria brasileira nos seguintes domínios: genética animal, melhoria e economia das produções animais, distribuição e estudo de mercado de produtos animais, produção limpa e meio ambiente, logística e tecnologia e gestão da qualidade.

O segundo convênio foi formalizado no ano seguinte com a Universidade de Santiago de Compostela. Este convênio tem por objetivo facilitar e desenvolver o intercâmbio de pessoal docente, pesquisador e estudantes das Uesb e a Universidade de Santiago de Compostela. Outro convênio foi formalizado com as Universidades de Liège e a Faculdade Universitária das Ciencias Agronomicas de Gembolux – Bélgica, cujo objetivo é o mesmo do primeiro formalizado com as Universidades de Liège e Gembloux da Bélgica.

Em 2008, a Uesb assinou um convênio com a Universidade de Kamina com os objetivos de: contribuir para a promoção da cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural; criar mecanismos de intercâmbio de professores e estudantes; contribuir para troca de experiências em diversas áreas do ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a sensibilização e a mobilização das comunidades de base; e contribuir para a formação de professores, pesquisadores e estudantes. Neste mesmo ano, a Uesb assinou convênio com a Universidade de Barcelona para a implantação de um curso de doutorado em *Palnificación Territorial y Gestión Ambiental* para 25 alunos selecionados entre professores e funcionários.

No convênio, a Universidade de Barcelona, como administração pública que tem encarregado o serviço público da educação superior através da investigação, docência e estudo, manifesta o propósito de colaborar com as administrações públicas, instituições e outras universidades com a finalidade de elaborar, participar e executar planos e ações que contribuam com o progresso da ciência, da difusão da cultura e com o desenvolvimento da sociedade. Com o mesmo propósito, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia celebrou convênio de colaboração com a Universidade de Barcelona. Ambas universidades estão interessadas em concentrar a cooperação concreta que permita implementar o programa de doutorado em Geografia Aplicada e Investigação Avançada do Departamento de Geografia Física e Análise Geográfica Regional da Universidade de Barcelona.

O convênio com a Universidade de Barcelona é o único, que até o momento, se materializou de forma efetiva. O convênio permitiu aos professores e funcionários da Uesb, matriculados no programa, contato com professores e experiências de uma universidade européia. A política regional implementada na Europa após a criação da União Europeia, especialmente a experiência dos fundos de convergência, se apresenta como uma prática bem sucedida de política de redução das desigualdades regionais. No Brasil, apesar das várias tentativas, as políticas de redução dos desníveis econômicos regionais não obtiveram êxito. Algumas regiões brasileiras ainda ostentam indicadores econômicos e sociais desfavoráveis. Ao longo dos anos, as desigualdades, quando não ampliaram, se mantiveram nos níveis anteriores.

O principal objetivo e a importância estratégica do convênio de colaboração com a Universidade de Barcelona estão na formação de professores doutores e, conseqüentemente, pesquisadores. Embora tenha crescido o número de docentes doutores na Uesb, eles correspondem a menos de 30% do total dos docentes. Este número está abaixo da média das universidades estaduais baianas e muito abaixo da média das universidades brasileiras que, em 2008, era de 36,8% de doutores docentes (INEP, 2009). Muitas universidades públicas brasileiras têm em seus quadros mais de 70% de docentes com doutorado. Além de vivenciar uma experiência com uma universidade internacional, o convênio permite que os alunos possam cursar o doutorado sem deixar suas atividades docentes. Com mais doutores, a Uesb melhora a qualidade do seu ensino e aumenta sua capacidade de captação de recursos, participando dos editais das agências de fomento com projetos qualificados.

Por último, em 2009, a Uesb celebrou convênio com a Universidade Nacional Del Litoral – Argentina, com o objetivo de promover a cooperação através da conjugação de esforços, a implementação e o desenvolvimento de ações, visando o apoio ao intercâmbio acadêmico binacional, para fortalecimento da Pós-Graduação *Stricto sensu* nas modalidades de doutorado ou mestrado em todas as áreas do conhecimento.

#### **6.2.4 A formação de capital humano e a qualidade das instituições no município de Vitória da Conquista**

Como a Uesb é uma universidade nova, ainda em processo de expansão e consolidação não há evidências empíricas ou científicas de uma inflexão no desenvolvimento socioeconômico do município a partir da formação de capital humano propiciada por esta universidade. A atração de novas empresas se dá mais pela concentração geográfica de pessoas e atividades econômicas do que pela qualificação de profissionais gerada pelo capital humano formado pela Uesb. Contudo, existe um processo em curso já que a formação de capital humano se materializa enquanto fonte de desenvolvimento econômico no longo prazo (pensamos aqui em um horizonte de tempo de 30 a 50 anos).

Este lento processo de formação de capital humano já é perceptível em alguns setores da administração pública e privada. Nos últimos anos, a Uesb influenciou decisivamente os rumos políticos da cidade, através da maior participação de alunos, professores e funcionários, tanto no processo político quanto na administração direta do poder local. A formação de capital humano, realização de eventos (seminários, palestras, congressos), desenvolvimento de pesquisas e cursos de extensão contribuíram para o marketing, a gerência e a maneira de fazer negócios, bem como para melhorar a compreensão e as dimensões da vida social e econômica

Uma das grandes contribuições do capital humano para o desenvolvimento econômico é a melhoria da qualidade das instituições<sup>36</sup>. As instituições resultam de um processo histórico

---

<sup>36</sup> A correlação entre qualidade das instituições e desenvolvimento econômico é explorada em Lopes (2009).

que se reproduz inercialmente através do tempo, transportadas pelas culturas, rotinas, crenças, costumes etc. Sendo assim, as instituições são *path dependent* e endógenas, já que derivam de um processo gradual de evolução da própria trajetória de desenvolvimento do município (LOPES, 2009).

A cidade de Vitória da Conquista ainda apresenta instituições, em geral, de baixa qualidade, e isto explica parte das baixas taxas de desenvolvimento econômico e social da região no período recente. As instituições atuais ainda refletem características associadas à estrutura produtiva e de governança burocrática do período da colonização. Este período marcado pelo personalismo nas relações econômicas e políticas, pelos direitos de propriedade mal definidos, concentração na estrutura fundiária, economia de subsistência, pequeno grau de monetização e baixo índice de urbanização configurava, até recentemente, uma economia praticamente fechada e de baixa conectividade com o núcleo de reprodução capitalista situado no litoral e nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste do país. A inércia institucional reproduziu estas condições ao longo do tempo, mantendo esta região isolada e inabilitada para absorver as melhorias nas condições econômicas e sociais experimentadas pela economia brasileira como um todo, restringindo ao invés de estimular a atividade produtiva.

As regras de comportamento, as crenças, as relações produtivas e comerciais não mudaram de forma significativa ao longo do tempo. Em função disto, no meio rural não houve espaço para a modernização agrícola - levando à perda de competitividade – que, aliada à mudança nos preços relativos, levou a uma maior deterioração das condições de troca e, conseqüentemente, de vida da população. A concentração na estrutura fundiária, além das implicações econômicas, influencia na qualidade das instituições<sup>37</sup>.

No município de Vitória da Conquista a inércia institucional produziu, ao longo do tempo, uma regularidade de comportamento marcada pela violência política, coronelismo, corrupção institucional e individual, clientelismo e troca de favores políticos. Esta estrutura institucional garantiu a reprodução de oligarquias decadentes à medida que o coronelismo se constituía como a interface entre os interesses políticos locais e os interesses políticos em escala nacional. Nesta relação se entrelaçam e convergem interesses paroquiais com interesses de deputados e das elites dominantes em escala nacional. Aliado a este ambiente institucional, e

---

<sup>37</sup> No meio rural a concentração fundiária leva ao desenvolvimento de uma agricultura familiar de subsistência que é bastante vulnerável às secas e com fortes implicações sobre a pobreza rural.

como consequência dele, verifica-se, na região Sudoeste da Bahia, baixa taxa de urbanização, alto índice de analfabetismo, baixa participação política da população e, conseqüentemente, pouca rotatividade no poder e pouca proporção de imigrantes estrangeiros. Menezes-Filho et al. (2006) mostra, através de estudo econométrico, correlação positiva entre proporção de estrangeiros e melhora na qualidade das instituições<sup>38</sup>.

Este conjunto de fatores conforma instituições de qualidade inferior que afetam o perfil de consumo da população. As condições de vida adversas aliadas à ausência de um sistema de seguridade social consistente levam a uma cultura rentista de renúncia ao consumo imediato em favor de um futuro, que é incerto. Em função destas condições, a cidade ainda apresenta baixo consumo de produtos e serviços típicos de sociedades mais avançadas como os serviços tecnológicos, de consultoria, os psicológicos, moda, arquitetura, terapêuticos etc.

As transformações recentes que se observam no comportamento dos agentes econômicos, políticos e sociais de Vitória da Conquista resultam de múltiplos fatores, dentre eles a presença e a expansão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - um dos mais relevantes. Com a Uesb, aumentou o fluxo de pessoas vindas de outras regiões para a cidade, trazendo seus costumes e culturas. Desta forma, a Uesb contribui com a melhoria das instituições locais e, conseqüentemente, com o perfil de produção e consumo de pessoas e empresas. Contudo, a inércia institucional impede rupturas, de modo que estas transformações se materializam lentamente (mas definitivamente) ao longo do tempo.

### **6.2.5 A Uesb e a localização das atividades econômicas no espaço urbano de Vitória da Conquista**

As aglomerações urbanas podem ser explicadas a partir do princípio da centralidade, na qual as relações entre os agentes econômicos dão origem a um lugar central. O lugar como centro de produção no espaço decorre de duas forças básicas: dos custos de transportes e das economias de escala. A condição básica do princípio de centralidade, na ótica da oferta

---

<sup>38</sup> Este mesmo estudo mostra a influência da proporção de eleitores e de alfabetizados no passado para a qualidade das instituições atuais.

(produção), se dá quando a empresa procura maximizar os benefícios que pode obter das economias de escala e minimização dos custos de transporte. Do lado da demanda esta condição, na perspectiva do consumidor, se dá na minimização dos deslocamentos e do seu custo. Portanto, a concentração espacial das atividades econômicas decorre de ganhos de produtividade tanto para produtores como para consumidores.

O consumo de serviços de ensino superior pela sua importância e frequência faz com que o consumidor inicialmente assuma ou internalize os custos de transportes envolvidos nos deslocamentos. Deste modo, a localização da universidade pública não precisa, partindo de uma perspectiva da produção, ter como condição para a oferta de seus serviços os critérios de centralidade. O mesmo já não ocorre com instituições privadas que, devido à maior oferta e a concorrência, devem levar em conta o princípio da centralidade na localização das suas atividades no espaço urbano. Pelas suas características, a universidade pública se constitui em uma força centrípeta, criando economias de aglomeração e gerando novas centralidades. Com isto, acaba influenciando a localização das atividades econômicas no espaço.

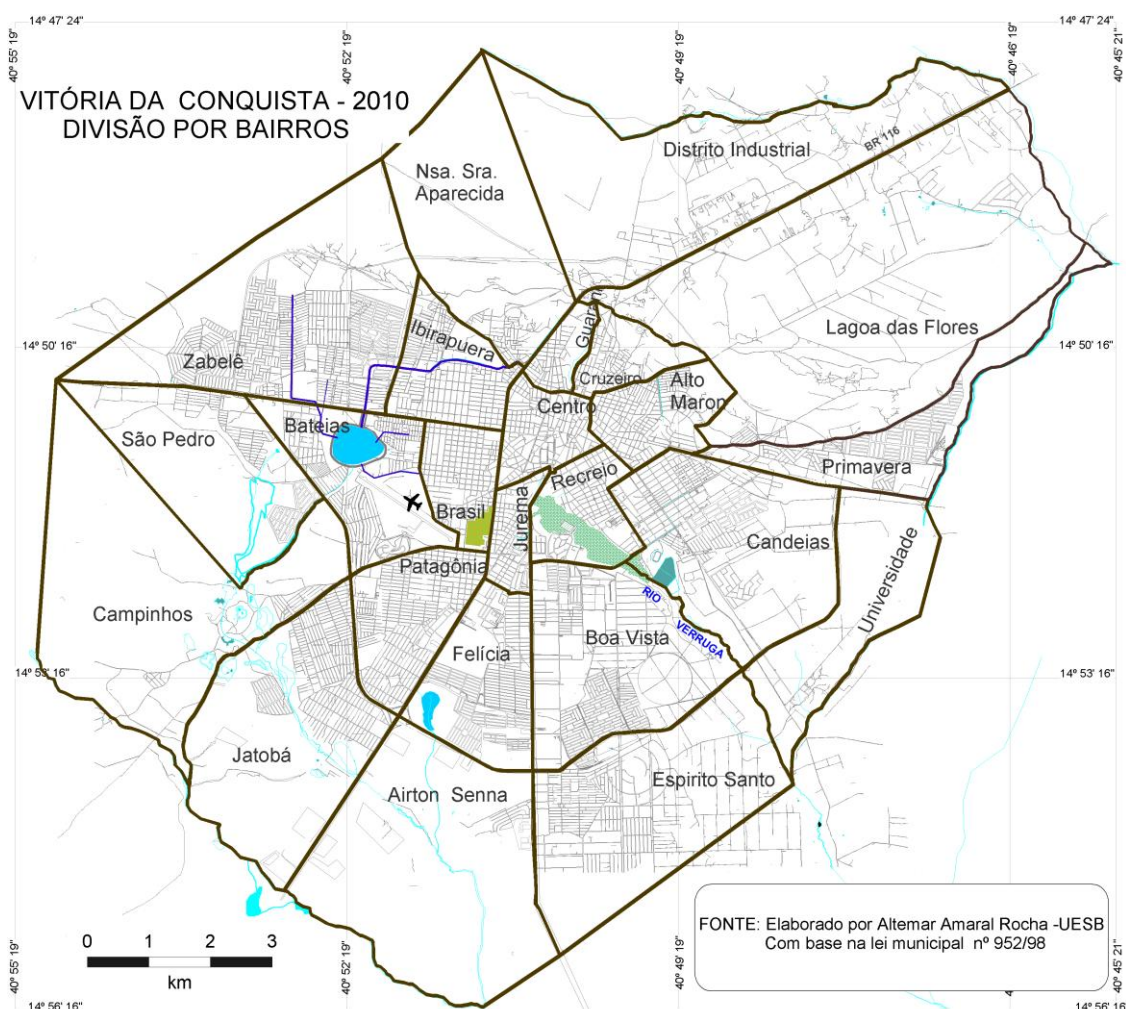
O caso da UESB na cidade de Vitória da Conquista é o de um *campus* periférico. Nesse caso, o *campus* periférico não se estruturou a partir de uma estratégia de concentração de equipamentos e recursos para facilitar o funcionamento e a interconexão intra universidade, e sim dentro de uma estratégia política. A UESB foi criada no início dos anos 80, em pleno regime militar ditatorial (1964 – 1985), e foi construída distante 5 Km do centro da cidade com o objetivo de isolar a universidade do convívio da sociedade, para evitar o contágio com ideias tidas como subversivas. Contudo, apesar de isolado dos equipamentos urbanos, a UESB acabou constituindo-se como uma força locacional das atividades econômicas e residenciais, tornando-se um vetor do crescimento urbano.

Apesar de ser concebido inicialmente como um *campus* periférico, porém concentrado, o *campus* da UESB expandiu e tornou-se um vetor do desenvolvimento econômico e urbano da cidade de Vitória da Conquista. Este crescimento aliado ao fenômeno da expansão urbana criou uma situação na qual podemos classificar o campus da UESB, hoje, como um *campus* urbano concentrado. Situação similar ocorreu na cidade espanhola de Moncloa com a Universidad Complutense de Madrid. Outros exemplos dessa tipologia são citados por Sanfeliu (2011):



El modelo es de *quartier* universitario que imprime su carácter dominante al área en la que se encuentra. Dos ejemplos de implantación de esta tipología de campus urbano concentrado serían, en primer lugar, el caso de la Universidad Jaume I, en Castellón de la Plana, espacio contiguo a la ciudad consolidada y que en un futuro inmediato puede terminar siendo un barrio plenamente integrado en la trama urbana, y, en segundo lugar, el caso de la Universidad del País Vasco, en Vitoria, que se encuentra dentro de una trama formada en el primer tercio de siglo y caracterizada por la residencia de baja densidad y una fuerte presencia de equipamientos urbanos. (SNAFELIU, 2011, p. 5).

Mapa 10 – Área urbana de Vitória da Conquista



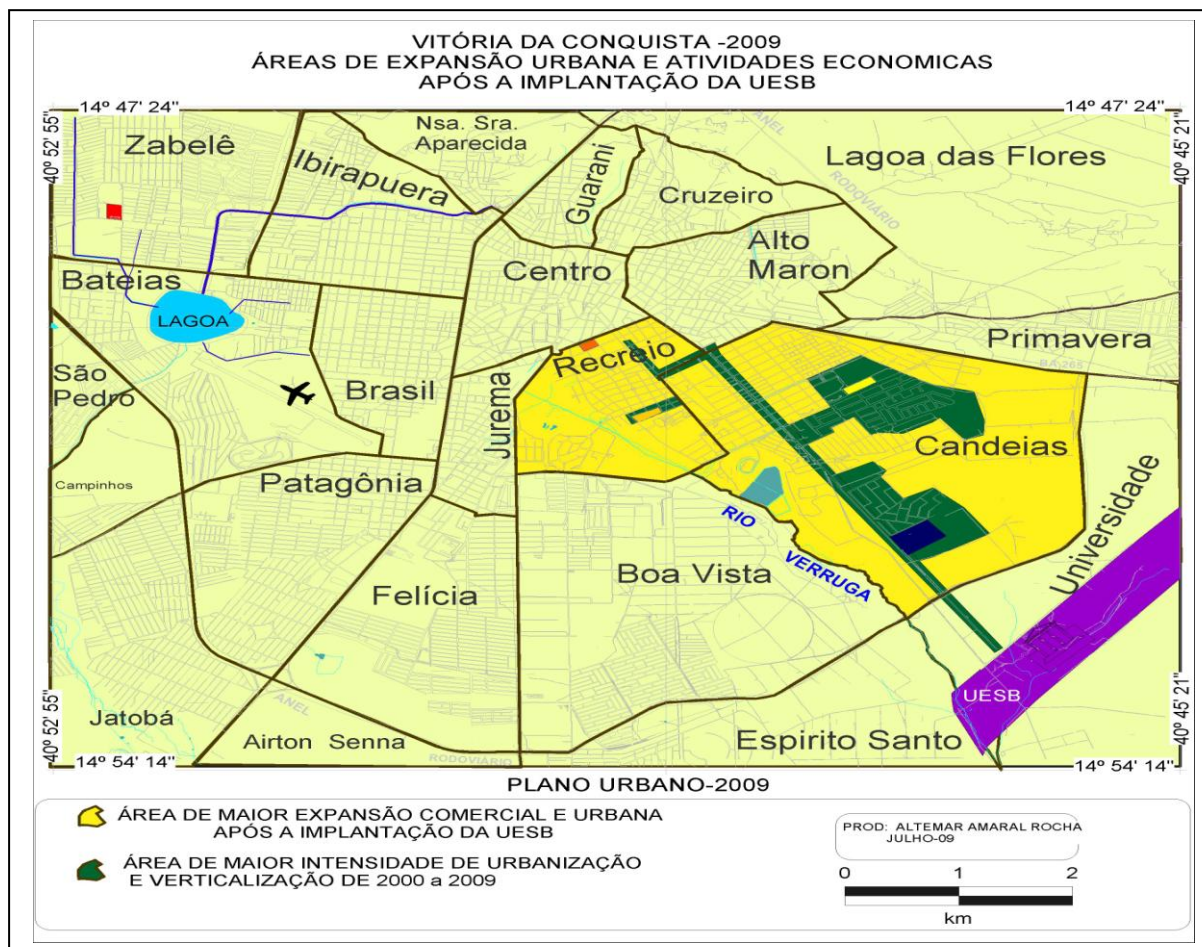
A universidade possui como força locacional orientação para mão de obra e tem como força centrífuga a qualidade dos seus serviços. Na época em que a Uesb foi criada havia uma forte

concentração da oferta de ensino superior nas capitais, distante das cidades médias do interior. A Uesb surge em um processo de desconcentração espacial da oferta de ensino superior. Portanto, a localização da Uesb obedece a uma lógica da configuração do espaço geográfico mais em âmbito regional do que local. Do lado da demanda, apesar de distanciar-se da área urbana, a Uesb apresenta vantagem comparativa em relação às universidades situadas em outras cidades. Mesmo distante do centro urbano, a Uesb está mais próximo dos potenciais consumidores de serviços de ensino superior do que as universidades situadas em outras cidades, como Salvador e Belo Horizonte. Deste modo, há minimização dos custos de transporte, já que a Uesb, na época de sua origem, era a única alternativa para o acesso ao ensino superior. Além disto, o consumidor hierarquiza os bens e serviços de modo que nem todos têm a mesma importância. O consumidor percorrerá distâncias maiores para adquirir determinados serviços, dentre estes cabe destaque à educação superior.

Apesar de não obedecer à lógica da centralidade pelo lado da oferta, a Uesb acaba constituindo-se como força locacional. Torna-se uma força centrípeta de consumidores e fornecedores que, ao observar o princípio da centralidade (pelo lado da demanda), tende a situar seus negócios e moradias próximos à Instituição.

A Uesb, com mais de cinco mil pessoas entre alunos e funcionários interagindo diariamente com a Instituição, aumentou o fluxo de pessoas em direção a esta área da cidade, tornando a Uesb o segundo maior transbordo de passageiros depois do centro (comercial e de serviços) da cidade. O mercado imobiliário, aproveitando-se da necessidade que alunos e funcionários têm da proximidade do local de estudo/trabalho (em função da frequência no consumo deste serviço), de modo a minimizar os deslocamentos e seus custos (condição básica do princípio de centralidade na perspectiva do consumidor), busca uma valorização constante dos imóveis no entorno da Instituição. Como externalidade deste processo, passou a ocorrer uma maior especulação imobiliária nas diversas zonas do entorno da Uesb, além do surgimento de negócios complementares aos serviços de educação superior que falaremos mais adiante. Como pode ser observado no mapa abaixo, a área de maior expansão comercial e maior intensidade de urbanização e, conseqüentemente, maior valorização se deu do centro em direção à Uesb e não em outras direções. A Uesb constitui-se, hoje, em um importante vetor de crescimento econômico e no principal vetor de orientação do crescimento espacial.

Mapa 11 – Áreas de expansão urbana e atividades econômicas após implantação da Uesb



Se por um lado a Uesb constitui-se força centrípeta gerando externalidades positivas a partir do aumento na construção de imóveis residenciais e surgimento de novas oportunidades de negócios, por outro lado a Uesb gera forças centrífugas com a especulação imobiliária (renda fundiária) e produz externalidades negativas com o aumento da segregação espacial das classes sociais.

O núcleo urbano da cidade de Vitória da Conquista caracteriza-se como o elemento organizador das relações de troca onde se desenvolve as atividades produtivas e de consumo e constitui-se como área geográfica espacialmente delimitada de forte interação entre produtores e consumidores. A cidade atua primordialmente como centro de serviços para o interior próximo a ela. Estes serviços centrais, conforme Richardson (1975) podem ser classificados em ordens superiores e inferiores, obtendo-se uma hierarquia baseada no

tamanho, nas funções dos centros e nas distâncias interurbanas. Estas condições constituem-se como o principal indicador de seu poder de centralidade e de capacidade de polarização.

Conforme Lemos, Guerra e Moro (2003, p. 3), “à medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais, com suas áreas de mercado, está aberto a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais com níveis diferenciados de integração econômica”. A partir de um determinado porte o lugar central, tende a se constituir como um centro de consumo coletivo. Os serviços oferecidos pela Uesb são de ordem superior, especializados, não *tradables* e de características intransportáveis. Estes serviços tendem a atrair pessoas dos lugares de menor densidade urbana (produtores de serviços de ordem inferior) que constitui a área de influência do lugar central, que por sua vez caracteriza-se como de base exportadora. A polarização de um lugar central decorre da dinâmica específica dos serviços (entre eles o de ensino superior). Os serviços oferecidos pela Uesb e seus efeitos multiplicadores são um instrumento de reforço, que leva a uma hierarquização urbana que é replicada no espaço enquanto um processo de dominação econômica entre regiões resulta na existência de regiões polo e regiões dominadas.

Os serviços oferecidos por uma universidade pública ampliam a densidade urbana pela dupla capacidade de *carregamento* e *transbordamento* de seus serviços e reforça a influência de um polo em sua região de articulação. A capacidade de transbordamento pode ser associada ao modelo gravitacional de Isard (1960). Este modelo permite definir a área de influência de um polo em sua região de articulação. O modelo básico consiste em supor que o poder de atração entre dois pontos tem uma relação positiva com a intensidade de trocas (população e serviços oferecidos) de cada centro e negativa com distância entre eles.

Se por um lado o crescimento das cidades decorrente das economias de aglomeração (de localização e urbanização) amplia o seu centro gravitacional, seu poder de centralidade e sua capacidade de polarização, por outro lado gera deseconomias de aglomeração decorrentes, principalmente, de aumentos no custo de vida e na renda fundiária. O limite que vai determinar o tamanho das cidades está no equilíbrio entre os benefícios marginais das economias de aglomeração e o custo marginal imposto pelas deseconomias de aglomeração. Em Vitória da Conquista, as áreas próximas à Uesb são as que experimentam um vigoroso processo de valorização e especulação imobiliária. Nesta área o custo de vida também está acima do custo das demais áreas da cidade. Os aluguéis, o imposto predial e territorial urbano,

os serviços de cuidados pessoais (salão de beleza, academias clínicas de estética etc), os serviços de restaurante, padaria entre outros são muito mais caros. A consequência disso é a expulsão dos antigos moradores para outros bairros, uma deseconomia de aglomeração

O crescimento e aglomeração urbana nas áreas próximas à Uesb produz deseconomias à medida que afeta o meio ambiente, aquecimento com o aumento da quantidade de concreto e asfalto, poluição lumínica, poluição sonora e falta de ventilação pela verticalização da cidade. Segundo Pereira e Lemos (2004, p. 5), “o tamanho das cidades também são afetados por amenidades tais como: clima, qualidade do ar e do setor público, lazer, entre outras”.

#### **6.2.6 Os impactos dos recursos financeiros movimentados pela Uesb na economia de Vitória da Conquista**

Os impactos diretos estão relacionados às externalidades positivas (*spillovers*) geradas pela universidade. Estes impactos se dão de três formas. A primeira forma relaciona-se aos gastos para expansão e manutenção da Instituição e se traduz nos investimentos em obras e equipamentos e nas demais despesas de custeio. A segunda forma de impacto relaciona-se aos gastos realizados por professores e funcionários com recursos provenientes dos salários pagos pela universidade. A terceira forma de impacto relaciona-se aos gastos dos alunos oriundos de outros municípios.

Estes gastos na sua maioria ocorrem na economia local, ou seja, no município onde a universidade está instalada. Contudo, parte dos gastos, principalmente os da Instituição, ocorrem em outros municípios. Isto se deve geralmente a especificidade de alguns produtos como material de laboratório, por exemplo, e a problemas burocráticos decorrentes do processo licitatório. Professores e funcionários também gastam em outros municípios, geralmente em lazer e em pagamentos de despesas de dependentes (mensalidade escolar, aluguel etc.). Contudo, a magnitude dos gastos nos outros municípios vai depender da dimensão da economia local (onde a universidade está instalada) e da proximidade com as

grandes e médias cidades<sup>39</sup>. Quanto menor e menos completa for a economia local e mais próxima das grandes e médias cidades, maior o volume de gastos em outros municípios.

Como este estudo trata de impactos sobre a economia local, torna-se necessário o estabelecimento de uma metodologia que expurgue os gastos em outros municípios. No caso dos gastos realizados pela universidade para custeio e investimento, a metodologia consistiu em identificar junto à gerência de compras o percentual destes gastos realizados no comércio ou indústrias do município onde a Instituição está instalada. O segundo passo foi identificar o volume total dos gastos em custeio e investimento realizados pela universidade. De posse do percentual dos gastos monetários em custeio e investimentos realizados no município e do volume total destes gastos, chegou-se ao impacto sobre a economia local produzido pelos gastos para manutenção e expansão da universidade.

No caso dos gastos realizados por professores e funcionários, a metodologia consistiu inicialmente em identificar a massa de salários pagos à professores e funcionários. Deste valor deduziu-se a parcela retida para imposto de renda e a parcela destinada às contribuições previdenciária e assistencial. Chegou-se, assim, à renda total disponível para professores e funcionários. O segundo passo consistiu em identificar a propensão média a consumir e a propensão média a consumir no município onde a universidade está instalada. Este cálculo tem que ser feito para cada categoria (professores e funcionários). Isto se deu em função dos diferentes níveis sociais de cada uma e, conseqüentemente, das diferentes propensões médias a consumir e dos diferentes perfis de consumo. De posse das informações relativas à renda total disponível de cada categoria e da propensão média a consumir no município de cada uma delas, chegou-se ao impacto produzido na economia local pelos gastos de professores e funcionários<sup>40</sup>.

Para dimensionar os gastos de alunos oriundos de outros municípios a metodologia consistiu, inicialmente, em identificar a quantidade destes alunos. Posteriormente, elaborou-se um questionário contendo campos que possibilitem a coleta de informações referentes à distribuição dos gastos. Os gastos foram distribuídos entre aqueles que ocorrem durante todo

---

<sup>39</sup> Neste estudo considera-se grandes cidades (Brasil) aquelas com população urbana superior a 500 mil habitantes e cidades médias (Brasil) aquelas com população urbana entre 100 e 500 mil habitantes. Esta definição é extraída dos estudos de Thompson A. ANDRADE & Rodrigo V. SERRA (1998). Estes autores consideram cidades médias brasileiras aquelas com população urbana entre 100 e 500 mil habitantes.

<sup>40</sup> As informações relativas à propensão média a consumir no município foram obtida através de dados amostrais, coletados por questionários distribuídos e recolhidos via Internet.

o ano, inclusive durante as férias, como aluguel e manutenção da casa, e aqueles que ocorrem apenas durante o ano letivo, ou seja, durante oito meses, como transporte, material didático e lazer. Através deste questionário chegou-se ao gasto médio mensal *per capita*<sup>41</sup>. Multiplicando por doze os gastos que ocorreram durante o ano todo e por oito os gastos que ocorreram apenas no período letivo, chegou-se ao gasto médio anual *per capita*. Partindo do gasto médio anual *per capita* e do número de alunos oriundos de outros municípios, chegou-se ao impacto na economia local produzido pelos gastos de alunos oriundos de outros municípios.

Como visto anteriormente, os impactos financeiros (diretos) da universidade pública na economia dos municípios onde estas Instituições estão localizadas, decorrem dos gastos relacionados ao funcionamento destas Instituições. Estes gastos se materializam nas despesas de custeio e investimentos realizados pela Instituição, nas despesas realizadas por professores e funcionários com recursos provenientes dos salários pagos pela universidade e nas despesas realizadas por alunos oriundos de outros municípios.

As despesas de custeio correspondem aos gastos de manutenção da Instituição: limpeza, material de escritório, energia elétrica, telefone, água, manutenção de equipamentos, pagamento de diárias, hospedagem, passagens aéreas e terrestres etc. As despesas com investimentos correspondem a dispêndios com obras de construção civil, material permanente, livros, reformas etc. As despesas realizadas por professores e funcionários correspondem às compras de produtos materiais e imateriais diversos como alimentos, aluguel, lazer, transporte etc. As despesas realizadas por alunos de outros municípios correspondem aos gastos com aluguel, transporte, alimentação, material didático, lazer etc.

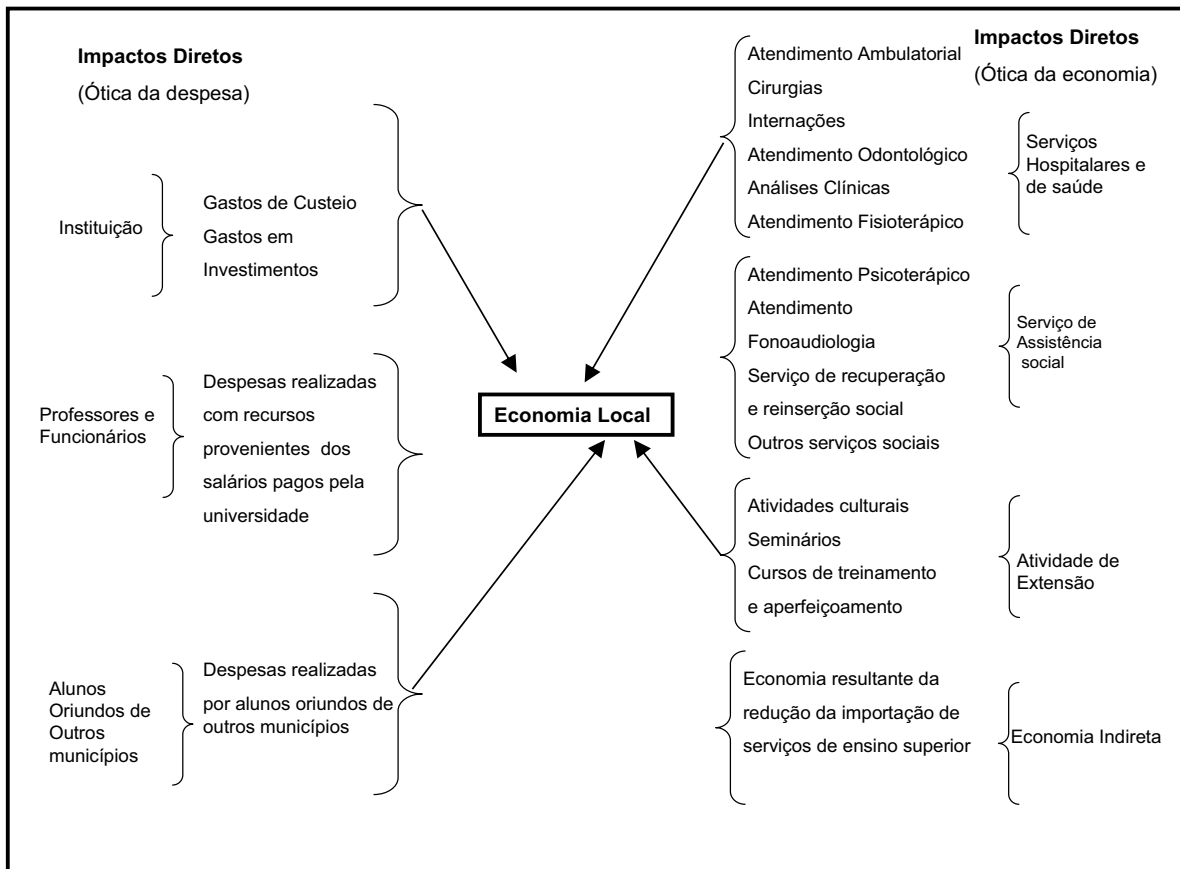
Estes gastos se expandem para o conjunto da economia através do efeito multiplicador. Assim, por exemplo, pagamentos efetuados pela Instituição em hotéis geram compras em supermercados, feiras livres, pagamento de impostos ao setor público, pagamento de pessoal, além de gastos em um grande número de setores. Estes gastos dão origem a novos gastos gerando um processo de multiplicação conforme o modelo keynesiano de determinação da renda.

---

<sup>41</sup> Estas informações foram obtidas através de dados amostrais, coletados por questionários auto-preenchidos.



Figura 8 – Impactos diretos e indiretos da universidade na economia municipal

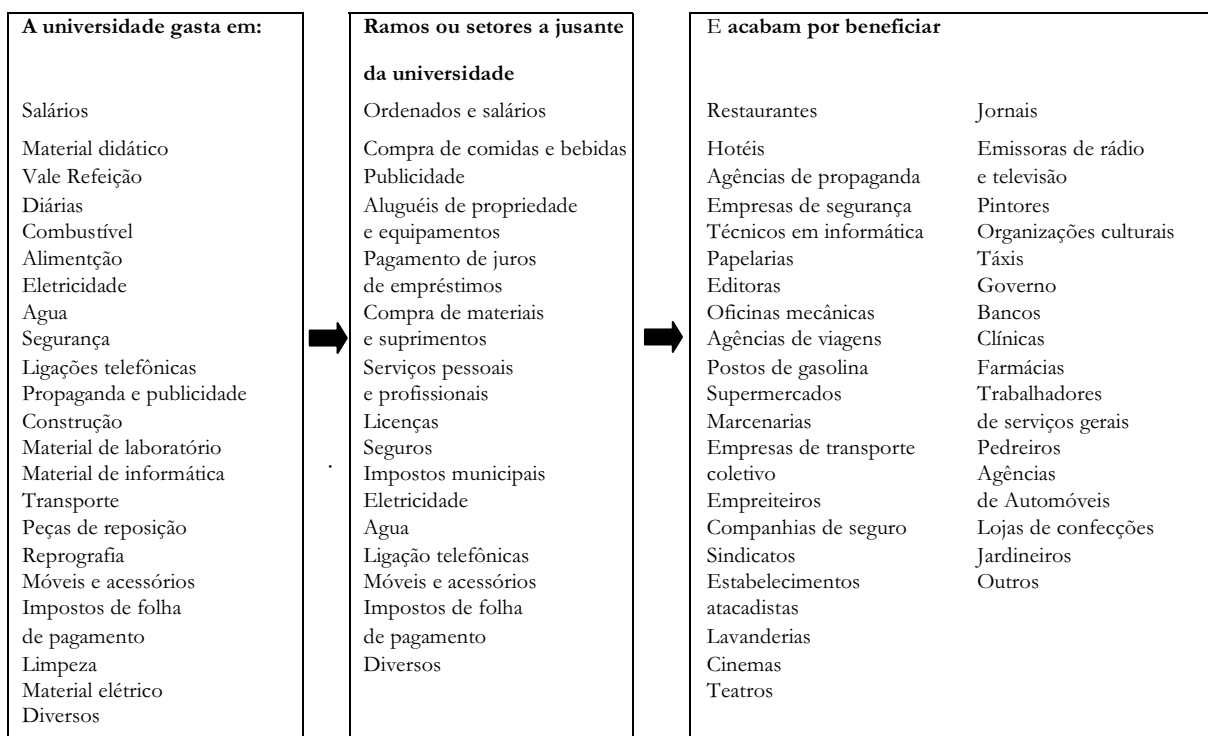


Fonte: Elaboração própria

A movimentação de recursos financeiros da UESB por meio do pagamento dos salários de professores e funcionários, investimentos em obras e equipamentos, demais despesas de custeio, e gastos dos alunos oriundos de outros municípios dão origem a variados efeitos multiplicadores, que se auto reforçam e se propagam de maneira cumulativa. Esta movimentação de recursos produz impactos econômicos e financeiros que, no caso da UESB, ganham maior significado quando inseridos no contexto da economia dos municípios onde esta universidade mantém campus.



Figura 9 - Fluxo das Despesas da Universidade na Economia Municipal



Fonte: Elaboração própria

Os impactos financeiros da Uesb estão relacionados às externalidades financeiras geradas por ela. Estes impactos se dão de três formas. A primeira forma de impacto relaciona-se aos gastos para expansão e manutenção da Instituição e se traduz nos investimentos em obras e equipamentos e nas demais despesas de custeio. A segunda forma de impacto relaciona-se aos gastos realizados por professores e funcionários, com recursos provenientes dos salários pagos pela universidade. A terceira forma de impacto relaciona-se aos gastos dos alunos oriundos de outros municípios.

Estes impactos se dão sobre a economia de vários municípios, porém, com maior intensidade sobre a economia dos municípios onde a Uesb mantém campus. Neste estudo, vamos dimensionar e analisar apenas os impactos produzidos pelos gastos relacionados ao funcionamento da Uesb sobre a economia do município de Vitória da Conquista, que é o município mais beneficiado por tais gastos.

O modelo metodológico, utilizado para a avaliação dos impactos econômicos e financeiros das universidades públicas nos municípios onde estão localizadas, foi inspirado no modelo desenvolvido por Bovo (1999) e Lopes (2003). Este modelo apresenta algumas limitações

para este tipo de análise, porém, acreditamos ter superado estas limitações no desenvolvimento deste estudo.

#### 6.2.6.1 Impactos diretos na economia do município

As despesas de custeio correspondem aos gastos de manutenção da Instituição: limpeza, material de escritório, energia elétrica, telefone, água, manutenção de equipamentos, pagamento de diárias, hospedagem, passagens aéreas e terrestres etc. As despesas com investimentos correspondem a dispêndios com obras de construção civil, material permanente, livros, reformas etc. As despesas realizadas por professores e funcionários correspondem às compras de produtos materiais e imateriais diversos como alimentos, aluguel, lazer, transporte etc. As despesas realizadas por alunos de outros municípios correspondem aos gastos com aluguel, transporte, alimentação, material didático, lazer etc.

Estes gastos se expandem para o conjunto da economia através do efeito multiplicador. Assim, por exemplo, pagamentos efetuados pela Instituição em hotéis geram compras em supermercados, feiras livres, pagamento de impostos ao setor público, pagamento de pessoal, além de gastos em um grande número de setores. Estes gastos dão origem a novos gastos gerando um processo de multiplicação conforme o modelo keynesiano de determinação da renda.

Como este estudo trata de impactos sobre a economia local, torna-se necessário o estabelecimento de uma metodologia que expurgue os gastos em outros municípios. No caso dos gastos realizados pela universidade para custeio e investimento, a metodologia consistiu em identificar junto à gerência de compras o percentual destes gastos realizados no comércio ou indústrias do município onde a Instituição está instalada. O segundo passo foi identificar o volume total dos gastos em custeio e investimento realizados pela universidade. De posse do percentual dos gastos monetários em custeio e investimentos realizados no município e do volume total destes gastos, chegou-se ao impacto sobre a economia local produzido pelos gastos para manutenção e expansão da universidade.

A Uesb executou, em 2009, despesas no valor de 127,5 milhões de reais, correspondendo a 88% da despesa orçada<sup>42</sup>. Deste valor, 96,3% corresponde a transferências do Tesouro Estadual. Como a Uesb é uma universidade pública, a grande maioria dos seus recursos são oriundos dos impostos arrecadados. As despesas foram realizadas da seguinte forma: 92,0 milhões foram gastos com pessoal, correspondendo a 72,2% do total; 29,3 milhões com despesas de custeio, correspondendo a 23,0%, e 6,2 milhões de investimento, correspondendo a 4,8% do total. Vale salientar que no exercício de 2009 os investimentos reduziram a 35% do executado em 2008. Isto se deu em função do contingenciamento de despesas, resultante da crise econômica. A Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, impõe, em caso de frustração de receita, cortes nas despesas de investimento.

Como a Uesb é uma Universidade multicampi, nem todos estes recursos são movimentados no campus de Vitória da Conquista. Segundo informações da Pró-Reitoria de Administração Financeira (PRARH), 65% das despesas com manutenção são realizados pelo campus de Vitória da Conquista, sendo que, deste valor, 78% corresponde a aquisições diretas na economia do município. Dos investimentos, 87% são realizados pelo campus de Vitória da Conquista, sendo que, deste valor, 72% corresponde a aquisições diretas na economia do município. Considerando estas proporções, em 2009, a Uesb consumiu, diretamente na economia do município de Vitória da Conquista, R\$ 14.831.338,49 correspondente a despesas de manutenção e R\$ 3.917.091,66 correspondente a gastos com investimentos.

No caso dos gastos realizados por professores e funcionários, a metodologia consistiu inicialmente em identificar a massa de salários pagos a professores e funcionários. Deste valor deduziu-se a parcela retida para imposto de renda e a parcela destinada às contribuições previdenciária e assistencial. Chegou-se, assim, à renda total disponível para professores e funcionários. O segundo passo consistiu em identificar a propensão média a consumir e a propensão média a consumir no município onde a universidade está instalada. Este cálculo tem que ser feito para cada categoria (professores e funcionários). Isto se deu em função dos diferentes níveis sociais de cada uma e, conseqüentemente, das diferentes propensões médias a consumir e dos diferentes perfis de consumo. De posse das informações relativas à renda total disponível de cada categoria e da propensão média a consumir no município de cada uma

---

<sup>42</sup> Em cumprimento às leis orçamentárias brasileiras o orçamento (que corresponde a previsão de receita e fixação de despesa) de 2009 foi elaborado em agosto de 2008, antes da crise econômica que afetou a economia mundial, reduzindo receitas e obrigando os governos a contingenciar despesas.

delas, chegou-se ao impacto produzido na economia local pelos gastos de professores e funcionários<sup>43</sup>.

A despesa com pessoal de R\$ 92,0 milhões refere-se a valores globais. Como o consumo em uma economia com governo é uma função da renda disponível, deve-se subtrair deste valor os impostos e encargos sociais. A renda disponível, para os servidores da Uesb, foi estimada em 83,05% da renda bruta (LOPES, 2003). Como a Uesb é uma universidade multicampi, os salários pagos no campus de Vitória da Conquista correspondem a 59,19% da despesa de pessoal da Uesb, o que equivale a uma injeção de recursos de R\$ 54.454.640,07, representando uma renda disponível para o consumo de R\$ 45.224.578,58. Considerando os cálculos de Lopes (2003), a propensão média a consumir de professores e funcionários da Uesb é de 0,896 e a propensão média a consumir no município de Vitória da Conquista é de 0,914. Considerando estes dados, os professores e funcionários da Uesb gastaram, a partir da renda oriunda da Instituição, o equivalente a R\$ 37.036.397,28 no município de Vitória da Conquista.

As despesas de custeio correspondem aos gastos de manutenção da Instituição: limpeza, material de escritório, energia elétrica, telefone, água, manutenção de equipamentos, pagamento de diárias, hospedagem, passagens aéreas e terrestres etc. As despesas com investimentos correspondem a dispêndios com obras de construção civil, material permanente, livros, reformas etc. As despesas realizadas por professores e funcionários correspondem às compras de produtos materiais e imateriais diversos como alimentos, aluguel, lazer, transporte etc. As despesas realizadas por alunos de outros municípios correspondem aos gastos com aluguel, transporte, alimentação, material didático, lazer etc.

---

<sup>43</sup> As informações relativas à propensão média a consumir no município foram obtida através de dados amostrais, coletados por questionários distribuídos e recolhidos via Internet.

Figura 10 - Fluxo das Despesas dos Servidores da Universidade na Economia Municipal

**Professores e Funcionários  
gastam em:**

Aluguéis  
Alimentação  
Ligações telefônicas  
Eletricidade  
Água  
Transporte  
Livros  
Vestuário  
Lazer  
Remédios  
Plano de saúde  
Saúde  
Mensalidade escolar de filhos  
Material de construção  
Móveis  
Cursos de idiomas  
Cursos de informática  
Combustível  
Serviços domésticos  
Presentes  
Diversos



**E acabam por beneficiar**

Imobiliárias  
Restaurantes  
Médicos  
Estabelecimentos  
Particulares de ensino  
Supermercados  
Laboratórios  
Farmácias  
Clubes  
Bares  
Táxis  
Teatros  
Cinemas  
Lojas de confecções  
Editoras  
Bancas de jornal  
Empresas de telefonias, água e  
eletricidade  
Lavanderias  
Empregados domésticos  
Posto de gasolina  
Agência de viagem  
Lojas de informática  
Lojas de presentes  
Corretoras de seguro  
Empresas de segurança  
Bancos  
Clínicas  
Hospitais  
Governo  
Concessionárias de automóveis  
Outros

Fonte: Elaboração própria

Estes gastos se expandem para o conjunto da economia através do efeito multiplicador. Assim, por exemplo, pagamentos efetuados pela Instituição em hotéis geram compras em supermercados, feiras livres, pagamento de impostos ao setor público, pagamento de pessoal, além de gastos em um grande número de setores. Estes gastos dão origem a novos gastos, gerando um processo de multiplicação conforme o modelo keynesiano de determinação da renda.

Tabela 27 – Orçamento da Uesb (2009), valores pagos pelo Campus de Vitória da Conquista e Consumo direto no município.

<b>NATUREZA</b>	<b>TOTAL UESB (ORÇAMENTO 2009)</b>	<b>TOTAL CAMPUS CONQUISTA</b>	<b>CONSUMO NO MUNICÍPIO</b>
<b>Pessoal</b>	91.999.729,81	54.454.640,07	37.036.397,28
<b>Manutenção</b>	29.253.133,10	19.014.536,52	14.831.338,49
<b>Investimento</b>	6.253.339,17	5.440.405,08	3.917.091,66
<b>TOTAL</b>	<b>127.506.202,08</b>	<b>78.909.581,67</b>	<b>55.784.827,43</b>

Fonte: Gerência Financeira e Subgerência de Compras – UESB

Como este estudo trata de impactos sobre a economia local, torna-se necessário o estabelecimento de uma metodologia que expurgue os gastos em outros municípios. No caso dos gastos realizados pela universidade para custeio e investimento, a metodologia consistiu em identificar junto à gerência de compras o percentual destes gastos realizados no comércio ou indústrias do município onde a Instituição está instalada. O segundo passo foi identificar o volume total dos gastos em custeio e investimento realizados pela universidade. De posse do percentual dos gastos monetários em custeio e investimentos realizados no município e do volume total destes gastos, chegou-se ao impacto sobre a economia local produzido pelos gastos para manutenção e expansão da universidade.

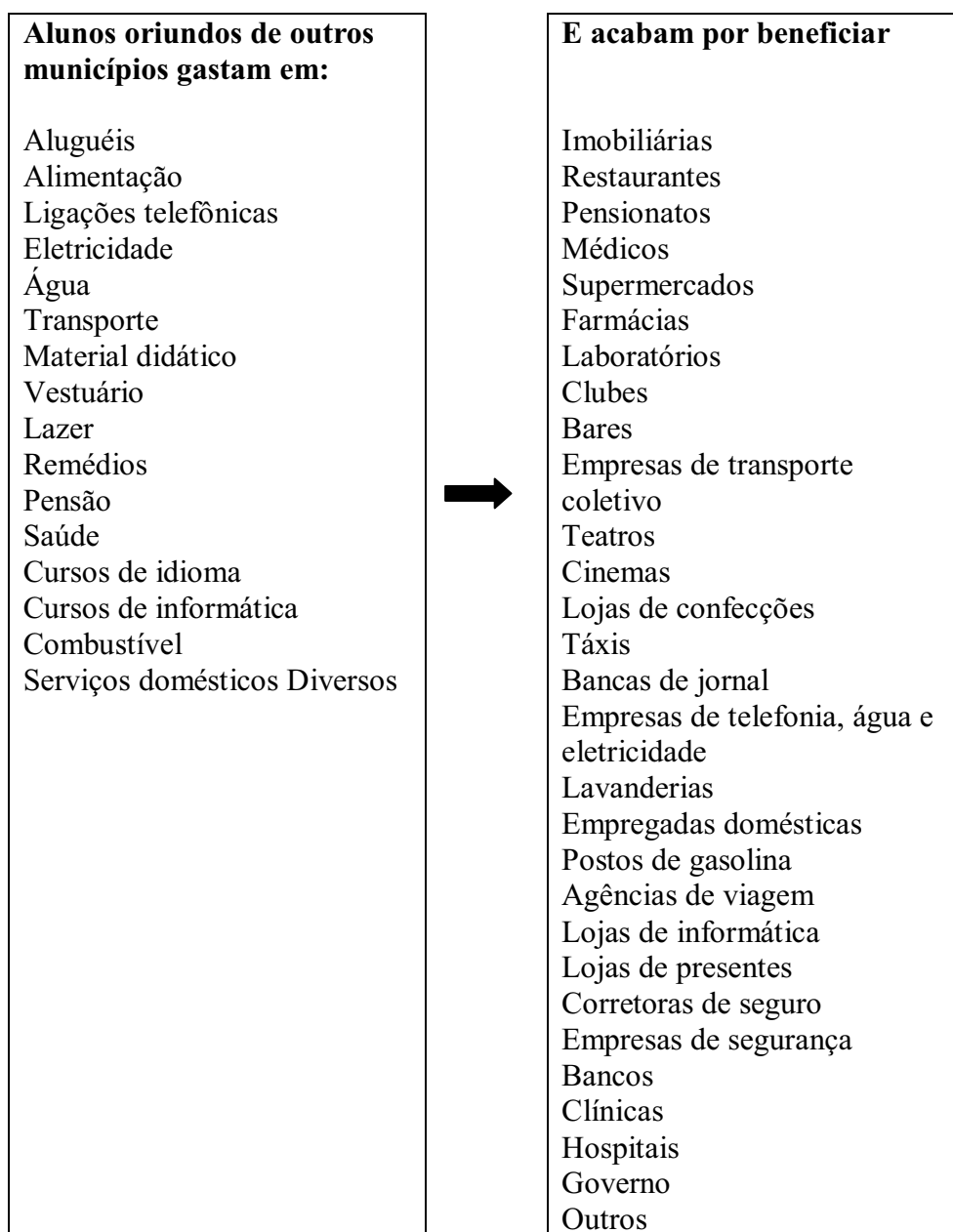
Somando os gastos realizados por professores e funcionários com as despesas com manutenção e investimentos, o consumo, no município de Vitória da Conquista, oriundo diretamente do orçamento da Uesb, exercício 2009, totaliza um valor de R\$ 55.784.827,43. Ou seja, em torno de 43,75% do orçamento da Uesb representa gastos na economia do município de Vitória da Conquista.

Para dimensionar os gastos de alunos oriundos de outros municípios, utilizamos os dados elaborados por Lopes (2003), corrigindo os valores com base na inflação do período, chegando-se assim aos valores atualizados destes gastos. A metodologia de Lopes (2003) consistiu, inicialmente, em identificar a quantidade destes alunos. Posteriormente, elaborou-se um questionário contendo campos que possibilitam a coleta de informações referentes à distribuição dos gastos. Os gastos foram distribuídos entre aqueles que ocorrem durante todo o ano, inclusive durante as férias, como aluguel e manutenção da casa, e aqueles que ocorrem apenas durante o ano letivo, ou seja, durante oito meses, como transporte, material didático e lazer. Através deste questionário, chegou-se ao gasto médio mensal *per capita*<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> Estas informações foram obtidas através de dados amostrais, coletados por questionários autoperenchidos.

Multiplicando por doze os gastos que ocorreram durante o ano todo e por oito os gastos que ocorreram apenas no período letivo, chegou-se ao gasto médio anual *per capita*. Partindo do gasto médio anual *per capita* e do número de alunos oriundos de outros municípios, chegou-se ao impacto na economia local produzido pelos gastos de alunos oriundos de outros municípios.

Figura 11 - Fluxo das Despesas dos Alunos Oriundos de Outros Municípios na Economia Municipal



Fonte: Elaboração própria

Além dos gastos oriundos do orçamento da Instituição, a Uesb representa uma injeção de recursos na economia local a partir dos gastos de alunos oriundos de outros municípios. Segundo Lopes (2003), 32% dos alunos matriculados no campus de Vitória da Conquista são oriundos de outros municípios. Em 2009, estavam matriculados 4.506 alunos, sendo 467 nos cursos de pós-graduação e 4039 nos cursos de graduação. Estima-se que 68% dos alunos são naturais de Vitória da Conquista, cujos gastos não representam uma injeção líquida de recursos na economia local, apenas uma realocação de recursos considerados próprios da economia do município.

Os alunos oriundos de outros municípios são estimados em 32% do total, ou 1.442 alunos. Como esses alunos originam-se de outros municípios, os gastos realizados por eles representam uma injeção de recursos na economia local, já que Vitória da Conquista passa a exportar serviços de ensino superior para outros municípios. Dentre os alunos oriundos de outros municípios, 36% vêm e voltam diariamente para seus municípios, gastando em Vitória da Conquista apenas com transporte, material didático e alimentação. Os demais alunos, 64%, residem em Vitória da Conquista e têm gastos adicionais com moradia e manutenção da residência. Cabe destacar que a maioria destes gastos não se dá durante todo o ano, somente durante o período letivo, geralmente de oito meses. Desta forma algumas despesas são multiplicadas por 12 meses e outras por 8 meses.

Em pesquisa realizada através de questionários aplicados junto aos alunos oriundos de outros municípios, chegamos a um gasto médio anual, por aluno, no município, de R\$ 5.848,32/ano, conforme tabela abaixo. Em seu conjunto, os alunos oriundos de outros municípios gastaram em Vitória da Conquista, em 2009, R\$ 6.476.440,88.

Tabela 28 - UESB – Proxy da distribuição do gasto médio mensal dos alunos oriundos de outros municípios, 2009

Despesa	Gasto médio Mensal (R\$)	%	Quant. de Meses	Gasto médio Anual (R\$)	%	Quant. de Alunos	Gasto anual Total	%
Moradia	192,19	31,2	12	2.306,28	39,4	923	2.128.696,44	32,9
Manutenção	62,11	10,1	12	745,32	12,7	923	687.930,36	10,7
Alimentação	123,22	20,0	8	985,76	16,4	1.442	1.421.465,92	21,9
Lazer	51,03	8,3	8	408,24	7,0	923	376.805,52	5,8
Mat. Didático	29,89	4,8	8	239,12	4,0	1.442	344.811,04	5,3
Transporte	84,40	13,7	8	675,20	11,5	1.442	973.638,40	15,0
Outros	73,55	11,9	8	588,40	10,0	923	543.093,20	8,4
Total	616,39	100	-	5.848,32	100	-	6.476.440,88	100

Baseado em Lopes (2003)



A partir dos dados acima, os alunos da Uesb (Campus de Vitória da Conquista) oriundos de outros municípios consomem na economia de Vitória da Conquista mais 6,4 milhões de reais por ano. Pela tabela acima, percebe-se que os gastos mais significativos ocorrem com moradia (32,9%) e com alimentação (21,9%). Estes gastos provocam impactos principalmente sobre o mercado imobiliário, pensionatos e supermercados.

Somando os gastos realizados diretamente pela Uesb, (gastos de professores e funcionários, gastos com manutenção e investimentos da Instituição) no valor de R\$ 55.784.827,43 com os gastos de alunos oriundos de outros municípios de R\$ 6.476.440,88, chega-se a uma adição líquida ao consumo da economia de Vitória da Conquista de R\$ 62.261.268,31. Este valor representa em torno de 2,3% do Produto Municipal.

#### 6.2.6.2 Impacto potencial

A teoria da base econômica regional, frequentemente denominada teoria da determinação da renda regional, representa uma aplicação simplificada da macroeconomia tradicional em âmbito regional. O modelo se baseia no multiplicador keynesiano tradicional e como as regiões são, geralmente, economias abertas a análise é centrada nas relações da região com o exterior. Em função disto, recorre-se de forma frequente aos conceitos de “injeção” e “vazamentos”; as “injeções” representadas pelas exportações e os “vazamentos” pelas importações. Neste contexto, as atividades de exportação servem de suporte ao crescimento da região exportadora. A teoria da base econômica considera a base de exportação (produtos que encontram demanda fora da região) como a atividade básica e o setor que produz para consumo e investimento internos à região como a atividade não básica. Segundo Clemente (2000b), este modelo é passível de crítica, primeiro, pela impossibilidade prática de separação entre setores básicos e não básicos e daí a impossibilidade de verificação empírica e, segundo, por afirmar que aumentos de renda em certa região somente são possíveis como resultado de aumentos das exportações.

O modelo keynesiano de determinação da renda, que serve de referência para a teoria da base econômica, é um modelo que apresenta a demanda agregada como variável determinante da renda (consequentemente do produto) no curto prazo. Keynes (1996) define o consumo como uma função estável da renda, ou seja, a propensão marginal a consumir é estável. O consumo de um agente gera renda para um segundo, que por sua vez é induzido a consumir gerando renda para um terceiro e assim sucessivamente. Uma determinada mudança num componente autônomo da demanda agregada causa uma mudança ainda maior na renda de equilíbrio, devido ao multiplicador de investimento, “ele nos indica que, quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a  $k$  vezes o acréscimo do investimento” (KEYNES, 1996, p. 134).

Segundo Keynes (1996), o conceito de multiplicador foi introduzido pela primeira vez na teoria econômica por R. F. Kahn em seu *The relation of home investment to unemployment* (Economic Journal, junho de 1931). Embora o multiplicador de Keynes seja um pouco diferente do de Kahn, os dois partem do mesmo ponto – determinar o volume de emprego. Keynes considera o multiplicador de Kahn (o qual pode ser chamado de multiplicador de emprego) um pouco diferente do seu. Segundo Keynes o multiplicador de Kahn “mede a relação do aumento de emprego total derivado de determinado incremento do emprego primário nas indústrias de investimento. Quer dizer, se o incremento do investimento  $\Delta I_w$  leva a um aumento do emprego primário  $\Delta N_2$  nas indústrias de investimento, o incremento do emprego total  $\Delta N = k\Delta N_2$ ” (KEYNES, 1996, p. 134).

Utilizando o modelo keynesiano de determinação da renda e considerando os efeitos multiplicadores podemos calcular o impacto potencial sobre o produto municipal pelos recursos financeiros injetados, pela dinâmica de funcionamento da Uesb, diretamente na economia de Vitória da Conquista.

Para mensurar o impacto potencial destes gastos sobre a economia de Vitória da Conquista, calculou-se um multiplicador de gastos para este município. No cálculo do multiplicador, primeiro procurou-se identificar a propensão marginal a consumir no município e, posteriormente, estimou-se a dedução da renda para o imposto de renda. Para o cálculo da propensão marginal a consumir realizou-se uma pesquisa para identificar a propensão média a consumir que serviria de proxy da propensão marginal. A pesquisa foi realizada com moradores de cinco bairros (Candeias, Alto Maron, Brasil, Alvorada e Urbis 5)

representativos das diferentes classes sociais e dos perfis de consumo dos habitantes do município.

Estes bairros além de atender a uma distribuição espacial equilibrada refletem o poder aquisitivo dos habitantes da cidade como um todo. O Bairro Candeias representando famílias de maior poder aquisitivo, os Bairros Alto Maron e Brasil de médio poder aquisitivo e Alvorada e Urbis 5 de baixo poder aquisitivo. Foram aplicados 120 questionários, distribuídos proporcionalmente entre os bairros, e entrevistados moradores, entre homens e mulheres, de diferentes níveis de renda, com intervalos de idade a partir de 13 anos até acima de 65 anos, observando uma proporcionalidade na escolaridade média do bairro. Os quesitos observados referem-se àqueles que afetam diretamente o perfil de consumo.

Como era de se esperar a menor propensão a consumir no geral e também no município de Vitória da Conquista (consequentemente, maior propensão a poupar) foi registrada no bairro de maior poder aquisitivo. A maior propensão média a consumir tanto no geral como no município de Vitória da Conquista foi registrada nos bairros de menor poder aquisitivo. Em geral os mais jovens gastam mais, no geral, do que os de maior idade. Contudo, os mais idosos têm uma maior propensão média a consumir no município. Entre os entrevistados observou-se que os de maior escolaridade têm uma maior propensão média a consumir, contudo menor propensão a consumir no município de Vitória da Conquista. Os consumidores mais jovens, de maior poder aquisitivo e de maior escolaridade, pela facilidade de acesso a outros mercados de consumo (viagens e internet), possuem a menor propensão média a consumir no município de Vitória da Conquista.

A propensão média a consumir do município de Vitória da Conquista foi calculada em  $d=0,79$ , a dedução sobre a renda foi estimada em 9,2% ( $t=0,092$ ). Com base nos valores de ( $d$ ) e ( $t$ ), calculou-se o multiplicador de gastos para o município em  $\beta = 3,54$ .<sup>45</sup> multiplicando  $\beta$  pelo total dos gastos no município relacionados ao funcionamento da UESB (R\$ 62.261.268,31 \* 3,54), estima-se o impacto econômico potencial da UESB sobre a economia de Vitória da Conquista em algo próximo a R\$ 220.404.889,80. Este valor equivale a 8,2% do produto municipal de R\$ 2.679.715.303,22, em 2009.

---

<sup>45</sup> A equação que gerou o multiplicador foi a seguinte:  $\beta = \frac{1}{1-c(1-t)} = \frac{1}{1-0,79(1-0,092)} = \frac{1}{0,2827} = 3,537569$ , aproximadamente 3,54. Para uma análise aprofundada sobre o multiplicador, ver Rudiger DORNBUSCH e Stanley FISCHER (1982).

Como as cidades são economias abertas é difícil calcular o impacto efetivo. Calculamos o impacto potencial e não o impacto efetivo em função dos “vazamentos” e da dificuldade de mensurá-la. Contudo, sabemos que o impacto da Uesb sobre a economia de Vitória da Conquista é bem inferior a R\$ 220.404.889,80, haja vista que em uma economia globalizada boa parte dos produtos consumidos internamente são oriundos de outros municípios e a cidade não possui uma cadeia produtiva abrangente. Neste caso, considerando os instrumentos da análise keynesiana de determinação da renda, o gasto na economia de Vitória da Conquista relacionado ao funcionamento da Uesb é renda direta para a economia local. Em função dos efeitos multiplicadores o impacto sobre a economia local é maior do que a injeção inicial. Contudo, os vazamentos reduzem o multiplicador e, conseqüentemente, os impactos potenciais sobre a economia do município. Portanto, a renda gerada a partir da Uesb tem parte de sua reprodução, ou seja multiplicação, em outros municípios. Isto será tanto maior quanto menos dinâmica for a economia local.

O mais conveniente neste caso é definir o impacto efetivo da Uesb sobre a economia de Vitória da Conquista como compreendendo um intervalo entre R\$ 62.261.268,31 e R\$ 220.404.889,80, ou seja, entre 2,3 e 8,2% do produto municipal. O impacto correspondente a 2,3% do produto municipal refere-se a uma situação na qual o multiplicador é igual a 1 (um) e os vazamentos seriam de 100%. O impacto correspondente a 8,2% do produto municipal refere-se a uma situação na qual o multiplicador é igual a 3,54 e não existiriam vazamentos, uma economia totalmente fechada. A definição de um intervalo tão amplo se deve ao fato de se conhecer apenas os gastos (R\$ 62.261.268,31) que desencadeiam o processo de multiplicação, os desdobramentos (os gastos induzidos pela renda gerada a partir dos primeiros gastos) posteriores ocorrem tanto na economia de Vitória da Conquista quanto na economia de outros municípios. Sabemos, portanto, que o impacto dos gastos relacionados ao funcionamento da Uesb na economia de Vitória da Conquista são superiores a R\$ 62.261.268,31, mas, inferiores a R\$ 220.404.889,80.

Com os efeitos multiplicadores pode-se chegar a um impacto econômico potencial sobre o produto municipal bem superior a 2,3%. Como o consumo (modelo keynesiano) é uma função da renda, sendo que o gasto de um gera renda para outro, que por sua vez é induzido a gastar gerando renda para um terceiro e assim sucessivamente, nem todo o efeito multiplicador ocorre na economia local. Em uma economia globalizada, dimensionar o valor adicionado à economia local e o valor dos “vazamentos” a partir dos gastos relacionados ao funcionamento

de uma universidade pública é uma tarefa praticamente impossível. Esta dificuldade decorre da variedade dos produtos comprados e da necessidade de se estudar a cadeia produtiva de cada um deles. Contudo podemos afirmar que a participação dos gastos decorrentes do funcionamento da Uesb no produto municipal é superior a 2,3%, porém, bem inferior a 8,2%, dados os pequenos efeitos de encadeamento da estrutura produtiva local.

Tão importante quanto a participação destes gastos na economia do município são as externalidades positivas e as economias de aglomeração decorrentes da dinâmica do funcionamento deste processo. Esse conjunto de fatores torna as universidades públicas um importante vetor de desenvolvimento para as economias locais. Constituindo-se muitas vezes, como é o caso da Uesb, no principal instrumento de influência da cidade de Vitória da Conquista em sua região de articulação.

#### 6.2.6.3 A Uesb e os benefícios para o município na redistribuição dos impostos estaduais

Os impostos estaduais são arrecadados em todo o estado pelos governos estaduais, centralizados e redistribuídos através ações do governo (obras, serviços, pagamento de servidores etc) e das transferências voluntárias e constitucionais. Dessa forma um município será mais beneficiado pela redistribuição a medida que recebe mais ações e transferências do governo do que o montante de recursos retirado da economia através do pagamento de impostos. Portanto, o pagamento do imposto representa um vazamento e as ações e transferências injeções na economia local. O saldo desta balança vai refletir benefícios ou prejuízos para a economia local. Uma universidade pública estadual acaba representando uma fonte de injeção de recursos na economia local, contribuindo positivamente para no saldo de injeções e vazamentos.

No Estado da Bahia, a transferência de recursos para as universidades estaduais não está vinculada a nenhuma fonte de receita do governo estadual como acontece no Estado de São Paulo. Em São Paulo a transferência de recursos para as universidades está vinculada à arrecadação de ICMS. Para facilitar a análise vamos considerar que os recursos da Uesb

oriundos do governo estadual sejam provenientes das receitas tributárias do Estado, especialmente o ICMS que corresponde a algo em torno de 95% das receitas tributárias. As receitas tributárias correspondem a 85% das receitas do Estado. Como dos recursos movimentados pela Uesb, 96,3% corresponderam a transferências do governo estadual, em 2009, podemos deduzir que os recursos financeiros movimentados pela Uesb são oriundos das receitas tributárias.

As receitas da Uesb correspondentes a transferências do governo estadual somaram R\$ 122.736.356,94, em 2009. Este valor corresponde a aproximadamente 1,08% da arrecadação tributária do Estado da Bahia, que foi de superior a 11,4 bilhões de reais, em 2009. Do valor total arrecadado no Estado mais de 213 milhões foram arrecadados no município de Vitória da Conquista, ou seja, 1,8% da arrecadação estadual. As comparações entre a arrecadação municipal e os recursos da Uesb encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 29 - Vitória da Conquista – Relações entre o ICMS arrecadado e os recursos da UESB, 2009. Em R\$ correntes.

ICMS Arrecadado (A)	Transf. constitucional Para o Município (B)	Gastos da UESB** (C)	%		
			B/A (D)	C/A (E)	C/B (F)
213.068.424,20	44.022.006,90	55.784.827,43	20,66	26,18	126,72

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

\*\* Inclui apenas os gastos cujos recursos tiveram como origem transferências do governo estadual.

As receitas da Uesb alocadas no campus de Vitória da Conquista somaram R\$ 55.784.827,43, em 2009. Este valor representou 26,18% das receitas tributárias recolhidas pelos agentes econômicos do município de Vitória da Conquista aos cofres do governo estadual, em 2009. Isto significa que a Uesb faz retornar a esse município 26,18% do impostos arrecadados pelo Governo do Estado no município. Por outro lado a quota-parte de ICMS do município faz retornar, apenas, 20,66% dos impostos arrecadados.

Se somarmos os recursos alocados no município de Vitória da Conquista através da Uesb com a quota-parte do município, teremos um repasse de recursos ao município pelo governo estadual de 46,84% dos impostos arrecadados. Além destes repasses o governo estadual gasta no município com obras e pessoal, o que aumenta ainda mais os repasses para o município. Contudo, a Uesb é o principal instrumento de retorno à economia local dos recursos

arrecadados no município. Sem a Uesb o município seria ainda mais penalizado na redistribuição dos recursos arrecadados em todo o Estado da Bahia.

Os recursos gastos em Vitória da Conquista que tiveram como origem transferências estaduais para a Uesb (gastos de professores e funcionários e gastos com custeio e investimento) somaram R\$ 55.784.827,43, em 2009. A coluna E da tabela acima mostra a relação entre este valor e a arrecadação tributária no município. Esta relação mostra que 26,18% dos impostos arrecadados no município retorna, através da Uesb, diretamente aos agentes econômicos que recolhem impostos aos cofres do governo estadual<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Os impostos arrecadados retornam aos agentes econômicos através das compras de professores e funcionários da Uesb e das compras para custeio e investimento realizadas pela administração desta universidade.

## 7 AGLOMERAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA: RESULTADOS E DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE

O ensino superior, pela sua dinâmica de funcionamento e pelas externalidades geradas, pode constituir-se em um núcleo de desenvolvimento setorial-regional em cidades pequenas e médias. Para verificar se a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista constitui-se em um núcleo de desenvolvimento regional – condição de primeira ordem para caracterização de um cluster -, utilizamos, em nossa análise, as medidas de especialização: quociente locacional (QL), e participação relativa no emprego (PRE).

### 7.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para caracterizar um *cluster* utilizamos, como condição de primeira ordem (condição necessária), a análise quantitativa e, como condição de segunda ordem (condição de suficiência), a análise qualitativa. Para a análise quantitativa utilizamos como ferramenta as medidas de especialização: QL e PRE. Para a análise qualitativa utilizamos as condições de *clustering*. O *clustering* (agrupamento) pressupõe o desenvolvimento de alianças estratégicas, relações de cooperação econômica e social lentamente acumuladas, sólidos laços entre as instituições de ensino superior (IES) e entre estas e as empresas locais, presença de instituições de excelência em P&D, tudo isto dentro de um ambiente de competição, cooperação e conflito. Segundo Almeida (2002), o *clustering* supõe ações continuadas por uma década ou mais.

A análise qualitativa só será realizada se for verificada a condição de primeira ordem.

Para caracterizar um setor como núcleo de desenvolvimento regional utilizamos, baseado em Crocco et al (2003), duas características capazes de identificar uma concentração espacial:



(1) **a especificidade de um setor dentro de uma região** - é uma medida de especialização que pode se medir pelo Quociente Locacional (QL). Este indicador procura comparar duas estruturas setoriais-espaciais. Sua medida resulta da razão entre duas estruturas econômicas: no numerador temos a ‘economia’ em estudo e no denominador uma ‘economia de referência’. A variável geralmente utilizada para essa medida de especialização é a relação entre o emprego setorial (local/regional e nacional) e o emprego total (local/regional e nacional). É uma medida que identifica a existência de uma aglomeração especializada em determinada região, mais recomendado para regiões de porte médio. Em regiões de pequeno porte o indicador tende a sobrevalorizar o peso de um determinado setor para região, e em economias pequenas mas diversificadas subvalorizar setores importantes. Por isso esse indicador pode gerar distorções e comprometer a análise dos dados.

(2) **a importância do setor regionalmente** – é um indicador utilizado para captar a importância do setor na cidade/região no âmbito estadual, ou seja, a participação relativa do setor no emprego total deste setor no estado, criando assim um índice PRE. Lopes (2003) utiliza metodologia semelhante, medindo a participação relativa do setor no emprego total do setor no estado.

O quociente de localização ( $QL_{ij}$ ) é uma medida de especialização que indica uma aglomeração especializada de determinado setor em determinada região (indica o grau de especialização da atividade produtiva no município/região), comparativamente à participação desse setor no espaço maior definido como base. O  $QL_{ij}$  pode ser considerado a principal e mais difundida medida de localização e especialização utilizada em estudos brasileiros exploratórios de economia regional, urbana e até mesmo setorial. Com a utilização crescente da temática de *cluster*, distritos industriais e Arranjos Produtivos Locais (APL's), várias metodologias - com pequenas variações metodológicas - utilizam o  $QL_{ij}$  afim de identificar especializações produtivas locais. O  $QL_{ij}$  compara a participação percentual de uma região  $j$  qualquer em um setor  $i$  com a participação percentual da mesma região  $j$  na economia de referência. Formalmente:

$$QL_{ij} = \frac{\Sigma_i j / \Sigma j}{\Sigma_i n / \Sigma n}$$

Onde:  $\sum_i j$  é o somatório do emprego do setor  $i$  na região/cidade  $j$

$\sum j$  é o somatório do emprego na região/cidade  $j$

$\sum_i n$  é o somatório do emprego do setor  $i$  no país ou região

$\sum n$  é o somatório do emprego no país ou região

A partir das medidas de especialização e localização busca-se a identificação do *cluster* em uma determinada região. Por último, faz-se análise quantitativa e qualitativa de *cluster* baseada em dois enfoques: o da similaridade e o da interdependência.

Além do QL, a outra medida que busca identificar uma concentração espacial é a PRE. Este indicador busca captar a importância local do setor no plano estadual, ou seja, a participação relativa do setor no emprego total deste mesmo setor no estado, criando assim um índice PRE – Participação Relativa do Emprego.

$$PRE = \frac{E_j^i}{E_{p,r}^i}$$

Onde:  $E_j^i$  é igual ao total do emprego do setor  $i$  na cidade/região  $j$

$E_{p,r}^i$  representa o total do emprego do setor  $i$  no país ou região

Como salientado no segundo capítulo desta tese, para caracterizar um *cluster* é fundamental utilizar uma metodologia que permita identificar e delimitar geograficamente e estruturalmente as aglomerações produtivas. Para identificar e caracterizar um *cluster* não existe uma metodologia consolidada na literatura. Porém, todos os procedimentos metodológicos levam em consideração um índice de concentração e/ou um de especialização, além de outros possíveis indicadores. O índice de concentração mais utilizado no contexto brasileiro é o índice de Gini Locacional (GL), e o índice de especialização, que tem sido amplamente difundido em estudos de economia regional, consagrado na literatura, é o

quociente locacional (*QLij*). Esses indicadores permitem verificar a distribuição geográfica da produção e identificar as aglomerações especializadas de uma região. Neste estudo, utilizamos medidas de especialização para identificar se uma aglomeração espacial de um setor/atividade pode ser caracterizada como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional ou outra forma de concentração. A partir da caracterização dessa aglomeração, classificá-lo como um *cluster* ou não.

A escolha de um *cluster* – uma forma de aglomeração econômica - de ensino superior como fator de desenvolvimento regional está baseada inicialmente nos parâmetros estabelecidos pelos novos modelos de desenvolvimento regional apresentados ao longo deste trabalho. No cenário descrito por Boisier (1989) para apresentação do seu novo paradigma, os atores do desenvolvimento regional são o Estado e a região. No caso de Vitória da Conquista, o Estado está presente através da Uesb (uma universidade pública forte é uma condição necessária para a formação de economias de aglomeração relacionadas ao ensino superior) e do campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A região participa deste processo através da criação de IES privadas.

Em países desenvolvidos, os *clusters* não surgiram de uma intervenção estatal planejada, mas de um processo endógeno (AMATO NETO, 2000). “[...] os *clusters*, na maioria dos casos não se inventam” (ALMEIDA, 2002, p. 16). Contudo, os governos desempenham um papel decisivo na constituição de um *cluster*, principalmente no nível microeconômico, removendo obstáculos para o crescimento destes. “Os investimentos feitos pelo governo ou por outras instituições públicas – tal como gastos em infraestrutura especializada ou programas educacionais – podem aumentar a produtividade das empresas. A habilidade para recrutar empregados treinados em programas locais, por exemplo, reduz os custos internos de treinamento” (PORTER, 1998b, p. 83).

Dentre os condicionantes do desenvolvimento de uma região no longo prazo apontados por Boisier (1989), cabe destaque ao que se refere à transformação dos impulsos de crescimento em estados de desenvolvimento. Os impulsos de crescimento para a economia de Vitória da Conquista são propiciados pelos gastos relacionados ao funcionamento da UESB. Os estados de desenvolvimento são endógenos à região e dependem da capacidade de organização social regional no sentido de fortalecimento da UESB, da atração de investimentos, bem como da formação de poupança local para a implantação de IES.

Segundo Amaral (1995), o desenvolvimento endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável a longo prazo, deve basear-se em um novo papel do estado federado, nas estratégias de desenvolvimento regional ou local e na valorização dos “novos” fatores de produção. Em nosso modelo, estes elementos estão presentes: a universidade pública estadual como o “novo” papel do Estado federado, a formação de um *cluster* de ensino superior como estratégia de desenvolvimento regional ou local, e a formação de capital humano como valorização dos novos fatores de produção.

Uma estratégia de desenvolvimento baseada na formação de um *cluster* de ensino superior tem a vantagem de conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento regional/local. Esses elementos seriam: (i) forças socioeconômicas, sociais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e médias empresas locais ramificadas por diversos setores e sub-setores; (iii) grande poder de multiplicação da renda local; (iv) indústria limpa; (v) globalização da economia local (através do fluxo de valores e informações nacionais e estrangeiros); (vi) retenção do excedente (ao evitar que alunos do município se desloquem para outras cidades para cursarem o terceiro grau); (vii) atração de excedentes (à medida que alunos de outros municípios passam a estudar na instituição local); e (viii) exportação de serviços.

## 7.2 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA

A expansão dos serviços de ensino superior em Vitória da Conquista na primeira década deste século não foi uma particularidade da cidade, é um fenômeno nacional que ocorre nas grandes e médias cidades. Em Vitória da Conquista este processo é reforçado pela existência da Uesb. A presença de uma universidade pública e em expansão é um fator de atração para outras instituições de ensino superior. Estas instituições que se aproveitam, por um lado, da demanda insatisfeita materializada pelo número de inscritos e não aprovados nos processos seletivos da Uesb, constituindo-se em uma demanda potencial a ser explorada. Por outro lado, vão aproveitar de mão de obra especializada formada por profissionais oriundos da Uesb, além de

compartilhar recursos humanos comuns. Muitos professores da Uesb trabalham, também, nas instituições de ensino superior privada.

O ensino superior em Vitória da Conquista, considerada uma cidade de médio porte, constitui-se em uma importante fonte de economias de especialização e, principalmente, de urbanização. As economias de especialização decorrem do fato da universidade pública gerar externalidades para os centros de ensino superior privados. Estes centros (faculdades e universidades privadas) vão ter ganhos de produtividade ao atender a uma demanda insatisfeita concentrada geograficamente e reduzir custos fixos ao compartilhar professores e especialistas. Esta dinâmica pode gerar economias externas específicas ao segmento, mas internas à uma dada localização podendo, em alguns casos, gerar uma aglomeração especializada ou mesmo um *cluster* com impactos importantes sobre a economia regional.

Nos últimos dez anos, surgiram, em Vitória da Conquista, como externalidade gerada da demanda insatisfeita pela Uesb, cinco novas instituições de ensino superior. Surgem, no município, IES privadas formadas através de poupança local, como é o caso do Juvêncio Terra e da FAINOR (Faculdade Independente do Nordeste). Estas duas IES originaram-se, respectivamente, de uma escola de segundo grau (Educandário Juvêncio Terra) e de um cursinho pré-vestibular da cidade (Opção). Além destas instituições formadas a partir de capital local, o município vem atraindo investimentos nesta área. O exemplo disto é a implantação, em 1999, da FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciências), uma IES privada oriunda de outra região. Mais recentemente, em 2010, foi implantada no município a Faculdade Santo Agostinho, oriunda de outro estado. Além destas instituições privadas, a Universidade Federal da Bahia criou um campus em Vitória da Conquista. Neste período, o Instituto Federal de Educação da Bahia – IFBA, instituição que atuava no ensino médio e tecnológico, passou a oferecer cursos de ensino superior.

Tabela 30 – Vitória da Conquista: mudanças no ensino superior, 2000 - 2010

<b>ENSINO SUPERIOR</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>	<b>VARIAÇÃO (%)</b>
<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>200</b>
<b>Pública</b>	1	50	3	50	200
<b>Privada</b>	1	50	3	50	200
<b>MATRÍCULAS</b>	<b>2.834</b>	<b>100,0</b>	<b>13.144</b>	<b>100,0</b>	<b>364</b>
<b>Pública</b>	2.658	93,8	6.690	50,9	152
<b>Privada</b>	176	6,2	6.454	49,1	3.567
<b>DOCENTES</b>	<b>291</b>		<b>849</b>		<b>192</b>

Fonte: Elaboração própria

São quatro as instituições de ensino superior privadas: uma em processo de implantação - a Faculdade Santo Agostinho - e três em funcionamento: a Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC; a Faculdade Juvêncio Terra e a Faculdade Independente do Nordeste – Fainor. As instituições públicas, além da Uesb, são: o Instituto Federal de Educação – IFBA, com apenas um curso em 2009, e a Universidade Federal da Bahia – Ufba, com um campus avançado no município de Vitória da Conquista, atualmente com os cursos de Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Psicologia, Biotecnologia e Ciências Biológicas. Cabe salientar que o IFBA atua basicamente no ensino técnico e médio, com uma atuação limitada no ensino superior. A partir de 2005, ocorre uma expansão, tanto no número de *campus* dos Institutos Federais como uma maior presença no ensino superior.

Tabela 31 - Dados gerais do ensino superior: Vitória da Conquista, Bahia e Brasil

<b>IES</b>	<b>ALUNOS</b>	<b>FUNCIONÁRIOS</b>	<b>DOCENTES</b>	<b>CURSOS</b>
Uesb	4.039	364	409	18
FTC	3.123	153	138	10
Juvêncio Terra	702	41	51	6
Fainor	2.298	94	108	8
Ufba	800	44	72	6
IFBA	127	22	19	1
<b>TOTAL (A)</b>	<b>11.089</b>	<b>718</b>	<b>797</b>	<b>49</b>
<b>BAHIA * (B)</b>	<b>230.936</b>	<b>17.263</b>	<b>17.484</b>	<b>1.326</b>
<b>BRASIL* (C)</b>	<b>5.115.896</b>	<b>353.775</b>	<b>359.089</b>	<b>27.827</b>
<b>RELAÇÃO A/B (%)</b>	<b>4,80</b>	<b>4,16</b>	<b>4,56</b>	<b>3,70</b>
<b>RELAÇÃO A/C (%)</b>	<b>0,22</b>	<b>0,20</b>	<b>0,23</b>	<b>0,17</b>

Fonte: Pesquisa realizada junto às IES de Vitória da Conquista.

\*INPE (2010) – Dados relativos ao ano de 2009.

Apesar do número de instituições privadas, o número de vagas preenchidas por este tipo de instituição em Vitória da Conquista fica em torno de 60%. Em 2009, apenas 61% das vagas oferecidas pelas instituições privadas foram preenchidas. Isso se deve ao valor da mensalidade, incompatível com o nível de renda da população. O valor médio da mensalidade de uma faculdade particular em Vitória da Conquista fica em torno de um salário mínimo. Com este preço, apenas as famílias com rendimento maior que 5 salários mínimos teriam condições de pagar a mensalidade.

O ensino superior destaca-se em Vitória da Conquista graças à ação polarizadora deste município na região Sudoeste da Bahia e a presença de uma universidade pública nova e emergente, a Uesb. Estes elementos favorecem a formação de uma aglomeração especializada (um dos requisitos para a formação de um *cluster*) em ensino superior neste município. A ação polarizadora decorre principalmente da sua posição geográfica. Como descrito anteriormente, Vitória da Conquista é o centro de serviços de uma região que abriga uma população em torno de 2 milhões de habitantes. Nesta região, a presença de uma universidade pública forte é condição necessária para o surgimento e consolidação das IES privadas. Isto ocorre, dentre outros motivos, porque as IES privadas se aproveitam da proximidade para compartilhar recursos (como capital humano, por exemplo) com a universidade pública.

O ensino superior pode gerar economias de urbanização pela variedade de produtos e serviços que produz e pela sua demanda. A dinâmica de funcionamento da universidade gera externalidades a montante e a jusante e de curto, médio e longo prazo. Externalidades à montante decorre da concentração de estudantes impactando o setor e a renda imobiliária e a oferta de serviços culturais e de entretenimento. A jusante pela oferta de profissionais e serviços especializados (impactando na produtividade do trabalho), pelas pesquisas desenvolvidas e pelos serviços oferecidos à sociedade, especialmente os de saúde. Este conjunto de elementos vai impactar a economia local, no curto prazo, pela injeção de recursos financeiros; no médio prazo, ao influenciar a localização das atividades econômicas no espaço; e, no longo prazo, na formação de capital humano influenciando a qualidade das instituições.

As externalidades produzidas pela Uesb levam à expansão do ensino superior em Vitória da Conquista. Esta expansão e suas externalidades geram uma concentração espacial de ensino superior formando uma aglomeração econômica importante para o crescimento da cidade. Nesse estudo, vamos verificar se essa aglomeração espacial de ensino superior constitui-se em um núcleo de desenvolvimento setorial-regional ou outra forma de aglomeração – vetores avançados, vetor de desenvolvimento local ou embrião de sistema local de produção. A partir dessa caracterização, verificar a presença ou potencialidade para formação de um *cluster* de ensino superior no município. Para essa caracterização utilizamos as medidas de especialização que são calculadas a seguir.

### 7.2.1 Medidas de especialização para Vitória da Conquista: delimitação da análise

Para verificar se o ensino superior em Vitória da Conquista constitui-se em um núcleo de desenvolvimento – como indicador de um *cluster* – utilizamos duas características capazes de identificar uma aglomeração espacial: a especificidade do setor dentro da região e a importância do setor no Estado da Bahia. A primeira característica pode ser identificada a partir do cálculo do  $QLij$ , que indica se o município tem ou não uma aglomeração especializada em serviços de ensino superior. A segunda característica pode ser identificada a partir da participação do município no emprego setorial estadual, a PRE.

Para calcular o  $QLij$ , consideramos a participação do município no emprego setorial estadual. Os dados utilizados para este cálculo são: total de empregados no setor formal em Vitória da Conquista; total de docentes do ensino superior em Vitória da Conquista; total de empregados no setor formal no Estado da Bahia; e total de docentes do ensino superior na Bahia<sup>47</sup>. O  $QLij$  passa a ser definido pela seguinte fórmula:

$$QLij = \frac{\sum_i j / \sum j}{\sum_i n / \sum n}$$

Onde:  $\sum_i j$  é o somatório do emprego no ensino superior no Município de Vitória da Conquista;

$\sum j$  é o somatório do emprego no Município de Vitória da Conquista;

$\sum_i n$  é o somatório do emprego do ensino superior no Estado da Bahia;

$\sum n$  é o somatório do emprego no Estado da Bahia.

O cálculo da PRE levou em consideração a razão entre o volume do emprego no ensino superior (inicialmente apenas as funções docentes e, em uma análise posterior, adicionando os técnicos administrativos) em Vitória da Conquista e o volume do emprego no ensino superior

---

<sup>47</sup> A relação é feita considerando apenas empregados no setor formal porque praticamente não existe docentes do ensino superior com vínculo empregatício informal.



no Estado da Bahia. Isso foi feito para cada ano do período analisado – a primeira década deste século.

$$PRE = \frac{E_j^i}{E_{p,r}^i}$$

Onde:  $E_j^i$  é igual ao total do emprego no ensino superior em Vitória da Conquista,

$E_{p,r}^i$  representa o total do emprego no ensino superior no Estado da Bahia

As alterações no  $QL_{ij}$  e na participação do município no emprego setorial estadual ao invés de nacional, se deve ao fato Vitória da Conquista exportar serviços de educação superior para a Bahia e não para o Brasil ou o resto do mundo. Portanto, a aglomeração especializada em ensino superior que se estrutura em Vitória da Conquista só pode ser analisada como tal se tivermos, como universo, o estado da Bahia<sup>48</sup>.

Como a caracterização de *cluster* não é um procedimento simples e diante da inexistência de uma metodologia universalmente aceita, é recomendável a utilização de medidas de concentração e especialização em conjunto com indicadores específicos e apropriados ao estudo em questão. Lopes (2003), buscando caracterizar um *cluster* de ensino superior no município de Vitória da Conquista, utiliza o Quociente Locacional ( $QL_{ij}$ ) e a Participação Relativa do Emprego (PRE).

Como definido na metodologia, os dados do QL e da PRE serão utilizados para determinar se as externalidades geradas pela expansão do ensino superior em Vitória da Conquista constituem-se como um núcleo de desenvolvimento setorial regional. Para essa caracterização tomou-se por base os procedimentos metodológicos utilizados por Teixeira, Guerra, Araújo (2011). Os autores realizaram cálculos de QL e PRE como forma de determinar faixas intermediárias para as qualificações das aglomerações produtivas. Os valores referenciais tiveram por base o QL médio (5,3) e PRE média (13%), calculados pelo Observatório de Atividades Econômicas (2007), da Distribuição Setorial das Atividades Aglomeradas por

---

<sup>48</sup> O município de Vitória da Conquista também exporta serviços de ensino superior para o norte de Minas Gerais. Porém, para facilitar o cálculo do QL consideramos em nossa análise como universo o Estado da Bahia.

Território de Identidade da Bahia em 2007. Com base nessas referências as aglomerações foram divididas em quatro categorias:

(1) Núcleos de desenvolvimento setorial-regional ( $5.3 \leq QL < 1000$ ;  $0.13 \leq PRE < 1$ ) – ou seja, QL e PRE maiores que os valores médios calculados para os Territórios de Identidade da Bahia.

(2) Vetores avançados ( $1.4 \leq QL < 5.3$ ;  $0.13 \leq PRE < 1$ )

(3) Vetor de desenvolvimento local ( $5.3 \leq QL < 1000$ ;  $0 \leq PRE < 0.13$ )

(4) Embrião de sistema local de produção ( $1.4 \leq QL < 5.3$ ;  $0 \leq PRE < 0.13$ )

De forma alternativa e utilizando metodologia utilizada por Lopes (2003), definimos como requisitos para a caracterização de um *cluster* de ensino superior em Vitória da Conquista as seguintes condicionalidades: quociente locacional de ensino superior maior que a unidade ( $QL_{ij} > 1$ ), possuir uma PRE maior que 0,10, ou seja, 10%, e ser um exportador líquido de ensino superior.

#### 7.2.1.1 Cálculo do QL e da PRE: funções docentes

O cálculo do QL e da PRE leva em consideração a razão entre o emprego setorial e o emprego total, e a participação relativa do emprego setorial em diferentes espaços. As variáveis básicas da análise são *emprego* e *espaço*. As dimensões espaciais consideradas na análise são o município de Vitória da Conquista e o Estado da Bahia. Para o emprego setorial consideramos inicialmente apenas o número de funções docentes, dada a relação mais estreita entre funções docentes e a atividade do ensino superior. Em um segundo momento, realizou-se os mesmos cálculos considerando o emprego setorial composto pelas funções docentes e pelo número total de funcionários técnico administrativos.

Os dados utilizados no cálculo do QL referente ao estoque total de empregos formais da Bahia e de Vitória da Conquista tiveram por base os dados da SEI, relativos ao ano de 2009 (SEI, 2009). Os dados relativos ao total de docentes empregados no ensino superior na Bahia tiveram por base os dados do Censo do Ensino Superior de 2008 (INEP, 2009). Os dados relativos à função docente, funcionários, número de alunos e cursos de ensino superior em Vitória da Conquista foram obtidos junto à Gerência Acadêmica das instituições relacionadas (Uesb, FTC, Juvêncio Terra, Fainor, IFBA e Ufba).

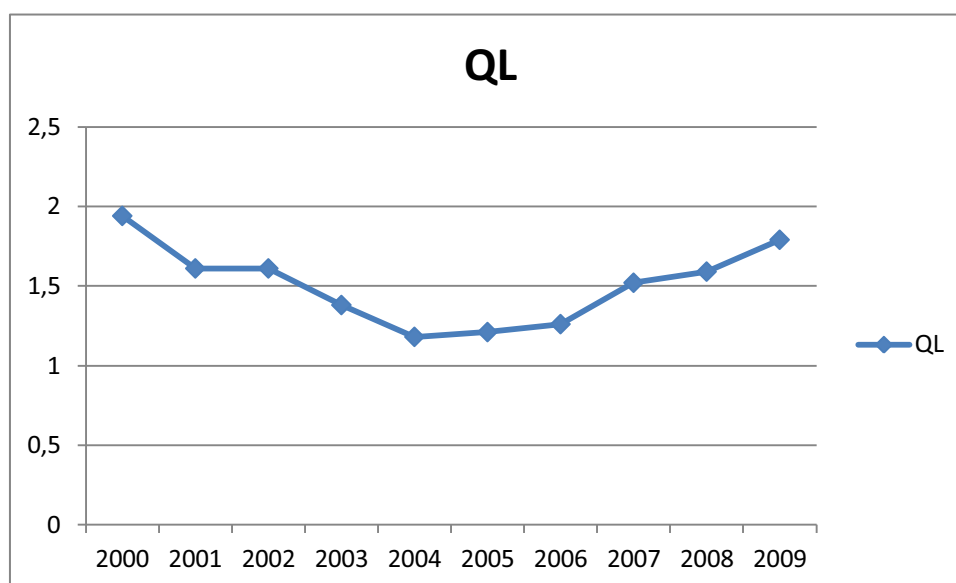
Nesse estudo, consideramos para análise dos efeitos de curto prazo as mudanças do  $QL_{ij}$  e da PRE ao longo da última década. Estes dados funcionam como uma proxy da importância dos serviços de ensino superior para a economia do município de Vitória da Conquista, e é revelador tanto de alterações na dinâmica setorial quanto da economia municipal. Como pode ser observado no quadro abaixo, ao longo da década, o quociente locacional de ensino superior caiu de forma contínua até 2005, volta a crescer, mas fica abaixo do ponto de partida no início da década.

Quadro 6 - Evolução do QL de ensino superior (apenas funções docentes) em Vitória da Conquista, 2000-2009

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
$QL_{ij}$	1,94	1,61	1,61	1,38	1,18	1,21	1,26	1,52	1,59	1,79

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 20 – Curva do QL do ensino superior (apenas funções docentes), Vitória da Conquista, 2000 – 2009



Fonte: Elaboração própria

O estudo mostra, através do cálculo do quociente locacional ( $QL_{ij}$ ), que a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista contribui para a consolidação da cidade como um polo regional, como principal fator de influência em sua região de articulação e caracteriza o município como uma aglomeração especializada em ensino superior. Como o  $QL_{ij}$  para o ensino superior em Vitória da Conquista foi maior que a unidade, podemos afirmar que existe uma aglomeração especializada em ensino superior neste município. Isto quer dizer que a especialização do município em ensino superior é maior que a especialização do conjunto da Bahia nesta atividade. Contudo, como já se avançou anteriormente, esta é uma condição necessária, mas não suficiente para caracterizar o município como possuidor de um *cluster* de ensino superior.

O  $QL_{ij}$  calculado para o ano de 2000 foi de 1,94, enquanto o  $QL_{ij}$  para o ano de 2009 foi de 1,79. A queda no  $QL_{ij}$  mostra que embora tenha ocorrido uma expansão no ensino superior em Vitória da Conquista, a expansão foi inferior ao crescimento da média estadual. Em 2000, os serviços de ensino superior no município de Vitória da Conquista representavam 4,20% do total desses serviços no Estado. Em 2009, essa relação aumentou para 4,56%, considerando o número de empregos no setor. Contudo, a redução no  $QL_{ij}$  de 2009 ( $QL_{ij} = 1,79$ ) em relação ao  $QL_{ij}$  calculado em 2000 ( $QL_{ij} = 1,94$ ) se deve, principalmente, ao aumento da participação do número de empregados totais no município em relação ao total de empregados do Estado.

Esta relação aumentou de 2,16% em 2000 para 2,58% em 2009. Ou seja, a participação do município de Vitória da Conquista em relação ao emprego total do Estado cresceu, enquanto que a participação do emprego no ensino superior teve uma queda em relação à sua participação no total de emprego no ensino superior estadual. Isso mostra que a economia de Vitória da Conquista teve um crescimento maior do que a economia do Estado de um modo geral. Enquanto que o setor de serviços de ensino superior no município teve um crescimento inferior ao do Estado.

Isso significa que a dinâmica da economia do município é hoje menos dependente dos serviços de ensino superior do que foi em 2000. Contudo, é importante salientar que o *QLij* mostra a participação direta do setor de serviços de ensino superior no emprego total do município, não refletindo seus impactos indiretos. Como os serviços de ensino superior são um dos núcleos dinâmicos da economia do município de Vitória da Conquista, seus efeitos multiplicadores e as economias de aglomeração, formadas a partir de externalidades criadas, tornam seus impactos indiretos mais importantes para a economia do município do que seus impactos diretos.

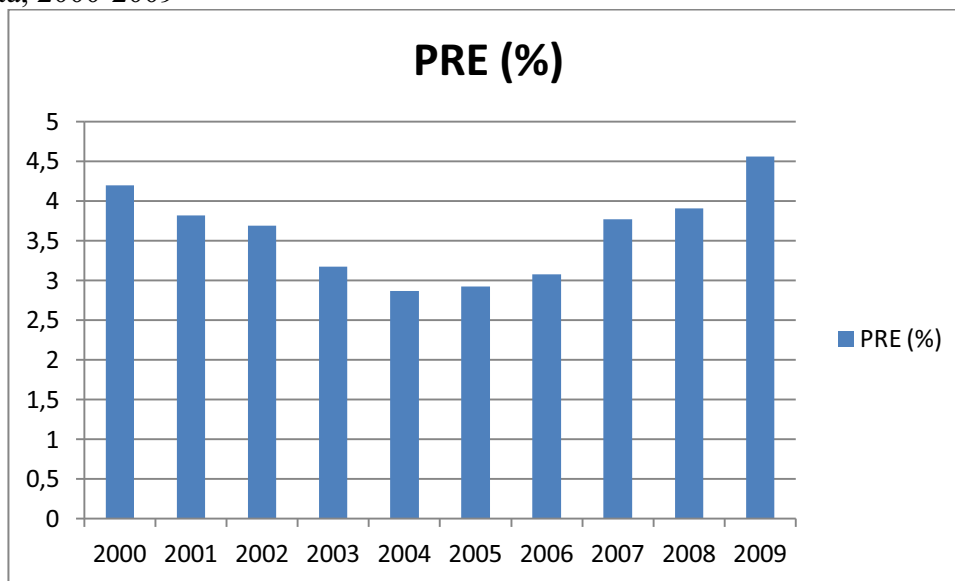
A Participação Relativa do Emprego (PRE) que indica a importância da atividade do município em relação à atividade em todo estado, declina ao longo da década, mas, ao final, fica acima da PRE de 2000. Como a PRE do ensino superior, ao longo da década, fica acima da PRE do emprego total, isso explica o *QLij* maior que a unidade.

Tabela 32. PRE do ensino superior (apenas funções docentes) em Vitória da Conquista, 2000-2009.

<b>LOCAL</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>Vit. Conquista</b>	322	345	377	391	441	493	529	687	722	797
<b>Bahia</b>	7.661	9.041	10.217	12.316	15.351	16.886	17.151	18.235	18.453	17.484
<b>PRE (%)</b>	<b>4,2</b>	<b>3,82</b>	<b>3,69</b>	<b>3,17</b>	<b>2,87</b>	<b>2,92</b>	<b>3,08</b>	<b>3,77</b>	<b>3,91</b>	<b>4,56</b>

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do Censo do Ensino Superior 2000-2009 - INEP.

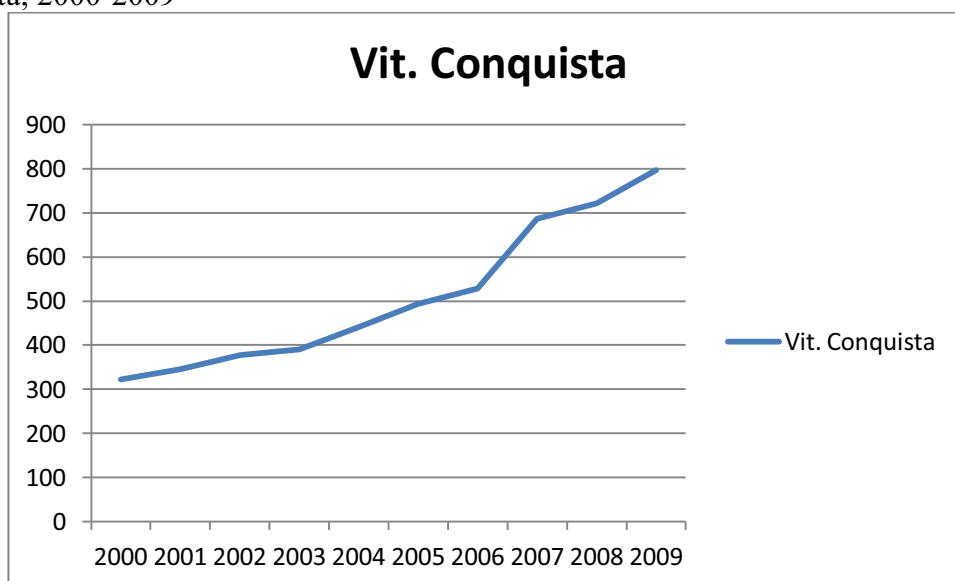
Gráfico 21 – Participação Relativa no Emprego (funções docentes) – PRE, Vitória da Conquista, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria

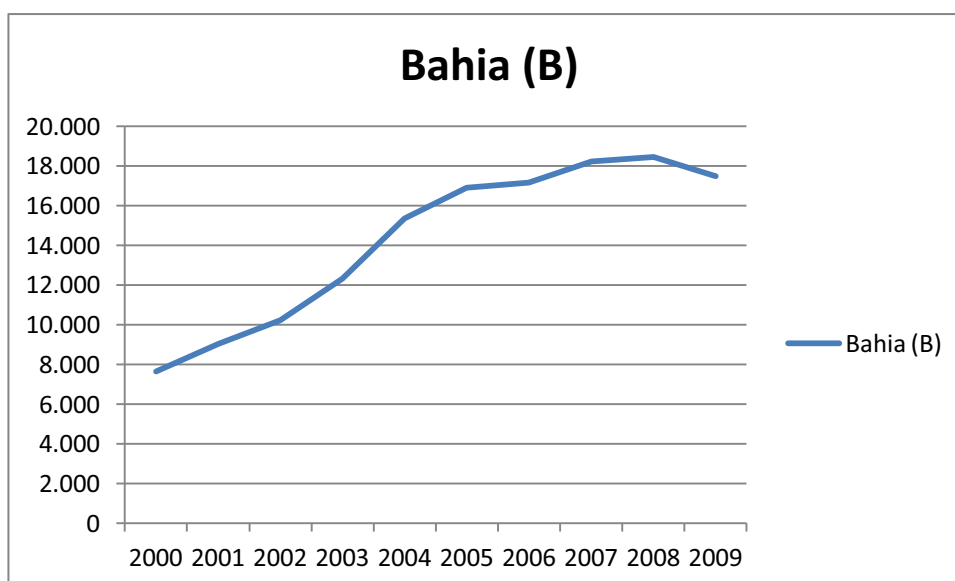
Pelos dados abaixo, observa-se que a curva de emprego no ensino superior em Vitória da Conquista é crescente, com primeira e segunda derivadas positivas (curva acima da sua tangente) no período analisado, enquanto a curva para o Estado da Bahia tem a primeira derivada positiva e a segunda negativa entre 2004 e 2008 e apresenta queda a partir de 2009. A queda em 2009 pode ser explicada como decorrente da crise econômica internacional (sub-prime) afetando principalmente o setor privado, haja vista maior estabilidade dos trabalhadores do serviço público.

Gráfico 22 – Evolução do emprego no ensino superior (funções docentes), Vitória da Conquista, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 23 – Evolução do emprego do ensino superior (funções docentes), Bahia, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria

O *QLij* maior que a unidade mostra que a participação do município no emprego de serviços de ensino superior do Estado é maior que participação do município no emprego total do estado. Como o *QLij* para o ensino superior em Vitória da Conquista foi maior que a unidade, podemos afirmar que existe uma aglomeração especializada em ensino superior neste

município. Isto quer dizer que a especialização do município em ensino superior é maior que a especialização do conjunto da Bahia nesta atividade. Contudo, como já se avançou anteriormente, esta é uma condição necessária, mas não suficiente para caracterizar o município como possuidor de um *cluster* de ensino superior.

A queda do *QLij* ao longo do período analisado mostra que a dinâmica da economia do município é hoje menos dependente dos serviços de ensino superior do que foi em 2000. Contudo, é importante salientar que o *QLij* mostra a participação direta do setor de serviços de ensino superior no emprego total do município, não refletindo seus impactos indiretos. Como os serviços de ensino superior são um dos núcleos dinâmicos da economia do município de Vitória da Conquista, seus efeitos multiplicadores e as economias de aglomeração, formadas a partir de externalidades criadas, torna seus impactos indiretos mais importantes para a economia do município do que seus impactos diretos.

Considerando os procedimentos metodológicos definidos com base nos critérios para qualificar aglomerações elaborados por Teixeira, Guerra, Araújo (2011), o ensino superior, como setor da atividade econômica em Vitória da Conquista, deve ser considerado apenas um “embrião de sistema local de produção”. Os indicadores QL e PRE mostram que o ensino superior no município está distante de constituir-se como um uma aglomeração com “núcleos de desenvolvimento setorial-regional”, aglomeração com “maior potencial de irradiação das suas atividades para o restante da economia, sendo, assim, alvos prioritários de políticas que visem ao adensamento de cadeias produtivas.” Por outro lado, os embriões de sistemas locais de produção “devem ser alvo de políticas menos pretensiosas, nesses casos, voltadas, basicamente, para estimular a cooperação, visando, em primeiro lugar, à expansão dos mercados.” (TEIXEIRA, GUERRA, ARAÚJO, 2011, p. 247).

De forma alternativa e utilizando os critérios definidos pro Lopes (2003), percebe-se que a participação do município de Vitória da Conquista no emprego setorial (ensino superior) do Estado é inferior a 10%. Considerando os requisitos para a caracterização de um *cluster* (definidos anteriormente), não se pode afirmar que no município de Vitória da Conquista há um *cluster* de ensino superior. Embora não dispondo de números, a partir de informações de profissionais do ensino (proprietários de cursinhos, de escolas privadas do ensino médio e de faculdades), é possível afirmar que o município de Vitória da Conquista é hoje um exportador líquido de serviços de ensino superior. Isso significa que a quantidade de alunos oriundos de



outros municípios cursando o ensino superior em Vitória da Conquista é maior que a quantidade de alunos dessa cidade que cursam o ensino superior em outros municípios. Em 2002, os dados mostravam que o município não era um exportador líquido de serviços de ensino superior. Existiam entre 900 e 1.000 alunos oriundos de Vitória da Conquista cursando o terceiro grau em outros municípios e, por outro lado, existiam apenas 805 alunos oriundos de outros municípios matriculados no ensino superior em Vitória da Conquista<sup>49</sup>. Isto caracterizava o município como um importador líquido de serviços de ensino superior naquele ano (LOPES, 2003).

Pela análise quantitativa, o município de Vitória da Conquista não pode ser caracterizado como possuindo um *cluster* de ensino superior, já que das condições estabelecidas para a caracterização de um *cluster* duas foram verificadas (ter um  $QL_{ij} > 1$  e ser um exportador líquido de ensino superior) e uma não se verificou (participação no emprego setorial superior a 10% do total de empregados no Estado). Se partirmos para uma análise qualitativa, chegaremos a mesma conclusão. Neste tipo de análise, a caracterização de um *cluster* pressupõe o *clustering* (agrupamento). Isto é, o desenvolvimento de alianças estratégicas, relações de cooperação econômica e social lentamente acumuladas, sólidos laços entre as IES e entre estas e as empresas locais, presença de instituições de excelência em P&D, tudo isto dentro de um ambiente de competição e conflito. Em Vitória da Conquista o *clustering* efetivamente não ocorre, já que não existe, por enquanto, nem um tipo de cooperação entre a Uesb e as IES's privadas e nem entre estas últimas. Contudo, como salienta Almeida (2002), para ser bem sucedido, o *clustering* supõe ações continuadas por uma década ou mais.

#### 7.2.1.2 Cálculo do QL e da PRE: emprego total no ensino superior.

Os cálculos para QL e PRE, considerando o número total de empregos no ensino superior (funções docentes e técnicos-administrativos), não diferem muito dos valores encontrados apenas para as funções docentes. O QL sofre uma forte queda entre 2000 e 2005 e volta a se

---

<sup>49</sup> Destes alunos 788 estão matriculados na UESB e 17 no Juvêncio Terra e na FTC.

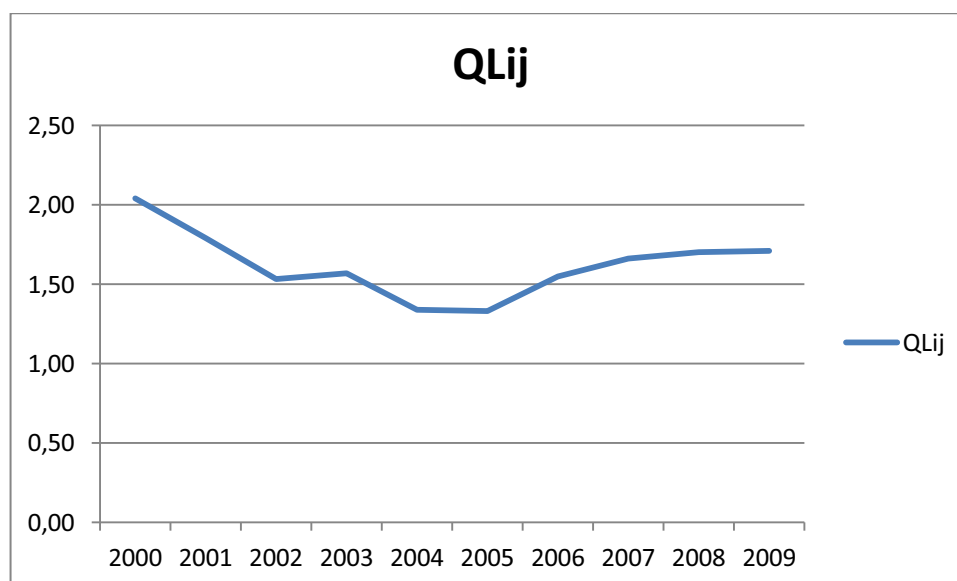
recuperar entre 2006 e 2009. Contudo, o QL de 2009 fica bem abaixo do verificado no início da década.

Quadro 7 - Evolução do QL de ensino superior em Vitória da Conquista, 2000-2009

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>QLij</b>	2,04	1,79	1,53	1,57	1,34	1,33	1,55	1,66	1,70	1,71

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 24 – Curva do QL do ensino superior, Vitória da Conquista, 2000 - 2009



Fonte: Elaboração própria

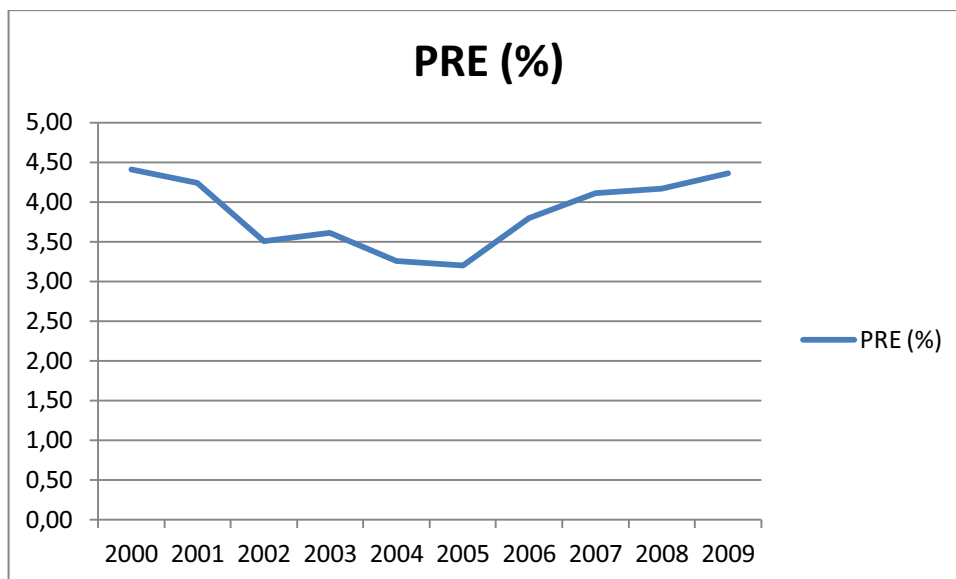
A PRE, considerando o emprego total do ensino superior, apresenta comportamento semelhante aos valores encontrados para a PRE, considerando apenas funções docentes. O ano de 2005 apresenta novamente o menor valor para a série.

Tabela 33 - PRE do ensino superior em Vitória da Conquista/Bahia, 2000-2009

LOCAL	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Vit. Conquista</b>	612	677	705	801	878	1.035	1.214	1.372	1.448	1.515
<b>Bahia</b>	13.882	15.960	20.102	22.173	26.966	32.326	31.963	33.414	34.751	34.747
<b>PRE (%)</b>	4,41	4,24	3,51	3,61	3,26	3,20	3,80	4,11	4,17	4,36

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 25 – Curva da PRE do ensino superior em Vitória da Conquista/Bahia, 2000-2009

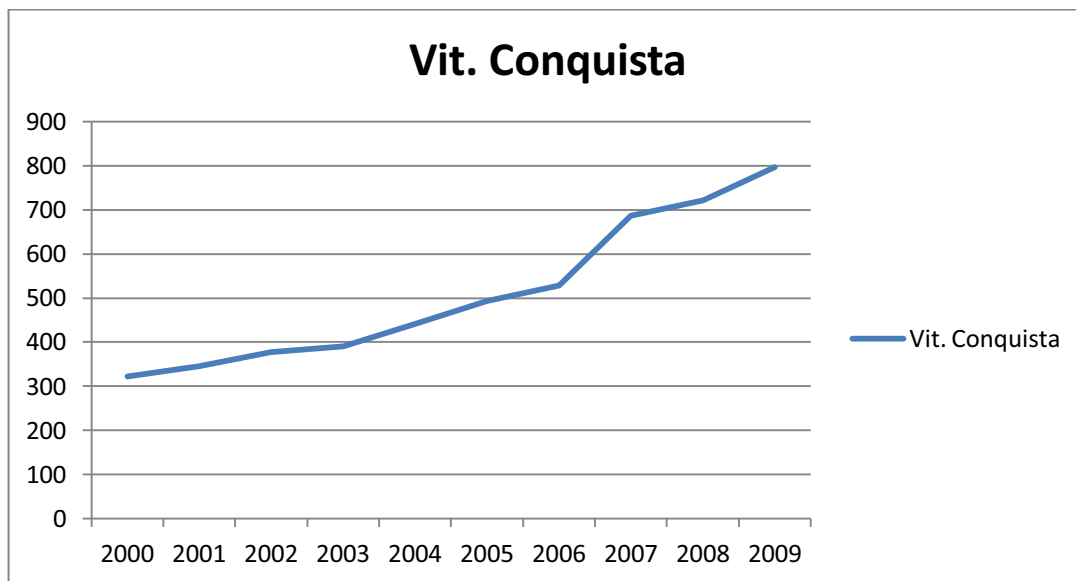


Fonte: Elaboração própria

Os valores encontrados para o QL e a PRE, considerando o emprego total no ensino superior, não modificam a análise quanto aos critérios para qualificar aglomerações definidos por Teixeira, Guerra, Araújo (2011). O ensino superior como setor da atividade econômica em Vitória da Conquista, novamente, deve ser considerado apenas um “embrião de sistema local de produção”.

A curva do emprego total no ensino superior para o município de Vitória da Conquista apresenta um comportamento semelhante ao observado apenas para as funções docentes.

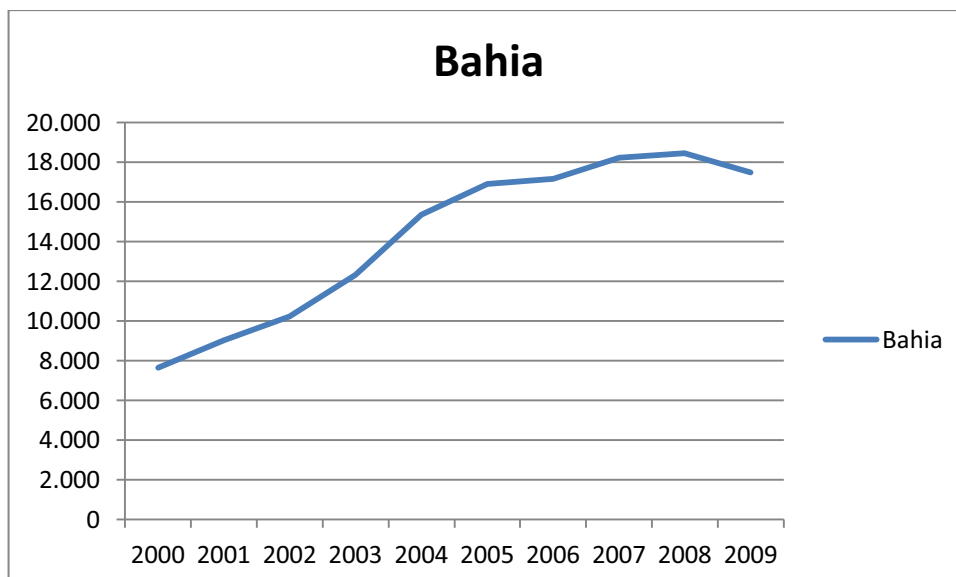
Gráfico 26 – Evolução do emprego no ensino superior, Vitória da Conquista, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria

O mesmo ocorre com a curva de emprego total do ensino superior para o Estado da Bahia, considerando funções docentes e pessoal técnico administrativo.

Gráfico 27 – Evolução do emprego do ensino superior, Bahia, 2000-2009



Fonte: Elaboração própria

Para o período observado, tanto a curva do QL como da PRE apresentam a forma de parábola, com trajetória decrescente entre 2000 e 2005 e crescente entre 2006 e 2009. A explicação objetiva para a fase decrescente pode ser dada pelo fato do QL resultar da razão de duas divisões (um cálculo matemático simples), com o numerador mostrando a participação relativa do emprego no ensino superior em Vitória da Conquista no emprego total do município, e o denominador fazendo esta mesma relação para o conjunto do Estado da Bahia. Nesse sentido, a queda do QL é explicada pelo fato da participação relativa do ensino superior no emprego total baiano ter crescido mais que em Vitória da Conquista. Ou seja, a expansão do ensino superior na Bahia foi maior que a expansão deste setor no município. Isso é comprovado pela queda da PRE no período, mostrando que o emprego no ensino superior cresceu proporcionalmente mais no Estado que no município analisado.

Ocorre que, dada as necessidades de escala, a expansão do ensino superior no Brasil, especialmente do sistema privado, se dá inicialmente nos municípios de grande porte. Posteriormente, os municípios de médio porte que tem grande influência regional se beneficiam deste processo. Contudo, os municípios menores, com população entre 50 e 100 mil habitantes passam também a oferecer esses serviços, principalmente com ensino a distância. Isso explica o crescimento proporcionalmente menor do ensino superior em Vitória da Conquista do que no Estado da Bahia. Além disso, a expansão da oferta em outros municípios reduz as potencialidades de crescimento na cidade de Vitória da Conquista que tem uma forte influência em sua região de articulação.

A explicação para a reversão da tendência decrescente, a partir de 2006, está na expansão da oferta do sistema público. A criação de um *campus* da Universidade Federal da Bahia e a expansão dos Institutos Federais, amplia a oferta de cursos. O ensino no sistema federal, pelo fato de ser público, gratuito e de melhor qualidade, aumenta a demanda na cidade por serviços de ensino superior (com seus efeitos multiplicadores) e reforça as potencialidades de crescimento deste setor no município. Além disso, a crise financeira internacional de 2008-2009 afetou o crescimento desse setor no Estado com reflexos menores no município de Vitória da Conquista. Esses efeitos menores se devem ao fato da oferta de serviços de ensino superior no município ser predominantemente pública, portanto - dado a estabilidade do servidor público - menos suscetível às crises cíclicas da economia.

Embora esteja distante de constituir-se um núcleo de desenvolvimento setorial regional, o ensino superior em Vitória da Conquista deve ser alvo de políticas que visem o adensamento de sua cadeia as possibilidades de formação de um *cluster* estão presentes. A presença da Ufba reforça as potencialidades para formação de um *cluster* de ensino superior no município. A criação, em 2006, do Núcleo de Tecnologia em Saúde (NTS), juntamente com a instalação do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da Universidade Federal da Bahia são elementos desse processo. Os objetivos do NTS são: formar e capacitar os alunos dos cursos do IMS-UFBA na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias em saúde através de atividades de iniciação científica; introduzir e capacitar o corpo técnico de laboratório do IMS-UFBA na pesquisa e na extensão sobre a temática de saúde; inserir os novos profissionais formados pelo IMS-UFBA na temática dos problemas regionais de saúde pública e no respectivo mercado de trabalho.

Em relação à análise qualitativa é possível que, reunida a massa crítica necessária, o processo de *clustering* possa ser iniciado. Este processo pode ser liderado tanto pela Prefeitura Municipal quanto pela Uesb. A Prefeitura pode, com o apoio institucional e uma política direcionada para a atração de investimentos e fortalecimento das IES, iniciar e consolidar a formação de um *cluster* de ensino superior no município de Vitória da Conquista. Contudo, o ideal seria que a Uesb liderasse este processo em função da forte presença institucional, do respeito e da confiança que goza na comunidade regional. Além disto, a Uesb já é uma instituição estabelecida, tem um corpo docente qualificado, investe maciçamente em extensão e ensaia os primeiros passos na pesquisa. O grande problema em relação à Uesb é a resistência de alguns setores, principalmente a Associação Docente, em cooperar com as IES privadas.

#### 7.2.1.4 QL e PRE: considerações adicionais.

Mostrando uma tendência anticíclica, o ensino superior não acompanha os movimentos da economia em momentos de forte retração. Isto decorre do ensino superior, especialmente o ensino público, ser inelástico, ou seja, reage pouco às flutuações na atividade econômica. Em

Vitória da Conquista esta sensibilidade é ainda menor, haja vista que mais da metade dos serviços de ensino superior do município é público.

Sistematizando os dados em um quadro, observa-se uma forte correlação entre o QL e a PRE, tanto para os valores considerando apenas funções docentes quanto para o emprego total. Esta correlação é esperada e comum neste tipo de análise, mas não necessariamente ela ocorre sempre.

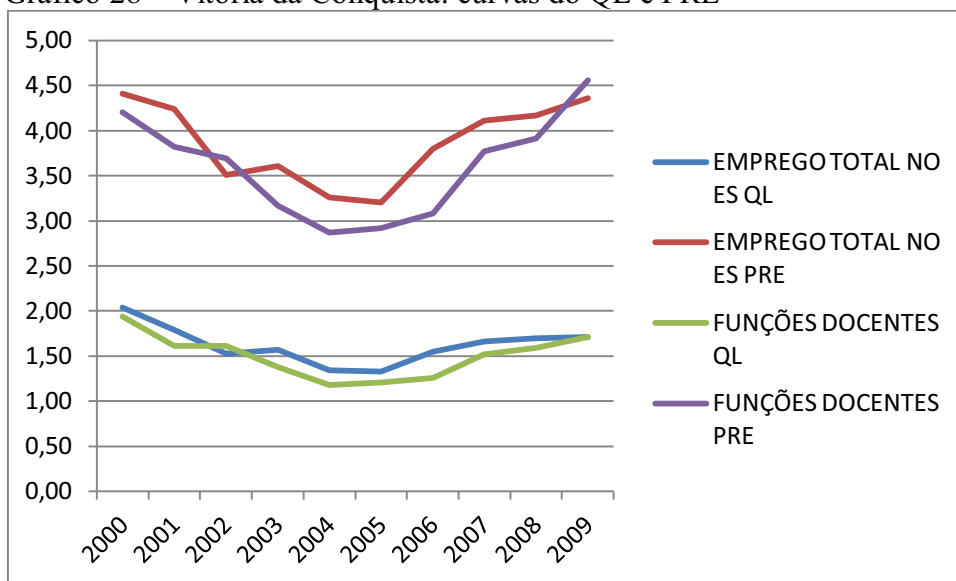
Quadro 8 – Vitória da Conquista: QL e PRE, emprego total no ES e funções docentes.

ANO	EMPREGO TOTAL NO ES		FUNÇÕES DOCENTES	
	QL	PRE	QL	PRE
2000	2,04	0,044	1,94	0,042
2001	1,79	0,042	1,61	0,038
2002	1,53	0,035	1,61	0,037
2003	1,57	0,036	1,38	0,032
2004	1,34	0,033	1,18	0,029
2005	1,33	0,032	1,21	0,029
2006	1,55	0,038	1,26	0,031
2007	1,66	0,041	1,52	0,038
2008	1,70	0,042	1,59	0,039
2009	1,71	0,044	1,71	0,046

Fonte: Elaboração própria

Pela análise acima observamos que o comportamento da curva do QL e da PRE ao longo da série apresenta o formato de uma parábola, decrescendo na primeira metade da série e crescendo na segunda metade. Isto mostra que, embora em expansão, o ensino superior - enquanto atividade econômica - reduz sua importância na dinâmica da economia local na primeira fase do ciclo. Esta primeira fase coincide com a retração da economia brasileira entre 2002 e 2005. A segunda fase do ciclo acompanha a expansão da economia brasileira – 2006 – 2008. Contudo, em momentos de recessão, final de 2008 e 2009, a importância do ensino superior cresce de forma mais acentuada.

Gráfico 28 – Vitória da Conquista: curvas do QL e PRE



Fonte: Elaboração própria

### 7.3 ENSINO SUPERIOR E DESIGUALDADES REGIONAIS: VITÓRIA DA CONQUISTA E SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

Para verificar se a desigualdade entre o Município de Vitória da Conquista e os municípios do Território de Identidade aumentou, utilizamos como base de cálculo o Índice de Participação dos Municípios (IPM) que mede a participação de cada município baiano na arrecadação estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Utilizamos este indicador em função da disponibilidade dos dados, haja vista que a série histórica para o produto dos municípios baianos só está disponível a partir de 2002. A utilização do IPM não compromete a análise, já que ele reflete com precisão o nível de atividade econômica do município.

A concentração espacial dos serviços de ensino superior tende a aumentar a influência da cidade de Vitória da Conquista em seu Território de Identidade, ao mesmo tempo em que reforça as potencialidades econômicas dos demais municípios do Território, a medida que melhora a qualificação profissional da região. Esta situação altera as relações econômicas regionais, aumentando ou reduzindo a desigualdade entre cada município do Território de Identidade e o município sede (Vitória da Conquista). Para identificar como essa dinâmica



contribuiu para a redução ou aumento das desigualdades, o estudo cria um índice de desigualdade calculando as alterações relativas na atividade econômica de cada município como o município sede, para os anos de 2000 e 2009. A desigualdade aumenta para  $\Upsilon < 1$ , e reduz para  $\Upsilon > 1$ .

$$\Upsilon = \frac{\rho_i/\beta}{\alpha/\beta}$$

$\beta$  – indicador da atividade econômica no Estado da Bahia.

$\alpha$  - indicador da atividade econômica no Município de Vitória da Conquista.

$\rho$  – indicador da atividade econômica no município  $i$

Simplificando:  $\Upsilon = \rho_i / \alpha$

A desigualdade é dada pela relação entre o  $\Upsilon$  de 2000 e o  $\Upsilon$  de 2009.

$$\Upsilon = \Upsilon_{2009} / \Upsilon_{2000}$$

O cálculo foi elaborado a partir da relação entre o  $IPM_i$  de cada município e o  $IPM_{vc}$  do Município de Vitória da Conquista para os anos, 2000 e 2009. A razão entre os valores encontrados (2009/2000) vai indicar se a desigualdade entre cada município e o município sede do Território de Identidade aumentou, para  $\Upsilon < 1$ , ou reduziu para  $\Upsilon > 1$ . Os municípios do Território de Identidade são: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacarací, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

Pelos dados da tabela xx abaixo, observa-se que entre 2000 e 2009 há um aumento da concentração da atividade econômica em torno do Município de Vitória da Conquista. A desigualdade aumentou em 61% dos municípios, ou seja, 14 municípios tiveram queda relativa da atividade econômica.

Tabela 34 – Relação entre o IPM de cada município com o IPM do Município de Vitória da Conquista, 2000 – 2009.

MUNICÍPIO	IPM <sub>i</sub> /IPM <sub>vc</sub> (A) $\rho_i / \alpha$ (2000)	IPM <sub>i</sub> /IPM <sub>vc</sub> (B) $\rho_i / \alpha$ (2009)	DESIGUALDADE - ¥ (B/A)
Anagé	0,065	0,055	0,846
Aracatu	0,048	0,042	0,868
Barra do Choça	0,124	0,137	1,105
Belo Campo	0,035	0,035	0,989
Bom Jesus da Serra	0,029	0,027	0,938
Caetanos	0,033	0,032	0,970
Cândido Sales	0,062	0,077	1,242
Caraíbas	0,038	0,037	0,974
Condeúba	0,044	0,046	1,045
Cordeiros	0,029	0,029	1,003
Encruzilhada	0,100	0,076	0,760
Guajeru	0,031	0,029	0,935
Jacaraci	0,041	0,041	1,000
Licínio de Almeida	0,042	0,040	0,950
Maetinga	0,028	0,026	0,929
Mortugaba	0,034	0,038	1,128
Piripá	0,034	0,034	1,009
Planalto	0,086	0,051	0,593
Poções	0,108	0,081	0,750
Presid. Jânio Quadros	0,042	0,040	0,952
Ribeirão do Largo	0,044	0,045	1,023
Tremedal	0,050	0,049	0,980
<b>Vitória da Conquista</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>	<b>1,000</b>

Fonte: Elaboração própria

O quadro abaixo apresenta a participação de cada município no IPM do Território de Identidade. A participação do Município de Vitória da Conquista aumentou de 45,84%, em 2000, para 47,54%, em 2009. Isso demonstra um aumento da concentração econômica em torno desse município. A participação do IPM do Território de Identidade em relação ao IPM estadual reduziu, passando de 2,86%, em 2000, para 2,75, em 2009.

Quadro 9 – Território de Identidade Vitória da Conquista: participação relativa de cada município no IPM do território, 2000 – 2009.

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO IPM DO TERRITÓRIO - 2000	PARTICIPAÇÃO NO IPM DO TERRITÓRIO - 2009
Anagé	2,99	2,62
Aracatu	2,22	2,00
Barra do Choça	5,70	6,50
Belo Campo	1,62	1,69
Bom Jesus da Serra	1,32	1,27
Caetanos	1,53	1,54
Cândido Sales	2,85	3,67
Caraíbas	1,75	1,79
Condeúba	2,00	2,17
Cordeiros	1,32	1,39
Encruzilhada	4,57	3,64
Guajeru	1,43	1,40
Jacaraci	1,87	1,98
Licínio de Almeida	1,95	1,92
Maetinga	1,28	1,25
Mirante	1,50	1,56
Mortugaba	1,55	1,80
Piripá	1,55	1,60
Planalto	3,93	2,41
Poções	4,95	3,87
Presidente Jânio Quadros	1,94	1,89
Ribeirão do Largo	2,02	2,14
Tremedal	2,30	2,35
<b>Vitória da Conquista</b>	<b>45,84</b>	<b>47,54</b>

Fonte: Elaboração própria

Muitos setores da atividade econômica contribuíram para o aumento da concentração em torno do Município de Vitória da Conquista. O ensino superior - pela sua aglomeração espacial (presente apenas em Vitória da Conquista), sua expansão no período e pelas suas externalidades - teve contribuição significativa no aumento da concentração e, conseqüentemente, da desigualdade. Do exposto acima é possível concluir que a expansão do ensino superior contribuiu para o aumento das desigualdades regionais, apesar das evidências de sua importância para redução das desigualdades individuais. Ou seja, a medida que a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista aumenta a influência do município na sua região de articulação contribui para o aumento das desigualdades regionais.

## 8 CONCLUSÕES

A economia das cidades de um modo geral, e das cidades médias como um caso especial, experimenta, ao longo do tempo, transformações nos seus vetores de crescimento econômico e urbano. Estas mudanças provocam alterações nos preços relativos e uma mobilidade da renda e da riqueza entre as classes sociais. Em Vitória da Conquista, cidade de médio porte, este processo não é diferente. De um enclave agropecuário, nas décadas de 70 e 80, a economia da cidade passa a ter, nos últimos quinze anos, como elemento dinâmico da sua influência em sua região de articulação a formação de uma aglomeração especializada em serviços de saúde e, especialmente, de educação superior. O crescimento recente da Uesb é o embrião deste processo pelos seus efeitos a montante e a jusante.

A expansão do ensino superior, decorrente das externalidades geradas pela Uesb, vai impactar a trajetória do desenvolvimento econômico e urbano, criando novos vetores de crescimento. Por um lado, a incapacidade da Uesb em atender toda a demanda potencial, atrai instituições de ensino superior privadas que vão investir na cidade utilizando tanto de poupança interna quanto poupança externa, atraindo assim investimentos. Por outro lado, a dinâmica de funcionamento da Uesb e das demais IES leva a criação de economias de aglomeração que se formam a partir das externalidades criadas por estas instituições e pelos seus demandantes. Este processo leva ao surgimento de novas empresas, novas oportunidades de negócios, renda para a municipalidade, valorização de novos espaços urbanos e criação de novos vetores de crescimento. O efeito mais perceptível disso é o forte crescimento do mercado imobiliário e da área urbana da cidade.

Este trabalho se propôs analisar a relação entre economias de aglomeração, formadas a partir das externalidades geradas pela expansão do ensino superior, e o desenvolvimento regional. Seu objetivo geral foi verificar se a expansão do ensino superior na cidade de Vitória da Conquista constitui-se como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional. Os resultados mostram, baseados nas medidas de especialização (QL e PRE), que o ensino superior constitui-se apenas em um embrião de sistema local de produção. Portanto, rejeita-se a hipótese principal de que a expansão do ensino superior, em uma cidade média, cria

economias de aglomeração e torna os serviços de ensino superior um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.

Em todo o período analisado o quociente locacional (QL) foi inferior a 5,3 e a participação relativa do emprego (PRE) inferior a 0,13. Tomando por referência os valores médios calculados pelo Observatório de Atividades Econômicas da Distribuição Setorial das Atividades Aglomeradas por Território de Identidade da Bahia, a aglomeração de ensino superior em Vitória da Conquista é classificada com um embrião de sistema local de produção e não como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional.

Como definido na metodologia, a caracterização de um *cluster* pressupõe como condição de primeira ordem (condição necessária) a verificação da expansão dos serviços de ensino superior como um núcleo de desenvolvimento setorial-regional. O resultado do estudo mostrou, através da análise quantitativa, que os serviços de ensino superior em Vitória da Conquista caracterizam-se como um embrião de sistema local de produção. Portanto, como não se verificou a condição de primeira ordem não será testada a condição de segunda ordem. Conclui-se, assim pela não existência de um cluster de ensino superior em Vitória da Conquista.

O primeiro objetivo secundário consistiu em analisar se a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista contribuiu para a redução ou aumento das desigualdades no seu Território de Identidade. Os resultados mostram que - no período analisado - na maioria dos municípios do Território de Identidade (61%) a desigualdade aumentou. Portanto, aceita-se a hipótese de que a expansão do ensino superior contribuiu para o aumento das desigualdades regionais, aumentando a influência da cidade em sua região de articulação.

O segundo objetivo consistiu em identificar se a expansão do ensino superior altera a localização das atividades econômicas no espaço, criando novas centralidades e vetores de crescimento urbano. Os resultados mostram que a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista criou novos vetores de crescimento urbano e novas centralidades ao gerar e articular importantes fluxos de pessoas. A mudança na geografia urbana, decorrente do aumento na renda fundiária, gerou externalidades positivas (forças centrífugas) e externalidades negativas (forças centrípetas). Portanto, aceita a hipótese de que a expansão do ensino superior cria novas centralidades e novos vetores de crescimento urbano, alterando a

localização das atividades econômicas no espaço. No longo prazo, a melhoria na qualidade das instituições, decorrentes do aumento do capital humano, influencia de forma positiva o tecido social.

Em Vitória da Conquista o crescente fluxo de pessoas (alunos, professores e funcionários) interagindo diariamente com as instituições de ensino superior, aumentou o fluxo de pessoas em direção a esta área da cidade, especialmente em direção à Uesb. Em função disso, a Uesb tornou-se o segundo maior transbordo de passageiros depois do centro (comercial e de serviços) da cidade. O mercado imobiliário busca uma valorização constante dos imóveis no entorno dessas instituições, aproveitando-se da necessidade que alunos e funcionários têm da proximidade do local de estudo/trabalho (em função da frequência no consumo deste serviço), objetivando minimizar os deslocamentos e seus custos (condição básica do princípio de centralidade na perspectiva do consumidor). Como externalidade deste processo, passou a ocorrer uma maior especulação imobiliária nas diversas zonas do entorno da Uesb e das demais instituições de ensino superior, além do surgimento de negócios complementares aos serviços de educação superior.

A Uesb constitui-se, hoje, em um importante vetor de crescimento econômico e no principal vetor de orientação do crescimento espacial. Em Vitória da Conquista, as áreas próximas à Uesb são as que experimentam um vigoroso processo de valorização e especulação imobiliária. Nesta área o custo de vida também está acima do custo das demais áreas da cidade. Os aluguéis, o imposto predial e territorial urbano, os serviços de cuidados pessoais (salão de beleza, academias clínicas de estética etc), os serviços de restaurante, padaria entre outros são muito mais caros. A consequência disso é a expulsão dos antigos moradores para outros bairros, uma externalidade negativa decorrente da expansão dos serviços de ensino superior.

O terceiro objetivo secundário buscou dimensionar os impactos econômicos da UESB sobre a economia de Vitória da Conquista. Os resultados mostraram que os gastos relacionados à dinâmica de funcionamento da Uesb representa em torno de 2,3% do produto municipal. Se considerarmos os efeitos multiplicadores este impacto pode alcançar 8,2% do produto municipal. Cabe salientar que como as cidades são economias abertas é difícil calcular o impacto efetivo. Contudo, é possível deduzir, a partir das características da estrutura produtiva

da cidade, que o impacto efetivo sobre o produto municipal é um pouco maior que 2,3% e bem menor que 8,2%.

Por último, é possível concluir - pelas evidências geradas e a originalidade do trabalho - que este estudo contribui para o desenvolvimento de estudos teórico-práticos que possibilitam uma melhor compreensão das questões regionais e espaciais. A contribuição decorre da agregação de novos elementos ao debate sobre o desenvolvimento regional (em especial das cidades médias) e da inovação na percepção do papel da universidade (deslocando o foco de pontos tradicionais para centrar a análise nas suas externalidades),

Embora a expansão dos serviços de ensino superior em Vitória da Conquista na última década, não seja uma particularidade da cidade. Em Vitória da Conquista este processo ganhou mecanismos sinérgicos e de auto-reforço em função da presença da Uesb. A Universidade propicia uma polarização (aglomeração especializada) pelos ganhos de escala decorrentes do fato de poder compartilhar recursos comuns em um processo de cooperação e competição simultânea. A existência de uma universidade pública e em expansão é um fator de atração para outras instituições de ensino superior. Estas instituições que vão se aproveitar, por um lado, da demanda insatisfeita materializada pelo número de inscritos, não aprovados, nos processos seletivos da Uesb, constituindo-se em uma demanda potencial a ser explorada. Por outro lado, vão aproveitar de mão de obra especializada formada por profissionais oriundos da Uesb, além de compartilhar recursos humanos comuns. Muitos professores da Uesb trabalham, também, nas instituições de ensino superior privada.

A expansão do ensino superior em Vitória da Conquista, constitui-se em uma importante fonte de economias de especialização e, principalmente, de urbanização. As economias de especialização decorrem do fato desta expansão atrair competidores, gerando externalidades para os centros de ensino superior privados. Estes centros (faculdades e universidades privadas) vão ter ganhos de produtividade ao atender a uma demanda insatisfeita concentrada geograficamente e reduzir custos fixos ao compartilhar professores e especialistas. Esta dinâmica pode gerar economias externas específicas ao segmento, mas internas à uma dada localização podendo, em alguns casos, constituir-se em uma aglomeração especializada ou mesmo um *cluster* com impactos importantes sobre a economia regional.

O estudo mostra que a expansão do ensino superior pode gerar economias de urbanização pela variedade de produtos e serviços que produz e demanda. A dinâmica de funcionamento do ensino superior gera externalidades a montante e a jusante e de curto, médio e longo prazo. Externalidades à montante decorre da concentração de estudantes impactando o setor e a renda imobiliária e à oferta de serviços culturais e de entretenimento. A jusante pela oferta de profissionais e serviços especializados (impactando na produtividade do trabalho), pelas pesquisas desenvolvidas e pelos serviços oferecidos à sociedade, especialmente os de saúde. Este conjunto de elementos vai impactar a economia local no curto prazo pela injeção de recursos financeiros, no médio prazo ao influenciar a localização das atividades econômicas no espaço e no longo prazo na formação de capital humano influenciando a qualidade das instituições.

O estudo mostra, através do cálculo do quociente locacional (QL), que a expansão do ensino superior em Vitória da Conquista constitui-se em um embrião de sistema local de produção e contribui para aumentar a influência da cidade em sua região de articulação. Como o QL para o ensino superior em Vitória da Conquista, em todo o período analisado, foi maior que a unidade, podemos afirmar que existe uma aglomeração especializada em ensino superior neste município. Isto quer dizer que a especialização do município em ensino superior é maior que a especialização do conjunto da Bahia nesta atividade.

A redução do QL entre 2000 e 2009 significa que a dinâmica da economia do município é hoje menos dependente dos serviços de ensino superior do que foi em 2000. Contudo, é importante salientar que o QL mostra a participação direta do setor de serviços de ensino superior no emprego total do município, não refletindo seus impactos indiretos. Como os serviços de ensino superior são um dos núcleos dinâmicos da economia do município de Vitória da Conquista, seus efeitos multiplicadores e as economias de aglomeração, formadas a partir de externalidades criadas, torna seus impactos indiretos mais importantes para a economia do município do que seus impactos diretos.

É bom destacar que, como embrião de um modelo de desenvolvimento regional endógeno, a Uesb, através das suas externalidades, desencadeia um processo de crescimento e desenvolvimento em uma dinâmica de auto-reforço. A comprovação de que o desenvolvimento é endógeno stricto sensu é a redução da importância relativa da universidade



no crescimento econômico da cidade. O desenvolvimento é endógeno quanto menos dependente ele é do elemento motor que desencadeou esse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHION, P. e HOWITT, P. A model of growth through creative destruction. In FORAY, D. e FREEMAN, C. (Orgs.) **Technology and the wealth of nations: the dynamics of constructed advantage**, Londres: Pinter, 1993.

AKTOUF, Omar. Governança e pensamento estratégico: uma crítica a Micahael Porter. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.42, n. 3, p. 43-53, Jul./Set. 2002.

ALBUQUERQUE, E. da M. (1996). Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v 1 6, n.3, p 56-72, jul./set.

ALMEIDA, Paulo H. Pequena empresa e desenvolvimento local: os limites da abordagem competitiva. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 245-260.

ALTENBURG, T.; MEYER-STAMER, J. How to promote clusters: policy experiences from Latin America. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1693-1713, 1999.

ALVES, Manuel Brandão. A formação dos sistemas urbanos. COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002. p. 123-157.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIII, 1995, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 1995.

\_\_\_\_\_. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, 1999, Belém. **Anais...** Belém: Anpec, 1999. P. 1281-1300.

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANDRADE, Thompson & SERRA, Rodrigo V. Crescimento econômico nas cidades brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVI, 1998, Vitória. **Anais...** Vitória: Anpec, 1998. 20p.

ARBACHE, João. **Pobreza e Mercados no Brasil**. Brasília: CEPAL, LC/BRS/r.135, 2003, 34p.

ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy**. USA: The University of Michigan Press, 1994.

AUDRETSCH, David B.; FELDMAN, Maryann P. R&D spillovers and the geography of innovation and production. **American Economic Review**, v. 86, n. 3, p. 630-640, jun. 1996.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Esforço Tecnológico de Investimentos em Capital Humano nas Empresas do Setor de Bens de Capital Brasileiro**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Economia), USP, 1992.

AZZONI, Carlos Roberto. **Teoria da Localização**: análise crítica a partir de Evidências Empíricas no Estado de São Paulo. 1982. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. Education and Equitable Economic Development. **Economia**, Niterói: Anpec. v. 1, n°. 1, 2000, p. 109-144. Jan. de 2000a.

\_\_\_\_\_. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In HENRIQUES, R. (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. P. 405-424.

\_\_\_\_\_. Education and Equitable Economic Development. **Economia**, Niterói: Anpec. v. 1, n°. 1, 2000, p. 109-144. Jan. de 2000.

BARRO, R. J.; SALA I MARTIN, X. **Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 1995.

BASTOS, R. C. Sistemas de Custos para as Universidades Federais Autárquicas. **Revista de Administração Pública**, São Paulo: FGV, jun-set de 1987.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BOISIER, Sérgio. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P. R. (org.). **Economia Regional**: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A.1989. P. 589-687.

BOUDEVILLE, J. R. **Os espaços econômicos**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia, 1973.

BOVO, José Munari. **Universidade e Comunidade**: Avaliação dos Impactos Econômicos e a Prestação de Serviços. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 105p.

BRAKMAN, Steven; GARRETSEN, Harry; VAN MARREVIJK, Charles. **An introduction to geographical economics**. Cambridge: Cambridge University Press 2001, 350 p.

BRITTO, Elissandra Alves; SANTOS, Nícia M. da Silva. O semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n. 150, p. 23-39, nov. 2006.

BRITTO, J. & ALBURQUERQUE, Eduardo da Motta e. Clusters industriais na economia brasileira: Uma análise exploratória a partir de dados da RAIS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVIII, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: Anpec. 2000. CD-ROM

BUARQUE, Cristovam. **A Refundação da universidade**. Brasília: Senado Federal, 2005. 53 p.

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA e IICA, 1998.

BUENO, Newton Paulo. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia – Revista da Anpec**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 361-420, jul./dez. 2004.

CARNEIRO, Ana Paula M. Estudo da Importância da Inovação Tecnológica no Brasil através da PINTEC. In: II Simpósio Internacional de Transparência nos Negócios, 2008. Niterói. **Anais...** Niterói, 2008.

CARNOY, Martin. Education and Economic Development: The First Generation. In: BLAUG, Mark (org.). **The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1992. P. 428–448.

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de; DA SILVA, Denis Veloso; PESSOTI, Gustavo Casseb. Análise da evolução da economia na Bahia entre 1975 e 2010 sob novo enfoque de contas regionais. **Bahia Análise & Dados, Salvador**: SEI v. 21, n. 2, p. 235-252, abr/jun 2011.

CARVALHO, Marly M. de; LAURINDO, Fernando J. B. **Estratégias para competitividade**. São Paulo: Futura, 2003.

CARVALHO, Soraia. S. M.; CHAVES, Catari V. Polos Tecnológicos e Desenvolvimento Regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, 2007. Recife. **Anais...** Recife: Anpec, 2007.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTRO, M. H. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: HENRIQUES, R. (org), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. P. 425-458.

CAVALCANTI FERREIRA, P. **Qual política de desenvolvimento?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVIII, 2000, Campinas, mimeo.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Julho/2002. Disponível no site: [http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/{154AA74B-1E28-4D28-8AD7-BE98567026BE}\\_Producao\\_Teorica\\_.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/{154AA74B-1E28-4D28-8AD7-BE98567026BE}_Producao_Teorica_.pdf). Acesso em 06/04/2010.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Traduzido para o inglês por Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000. 260p.

CLEMENTE, A. Espaços econômicos e regiões. In: CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. (Org). **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000a. P. 13-21.

\_\_\_\_\_. Teoria dos Lugares Centrais. In: CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. (Org). **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000b. P. 88-98.

\_\_\_\_\_. Localização Industrial. In: CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. (Org). **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000c. P. 99-129.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Regional. In: CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. (Org). **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000d. P. 130-148.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O institucionalismo e o processo de crescimento econômico: Inovações e Mudanças Institucionais, Rotinas e Tecnologia Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, 2007. Recife. **Anais...** Recife: Anpec, 2007.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES. As Desigualdades na Escolarização no Brasil. **Relatório de Observação** n° 4. Brasília: CDES, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Ciência sem Fronteiras**. Brasília: MCTI – CNPQ, 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 22 de março de 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011 -2020**. Brasília, DF: Ministério da Educação, CAPES, 2010. 2v. 608 p.

CORBUCCI, Paulo. Sistema educacional dos jovens brasileiros. **Desafios do desenvolvimento**. IPEA, Ano 7, n° 60. Abril/maio, 2010.

COSTA, Edward M.; RAMOS, Francisco de S.; SOUZA, H. Ramos; SILVA, Jorge Luiz M. Eficiência e desempenho no ensino superior: uma análise da fronteira de produção educacional das IFES brasileiras. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 39, 2011. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2011.

COSTA-FILHO, Alfredo H. Globalização e desenvolvimento regional endógeno: algumas observações exógenas. In: DINIZ, Clélio Campolina (Org). **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2007.

COSTA, Leonardo O.; ARRAES, R. de Albuquerque; VERA-HERNANDEZ, Marcos. Identificação Parcial do Efeito das Escolas Privadas Brasileiras. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 39, 2011. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2011.

CROCCO, Marco Aurélio; GALINARI, Rangel; SANTOS, Fabiana; LEMOS, Mauro Borges; SIMÕES, Rodrigo. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, n. 16, n. 2, p. 211-241, mai.-ago. 2006.

CROCCO, Marco Aurélio; GALINARI, Rangel; SANTOS, Fabiana; LEMOS, Mauro Borges; SIMÕES, Rodrigo. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 28p. (texto para discussão: 212).

CRUZ, Bruno de Oliveira. Externalidades locais, ganhos de aglomeração e políticas de desenvolvimento regional. In: CARVALHO, A. X. Ywata; ALBUQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M. **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília: Ipea, 2008, p. 437-460.

CRUZ, Rossini. Marcos teóricos para reflexão sobre as Desigualdades Regionais: uma breve revisão da literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, Ano II, nº 3. Salvador: DCSA2/ Unifacs, jan /2000.

CUNHA, L. A. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento. In TRINDADE, H. (org.). **Universidade em Ruínas: Na República dos Professores**. Rio Grande do Sul: Editora Vozes, 1999. P. 39-56.

DAGNINO, Renato. A Relação Universidade-Empresa no Brasil e o Argumento da Hélice Tripla. **Convergência**, mayo-agosto, vol. 11, nº 35. Universidad Autónoma de México, Toluca México.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. **Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003.

DA VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, 1999, Belém. **Anais...** Belém: Anpec, 1999. P. 1301-1318.

DIAS, Dnilson Carlos. A Importância das incubadoras de empresas no processo de inovação nas empresas de base tecnológica: o caso da incubadora de empresas de base tecnológica CENTEV/UFV, **mimeo**, 2006.

DI LAURO, Aluztane. et al. Territórios de Identidade no Brasil: uma análise teórica e metodológica no Estado da Bahia. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area02/2063\\_Evangelista\\_Antonia\\_dos\\_Reis\\_Salustiano.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area02/2063_Evangelista_Antonia_dos_Reis_Salustiano.pdf)> Acesso em 21 jan. 2012.

DINIZ, C. C. & CROCCO, M. A. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, nº 1, p. 77-103, jul. 1996.

DINIZ, C. C. & GONÇALVES, Eduardo. Possibilidades e tendências locais da indústria do conhecimento do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVIII, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: Anpec. 2000. CD-ROM.

DINIZ, Clélio Campolina. A Busca de Um Projeto de Nação: O Papel do Território e das Políticas Regional e Urbana. **Economia – Revista da Anpec**, Brasília, v. 7, n. 4, p. 1-18, dez. 2006.

ENGERMAN, Stanley e SOKOLOFF, Kenneth. Institutions, Factor Endowments, and Paths of Development in the New World. **Journal of Economic Perspectives**. v. 14, n. 3, p. 217-232, summer 2000. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0895-3309%28200022%2914%3A3%3C217%3AHLIFEA%3E2.0.CO%3B2-0&size=LARGE &origin=JSTOR-enlargePage>> Acesso em 12 mar. 2010.

FALCÃO, Roberto B. M.; OLIVEIRA, Ana Paula da Silva. Projeto água subterrânea no Nordeste do Brasil: Desenvolvimento Rural Sustentável. **Proasne**, 2004. Disponível em: <<http://www.proasne.net/desenvovimentosustentavel.html>> Acesso em 18 jan. 2008.

FELIPE, Ednilson Silva. Instituições e Mudança Institucional: Uma Visão a Partir dos principais Conceitos Neo-Schumpeterianos. **Economia – Revista da Anpec**. 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/revista/aprovados.htm>> Acesso em 28 jan. 2008.

FERES, Flávia Lúcia Chein. **Desigualdade Regional, Migração e Urbanização**: três ensaios sobre desenvolvimento. 2006, 142 f. Tese (Doutorado em Economia) CEDEPLAR/FACE/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERNANDES, Reynaldo & NARITA, Del Tedesco. Instrução Superior e Mercado de Trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, 1999, Belém. **Anais...** Belém: Anpec, 1999. P. 1991-2006.

FERREIRA, Djalma e PROSERPIO, Renata. A Renda dos Municípios Baianos. **Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 6, n.º. 3, p. 21-24, dez. 1996.

FERREIRA, Fernando Coelho Martins. **O efeito da concentração regional das indústrias sobre o desempenho das firmas**: uma abordagem multinível. 2009. 246 f. Tese (doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

FIELDS, G. S. Higher Education and Income Distribution in Less Developed Country. In BLAUG, Mark (Org.). **The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1992. P. 454-469.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia Espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

FUJITA, Masahisa; THISSE, Jaques-François. Economic of Agglomeration. **Journal of the Japanese and International Economies**, v.10, n. 21, 1996.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP. **Revista Pesquisa**. 2010. São Paulo: FAPESP, set. 2010.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 128p.

GALINARI, Rangel et al. O efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXV, 2007, Niterói. **Anais...** Niterói: Anpec, 2007.

GALINARI, Rangel & LEMOS, M. Borges. Economias de Aglomeração no Brasil: Evidências a partir da concentração industrial paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXI, 2003, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: Anpec, 2003.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Estudos Geográficos. São Paulo, v. 2, n1, 29-42, 2004. Disponível em [HTTP://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm) Acesso em: 18 mar 2010.

GONÇALVES. Eduardo & DINIZ, C. C. Sistema local de pesquisa e desenvolvimento de empresas de base tecnológica em Juiz de Fora. **Revista Nova Economia**, v. 9, nº 1, p. 89-106, jul. 1996.

GRILICHES, Z. Issues in assessing the contribution of R&D to productivity growth. **Bell Journal of Economics**, n. 10, p. 92-116, mar./maio, 1979.

GUIMARÃES, Fábio Celso M. S. A Política de Incentivo à Inovação. **Parcerias Estratégicas**, n. 9, outubro de 2000, p. 121 – 129.

HANSEN, Niles M. Teoria dos polos de desenvolvimento em um contexto regional. In: FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 143-160.

HENRIQUE, Wendel. SANTANA, Elissandro. FERNANDES, Hiram. Reestruturação urbana em cidades médias e pequenas do Recôncavo a partir da instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Bahia Análise & Dados** - cidades: conceitos, processos e história. Salvador: SEI, v. 19, n. 2, p. 511-522, jul./set. 2009.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia de Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HODGSON, G. M. **Economics and Institutions: A Manifesto for Modern Institutional Economics**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1988.

HOFE, Rainer; CHEN, Ke. Whiter or not industrial cluster: conclusion or confusions? **The Industrial Geographer**, v. 4, n.1, p. 2-28, 2006.

HOOVER, E. M. **The location of economic activity**. New York: McGraw-Hill, 1948.

IEDI (Instituto de Economia e Desenvolvimento Industrial) **Clusters ou sistemas de produção e inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio**. p. 1-31, maio 2002. Disponível em: <[www.iedi.org.br](http://www.iedi.org.br)>. Acesso em: 28 dez 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Brasília: Ministério do Planejamento. IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.



\_\_\_\_\_. **Cidades**. Brasília: Ministério do Planejamento. IBGE, 2011. Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br/cidades/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidades/default.php)> Acesso em: 08 jan. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo do Ensino Superior**, 2009. Brasília: Ministério da Educação - INEP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo do Ensino Superior**, 2008. Brasília: Ministério da Educação - INEP, 2009.

ISARD, Walter. **Location and Space Economy: A General Theory Relation to Industrial Location, Marked Areas, Land Use Trade and Urban Structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.

ISARD, Walter e BRAMAHALL, David F. **Methods of regional analysis: an introduction to regional science**. MIT Technology Press. New York: Wiley, 1960.

JACOBS, J. **The Economy of Cities**. New York: Random House, 1969.

JONES, H. G. **Modernas Teorias do Crescimento Econômico**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 1979. 265 p.

KARLSSON, Ch; JOHANSSON, B; STOUGH, R. R. **Theories of Endogenous Regional Growth**. In: JOHANSSON, B; KARLSSON, Ch; STOUGH, R. R. (Orgs). **Theories of Endogenous Regional Growth**. New York: Springer, 2000. P. 3-13.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda**. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1996. (Coleção - Os Economistas).

KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

KRUGMAN, Paul. **Strategic trade policy and the new international economics**. 5<sup>th</sup> Edition, Cambridge: The MIT Press, 1992, 313 p.

\_\_\_\_\_. **Development, Geography and Economic Theory**. Cambridge, Massachusetts, London, England: The MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **The self-organizing economy**. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1996.

\_\_\_\_\_. The role of geography in development. In: WOLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS, 1998, Washington, D.C. **Annual World Bank conference on development economics 1998**. Washington, D.C.: World Bank, 1999. P. 89-107.

LACOSTE, Yves. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

LAVINAS, L. Descentralização e Desenvolvimento Local. In: FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO, 1, 1997, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: BNB, 1997. P.83-91.

LEE, Kiong-Hock & PSACHAROPOULOS, George. International Comparisons of Educational and Economic Indicators, Revisited. In BLAUG, Mark (Org.). **The Economic**

**Value of Education: Studies in the Economics of Education.** Aldershot, UK: Edward Elgar, 1992. P. 375–384.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília C. (org.) *Universidade e Integração no Mercosul.* Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1992.

LEMOS, Mauro B. A dinâmica urbana das regiões metropolitanas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIX, 2001, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2001.

LEMOS, Mauro B.; GUERRA, L. P.; MORO, Sueli. A nova configuração regional brasileira: sua geografia econômica e os determinantes locais da indústria. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXI, 2003, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: Anpec, 2003.

\_\_\_\_\_. A nova configuração regional brasileira: sua geografia econômica e os determinantes locais da indústria. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXIII, 2003, Porto Seguro. **Anais eletrônicos...** Porto Seguro: Anpec, 2003. Disponível em: <[HTTP://\\_www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/E64.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/E64.pdf)> Acesso em: 18 mar. 2010.

LIMA, A. L. de Cordes; LOIOLA, Elizabeth & MOURA, Suzana. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: As experiências de Salvador e Porto Alegre. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: BNB v. 31, n.º. 4, p. 986-1007, out–dez. 2000.

LINS, H. Nunes. Relações Estado-Região: Desafios Fin-de-Siècle. In ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2, 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1997. P. 291-310.

LOPES, Antonio Simões. O espaço econômico. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional.** Coimbra: APDR, 2002. p. 35-59.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local:** uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003.

\_\_\_\_\_. Qualidade das instituições e a (in)eficiência das políticas keynesianas para superação das desigualdades regionais: o caso do semi-árido baiano. In: I ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2008, Campinas. **Anais...** Campinas: AKB, 2008.

\_\_\_\_\_. A Qualidade das instituições e a (in)eficiência das políticas para superação das desigualdades regionais: o caso do semi-árido baiano.. In: José Luis Luzón; Mária Cardim. (Org.). **Problemas sociales y regionales en América Latina.** Barcelona: Publicacions I Edicions de la Universitat de Barcelona, 2009, v. , p. 167-191.

\_\_\_\_\_. Universidade, Economias de Aglomeração e Desenvolvimento Regional: uma análise a partir do QI de ensino superior para municípios de médio porte. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2011, Natal. **Anais...** Natal ABER, 2011.

LUCAS Jr., R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of monetary Economics**, v. 22, p. 3-42, 1988.

LUZÓN BENEDICTO, José Luis; CARDIM, Márcia. **La Internacionalización de los estudios superiores**: el caso de la Universidad de Barcelona. Bracelona: Universitat de Barcelona, 2008. 104 p.

MACIEL, Pedro J.; ANDRADE, Joaquim; TELES, Vladimir Kuhl. Convergência regional revisitada: uma análise em equilíbrio geral para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33, 2005. Natal. **Anais...** Natal: Anpec, 2005.

MAIA, Doralice S. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. 250 p. il (série estudos e pesquisas, 87)

MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n° 2, p. 9-44, dez. 1995.

MARINHO, A. **Avaliação Organizacional de uma Universidade Pública**: uma abordagem não paramétrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996, 244 p. Tese (Doutorado em Economia) - EPGE – FGV, 1996.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1985. 2 volumes. (Coleção - Os Economistas).

MASSEY, D. **For Space**. London: Sage, 2005.

MEDAMÉRICA, V Seminário, 2010. Barcelona. **Barcelona - Brasil Universidad – Empresa**. Disponível em: <http://www.ub.edu/medame/index.htm>.> Acesso em: 12 de out. de 2010.

MEDEIROS, José Adelino et al. **Polos, parques e incubadoras**. Brasília: CNPq / IBICT / SENAI, 1992.

MENEZES-FILHO, Naércio; MARCONDES, Renato L.; PAZELLO, Elaine T.; SCORZAFAVE, Luiz G. Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006. Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2006.

MENEZES-FILHO, Naércio. Qualidade da Educação. In: SICSÚ, João; CASTELAR, A. **Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. 252p.

MINGAT, Alain & TAN, Jee-Peng. Financing public higher education in developing countries”. In: BLAUG, Mark (Org.). **The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1992. P. 441–454.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, **Documento Referência**, 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília, MCTI, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012 – 2015**. Brasília, 2011. Brasília, DF: 2011. 212 p.

MONTENEGRO, Rosa L. G.; GONÇALVES, E.; ALMEIDA, E. O papel das externalidades de diversificação e especialização produtivas: uma análise da atividade inovativa em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXVII, 2009, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2009

MOROSINI, Marília. **Estado do conhecimento sobre internacionalização universitária: princípios e práticas**. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MOTTA, F. O. **Manual de Localização Industrial**: uma tentativa de Adequação da Teoria à Realidade. Recife: BNB/ETENE, 1960.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXVI, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2008.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1967.

NERI, Marcelo. **O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2008. Disponível em <[www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps)> Acesso em: 26 de setembro de 2010.

NORTH, Douglas C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: University Press, (1990).

\_\_\_\_\_. **Location Theory and Regional Economic Growth**. Cambridge: University Press, 1955.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. Competitive regional clusters: national policy approaches. **Regional Innovation Reviews**. OECD, 2007.

PEREIRA, F. Maia. **Cidades médias brasileiras**: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração. 2002. 106 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

PEREIRA, F. Maia e LEMOS, Mauro B. Cidades Médias Brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 33, n. 1, abr 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas de desenvolvimento para cidades médias mineiras. **Cadernos BDMG** n. 09. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 2004.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. 2ed. Paris: Herder, 1964.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR – PNAD. Microdados. Pesquisa básica. 2001 – 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 9 CD\_ROM.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. United States of America: Basic Books, 1984, 355 p.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional**: lógica espacial das transformações económicas. Coimbra: APDR, 1998.

PONDÉ, João Luiz. Instituições e Mudança Institucional: Uma Abordagem Schumpeteriana. **Economia – Revista da Anpec**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 119-160, jan./jul. 2005.

PORTER, Michael E. **Clusters and Competition**: New Agendas for Companies, Governments, and Institutions. Boston: Harvard Business School Press, 1998a. P. 54.

\_\_\_\_\_. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, Boston, p. 77-90, november-december 1998b.

\_\_\_\_\_. **The competitive advantage of nations**. 1st Edition, New York: The Free Press, 1990, 855 p.

PRADO, Thiago G. F. **Externalidades do ciclo produtivo da cana-de-açúcar com ênfase na produção de energia elétrica**. 2007. 254 f. Dissertação (Mestrado em Energia) – EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PSACHAROPOULOS, George. The contribution of education to economic growth: International Comparisons”. In: BLAUG, Mark (Org.). **The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1992. P. 471–490.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

RAPINI, Márcia S. et al. A contribuição das universidades e institutos de pesquisa para o sistema de inovação brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXVII, 2009, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2009.

RIBEIRO, José Manuel Félix. Clusters e políticas de inovação – conceitos e relevância para Portugal. **Economia & Prospectiva**, Lisboa, n. 17, p. 109-129, Julho/Setembro 2001.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional**: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. P. 421.

RISTOFF, D. I. A tríplice crise da universidade brasileira. In: TRINDADE, H. (org.) **Universidade em Ruínas**: Na República dos Professores. Rio Grande do Sul: Editora Vozes, 1999. P. 201-210.

ROMER, P. Endogenous technological change. **Journal of political economy**, v. 98, nº5, p. 71-102, 1990.

ROXO, Lucimar A. T.; SANTAROSSA, E. T.; BERTROTTI, G. Aglomerados Produtivos e Concentração: uma análise teórico-conceitual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38, 2010. Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2010.

RUIZ, Ricardo Machado. **A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa?** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 21p. (texto para discussão: 200). 2003.

RUTHERFORD, M. **Institutions and Economics: The Old and the New Institutionalism.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SABOIA, João. Desenvolvimento industrial no Brasil nos anos 90: Um enfoque regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, 1999, Belém. **Anais...** Belém: Anpec, 1999. P. 827-846.

SANFILEU, Carmen Bellet. La Insercion de la Universidad em la Estructura y Forma Urbana. El caso de la Universidad de Lleida. **Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, vol. XV, núm. 381, 20 de novembro de 2011. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2011. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-381.htm>>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

SANTOS, Milton. **Metarmofose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** Hucitec: São Paulo, 1988.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982. (Coleção – Os Economistas).

SCHWARTZMAN, J. Dificuldades e Possibilidades de se construir um Ranking para as Universidades Brasileiras. **Ensaio**, v. 3, p.5-28, jan-mar. 1995.

SCITOVSKY, T. Two concepts of external economies. **Journal of Political Economy**, v. 62, p. 143-151, 1954.

SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA – SEFAZ, 2012. **Finanças Públicas** – Municípios. Disponível em [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br). Acesso em: 08 de fev 2012.

SENHORAS, Elói Martins. **Papel da Internacionalização das Universidades e a Projeção da Cooperação Internacional do Mercosul.** Instituto de Geociências/Unicamp, 2006.

SERRANO, Rosina M. **Infraestructuras, externalidades y crecimiento regional: algunas aportaciones para el caso Espanol.** 1998. Tese (Doutorado em Economia i Territori). Universidad de Barcelona, Barcelona, 1998.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster.** 2004. 480 f. v. 1 e v. 2. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Administração e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Magno V. B.; NETO, Raul da Mota S. Determinantes da localização industrial no Brasil e geografia econômica: evidências para o período pós real. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38, 2010. Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2010.

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. Teorias da Localização e do Desenvolvimento Regional. **Geografia**. 1 (2): 1-23, Rio Claro – São Paulo, ou/1976.

SIMÕES, R. F. e AMARAL, Pedro V. Interiorização e Novas Centralidades Urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXVII, 2009, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Ciência, tecnologia e inovação para um país competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011. ISBN: 978-85-86957-17-8.

SOUZA, Nali de Jesus de. Teoria dos Polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Análises**. V.16 n.1. p.87-112, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Economia, Conceitos e Fundamentos Teóricos. **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102.

SPINOLA, Noelio D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v 1.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Release do PIB Municipal**, Salvador, SEI, 2009.

\_\_\_\_\_. **Release do PIB Municipal**, Salvador, SEI, 2010.

\_\_\_\_\_. **Bahia em síntese**. Salvador: SEI, 2011. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 14 de jan de 2012.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O.; ARAÚJO, S. Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. **Bahia Análise & Dados, Salvador**: SEI v. 21, n. 2, p. 235-252, abr/jun 2011.

TEIXEIRA, F.; SOUSA, Silvio Vanderlei Araújo. Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: uma visão a partir do emprego e dos Territórios de Identidade. In: VI ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA BAIANA. 2010. Salvador. **Anais...** Desembahia, 2010.

TRINDADE, H. Universidade, Ciência e Estado. In: TRINDADE, H. (org.) **Universidade em Ruínas: Na República dos Professores**. Rio Grande do Sul: Editora Vozes, 1999. P. 9-26.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Relatório de Atividades**, 2009, Vitória da Conquista: Uesb, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, n ° 079/2009 de 27 de dezembro de 2009. Institui o sistema de reserva de vagas e quotas adicionais nos cursos de graduação da UESB. Vitória da Conquista: UESB, 2009.

VALENTIM, Rosa. **Desenvolvimento Regional: A Inserção da Universidade de Santa Cruz do Sul no Vale do Rio Pardo**. Porto Alegre, 1997, 124p. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS, 1997B.

VARGA, Attila. Universities and Regional Economic Development: Does Agglomeration Matter? In: JOHANSSON, B; KARLSSON, Ch; STOUGH, R. R. **Theories of Endogenous Regional Growth**. New York: Springer, 2000. P. 345-367.

VENABLES, Anthony J. Equilibrium location of vertically linked industries. **International Economic Review**, v. 37, n. 2, p. 341-359, 1996.

VIANA, J. S; SALVATO, M. A; FRANÇA, N. Cecília de. A Desigualdade Educacional é importante para explicar a Desigualdade de Renda? Uma análise para Brasil, Regiões e Unidades da Federação entre 2003 e 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXVII, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei nº 1733/2010, 22 de dezembro de 2010. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Vitória da Conquista para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências.

WEBER, A. **Teory of Location of Industries**, 2ª ed. Chicago: university of Chicago Press, 1957.

WEINSTEIN, Bernard L. Regional Growth Theories and Local Economic Development: Some Case Studies. In: JOHANSSON, B; KARLSSON, Ch; STOUGH, R. R. **Theories of Endogenous Regional Growth**. New York: Springer, 2000. P. 330-342.

WILLIAMS, G. & GORDON, Alan. Perceived earnings functions and ex ante rates of return to post compulsory education in England. In BLAUG, Mark (Org.). **The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education**. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1992. P. 199 – 227.

WOLFFENBUTTEL, A. Pinto. **Avaliação do processo de interação universidade-empresa em incubadoras universitárias de empresas: um estudo de caso na incubadora de empresas de base tecnológica da Unisinos**. Porto Alegre, 2001, 262 p. Dissertação (Mestrado em Administração), UFRGS, 2001.